



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1367

Quarta-feira - 13 de Novembro de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### **Municípios**

Abdon Batista .....	2
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta .....	2
Atalanta .....	6
Biguaçu .....	6
Bom Jesus do Oeste .....	10
Braço do Trombudo .....	11
Caçador .....	19
Camboriú .....	22
Campo Alegre .....	32
Canoinhas .....	34
Capinzal .....	35
Cocal do Sul .....	39
Concórdia .....	39
Coronel Freitas .....	40
Correia Pinto .....	40
Corupá .....	41
Curitibanos .....	46
Faxinal dos Guedes .....	47
Forquilha .....	47
Fraiburgo .....	47
Garopaba .....	54
Garuva .....	55
Gaspar .....	55
Grão Pará .....	57
Guaramirim .....	58
Herval d'Oeste .....	59
Imbituba .....	62
Iomerê .....	63
Irineópolis .....	74
Itá .....	89
Itapiranga .....	89
Jacinto Machado .....	91
Joaçaba .....	93
Lages .....	95
Lauro Muller .....	96
Lebon Regis .....	109
Leoberto Leal .....	110
Luzerna .....	117
Macieira .....	123
Maravilha .....	129
Massaranduba .....	139
Meleiro .....	141
Modelo .....	142
Navegantes .....	144
Nova Trento .....	146
Novo Horizonte .....	149
Palhoça .....	181
Papanduva .....	185

Paulo Lopes .....	193
Pinheiro Preto .....	196
Pomerode .....	198
Porto Belo .....	198
Porto União .....	200
Rio do Sul .....	202
Salto Veloso .....	220
Santa Rosa do Sul .....	223
São Bento do Sul .....	224
São Domingos .....	236
São João do Sul .....	237
São José .....	237
São Lourenço do Oeste .....	242
São Pedro de Alcântara .....	243
Schroeder .....	244
Serra Alta .....	255
Timbó .....	256
Três Barras .....	257
Turvo .....	257
Vargem Bonita .....	288
Videira .....	290
Xavantina .....	291

### **Associações**

AMFRI .....	291
EGEM .....	291

### **Consórcios**

CIDEMA .....	292
CIGA .....	293
CINCO .....	293
CIS/AMFRI .....	293
CIS/AMMVI .....	294
CIS/AMUNESC .....	294
Consórcio Catarina .....	294
CVC .....	295

### **CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores  
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Abdon Batista

### PREFEITURA

#### Errata 90/2013

MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA - SC  
ERRATA RESUMO EDITAL N 90/2013  
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 89/2013  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 90/2013

ONDE SE LÊ

Abertura da Sessão: 14:00hs do dia 21/11/2013

LEIA-SE

Abertura da Sessão: 14:00hs do dia 26/11/2013  
Abdon Batista, SC, 21 de outubro de 2013.  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA NILTON JOSÉ MOCELIN  
Prefeito Municipal Pregoeiro

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 459/2013

PORTARIA Nº 459/2013  
Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos,  
no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidor efetivo, ANDREIA CRISTINA ELIAS PINHEIRO, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, referente ao período aquisitivo de 13/08/2011 a 12/08/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de novembro de 2013.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 12 de Novembro de 2013.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Arroio Trinta

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº 0018/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0018/2013

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09:00h do dia 28/11/2013.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30h do dia 28/11/2013.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 11 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

#### Contrato Nº 0072/2013 - Ciasc

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
AVISO DE CONTRATO  
Contrato nº 072/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua XV de Novembro, 26 - Centro, Arroio Trinta/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.826.462/0001-26, doravante denominada CONTRATANTE, presente a este ato por seu Prefeito Municipal Senhor Alcidir Felchilcher, e de outro lado, o CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC com sede na rua Murilo Andriani, n. 327, Itacorubi, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.043.745/0001-65, doravante designado simplesmente CONTRATADO, representado neste ato por seu Diretor Presidente Senhor João Rufino de Sales, seu Diretor Técnico, o Senhor Paulo Ricardo Correia Bonifácio, por seu Diretor Administrativo e Financeiro, Senhor Lauro Luiz de Andrade e por seu Vice-presidente Comercial, o Sr. Ruy Sérgio Rundbuchner acordam, entre si, o presente contrato, visando à prestação de serviços de informática conforme cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - O CONTRATADO prestará à CONTRATANTE:

1.1.1. - os serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito

de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I, parte integrante do presente instrumento;

1.1.2. - por meio da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT, os Serviços Terceirizados de Postagem incluídos os serviços de AR - DIGITAL e;

1.1.3. - os Serviços de emissão de pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN.

Parágrafo Primeiro - O detalhamento dos serviços e o regime de sua execução constam das Especificações dos Serviços - Anexo I, parte integrante do presente Instrumento;

Parágrafo Segundo: Entende-se por Serviços de Postagem: Enviar à Empresa de Correios e Telégrafos as notificações emitidas;

Parágrafo Terceiro: Entende-se por AR - DIGITAL: A prestação, pela ECT, do serviço especial de AR DIGITAL, caracterizado pela recepção, triagem, processamento da informação, digitação, digitalização, geração de imagens com a indexação dos dados para consulta, armazenamento das imagens e dados em mídia eletrônica, controle informatizado por meio do Sistema Eletrônico de Gerenciamento de Dados - SGD, armazenamento lógico de documentos denominados Avisos de Recebimento Digitais - ARs DIGITAIS, conforme modelos fornecidos pela ECT;

Parágrafo Quarto: Entende-se por Serviços de Emissão de Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN: a impressão de documentos que descrevem as decisões dos Pareceres exarados nas apreciações de Defesa de Autuação, Indicação de Condutor, Recurso a Junta Administrativa de Recursos de Infração - JARI e Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN;

consistindo, ainda os serviços, na captura das informações enviadas pela CONTRATANTE, sua formatação e impressão em formulário(s) próprio(s), seu acondicionamento e entrega na sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), em Florianópolis; esses serviços excepcionalmente não terão custo para a CONTRATANTE.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

### 2.1. DO CONTRATADO

2.1.1. Executar os serviços ou sistemas descritos conforme a Cláusula Primeira - Do Objeto, e em casos especiais os serviços a serem descritos através de aditivos ao presente Contrato, bem como fiscalizar os demais serviços a serem prestados pela ECT;

2.1.2. Apresentar faturas e demonstrativos que permitam identificar os serviços de sua competência, em quantidade e preços, se for o caso;

2.1.3. Garantir a adoção de medidas de sigilo e segurança sobre o conjunto de informações;

2.1.4. Manter disponíveis os sistemas aplicativos 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, durante todo o ano, exceto nos horários destinados a "back up" e manutenção de sistemas e equipamentos.

### 2.2. DA CONTRATANTE

2.2.1. Manter convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, ou por órgão por essa designada, para a utilização dos dados cadastrais de veículos, para fins de notificação da autuação e notificação de imposição de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de sua competência, quando necessário e, neste caso, enviar cópia ao CONTRATADO;

2.2.2. Quando se responsabilizar pela postagem das notificações emitidas pelo sistema CONTRATADO, informando ao CONTRATADO o número do Contrato mantido com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT;

2.2.3. Efetuar controle sobre os serviços concluídos ou recebidos, rejeitando os que não atendam às condições especificadas nos projetos, até 05 (cinco) dias após o recebimento dos mesmos;

2.2.4. Assegurar a propriedade, o sigilo e a integridade sobre os programas e dados, objetos deste contrato, caso sejam fornecidos pelo Contratado ao Contratante; devolvendo-os, na ocorrência de término ou rescisão do presente Contrato, caso existente;

2.2.5. Zelar pelos equipamentos e programas objeto deste Contrato, responsabilizando-se pela cobertura securitária dos mesmos, se for o caso;

2.2.6. Disponibilizar a infra-estrutura adequada para operacionalizar os serviços objeto do presente Contrato;

2.2.7. É de responsabilidade da CONTRATANTE a digitação e/ou à alimentação de dados ao Sistema;

2.2.8. Informar formalmente, com cópia da carteira de identificação, a autoridade de trânsito e os servidores que terão acesso ao sistema, bem como definir e identificar oficialmente as opções de acesso a que cada servidor será responsável; no caso da autoridade de trânsito anexar o ato administrativo de nomeação;

2.2.10. É da responsabilidade da CONTRATANTE a solicitação expressa do bloqueio de acesso de servidores ao sistema, bem como informar as eventuais mudanças da autoridade de trânsito.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. Pelos serviços objeto do presente Contrato a CONTRATANTE pagará o percentual de 16% (dezesesseis por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário, conforme abaixo discriminado:

3.1.1. O preço pelos técnicos de informática relativos a Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, conforme especificado no ANEXO I e na Cláusula Primeira, subitem 1.1.1 e 1.1.4., correspondem ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário;

3.1.2. Pelos serviços de postagem junto a Empresa de Correios e Telégrafos (EBCT), conforme descrito na Cláusula Segunda, correspondente ao percentual 11% (onze por cento) do valor total das multas de trânsito efetivamente recolhidas através do sistema bancário;

3.2. Em caso de alteração na forma de postagem das notificações, os valores e percentuais definidos na cláusula 3.1.2. serão automaticamente repassados à CONTRATANTE, independentemente de formalização por meio de termo aditivo ao presente Contrato.

3.3. Poderá a CONTRANTE, mediante comunicação formal com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contratar os serviços de postagem diretamente com a Empresa de Correios e Telégrafos (EBCT), ou qualquer outro órgão, havendo neste caso a exclusão do percentual estabelecido no subitem 3.1.2 supra;

3.4. Na hipótese do valor da multas anuladas (baixadas sem pagamento) mensalmente exceder a 10% (dez por cento) do valor total das efetivamente recolhidas no mesmo mês, o CONTRATADO faturará adicionalmente 16%(dezesesseis pro cento) dos valores anulados.

## CLÁUSULA QUARTA - DO FATURAMENTO

4.1. O pagamento dos serviços contratados será feito por crédito em conta-corrente bancária do CONTRATADO, na mesma data em que ocorrer o recolhimento do valor da multa;

4.2. A CONTRATANTE deverá autorizar o órgão arrecadador a creditar diariamente, na conta-corrente do CONTRATADO nº 4388-5, agência 3582-3 do BANCO DO BRASIL S/A, o percentual de 16% (dezesesseis por cento) do valor total das multas recolhidas naquela data;

4.3. Os valores correspondentes ao percentual excedente das multas anuladas (baixadas sem pagamento), caso venham a ocorrer, serão faturadas adicionalmente, devendo a CONTRATANTE pagá-las através de depósito bancário na conta-corrente nº 4388-5, agência 3582-3 do BANCO DO BRASIL S/A ;

4.4. O faturamento ocorrerá mensalmente até o último dia do mês.

## CLÁUSULA QUINTA - DA DURAÇÃO E RESCISÃO

**5.1. DURAÇÃO**

5.1.1. - O presente contrato terá sua vigência pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de assinatura, condicionada a eficácia à publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, na forma do que determina o artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, de 21/06/93, com suas alterações posteriores, podendo ser prorrogado, de acordo com a legislação vigente.

**5.2. RESCISÃO**

5.2.1. - O presente Contrato poderá ser rescindido pelas partes, na forma dos art. 78 e art. 79, da Lei nº 8.666/93, amigavelmente por proposição de qualquer das partes, mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 60 (sessenta) dias, pela superveniência de disposição legal que torne este contrato inexecutável ou impraticável ou por decisão judicial.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

6.1. As partes, por meio do presente instrumento e de acordo com o artigo 79, inciso II, da lei 8.666/93, rescindem todo e qualquer outro contrato entre as partes referente ao mesmo objeto ora contratado, sendo pelo presente substituído;

6.2. Novos serviços ou qualquer alteração nos atualmente prestados serão objetos de negociação entre as partes, podendo ser descritos por meio de termos de aditamento, não estão incluídas as disposições legais que independem de qualquer aditamento;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

7.1. As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta da arrecadação de multas de trânsito pela CONTRATANTE, através da rede bancária;

7.2. A prestação de serviços não previstos no presente instrumento será objeto de aditivo contratual, mediante acordo entre as partes;

7.3. Incumbirão à CONTRATANTE a responsabilidade e as despesas de publicação do presente Contrato.

7.4. - O acesso às informações/processamento das multas objeto do presente, nos termos do especificado nesse Instrumento e no Anexo I, encontram fundamento no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9503/97, artigo 22, parágrafos XIII e XIV, bem como nas demais normas pertinentes.

Fica eleito o foro de Florianópolis, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em duas vias impressas de igual teor e forma que, lidas e achadas conforme, são assinadas pelo CONTRATANTE, pelo CONTRATADO e por testemunhas.

Arroio Trinta, 16 de Outubro de 2013.

Pelo Contratante:

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Pelo Contratado:

JOÃO RUFINO DE SALES

Presidente

PAULO RICARDO CORREIA BONIFÁCIO

Vice-presidente de Tecnologia

LAURO LUIZ DE ANDRADE

Vice-presidente Administrativo e Financeiro

RUY SERGIO RUNDBUCHNER

Vice-presidente comercial

Testemunhas:

ABELARDO MATOS FILHO

GESTOR DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES

ANEXO I

**1. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.1. - Compreende a prestação regular de serviços de Cessão de Uso do Sistema denominado "DetranNet, módulo Fiscalização" desenvolvido pelo Ciasc, referente a inserção e atualização permanente, dos banco de dados centralizados, de veículos, condutores e de infração de trânsito, do Estado de Santa Catarina, mantidos no DATACENTER do CONTRATADO, sob gestão do DETRAN-SC, por meio de acesso WEB ao Sistema DetranNet, módulo Fiscalização pela CONTRATANTE.

**2. DOS SERVIÇOS PRESTADOS****2.1 REGISTRO DE MULTA NA BASE CENTRAL DO ESTADO****2.1.1 - Objeto do Serviço**

Atualização, do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, mantida no DATACENTER do CONTRATADO, incorporando as multas geradas pela CONTRATANTE, considerando as do próprio município, de outros municípios do Estado de Santa Catarina, bem como de outras unidades da federação.

**2.1.2 - Descrição dos Serviços**

2.a. - Através de acesso WEB para execução em tempo real são disponibilizados os seguintes serviços:

2.a1. - Crítica e consistências dos dados digitados, com as bases de dados centralizadas;

2.a2. - Informação das inconsistências a serem corrigidas;

2.a3. - Inclusão, exclusão, alteração e baixa das multas na base de dados do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização;

2.a4. - Integração do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização com o cadastro de veículos e proprietários - Estadual (DETRAN) e Nacional (RENAVAN), cadastro de condutores de veículos - Estadual (SSP/DETRAN) e Nacional (RENACH) e Cadastro de Identificação Civil - Estadual (SSP).

2.b. - Os seguintes serviços, abaixo relacionados, complementam o objeto contratado e garantem o registro da multa na base de dados do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização:

2.b1. - Acesso somente a usuários autorizados;

2.b2. - Manutenção das bases de dados atualizadas;

2.b3. - Integridade física e lógica dos dados armazenados no Data Center da CONTRATADA;

2.b4. - Execução de BackUp's diários das bases de dados, bem como os procedimentos para restauração;

2.b5. - Provimento de energia ininterrupto (no-break / Gerador) no ambiente do Data Center da CONTRATADA;

2.b6. - Controle e gerenciamento de melhorias e alterações nos formatos e/ou nas especificações de telas, ou nos critérios de validação;

2.b7. - Central de Atendimento a clientes 24 horas por dia, 7 dias por semana;

2.b8. - Controle dos processos de recursos de infrações de trânsito - DEFESA DE AUTUAÇÃO/ INDICAÇÃO DE CONDUTOR/JARI/ CETRAN;

2.b10. - Fornecimento, mediante solicitação formal, de cópia das multas em cobrança registradas no "DetranNet, módulo Fiscalização", contendo os dados de multas do município inseridas pela CONTRATANTE, existentes na data de geração do arquivo.

**2.2 BLOQUEIO E DESBLOQUEIO DE MULTAS****2.2.1 - Objeto do Serviço**

Efetuar a mudança da situação das multas (bloqueio/desbloqueio legal, administrativo ou judicial), na base de dados do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, mediante acesso WEB e em tempo real pela CONTRATANTE.

**2.2.2 - Descrição dos Serviços**

Atualização mediante acesso on line e em tempo real, ou automaticamente por condição imposta por legislação, o status de bloqueio/desbloqueio, que deverá ocorrer com as multas fornecidas pela CONTRATANTE, com a finalidade de impedimento ou liberação da movimentação de veículo no que se refere a transferência e licenciamento.



**2.3 EMISSÃO/ IMPRESSÃO DE NOTIFICAÇÕES E RECURSOS****2.3.1 - Objeto do Serviço**

Compreende a emissão/impressão da notificação de Autuação, de Penalidade e de Resultado de Recurso, com o respectivo comprovante de AR-DIGITAL.

**2.3.2 - Descrição dos Serviços**

Definição e confecção dos documentos das notificações referidas no objeto 2.4.1 de acordo com exigências legais.

Geração/Impressão eletrônica com tecnologia a laser em papel A4, envelopado, micro-serrilhado, com comprovante de Aviso de recebimento anexado.

**2.4 PROCESSAMENTO DE NOTIFICAÇÃO****2.4.1 - Objeto do Serviço**

Processar de forma WEB as rotinas do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização para entrada de dados, crítica e consistência, em tempo real e de forma integrada, as bases de dados de veículos, proprietários e de condutores.

**2.4.2 - Descrição dos Serviços**

Através de permissões de acesso, a CONTRATANTE terá a seu dispor, de acordo com seu perfil, acesso aos vários menus do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização. Podendo assim, atualizar dados e fazer consultas WEB, bem como, emitir relatórios.

**Termo Aditivo Nº 0002/2013**

TERMO ADITIVO Nº 0002/2013, AO CONTRATO Nº 0001/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO E SILAGEM PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2012.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa AMARILDO ROBERTO BRAMBILA - ME empresa privada, CNPJ 17.194.480/0001-71, com sede na Rua Treze Tilias, nº 109, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Senhor AMARILDO ROBERTO BRAMBILA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli s/n, Centro, no Município de Arroio Trinta-SC, devidamente inscrito no CPF sob nº 030.254.099-75 e CI n.º 4.059.951, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, cuja celebração foi autorizada no Processo Administrativo nº 0080/2012, PREGÃO PRESENCIAL 0019/2012, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 Art. 65, II, alínea d, combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA** - As partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, cominada com a Lei nº 8.883/94, e contrato 0001/2013, aditam o presente contrato da Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º 0019/2012, aumentando em 510 horas o objeto do contrato, correspondendo a 17%(dezessete por cento) da quantidade total de horas licitada).

**Parágrafo único** - O contrato passa a vigor com 3510(três mil quinhentos e dez horas) e os valores a serem pagos, são os descritos no Termo Aditivo 0001/2013, ou seja R\$37,18(TRINTA E SETE REAIS E DEZOITO CENTAVOS) por hora trabalhada, conforme Lei Municipal nº 1.372 de 12/01/2009 e Lei Municipal nº 1.522 de 07/02/2011, o restante, a empresa deverá acertar com os agricultores interessados.

**CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA** - Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os efeitos.

Arroio Trinta - SC, 07 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Contratante

AMARILDO ROBERTO BRAMBILA-ME

CNPJ 17.194.480/0001-71

Contratada

Testemunhas

Nome: LÚCIA MARIA MANENTI

CPF: 715.609.129-87

Nome: IRIO SERIGHELLI

CPF:163.594.709-00

ARROIO TRINTA, 07 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZAÇÃO

ADITIVAÇÃO DE CONTRATO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2012 ADITIVAR CONTRATO 0001/2013, ACRÉSCIMO DE 17% NA QUANTIDADE DE HORAS LICITADAS, CORRESPONDENDO A 510 HORAS, DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO.

A ADITIVAÇÃO SE JUSTIFICA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E POR ATENDER A LEGALIDADE,

ALCIDIR FELCHILCHER

PreFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

Da Alteração dos Contratos

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) (VETADO).

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área

econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

TERMO ADITIVO Nº 0002/2013 AO CONTRATO Nº 0001/2013, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SILAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE ADUBO ORGÂNICO PARA OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0079/2012.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2012.

OBJETO: ADITIVAÇÃO DE 510 HORAS

## Atalanta

### PREFEITURA

#### **D e C R e T o N.º 083/2013**

D E C R E T O N.º 083/2013

“Institui horário de trabalho, em regime especial, para os serviços da Prefeitura Municipal de Atalanta, adota normas de contenção de despesas e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 65 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

- considerando a constante redução da arrecadação, bem como a necessidade de se estabelecer o equilíbrio financeiro exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal);

- considerando a necessidade de redução de gastos no âmbito da Administração Pública, notadamente nos setores que não afetam as atividades de caráter contínuo e emergencial à população;

- considerando que o funcionamento das repartições públicas municipais em horário reduzido e contínuo permitirá diminuir as despesas com transportes, alimentação, combustíveis e os serviços públicos de água, luz e telefone.

- considerando que o Município, tem a obrigatoriedade de promover o controle das contas públicas, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade fiscal,

#### **D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica instituído o horário de trabalho para os serviços da Prefeitura Municipal de Atalanta, em regime especial somente as sextas-feiras, conforme se estabelece a seguir:

I - Secretaria de Transportes e Obras: turno de trabalho ininterrupto de quatro horas e meia, sendo este das 07:30 às 12:00 horas;

II - Secretaria da Administração e Finanças: turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo este das 08:00 às 12:00 horas;

III - Secretaria da Educação, Esporte e Cultura, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo das 08:00 às 12:00 horas;

IV - Secretaria da Saúde e Assistência Social, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo das 08:00 às 12:00 horas;

V - Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo este das 08:00 às 12:00 horas, para os serviços administrativos.

VI - Secretaria do Turismo e Meio Ambiente, turno de trabalho ininterrupto de quatro horas, sendo este das 08:00 às 12:00 horas.

§ 1º - Os serviços, considerados essenciais e contínuos ficam

excluídos do horário especial e funcionarão em regime de plantão.

§ 2º - Os serviços de caráter extraordinário somente serão realizados mediante autorização do Chefe do Executivo ou da Secretaria da Administração e Finanças, acompanhada de justificativa.

§ 3º - Fica reservado o tempo de 15 minutos para horário do café, sendo este das 09:00 às 09:15 horas.

Art. 2º - Fica vedado, no período em que estiver em vigor o horário de que trata o presente Decreto, os seguintes serviços ou atividades:

I - ligações telefônicas por servidores que não tenham o controle dos órgãos da Administração, inclusive ligações de natureza particular;

II - a utilização de quaisquer bens ou serviços por servidores, que não estejam autorizados pelo controle dos respectivos órgãos, bem como, serviços que não tenham previsão legal;

III - a realização de despesas ou efetivação de compras, por qualquer órgão da Administração, sem a devida autorização do Chefe do Executivo, ou a quem este delegar competência.

§ 1º - O responsável ou servidor que infringir qualquer disposição de lei, especialmente os dispositivos constantes do presente Decreto, responderá pelas sanções cabíveis.

§ 2º - Os contratos existentes entre a Administração e terceiros não considerados essenciais, depois de revistos conforme a sua necessidade, poderão ser rescindidos na forma da lei.

Art. 3º - Todos os servidores deverão se ajustar e promover esforços no sentido de racionalizar a execução dos serviços, visando à diminuição de despesas sem prejuízo do atendimento qualificado à população.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 11 de novembro de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### **Lei Nº 3415/2013**

LEI Nº 3415/2013 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013

INSTITUI O MÊS “OUTUBRO ROSA”, DEDICADO A AÇÕES PREVENTIVAS À INTEGRIDADE DA SAÚDE DA MULHER.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Biguaçu, o mês de outubro como sendo “Outubro Rosa”, mês dedicado à realização de ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Art. 2º - No mês “Outubro Rosa”, o Poder Público, em cooperação com o Conselho Municipal de Saúde, entidades civis e iniciativa privada, realizarão campanhas de esclarecimentos, exames e outras ações educativas e preventivas à saúde da mulher, priorizando:

I - prevenção ao câncer de mama e colo de útero;

II - doenças sexualmente transmissíveis;

III - afecções ginecológicas mais comuns.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de novembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3415/2013, de 07/11/2013  
Sancionada em 07/11/2013  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### **Lei Nº 3416/2013**

LEI Nº 3416/2013 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013  
DENOMINA VIA PÚBLICA A SERVIDÃO TONIR MARTINS DA FONSECA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Tonir Martins da Fonseca, a via pública com extensão de 51,00 m, que inicia à primeira esquerda da Rua Vidal Mendes subindo, após a mercearia da Vó Cida, Bairro

Boa Vista com Coordenadas 27°30'30.70" Sul e com coordenadas 48°40'21.65" Oeste. Termina em frente da residência do Sr. Alfredo e do terreno do Chico da marmoraria com coordenadas 27°30'32.34" Sul e com coordenadas 48°40'21.78" Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 07 de novembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Lei nº 3416/2013, de 07/11/2013  
Sancionada em 07/11/2013  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### **Decreto Nº 180/2013**

DECRETO Nº 180/2013 DE: 01 DE NOVEMBRO DE 2013.  
REVOGA OS INCISOS II E IV, DO ARTIGO 1º, DO DECRETO N.º 178, DE 23/10/2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado os incisos II e IV, do art. 1º, do Decreto n.º 178/2013.

Art. 2º Este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de novembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito de Municipal

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS  
Escriturária

### **Portaria Nº 3192 de 11 de Novembro de 2013**

PORTARIA nº 3192 de 11 de novembro de 2013  
ERRATA:

Na portaria 3074/2013, de prorrogação da servidora Bruna de Souza, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 3074 de 22 de outubro de 2013:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse BRUNA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENFERMEIRO DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2013 a 31/01/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse BRUNA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/11/2013 a 31/01/2014.

Biguaçu, 11 de novembro de 2013.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 3193 de 11 de Novembro de 2013**

PORTARIA nº 3193 de 11 de novembro de 2013  
AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;  
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;



ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;  
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;  
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cultura;  
BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;  
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;  
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;  
DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DANIEL FRANCISCO GASPAS FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;  
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;  
ELIAS ZACARIAS ROMÃO; ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;

FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro,  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GLEYSER NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;  
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;  
JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal,  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de



Auxiliar de Veterinário I;  
MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;  
NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceiteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;  
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
SILVANA CESCONETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;  
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada

Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 123/2013 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, TIPO ÁLCOOL, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL 10 PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 15h00min do dia 14/11/2013, às 14h59minh do dia 27/11/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00minh do dia 27/11/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 14/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

### **Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 124/2013 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim

Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA RADIOLOGIA PARA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO (UPA) cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 13h00min do dia 14/11/2013, às 12h59min do dia 27/11/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 13h00min do dia 27/11/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 14/11/2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [compras@saudebigua.sc.gov.br](mailto:compras@saudebigua.sc.gov.br)

Biguaçu, SC, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

POR DELEGAÇÃO - LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

### Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 137/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO, LRF, COMPRAS E LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, ESTOQUE, FOLHA DE PAGAMENTO, PONTO ELETRÔNICO, RAIS, DIRF, SEFIP, EDUCAÇÃO, ESCOLA, PROTOCOLO, OUVIDORIA, TRIBUTAÇÃO, ABRANGENDO OS MÓDULOS OPERACIONAIS NA PREFEITURA DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 27 novembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 27 novembro, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 11 de novembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

### 52ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

52ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 18/11/2013, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 12 de novembro de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1064 - Médico - Clínico Geral

01 - Jane da Silva

02 - Isvania Patricia Ferreira Lopes

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

### Portaria Nº 253/13 de 12 de Novembro de 2013.

PORTARIA Nº 253/13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido a Servidora Municipal Sra. JANAINÉ SELIG, matrícula nº 435-9, portador do CIC sob. nº 048.049.869-52, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Telefonista, admitida em 02 de fevereiro de 2009, a partir do dia 13/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.



Paço Municipal, aos 12 de novembro de 2013.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

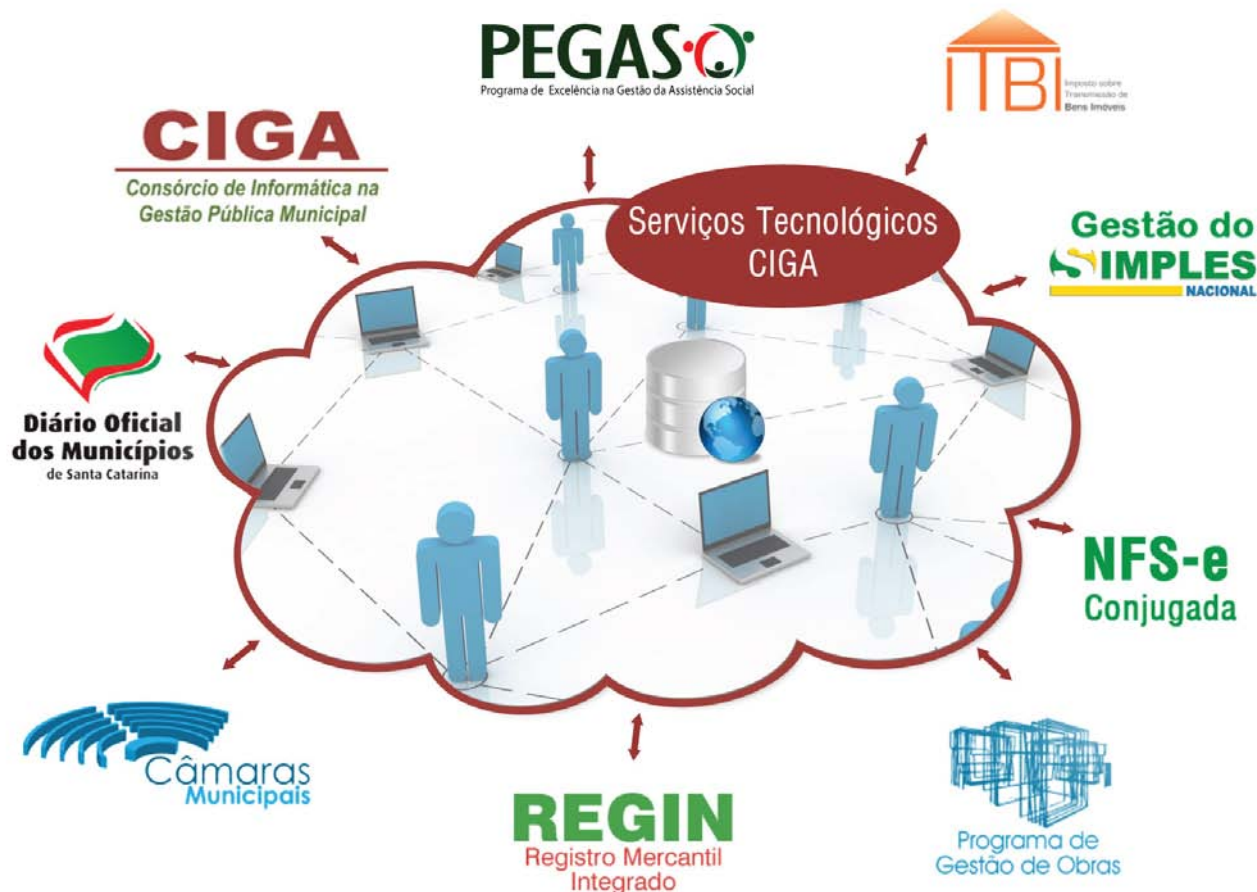
### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 65/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 72/2013  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 65/2013 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 27.11.2013, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo., pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 12 de Novembro de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preços 09/2013 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Toner laser compatível 100% novo/lacrado (preto). Para impressora sansung SCX 5530fn. (3466)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	MASTER	0	127,5755	1
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	PS3	0	127,6144	2
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	CANAL VERDI	0	128,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	D&A	0	128,0571	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PREMIUN	0	129,6000	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	MASTERPRIN	0	131,5000	6
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ECO	0	132,3300	7
2	Toner laser compatível 100% novo/lacrado (preto). Para impressora sansung SCX 4623F. (3467)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	MASTER	0	88,3578	1
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	PS3	0	88,3856	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	D&A	0	88,5429	3
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	CANAL VERDI	0	89,0000	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	PREMIUN	0	89,8000	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	MASTERPRIN	0	90,5000	6
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	ECO	0	91,6600	7



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 27 preto C8727AL 8 ml. (3468)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	60,4224	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	60,4248	2
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	60,4364	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	60,4567	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	60,4762	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	60,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	61,5900	7
4	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 28 Colorida C8728AL 8 ml. (3469)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	80,9848	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	80,9164	2
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	80,9841	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	81,0044	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	81,0341	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	81,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	82,4800	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 122 preto CH561HB 2ml. (3470)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	34,5188	1
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	34,5239	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	34,5357	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	34,5565	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	34,5636	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	34,8000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	35,1900	7
6	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 122 tricolor CH564HB 8ml. (3471)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	70,0176	1
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	70,0385	2
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	70,0541	3
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	70,0785	4
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	70,4708	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	70,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	71,3500	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Cartucho de tinta original do fabricante, da impressora HP 56 preto C6656AL 19ml. (3472)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	73,6537	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	73,6695	2
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	73,6870	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	73,7009	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	73,7271	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	74,8000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	75,0500	7
8	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 57 tricolor C6657AL 19ml. (3473)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	103,2231	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	103,2072	2
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	103,2384	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	103,2872	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	103,3278	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	104,5000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	104,9000	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Cartucho de tinta original, do fabricante da impressora HP 21 preto C9351AL 5ml. (3474)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	50,0826	1
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	50,0499	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	50,0792	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	50,1241	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	50,1387	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	50,8000	6
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	51,0200	7
10	Cartucho, de tinta original do fabricante da impressora HP 22 Tricolor C9352AL 5ml. (3475)	UND	ELMO PAPELARIA LTDA EPP (6716)	HP	0	66,3325	1
			ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA (6596)	HP	0	66,3115	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6587)	HP	0	66,3225	3
			Sandro Vilmar Pires ME (6712)	HP	0	66,3779	4
			DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA. (6244)	HP	0	66,4005	5
			LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME (6715)	HP	0	66,5000	6



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013****Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6713)	HP	0	67,3500	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2013**

**Número do Registro de Preços: 9/2013****Data do Registro: 13/08/2013****Válido até: 13/08/2014****Objeto da Compra:** Registro de preços para Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2013**

**PROCESSO Nº 14/2013**

(6244) - DIMAPEL-DISTRIB.MAQUINAS E PAPELARIA LTDA.

(6587) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME

(6596) - ESCRIMATE COM. MAT ESCR. E INFORMÁTICA LTDA

(6712) - Sandro Vilmar Pires ME

(6713) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

(6715) - LUIS FERNANDO MACARINI MONTALI COMERCIO ME

(6716) - ELMO PAPELARIA LTDA EPP

Braço do Trombudo, 13 de Agosto de 2013.

# Caçador

## PREFEITURA

### Aviso Chamada Pública 01-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br)

Edital: CHAMADA PÚBLICA nº 01/2013 - FMS

Objeto: Seleção e possível contratação de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, para atender a demanda do Município de Caçador, SC, de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

Prazo: no máximo até às 17:00 horas do dia 13/12/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br).

Caçador, 08 de novembro de 2013.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde

### Contrato 86-2013 Saúde

Contrato 86/2013 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa habilitada para construção/ampliação do posto de saúde Castelhana, processo licitatório nº 45/13, TP nº 02/13. Contratado: Construtora Edificação Ltda Me. Prazo: 240 dias. Valor: R\$ 151.212,85

### Contrato 87-2013 Saúde

Contrato 87/2013 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa habilitada para construção/ampliação do posto de saúde de Nossa Sra. Salete, processo licitatório nº 45/13, TP nº 02/13. Contratado: Construtora Edificação Ltda Me. Prazo: 240 dias. Valor: R\$ 137.342,17

### Contrato 88-2013 Saúde

Contrato 88/2013 - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa habilitada para construção/ampliação do posto de saúde Bairro Municípios, processo licitatório nº 45/13, TP nº 02/13. Contratado: Construtora Edificação Ltda Me. Prazo: 240 dias. Valor: R\$ 198.255,48

### Contrato Administrativo Nº 93/2013 - Prefeitura

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2013, - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2011 CONCORRÊNCIA Nº 02/2011, 4º ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 131/2011, PRORROGA PRAZO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS, CONCEDE REAJUSTE E ACRESCENTA SISTEMA FLY TRANSPARÊNCIA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMAS DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS, CONTRATADA: a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, estabelecida na Rua João Pessoa, 134, 1º andar, centro, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.456.865/0001-67, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 131/2011 e seus aditamentos contratos 06/2012, 039/2012 e 121/2012 para locação de sistemas para todos os órgãos, fundos, fundações e autarquias do Município, sendo estes sistemas: CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO, TESOURARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ATENDIMENTO AO CIDADÃO VIA INTERNET, ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA INTERNET, CONTROLE DE FROTA, CONTROLE DE ESTOQUE, CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS, CONTROLE DE ÍNDICES DE GESTÃO, CONTROLE DE PROCURADORIA, EDUCAÇÃO, CONTROLE DE BIBLIOTECA, OUVIDORIA, CONTROLE DE PROTOCOLO E CONTROLE DE LEGISLAÇÃO, O prazo de vigência do presente instrumento é pelo período de 12 meses, iniciando em 08 de novembro de 2013 e findando dia 10 de novembro de 2014, Fica concedido o reajuste nos preços praticados no percentual de 5,2726% (cinco vírgula vinte e sete, vinte e seis por cento), IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, de conformidade com a Cláusula Quarta do Contrato Principal, passando a vigor os seguintes valores:

1. Prefeitura Municipal e Secretarias:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 15 usuários simultâneos	2.377,02	28.524,24
1.2	12	Mês	Planejamento com até 02 usuários simultâneos	384,86	4.618,32
1.3	12	Mês	Tesouraria com até 06 usuários simultâneos	22,63	271,56
1.4	12	Mês	Compras e Licitações com até 09 usuários simultâneos	1.245,11	14.941,32



1.5	12	Mês	Patrimônio com até 03 usuários simultâneos	203,74	2.444,88
1.6	12	Mês	Folha de Pagamento com até 10 usuários simultâneos	2.433,62	29.203,44
1.7	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos com até 03 usuários simultâneos	430,12	5.161,44
1.8	12	Mês	Sistema de Ponto Eletrônico com até 02 usuários simultâneos	169,78	2.037,36
1.9	12	Mês	Sistema de Tributação Municipal com até 30 usuários simultâneos	2.297,79	27.573,48
1.10	12	Mês	Sistema de Atendimento ao Cidadão via internet sem limitação de usuários Web-cidadão	339,58	4.074,96
1.11	12	Mês	Sistema de Escrituração Fiscal via internet sem limitação de usuários	2.377,02	28.524,24
1.12	12	Mês	Sistema de Controle de Frotas com até 02 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
1.13	12	Mês	Sistema de Controle de Estoque com até 02 usuários simultâneos	181,11	2.173,32
1.14	12	Mês	Sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas sem limitação de usuários (Fly –Notas)	6.451,92	77.423,04
1.15	12	Mês	Sistema de Protocolo com até 04 usuários simultâneos	226,38	2.716,56
1.16	12	Mês	Sistema de Controle de Índices com até 10 usuários simultâneos (Fly indicadores)	113,19	1.358,28
1.17	12	Mês	Sistema de Ouvidoria com até 02 usuários simultâneos	22,63	271,56
1.18	12	Mês	Sistema de Controle de Legislação com até 02 usuários simultâneos	22,63	271,56
1.19	12	Mês	Sistema de Educação com até 36 usuários simultâneos-Módulo Escola e Módulo Secretaria e Escola	3.112,63	37.351,56
1.20	12	Mês	Sistema de Biblioteca com até 04 usuários simultâneos	282,98	3.395,76
1.21	12	Mês	Sistema de Procuradoria com até 12 usuários simultâneos	339,57	4.047,84
1.22	12	Mês	Sistema Servidor Público	688,21	8.258,52
1.23	12	Mês	Sistema Fly Transparência	900,00	10.800,00
			Valor Total R\$	24.780,99	293.344,88

## 2. Locação dos sistemas para Fundação Municipal do Meio Ambiente:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VLR UNIT	VLR TOTAL
2.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 02 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
2.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos	101,87	1.222,46
2.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 usuário	113,19	1.358,28
2.4	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários simultâneos	22,63	271,56
2.5	12	Mês	Sistema RH	132,66	1.591,92
2.6	12	Mês	Sistema Servidor Público	298,83	3.585,96
			Valor Total R\$	827,65	9.931,82

## 3. Locação dos sistemas para Fundação Municipal de Cultura:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
3.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 02 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
3.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos	101,87	1.222,46
3.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 Usuário	113,19	1.358,28
3.4	12	Mês	Recursos Humanos com 01 usuário	22,63	271,56
3.5	12	Mês	Tesouraria com 01 usuário	22,63	271,56
3.6	12	Mês	Sistema Servidor Público	298,83	3.585,96
			Valor Total R\$	717,62	8.611,44

## 4. Locação dos sistemas para Fundação Municipal de Esportes:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
4.1	12	Mês	Contabilidade Pública com 01 usuário	158,47	1.901,64
4.2	12	Mês	Compras e Licitações com 02 Usuário	101,87	1.222,46
4.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 Usuário	113,19	1.358,28
4.4	12	Mês	Tesouraria com 01 usuário	22,63	271,56
4.5	12	Mês	Sistema Servidor Público	298,83	3.585,96
			Valor Total R\$	694,99	8.339,88



## 5. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Assistência Médica:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
5.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 01 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
			Valor Total R\$	158,47	1.901,64

## 6. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Assistência Social:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
6.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 04 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
6.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 02 usuários simultâneos	62,26	747,12
6.3	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários Simultâneos	22,63	271,56
			Valor Total R\$	243,36	2.920,32

## 7. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Habitação:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
7.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 01 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
7.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 01 usuários simultâneos	62,26	747,12
7.3	12	Mês	Tesouraria com até 02 usuários Simultâneos	22,63	271,56
			Valor Total R\$	243,36	2.920,32

## 8 Locação dos sistemas para Fundo Municipal da infância e Adolescência:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
8.1	12	Mês	Contabilidade Pública com até 02 usuários simultâneos	158,47	1.901,64
8.2	12	Mês	Compras e Licitações com até 01 usuários simultâneos	62,26	747,12
8.3	12	Mês	Tesouraria com até 01 usuários Simultâneos	22,63	271,56
			Valor Total R\$	243,36	2.920,32

## 9. Locação dos sistemas para Fundo Municipal de Saneamento Ambiental:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
9.1	12	Mês	Contabilidade Pública com 01 Usuário	158,47	1.901,64
9.2	12	Mês	Compras e Licitações com 01 usuário	62,26	747,12
			Valor Total R\$	220,73	2.648,76

## 10. Locação dos sistemas para Instituto de Pesquisa e Planejamento de Caçador - IPPUC:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10.1	12	Mês	Contabilidade Pública com 01 Usuário	158,47	1.901,64
10.2	12	Mês	Compras e Licitações com 01 Usuário	101,87	1.222,44
10.3	12	Mês	Folha de Pagamento com 01 Usuário	124,51	1.494,12
10.4	12	Mês	Planejamento com 01 usuário	113,19	1.358,28
10.5	12	Mês	Tesouraria com 01 usuário	22,63	271,56
10.6	12	Mês	Sistema RH	143,37	1.720,44
10.7	12	Mês	Sistema servidor Público	298,83	3.585,96
			Valor Total R\$	962,87	11.554,44

## 11. Serviços Técnicos

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
11.2	300	Hora	Suporte Técnico após implantação dos sistemas	67,91	20.373,00
11.3	35	Diária	Limite de reembolso Diária das despesas de alimentação e estada no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico	113,19	3.961,65
11.4	10000	KM	Limite de reembolso Diária das despesas com deslocamento no suporte técnico, quando exigida a presença do técnico	0,68	6.800,00

**Contrato Administrativo Nº 94/2013 - Prefeitura**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº94/2013 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2010 CONCORRÊNCIA 01/2010, 3º ADITAMENTO AO CONTRATO de PERMISSÃO Nº 148/2010, PRORROGA PRAZO E APLICA REAJUSTE - Objeto - SELEÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE PERMISSÃO DE USO DAS SALAS NÚMEROS 01 A 07 QUE COMPÕE O TERMINAL RODOVIÁRIO COMENDADOR SELVINO CARAMORI, AUTORIZADO/CONTRATADO: GENOINO PIEROG - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.208.040/0001-59, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato de Permissão nº 148/10, e seus aditamentos, período de 12 meses, e aplicação de reajuste no percentual de 5,2726% (cinco virgula vinte e sete vinte e seis por cento) O valor que passa a vigorar a contar da data assinatura do presente instrumento, com a aplicação do reajuste referente ao IGP-M acumulado nos últimos doze meses, sendo o valor total de R\$ 2.832,84 (dois mil oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos). O prazo de vigência do presente instrumento é para 12 meses iniciando em 16 de novembro de 2013 e findando em 16 de novembro de 2014

12 Mês Autorização de Uso sala nº 05 do Terminal Rodoviário

236,07

**Camboriú****PREFEITURA****Lei N.º 2.609/2013**

LEI N.º 2.609/2013

Institui o Programa Remédio em Casa e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa Remédio em Casa, com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida, das pessoas portadoras de doenças crônicas, usuárias da Rede Municipal de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

Art. 2º A entrega do medicamento deverá ser efetivada na residência do paciente, salvo impossibilidade de acesso, quando poderá ser indicado pelo paciente outro endereço próximo à sua residência.

Art. 3º A periodicidade da entrega deverá ser preferencialmente mensal, devendo sempre atender aos requisitos da quantidade necessária de medicamento sem que se interrompa o tratamento, bem como o prazo de validade do medicamento a ser utilizado.

Art. 4º O envio dos medicamentos deverá obedecer a prescrições médicas e será executado mediante o cadastramento do paciente, que deverá ser atualizado anualmente para fins de endereçamento e prova e identidade do recebedor, obedecendo as quantidades necessárias ao uso mensal, ou ainda as quantidades prescritas pelo médico segundo a necessidade de cada paciente.

Art. 5º Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no art. 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa Remédio em Casa deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições:

I - que residem no município de Camboriú;

II - que estão regularmente cadastrados junto à Secretaria Municipal de saúde;

III - a Secretaria Municipal da Saúde avaliará a necessidade do encaminhamento do remédio no domicílio do paciente, mediante avaliação da assistência social da saúde.

Art. 6º O Poder Executivo poderá criar uma central de distribuição que deverá mediante a prescrição médica, separar, acondicionar e enviar os medicamentos com aviso de recebimento por parte da pessoa beneficiada pelo Programa, seus familiares e prepostos, desde que também sejam cadastradas para este fim, controlando assim exatamente as quantidades enviadas, bem como a necessidade real de novas aquisições de medicamentos.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 8º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente LEI.

Art. 9º Esta Lei entra em vigência no exercício em que for considerada na estimativa da receita da lei orçamentária, bem como tiver sido compatibilizada com as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 07 de novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

**Lei N.º 2.610/2013**

LEI N.º 2.610/2013

Autoriza o Município de Camboriú a celebrar Convênio de Cooperação Técnica de Estudos Técnicos Especializados com a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 82.747.460/0001-42, situada na Rua Luiz Lopes Gonzaga, nº 1.655, Bairro São Vicente, na cidade de Itajaí/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste na cooperação técnica de estudos técnicos especializados para a elaboração de projetos básicos de infraestrutura nas áreas de macrodrenagem, pavimentação e edificações.

Art. 3º Pelos serviços prestados, o Município de Camboriú transferirá à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI os seguintes valores:

PROJETOS:	UNIDADE:	VALOR:
Levantamento Topográfico Planialtimétrico Cadastral	Metro linear	R\$ 3,50
Projeto de Drenagem Pluvial Urbana	Metro linear	R\$ 2,00
Projeto de Pavimentação Urbana	Metro linear	R\$ 2,20
Projeto de Sinalização Viária Urbana – Vertical e Horizontal	Metro linear	R\$ 1,50
Projeto de Calçadas com Acessibilidade	Metro linear	R\$ 1,00
Estudo e Projeto de Macrodrenagem	Metro linear	R\$ 3,50
Projeto Arquitetônico	Metro quadrado	R\$ 10,00
Projeto Estrutural	Metro quadrado	R\$ 6,00
Projeto Elétrico	Metro quadrado	R\$ 4,00
Projeto Telefônico	Metro quadrado	R\$ 1,00
Projeto CFTV	Metro quadrado	R\$ 1,00
Projeto Hidro Sanitário	Metro quadrado	R\$ 3,00
Projeto Preventivo de Incêndio	Metro quadrado	R\$ 3,00
Projeto de Instalações Especiais	Metro quadrado	R\$ 1,00
Projeto Urbanístico Completo	Metro quadrado	R\$ 12,00
Maquete Eletrônica (imagem)	Und.	R\$ 900,00

Art. 4º O convênio, que constitui parte integrante desta Lei, será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 36 (trinta e seis) meses.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 08 de novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### Anulação do PR 65/13 - PMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 065/2013-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 150/2013 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PARA COLETA DE LIXO RECICLAVEL EM DIVERSAS RUAS, ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E CONDOMINIOS RESIDENCIAIS NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº2320/2011 QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA NO

MUNICÍPIO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 12 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### PR 23/2013 - FMAS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2013-FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHO DE TINTA E TONER, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COORDENADO PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Novembro de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 12 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Termo de Errata PR 36/13 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 036/2013-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 036/2013 - FMS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ITENS ESTES QUE NÃO FORAM COTADOS NO PREGÃO 31/13", sofreu a seguinte alteração:

Foi adicionado dois itens no Anexo I.

- 03 - Estrogenios conjugados 0,3MG - COMP - Quantidade 500,00
- Preço Unitário R\$ 1,3000
- 04 - Diazepam 5MG/ML - Solução Injetável - Quantidade 100,00
- Preço Unitário R\$ 0,7000

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 27/11/2013 as 09h30min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 12 de Novembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1096/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1096/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAG5365	54455446E	6920/0	17/04/2013	R\$ 127,69	233
ADY5694	54622858E	5312/0	04/08/2013	R\$ 957,69	176 * IV
AEL7217	54456787E	6599/2	23/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
AEL7217	54456788E	6912/0	23/04/2013	R\$ 53,20	232
AEL7217	54456789E	5045/0	23/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
AJK3566	55004092D	6599/2	18/01/2012	R\$ 191,53	230 * V
AJK3566	55004093D	5010/0	18/01/2012	R\$ 574,61	162 * I
AJU7234	54456729E	5169/1	26/04/2013	R\$ 1.915,38	165
ALV0439	55006411D	6700/1	22/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
AQO7644	55653828D	6599/2	05/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
AQO7644	55653829D	5169/1	05/05/2013	R\$ 1.915,38	165
AQO7644	55653830D	6912/0	05/05/2013	R\$ 53,20	232
CIC1719	55654721D	6548/0	30/03/2013	R\$ 85,12	229
DAZ6089	55652615D	6769/1	14/09/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
DCS7941	54456477E	5010/0	23/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
DCS7941	54456478E	5061/0	23/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
ECO0309	54455662E	5045/0	07/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
GPE8064	54456388E	6920/0	17/04/2013	R\$ 127,69	233
GRG5444	54456736E	5045/0	27/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
GVR0720	55006101D	5045/0	08/03/2012	R\$ 191,53	162 * V
IAY5884	55006982D	6599/2	17/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
IKA1123	54457028E	6637/2	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IKA1123	54457029E	6408/0	29/04/2013	R\$ 85,12	221
IKA1123	54457032E	6637/1	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IKA1123	54457033E	5010/0	29/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
IKA1123	54457034E	5061/0	29/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IKA1123	54457035E	7340/0	29/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
IKA1123	54457036E	6912/0	29/04/2013	R\$ 53,20	232
IMW0771	54455448E	6920/0	17/04/2013	R\$ 127,69	233
IMW0771	55655198D	6637/2	27/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IMW0771	55655199D	5320/0	27/03/2013	R\$ 957,69	176 * V
JPN6573	54455856E	6637/2	12/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
KYL3551	55653827D	6599/2	05/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWY4645	55651581D	6599/2	06/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWY4645	55651582D	5010/0	06/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWY4645	55651583D	5274/1	06/08/2012	R\$ 191,53	175
LWY4645	55651584D	6726/1	06/08/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWY4645	55651585D	5169/1	06/08/2012	R\$ 957,69	165
LWY4645	55651586D	5118/0	06/08/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXF3775	54455680E	5010/0	06/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXK8843	55654718D	6920/0	27/03/2013	R\$ 127,69	233
LXK8843	55654719D	5010/0	27/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXK8843	55654720D	6610/2	27/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXL1406	54457108E	6599/2	24/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXL1406	54457109E	6912/0	24/04/2013	R\$ 53,20	232
LXQ4242	55953207C	6920/0	11/08/2011	R\$ 127,69	233
LYD0721	55006548D	6556/1	14/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
LYK1248	55654898D	5010/0	21/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYK1248	55654899D	6599/2	21/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYL1929	55650779D	5010/0	22/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYL1929	55650780D	6599/2	22/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYU2811	54456811E	5169/1	28/04/2013	R\$ 1.915,38	165
LYY1509	55651219D	6599/2	03/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZB6690	54455838E	5010/0	06/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZB6690	54455839E	5061/0	06/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZB6690	54455840E	6653/1	06/04/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LZB6690	54455841E	7340/0	06/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
LZB6690	54455999E	6599/2	06/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZB6690	54456000E	6610/2	06/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZO2464	55006436D	6599/2	17/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZO2464	55006438D	5037/1	17/10/2012	R\$ 574,61	162 * III
LZQ4769	54456743E	6548/0	29/04/2013	R\$ 85,12	229
LZQ4769	54456744E	6726/1	29/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZT7591	55006909D	6599/2	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZV6223	55653585D	6599/2	04/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAK8098	55002517D	5010/0	04/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAK8098	55002518D	5118/0	04/02/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAK8098	55002519D	6599/2	04/02/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAK8098	55002521D	5274/3	04/02/2012	R\$ 191,53	175
MAK8098	55003633D	6726/1	04/02/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAN0694	54455985E	7340/0	01/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MAW6363	54455625E	5010/0	29/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAW6363	54455626E	6912/0	29/03/2013	R\$ 53,20	232
MAW6363	54455627E	6637/1	29/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAW6363	54455628E	6602/0	29/03/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MAW6363	54455629E	6726/1	29/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBC2113	55005390D	5010/0	23/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBG4964	54455421E	5010/0	05/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBG4964	54455427E	5061/0	05/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBG4964	54455832E	5274/1	05/04/2013	R\$ 191,53	175
MBG4964	54455833E	6556/1	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBG4964	54455834E	7340/0	05/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MBG4964	54455994E	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBG4964	54455996E	6610/2	05/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCI8186	55651631D	6599/2	13/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCP1283	54456792E	5010/0	23/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCP1283	54456793E	5118/0	23/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCS7704	54455979E	5010/0	29/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCS7704	54455980E	5061/0	29/03/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCS7704	54455981E	7340/0	29/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCS7704	54455982E	6599/2	29/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCS7704	54455983E	6912/0	29/03/2013	R\$ 53,20	232
MCT9681	54456854E	6599/2	20/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCT9681	54456855E	6912/0	20/04/2013	R\$ 53,20	232
MCT9681	54456856E	6653/1	20/04/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDE4221	54456786E	6912/0	25/04/2013	R\$ 53,20	232
MDG6143	55006949D	6653/2	22/04/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MDJ6345	54455783E	5010/0	05/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDJ6345	54455784E	5282/0	05/05/2013	R\$ 957,69	176 * I
MDJ6345	54455785E	5169/1	05/05/2013	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ6345	54455786E	5061/0	05/05/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDL6605	55653068D	5010/0	26/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDL6605	55653069D	6599/2	26/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDQ2371	54455467E	6599/2	28/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDU3919	54456655E	6610/2	22/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MDU7403	54455707E	6637/2	09/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDU7403	54455708E	7340/0	09/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDU7403	54455709E	6556/1	09/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDV6545	54456492E	5010/0	06/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDV6545	54456493E	5061/0	06/05/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDV6545	54456494E	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDV6545	54456495E	6912/0	06/05/2013	R\$ 53,20	232
MDW2319	54456751E	7340/0	20/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDY1104	55654646D	5010/0	12/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDY1104	55654648D	6653/1	12/04/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDY1194	54455777E	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDY1194	54456957E	6653/1	01/05/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEE9697	54456806E	6599/2	26/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEE9697	54456807E	5010/0	26/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEI1556	55653582D	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEI1556	55653583D	6912/0	01/05/2013	R\$ 53,20	232
MEJ3033	55650588D	6637/1	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MEJ5082	55004796D	6653/2	16/01/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MEJ5082	55005289D	6653/2	15/02/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MEL1557	54457462E	6769/1	28/04/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MEL1557	55655327D	6556/1	28/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MEN5679	54456760E	6599/2	20/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEN5679	54456761E	6912/0	20/04/2013	R\$ 53,20	232
MEP9858	54455470E	6653/1	28/04/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEP9858	54455471E	6610/2	28/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEP9858	54455472E	7340/0	28/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEP9858	54455473E	6637/1	28/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEX2261	55005145D	5010/0	27/02/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEY3754	54456721E	5045/0	26/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFC5003	55005453D	6653/2	18/02/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MFD4461	54457113E	5010/0	26/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFD4461	54457114E	5118/0	26/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFE6639	55005035D	6599/2	23/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFF1052	54457023E	6599/2	28/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF1052	54457025E	6653/1	28/04/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MFF1052	54457026E	6912/0	28/04/2013	R\$ 53,20	232
MFJ4198	54455640E	6637/2	11/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MFJ4198	54455641E	6556/1	11/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFJ4198	54455664E	5010/0	11/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFL2130	55005792D	5045/0	30/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFP5537	54456687E	7340/0	30/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFR3729	54455444E	6920/0	17/04/2013	R\$ 127,69	233
MFS2718	54457019E	6599/2	28/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS2718	54457020E	5061/0	28/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFS2718	54457022E	5010/0	28/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFS5130	54456654E	6599/2	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS6339	54455466E	6599/2	28/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFW8481	54457451E	5010/0	27/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFW8481	54457452E	7340/0	27/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFW8481	54457453E	6912/0	27/04/2013	R\$ 53,20	232
MGF7345	55654775D	5045/0	13/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGM1177	55655196D	6637/2	24/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MGM1177	55655197D	6912/0	24/03/2013	R\$ 53,20	232
MGO4335	54455665E	5010/0	16/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGP1376	54456784E	6700/0	23/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MGR7620	55007007D	5010/0	27/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGS7261	54456701E	6599/2	21/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHB0872	54456307E	5045/0	20/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHB0872	54456308E	5037/1	20/04/2013	R\$ 574,61	162 * III
MHB0872	54456853E	6912/0	20/04/2013	R\$ 53,20	232
MHL2453	54456753E	6599/2	20/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHL2453	54456755E	5045/0	20/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHL2453	54456756E	6912/0	20/04/2013	R\$ 53,20	232
MHL2453	54456757E	5096/0	20/04/2013	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
MHL3456	54455812E	7340/0	25/03/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHL3456	54455813E	5274/1	25/03/2013	R\$ 191,53	175
MHL3456	54455817E	6610/2	23/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHN7308	55005781D	5010/0	29/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHN7308	55005782D	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHR2747	54456252E	5010/0	10/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHR2747	54456253E	5061/0	10/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHU0818	55005786D	6599/2	30/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHU0818	55005787D	5010/0	30/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIG6241	55652134D	6653/2	02/08/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIJ3487	54457085E	7340/0	03/05/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MIK8122	55651511D	6599/2	20/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIO3212	54456501E	6610/2	19/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MIQ9767	54455767E	6599/2	19/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIU6556	54456783E	6700/0	23/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MIX1014	54455342E	5061/0	28/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MIX1014	54455345E	7340/0	28/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MIX1014	54455346E	6912/0	28/04/2013	R\$ 53,20	232
MJA8081	54456745E	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJJ1023	55653029D	5045/0	24/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJK7531	54455754E	6726/1	03/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJW6874	54456476E	5010/0	23/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJZ1550	54456387E	6920/0	17/04/2013	R\$ 127,69	233
MKF9461	55951718C	5010/0	26/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
MKF9461	55951719C	5061/0	26/06/2012	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MKF9461	55951720C	6653/1	26/06/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MKJ7187	55655419D	5274/1	01/04/2013	R\$ 191,53	175
MKJ7187	55655422D	7340/0	01/04/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKJ7187	55655423D	6726/1	01/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 1097/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 1097/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZG4752	55958241B	7056/1	23/05/2012	R\$ 191,53	244 * III
MAC5989	55005364D	6955/0	08/04/2012	R\$ 85,12	236
MAK8098	55002520D	5835/0	04/02/2012	R\$ 127,69	195
MAK8098	55003632D	5185/1	04/02/2012	R\$ 127,69	167
MAW5434	55651164D	5550/0	29/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBC1816	55006704D	7048/1	25/03/2012	R\$ 191,53	244 * II
MBH0872	55005005D	5185/1	09/01/2012	R\$ 127,69	167
MEB1985	55953297C	5380/0	30/10/2011	R\$ 85,12	181 * I
MFM3498	55006123D	5819/1	30/04/2012	R\$ 574,61	193
MFQ3365	55951712C	5819/2	01/05/2012	R\$ 574,61	193
MGE8058	55651051D	5878/0	28/04/2012	R\$ 85,12	199
MGR4741	55006625D	5878/0	17/04/2012	R\$ 85,12	199
MHT8769	55003500D	5908/0	27/03/2012	R\$ 127,69	202 * I
MIA0267	55005970D	7366/2	23/04/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MIH5654	55651411D	5550/0	27/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIS7395	55651163D	5550/0	29/04/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIU4113	55949499C	5541/1	22/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 8.023 de 11 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.023 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

04.122.0107.2.101 - Manutenção e Coordenação do Gabinete e Casa da Cidadania

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339036.00.136 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física  
R\$ 300,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Chefia de Gabinete

04.122.0107.2.101 - Manutenção e Coordenação do Gabinete e Casa da Cidadania

300000.00.136 - Despesas Correntes

330000.00.136 - Outras Despesas Correntes

339000.00.136 - Aplicações Diretas

339030.00.136 - Serviços de Terceiros - Material de Consumo  
R\$ 300,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
11 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 11/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 8.025 de 12 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.025 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NOS TERMOS DO ART. 3º DA EC 47/05, DO ART. 79-S DA LEI MUNICIPAL Nº 2.537/01 DA SERVIDORA PÚBLICA MARIA OSNILDA MARTINS MARIA OSNILDA MARTINS E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, DECRETA:

Art.1º) Aposentar, por tempo de contribuição, conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 005/2013 nos termos do art. 3º, da EC 47/05, combinado com o artigo 79-S da Lei Municipal nº 2.537/01 de 17 de julho de 2001, Artigo 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 que Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município que trata sobre o Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos, a Servidora Pública MARIA OSNILDA MARTINS, portadora do CPF/MF nº 638.523.499-15 e do RG nº 6.650.482, detentora da Matrícula Funcional nº 000050, Registro no Sistema sob nº 62000, Pis/Pasep nº 10684606914, ocupante do cargo de provimento efetivo e na função de Auxiliar de Enfermagem, do Quadro de Pessoal em extinção do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, correspondente a integralidade da remuneração de contribuição da Servidora Pública, correspondendo o valor de R\$ 1.799,43 (um mil, setecentos e noventa e nove reais, quarenta e três centavos), que será pago mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
12 de novembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Prefeito Municipal Diretor Executivo - IPRECAL

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/11/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Pregão (Eletrônico) Nº. 102/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2013

MODALIDADE PREGÃO (Eletrônico), como Registro de Preços

#### DISPOSIÇÕES INICIAIS

- O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e ainda, do Decreto Municipal nº 4.116 de 21 de março de 2006, que Regulamento o Sistema de Registro de Preços no Município de Campo Alegre, na modalidade PREGÃO (Eletrônico) como Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792 de 03 de julho de 2007, Decreto Federal nº 6.204/2007, Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis.

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de kit escolar para distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental para o ano letivo de 2014. As quantidades e especificações constam do Anexo I, parte integrante deste Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:



Recebimento das Propostas: das 8:00h do dia 13/11/2013, às 9:30h do dia 27/11/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 27/11/2013 no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor total
01	1.650	Unid	Apontador confeccionado em polipropileno virgem atóxico, para lápis sem coletor, de aproximadamente 1,5 x 2,5cm, diversas cores exceto rosa	R\$ 0,75	R\$ 1.237,50
02	3.500	Unid	Tubo de cola branca atóxica lavável, contendo 90 gramas. Composição: base em PVA, com selo do INMETRO, tubo flexível com abertura da tampa giratória.	R\$ 1,95	R\$ 6.825,00
03	2.500	caixa	Lápis de cor longo com 12 cores com selo do INMETRO madeira reflorestada. Formato sextavado confeccionado em madeira reflorestada com selo do INMETRO a marca do fabricante deverá estar gravado no corpo do lápis.	R\$ 7,00	R\$ 17.500,00
04	5.000	unid	Lápis preto nº 2 escrever ultra resistente. Escrita cor grafite. Cor do lápis preto. Dimensões mínimas: 173mmx6mm sextavado ou redondo, confeccionado em madeira reflorestada com selo do INMETRO a marca do fabricante deverá estar gravado no corpo do lápis.	R\$ 0,50	R\$ 2.500,00
05	1.500	Unid	Pasta de papelão plastificada, com aba e elástico, lisa, (sem ilustração), diversas cores exceto preto e rosa	R\$1,75	R\$ 2.625,00
06	3.000	Unid	Régua confeccionada em PET, ultra-resistente (que possibilite flexionar até encostar as pontas sem quebrar). Dimensões mínimas: 30mmx310mm com espessura 2 mm, peso 24g. Acabamento corte declive (base espessura diminuída 1 mm) Com graduação impressa de 0 a 30 cm.	R\$ 1,35	R\$ 4.050,00
07	1.200	Unid	Massa de modelar com 06 cores, atóxica, composição: água, carboidrato de cereais, sal, corante e essência	R\$ 3,50	R\$ 4.200,00

08	4.700	Caixa	Caderno brochura 48 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.	R\$ 1,30	R\$ 6.110,00
09	1.200	Unid	Caderno universitário, capa dura, de aproximadamente 198 x 275 mm, 10 matérias, folhas brancas.	R\$ 9,00	R\$ 10.800,00
10	2.000	Unid	Caneta esferográfica ponta 1,0 mm azul com escritamédia, corpo em resina termoplástica, com respiro no centro do tubo, formato exagonal, com ponta em latão e esfera de tungstênio, deverá possuir selo do INMETRO.	R\$ 1,00	R\$ 2.000,00
11	1.200	Unid	Caneta esferográfica ponta 1,0 mm preta com escrita média, corpo em resina termoplástica, com respiro no centro do tubo, formato exagonal, com ponta em latão e esfera de tungstênio, deverá possuir selo do INMETRO.	R\$ 1,00	R\$ 1.200,00
12	5.000	Unid	Caderno brochura 60 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.	R\$ 1,75	R\$ 8.750,00
13	250	Unid	Caderno brochura 96 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa paisagens da natureza (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.	R\$ 2,30	R\$ 575,00
14	800	Unid	Caderno caligrafia, 40 folhas brancas, capa flexível, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.	R\$ 1,10	R\$ 880,00
15	2.000	Unid	Caderno desenho, tamanho aproximado 200 x 275 mm, com 48 folhas brancas, c/ espiral, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa.	R\$ 2,50	R\$ 5.000,00
16	2.600	Unid	Borracha branca oval. Dimensões mínimas: 55mmx28mm, espessura 10 mm, peso 19g	R\$ 1,20	R\$ 3.120,00

17	1.300	Unid	Tesoura escolar, com pontas arredondadas, Lâmina de metal, cabo plástico em formato anatômico. Tamanho aproximado 13,5 cm A marca do fabricante deverá estar gravado na lâmina da tesoura e deverá possuir selo do INMETRO.	R\$ 1,95	R\$ 2.535,00
18	1.000	Unid	Cola colorida –estojo com 6 cores sortidas Altura: 1,00 cm- Largura: 2,00 cm-Profundidade: 15,00 cm-Peso: 15,00 - Quantidade (ml) 25g- atóxica, lavável- e secagem rápida.	R\$ 5,50	R\$ 5.500,00
19	1.300	caixa	Giz de cera (curto e grosso), com 15 cores.	R\$ 2,30	R\$ 2.990,00
20	300	unida	Caneta hidrográfica (canetinha), estojo com 06 cores de 1ª qualidade	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
21	900	unid	Caderno de desenho tamanho aproximado 145 x 203 mm, com no mínimo 40 folhas brancas, estampa infantil ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores exceto rosa	R\$ 1,20	R\$ 1.080,00
22	450	Unid	Compasso em corpo metálico com selo INMETRO, resina termoplástica, na cor azul, com no mínimo 15,2 cm de altura e 3,8 cm de largura. Profundidade 1,1 cm. Roldana de regulagem em metal. Com grafite e regulador.	R\$ 4,70	R\$ 2.115,00

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC, através do telefone/fax nº (47) 3632 -2266, Setor de Licitações, acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br>, para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 12 de novembro de 2013.  
MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira/Chefe do Serviço de Suprimentos

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### Publicação do Edital de Inexigibilidade de Licitação Nº 11/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 155/2013

Inexigibilidade de Licitação n.º 11/2013

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratada: Simone Wenning.

Objeto: Contratação de leiloeira oficial para realização de Leilão Público para venda de bens materiais inservíveis a esta administração.

Valor: O valor deste contrato é de R\$ 14.131,00 (quatorze mil cento e trinta e um reais) que foi obtido através da aplicação do percentual de 05% (cinco por cento) sobre o valor total inicial, avaliado pela Comissão de Avaliação e autorizado através das Leis Municipais n.º 5.165/2013 e 5.183/2013, ou seja, R\$ 282.620,00 (duzentos e oitenta e dois mil seiscentos e vinte reais). Tendo em vista, que a remuneração do leiloeiro está fixada em 5% sobre o valor total das vendas realizadas, o valor contratado poderá ser alterado para mais ou para menos, por meio de termo aditivo, em função do resultado final de todas as vendas realizadas no Leilão.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

#### Publicação do Edital de Pregao Presencial Nº FMAS 05/2013

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 08/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 05/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03 de Dezembro de 2013, às 10h05min, a abertura das propostas para AQUISIÇÃO DE 01 MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, 01 MICRO-ONDAS E 01 RACK DESTINADO AO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CREAS. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

# Capinzal

## PREFEITURA

### Portarias

PORTARIA Nº 894, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede férias regulamentares a servidores na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 68 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Ficam determinadas férias regulamentares, no mês de novembro de 2013, aos seguintes servidores:

Servidor	Período Aquisitivo	
Ademir Jose Toigo	02/01/2012	01/01/2013
Ana Paula Tedesco Nora	06/02/2012	05/02/2013
Bruna Maria Moresco	06/02/2012	05/02/2013
Eliana Luiza Durli	02/01/2012	01/01/2013
Flavio Dalavequia	18/11/2011	17/11/2012
Maria Dagmar Wolff Surdi	09/10/2012	08/10/2013
Monica Salete Gotardo	07/03/2012	06/03/2013
Valdelcir Expedito Mazziero	02/01/2012	01/01/2013
Valdir Tenutti	01/01/2013	31/12/2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013

Capinzal, SC, em 01 de novembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 892, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

Dispõe sobre a composição da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC do município de Capinzal, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a Lei nº 2.507, de 26 de novembro de 2003 e com o Decreto nº 074, de 28 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil:

I - Marco Antonio Hachmann - Coordenador;

II - Josi Mary Côas - Secretaria;

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Defesa Civil:

I - Marco Antonio Hachmann - representante da Secretaria da Administração e Finanças;

II - Gerson Luiz Valduga - representante da Secretaria de Infra-estrutura;

III - Belomi Maria Rossatto - representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes;

IV - Janete Gotardo Rosa - representante da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social;

V - Edgar Martins da Silveira de Ávila - representante da Secretaria

da Agricultura e Meio Ambiente;

VI - Keli Suzana Perin Thums - representante da Diretoria de Desenvolvimento Social;

VII - Sd BM Pedro Benato Morosini - representante do Corpo de Bombeiros Militar;

VIII - 3º Sgt PM Adalberto Dias de Oliveira - representante da Polícia Militar;

IX - Fernando de Oliveira Kostycha - representante da Polícia Civil;

X - Ademir de Giacometi - representante do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE;

XI - Marcel Leonardo Gasparetto Boz - representante das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC;

XII - Vlademir Andreoni - representante do Lions Clube Capinzal e Ouro;

XIII - Antonio Carlos Belotto - representante do Jeep Clube;

XIV - Camilo Cremonini - representante do Moto Clube Capinzal e Ouro - MCCO.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 30 de outubro de 2013.

Capinzal, SC, em 30 de outubro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 895, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

Remove servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no §3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por interesse do Serviço Público Municipal, pelo período de 01 de novembro a 20 de dezembro de 2013, a servidora Jocineia Lukacviz, matrícula nº 32991.6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em caráter temporário, para substituir a servidora Gisele da Graça Matos, que ficará em Licença Maternidade, a contar de 04 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 896, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 596/2013, que reduziu a carga horária do servidor Valdelir Francisco de Souza, matrícula



nº 32011.0, a contar da presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 901, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 865/2013, que cessou efeito da concessão de FC - 1 ao servidor Nelson Nordt, matrícula nº 31651.2, a contar da presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 897, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada pelo período de 01 de novembro a 13 de dezembro de 2013, Christiane Ramos, matrícula nº 39894.2, para exercer as funções do cargo de Professor de Arte, nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço, em substituição a titular Elisiane Slon-go, que está em auxílio doença.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 898, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

Exonera servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 4173/2013, a servidora Leila Mara Ferreira, matrícula

nº 40743.7, contratada para exercer o cargo de Enfermeiro, nível 376, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 899, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio ao servidor Orides Lopes, matrícula nº 31714.4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 15 de maio de 1986 a 14 de maio de 1991, pelo período de 01 de novembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 900, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de novembro a 20 de dezembro de 2013, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jocilei Dorigon Helt, matrícula nº 32336,5, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Gisele da Graça Matos, que está em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de novembro a 30 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 01 de novembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 902, DE 04 DE NOVENBRO DE 2013  
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 04 de novembro de 2013 a 03 de março de 2014, conforme atestado médico, à servidora Gisele da Graça Matos, matrícula nº 31034.4, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de novembro de 2013.

Capinzal, SC, em 04 de novembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 903, DE 04 DE NOVENBRO DE 2013  
Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado pelo período de 04 de novembro a 31 de dezembro de 2013, Flavio Jose Dondoni, matrícula nº 32871.5, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º O servidor está sendo contratado em substituição ao titular Fernando Roza de Freitas, que se encontra em licença para tratar de interesses particulares.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 04 de novembro de 2013.

Capinzal - SC, em 04 de novembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN  
Secretário da Administração e Finanças

### **Dispensa de Licitação 21/2013**

PROCESSO Nº 138/2013  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2013

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação conforme segue:

#### **OBJETO**

O objeto trata de Contratação por Dispensa de Licitação, nos incisos II, do art. 24 da Lei Federal Nº 8.666/93, do advogado Sr. Pery Saraiva Neto, para a elaboração e interposição de contrarrazões, acompanhamento processual, distribuição de memoriais e realização de sustentação oral junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC, em que são partes Sra. Sayonara Maria D Agnoluzzo Boaretto e Outros e o Município de Capinzal, recursos próprios.

#### **FORNECEDOR(ES)**

40910.3 - PERY SARAIVA NETO					
Item/ Sub	Descrição	Quant.	Unid	Preco Unitario	Preco Total

00001	CONTRATAÇÃO DIRETA DO ADVOGADO PERY SARAIVA NETO, com objeto específico a elaboração e interposição de Contrarrazões, acompanhamento processual, distribuição de memoriais e realização de sustentação oral junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJSC no recurso de Agravo de Instrumento nº 2013.058436-2, tendo como Relator o Desembargador Domingos Paludo, em que são partes Sayonara Maria D'agnoluzzo Boaretto e Outros e o Município de Capinzal.	1,0	UN	7.650,00	7.650,00
R\$ 7.650,00					

## VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
PERY SARAIVA NETO	00001
R\$ 7.650,00(SETE MIL E SEISCENTOS E CINQUENTA REAIS)	

## PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
20	REDUZIDO
3	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
1	SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4	ADMINISTRACAO
122	ADMINISTRACAO GERAL
15	ADMINISTRACAO GERAL E FINANCEIRA
2009	MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DA ADMINISTRACAO
3390399900	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
1000000	Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 12 de novembro de 2013

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**PMC Contrato 0224/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0224/2013

Pregão Presencial Nº 57/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DALMASS COMERCIO DE PECAS LTDA ME

OBJETO: Contratação de 100(cem) horas de serviços de manutenção da Patrula 12H/2013, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade com prévia aprovação do órgão/entidade contratante do orçamento das peças a serem substituídas, nos termos do Pre-julgado nº 0803, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recursos próprios.



VALOR R\$: 6.250,00  
VIGÊNCIA: 11/11/2013 ate 31/12/2013

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato N°. 217/13

EXTRATO DO CONTRATO Nº 217/13 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL. Processo de Licitação n. 40/2013. Pregão Presencial nº. 27/2013. CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul-Fundo Municipal de Saúde. CONTRATADA: UNITÁ VEÍCULOS LTDA. ASSINATURA: 11/11/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 4.4.90.52.52(34). OBJETO: aquisição de um veículo zero KM, tipo utilitário Mini-Van. VALOR: R\$ 58.500,00(cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

### SAMAE

#### Extrato de Contrato 30/2013

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 30/2013  
DATA: 01/NOVEMBRO/2013  
CONTRATADO: CISAM/SUL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DO SAMAE AO CISAM-SUL PARA PROMOÇÃO DE OBJETIVOS DIVERSOS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E CONTÁBEIS.  
VALOR: R\$ 32.912,38 (TRINTA E DOIS MIL, NOVECIENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).  
PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
DATA: 01/NOVEMBRO/2013  
CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Errata do Edital de Licitação do Pregão Presencial Nº 130/2013-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2013-PMC

A Secretaria Municipal de Finanças torna pública a correção do edital de licitação do Pregão Presencial nº 130/2013 PMC, na seguinte forma: Onde se lê: Preço máximo unitário R\$ 0,04, no anexo "B", página 24; Leia-se: Preço máximo unitário R\$ 0,035.  
O prazo para protocolo dos envelopes de habilitação e abertura da licitação, fica alterado: Protocolo para dia 26 de novembro de 2013, até às 16h00min, e a abertura da licitação, no dia 27 de novembro de 2013 às 14h00min.  
Informações complementares: As alterações e o Edital em inteiro teor estarão à disposição dos interessados na home page www.

concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 12 de novembro de 2013.  
JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA N. SEGUNDO  
Secretária Municipal de Finanças

#### Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 36/2013 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE  
DE LICITAÇÃO Nº 36/2013 - PMC

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, II c/c artigo 13 VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 08 de novembro de 2013, para a prestação dos serviços de ministrar palestras, para capacitação e treinamento dos Professores da Secretaria Municipal de Educação, com o tema -Educação Infantil: Tempo de cuidar, educar e criar., em favor de GERALDO PEÇANHA DE ALMEIDA - ME, no valor total de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

#### Extrato do Convênio Nº 38/2013 - Fumdeagro

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
DA AGROPECUÁRIA - FUMDEAGRO  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 38/2013 - FUMDEAGRO  
ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Administrador-Geral, senhor RUI MAR SCORTEGAGNA e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LAGEADO GUILHERME, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.790/0001-91, representada pelo seu Presidente, senhor LEONIR SGARBOSSA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural mediante manutenção da frota agrícola.  
VALOR: R\$ 20.000,00.  
PRAZO: Até 31.12.2013, a partir da data da assinatura.  
DATA DA ASSINATURA: 12 de novembro de 2013.

#### Extrato do Resultado da Proposta Técnica Tomada de Preços Cs Nº 1/2013 - Fmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS CS Nº 1/2013 - FMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto museográfico referente à concepção expográfica e à dos espaços integrantes do Museu Histórico Hermano Zanoni e demais áreas destinadas a exposição em sua nova sede, no Centro Cultural Concórdia, conforme Memorial Descritivo, constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da proposta técnica da licitação em epígrafe, nos seguintes termos, a licitante: JP CULTURAL LTDA ME, obteve a pontuação, referente ao quadro técnico, de 57 pontos. Outrossim, fica a licitante convocada a participar da sessão de abertura de seu Envelope nº 03 - Proposta de Preço, no dia 14 (quatorze) de novembro de 2013, às 14h00min (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 12 de novembro de 2013.

NAIR KOPPE VOGT

Vice Presidente da C.P.L.

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº 32/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE LUZES NATALINASCONTRAT

Tipo: Menor Valor/ Unitário

Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 25/11/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 25/11/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 12 de Novembro de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial - Processo 01/2013 FUNREBOM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM COMPRESSOR DE AR DE ALTA PRESSÃO, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por lote. Abertura dos envelopes: 26.11.2013 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:30 às 12:00hs e das 13:30 às 18:00, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 13 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES

Pregoeiro Municipal

#### Rerratificação do Edital - Pregão Presencial 71/2013 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 71/2013

1ª. RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, conforme segue: alteração nos quantitativos. Feitas as devidas correções e entendendo que estas afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, retifica-se data anteriormente marcada para abertura das propostas, passando a ser no dia 26.11.2013 às 10:00 horas, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 13 de novembro de 2013.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON GERALDO RODRIGUES ANTUNES

Pregoeiro Municipal

#### Extrato Reajuste ao Contrato - Chamada Pública 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO - REAJUSTE AO CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 435/2013 - Reajuste nº 272/2013

Objeto: Leite Longa Vida Integral de R\$ 1,92 (valor contratado) para R\$ 2,28, objetivando manter a mesma margem de lucro estabelecida na época da licitação, eis que observado o disposto na lei federal 8.666/94, capítulo III, seção III, da alteração dos contratos..

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa: COOPERATIVA REG. AGR. TERRA LIVRE.

CNPJ: 10.248.3021/0001-37

Chamada Publica nº 01/2013

Correia Pinto/SC, 12 de novembro de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal



# Corupá

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 644/2013

DECRETO Nº. 644/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 44.000,00( quarenta e quatro mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	15.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas	29.000,00
		TOTAL	44.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas	15.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas	29.000,00
		TOTAL	44.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
18 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezoito dias do mês de outubro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº. 645/2013

DECRETO Nº. 645/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 148.000,00( cento e quarenta e oito mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	148.000,00
		TOTAL	148.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	148.000,00
		TOTAL	148.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
28 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e oito dias do mês de outubro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**Decreto Nº. 648/2013**

DECRETO Nº. 648/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.123 de 29 de outubro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 119.000,00 (cento e dezenove mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	119.000,00
		TOTAL	119.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	98.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	6.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas	15.000,00
		TOTAL	119.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
29 de outubro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e nove dias do mês de outubro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**Decreto Nº. 652/2013**

DECRETO Nº. 652/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 250.730,00( duzentos e cinquenta mil e setecentos e trinta reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm.e Compras	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	490,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Ativ. Div. Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	240,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00



		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.000			
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	29.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	49.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação - CAECO	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	13.500,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	

08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	9.500,00
		TOTAL	250.730,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm.e Compras	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	490,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Ativ. Div. Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	240,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	

018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	29.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	49.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação - CAECO	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	9.500,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	4.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	9.500,00

		TOTAL	250.730,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
01 de novembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda ao um dia do mês de novembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### Decreto Nº. 653/2013

DECRETO Nº. 652/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 250.730,00( duzentos e cinquenta mil e setecentos e trinta reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm.e Compras	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	490,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	

004.122.0009.2004		Manutenção Ativ. Div. Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	240,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	29.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	49.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	

012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação - CAECO	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	13.500,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	9.500,00
		TOTAL	250.730,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm.e Compras	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Municipal e Planejamento	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	490,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Ativ. Div. Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	240,00



04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	25.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	3.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	29.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	49.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	40.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	

08.001		Divisão de Educação	
012.367.0047.2023		Manutenção dos Centros de Educação - CAECO	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	9.500,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	4.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação	
08.001		Divisão de Educação	
012.366.0049.2022		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas	9.500,00
		TOTAL	250.730,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
01 de novembro de 2013.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda ao um dia do mês de novembro de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão Presencial Nº 281/2013 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 281/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE SACOS DE LIXO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 28/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 28/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).



Curitibanos, 11 de Novembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

### **Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 280/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para registro de preços destinados a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012., CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 28/11/2013, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 28/11/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 07 de Novembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **Minuta de Edital de Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 4/2013**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº4/2013.

A Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE Curitibanos, CONFORME PROJETO BÁSICO QUE PASSA A COMPOR O EDITAL DESTA LICITAÇÃO. O prazo final para entrega dos envelopes é o dia 04/12/2013, às 14h00. Os interessados poderão ter acesso à íntegra do Edital no site [www.camaracuritibanos.sc.gov.br](http://www.camaracuritibanos.sc.gov.br), ou retirar pessoalmente junto à Câmara Municipal, sito à rua Archias Ganz, 288, durante o horário das 14h00 às 18h00.

Curitibanos, 11 de novembro de 2013.

VILMA NATALINA FONTANA MACIEL

Presidente

RICARDO BROCARDO

Presidente C.E.L.

## **Faxinal dos Guedes**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato de Distrato Contratual**

Estado de Santa Catarina. Município de Faxinal dos Guedes. EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL. Contratante: Município de Faxinal dos Guedes. Contratado: Angelo Sandi. Objeto: locação de imóvel destinado ao abrigo municipal de Faxinal dos Guedes, firmado em 16 de janeiro de 2013.

Faxinal dos Guedes - SC, 11 novembro de 2013.

EDEGAR GIORDANI,

Prefeito Municipal.

## **Forquilha**

### **PREFEITURA**

#### **Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 37/FMS/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 37/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto, a aquisição de móveis e afins para atender as necessidades dos diversos setores da Secretaria de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de novembro de 2013 às 10:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) e [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 12 de novembro de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

## **Fraiburgo**

### **PREFEITURA**

#### **Decreto Nº 0331/2013**

DECRETO Nº 0331, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais) nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (21) R\$ 15.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.01 - Secretaria de Finanças

04.123.0005.2.010 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (37) R\$ 10.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (103) R\$ 10.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (259) R\$ 9.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (139) R\$ 30.000,00

Total R\$ 74.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento

05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento

3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 0.1.0200 (17) R\$ 5.000,00

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (18) R\$ 10.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças

06.01 - Secretaria de Finanças

04.123.0005.2.010 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (36) R\$ 10.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (101) R\$ 10.000,00

3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0200 (261)

R\$

9.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de Infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (137) R\$ 30.000,00

Total R\$ 74.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Decreto Nº 0332/2013

DECRETO Nº 0332, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0323 (61) R\$ 200.000,00

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0322 (84) R\$ 200.000,00

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.030 - Manutenção das Festividades do Município

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (105) R\$ 50.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0511 (172) R\$ 20.000,00

Total R\$ 470.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417240100 - Transferência de Recursos do FUNDEB R\$ 400.000,00

4133999 - Outras Receitas de Concessões R\$ 50.000,00

417213410 - Transf. de Recursos do FNAS - PFMC R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 470.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## Decreto Nº 0333/2013

DECRETO Nº 0333, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0403 (2) R\$ 50.000,00  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0432 (98) R\$ 100.000,00

10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de Saúde  
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0406 (19) R\$ 90.000,00

Total R\$ 240.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213301 - Transferência de Recursos do SUS - PAB R\$ 50.000,00  
417213318 - Transf. de Recursos do SUS - PMAQ R\$ 100.000,00  
417213304 - Transferência de Recursos do SUS - PACS R\$ 90.000,00

TOTAL R\$ 240.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0334/2013**

DECRETO Nº 0334, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI  
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI  
17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (13) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI  
14.01 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANE-FRAI  
17.512.0032.2.068 - Manutenção do Saneamento Básico  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0900 (11) R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2290/2013**

PORTARIA Nº 2.290, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor CLAITON DIEGO RIBEIRO COUTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 073.016.249-48, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2291/2013**

PORTARIA Nº 2.291, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor FABIANO RICHTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.375.859-56, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 12 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Portaria Nº 2292/2013**

PORTARIA Nº 2.292, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora FERNANDA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 069.981.689-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 18 horas semanais, a partir de 12 de novembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2293/2013**

PORTARIA N.º 2.293, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 002/2011, homologado pelo decreto 279/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FERNANDA DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.981.689-00, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação MATEMÁTICA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 13 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2294/2013**

PORTARIA Nº 2.294, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede Licença sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4.524, de 31 de outubro de 2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora ELIANE APARECIDA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 594.273.539-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, com carga horária de 20 horas semanais, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, no período de 01 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2295/2013**

PORTARIA Nº 2.295, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Designa Responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento das mercadorias decorrentes de Contratos Administrativos e de Atas de Registro de Preços.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar as pessoas abaixo nominadas, para acompanhamento, fiscalização e recebimento das mercadorias decorrentes de Contratos Administrativos e de Atas de Registros de Preços nos Centros educacionais do Município abaixo especificados:

CENTRO EDUCACIONAL	RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO	CPF	MATRÍCULA
EEBM PADRE BIAGIO SIMONETTI	ROSEMERI APARECIDA MORSOLETTO CONTE (Titular) KAROLINE CONTE (Suplente)	489.420.499-15 076.548.829-98	426 9806
EM JOSÉ DE ANCHIETA	NEIVANIA APARECIDA MOLIM MARCELINO (Titular) CRISTIANE APARECIDA DA ROSA (Suplente)	732.783.519-91 036.317.569-50	360/7761 7981
CEM MACIEIRA	VALÉRIA MATHIAS (Titular) MAURICIO FRANCESCATO (Suplente)	062.013.359-78 079.188.549-69	8114 10186
CEM ARNOLDO FREY	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS (Titular) MARILENE MOREIRA (Suplente)	017.490.049-09 701.334.509-10	9813 9906
CEM SÃO CRISTOVÃO	DENILSON DALAGNOL (Titular) EUNICE DE FÁTIMA DOS SANTOS RODRIGUES (Suplente)	701.316.609-00 649.915.639-68	639 9023
CEM ANTÔNIO PORTO BURDA	LUCIANA FRANÇA DE MORAES (Titular) ELIANE DE FÁTIMA ANDREIS (Suplente)	907.129.009-34 813.996.509-04	9811 682/8155
CEM DONA ZENAIDE MARIA S. PEREIRA COSTA	ROSENILDA DE FÁTIMA RIBEIRO (Titular) SANDRA MALIKOWSKI PENNING (Suplente)	998.362.709-49 985.916.140-20	9818 8218
CEM SÃO MIGUEL	LUCILDES DALAGNOLI (Titular) NEDILSON RIBEIRO (Suplente)	036.387.939-07 868.559.059-00	9816/9364 8322
CEM SÃO SEBASTIÃO	MARLI FORTES (Titular) RAVEL RIBEIRO (Suplente)	569.548.759-53 008.540.539-64	340 9493
EBM SANTO ANTÔNIO	MÁRCIA MEURER CAMPOS (Titular) MARGARETE TEREZA TROMBETTA (Suplente)	023.176.919-98 037.535.949-46	8982/9814 8299/9228



EEF BAIRRO DAS NAÇÕES	ROSANGELA APª STRANGINSKI DIAS (Titular) IOLANDA HELENA MACHADO (Suplente)	737.643.539-53 494.671.409-00	423 9877
EM CARLOS GOMES	TATIANE GONÇALVES MA-TEUCCI (Titular) JANETE CORTE (Suplente)	042.120.609-81 044.199.979-40	9518 10178
EMEF PRO-FESSOR EURICO PINZ	SIRLEI DE FÁTIMA CRUZ DOS PASSOS (Titular) MARCIA APARECIDA CRUZ (Suplente)	425.766.799-00 743.749.239-34	8301 10024
CEM FAXINAL DOS CARVALHOS	DILMA MARIA ANDRADE KLEINJOHANN (Titular) MARINES MARCONDES (Suplente)	296.579.469-72 960.845.539-15	117 8164
EM 24 DE JUNHO/EM NOSSA SENHORA	EDSON RISSO (Titular) ANITA INÊS SZCZEPANSKI FELTRIN (Suplente)	020.824.909-55 618 265 619-00	1036/8998 732/8294
CEM LAUMELLO	ANDREA RINALDI FELISBINO (Titular) JACIRA DOS SANTOS (Suplente)	063.525.719-05 043.489.399-42	9741 9871
CEM AMÁBIL DE CARLI BRANDALISE	ELIANE PEREIRA (Titular) CRISTIANE RODRIGUES DE ANDRADE (Suplente)	904.814.029-34 037.571.499-55	9718 9024
CEI SÃO SEBASTIÃO	ZULMA SANTANA (Titular) LAUDETTE STORT (Suplente)	732.378.689-49 899.063.069-04	742/8103 4253
CEI SÃO JOSÉ	LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA (Titular) SILVANA APARECIDA BONETTI CASAGRANDE (Suplente)	030.321.019-21 915.444.759-34	9728 595/4623
CEI SANTO ANTÔNIO	JULIANA COUTO DA SILVA (Titular) REJANE MARIA WALTER ZAMBONIN (Suplente)	907.503.229-34 813.997.909-00	566/4617 3073
CEI MACIEIRA	SILMARA REGINA CAMARGO PIASSON (Titular) MARCIA JANETE PILGER MARQUES (Suplente)	767.926.179-20 715.896.439-68	9703 3753
CEI LIBERATA	ELIZIANE ANDRADE BARRETI (Titular) MARICLEIA PIROLA (Suplente)	024.041.389-01 051.357.689-47	9701 9861
CEI ESTRELINHA	ELIANI LUCI MORSOLETTI DOS SANTOS (Titular) ROSENI DE FÁTIMA MARCONDES (Suplente)	737.613.899-49 899.856.219-72	133/4537 9947
CEI DONAZENAIDE MARIA S. COSTA	ROSENILDA APARECIDA FERREIRA (Titular) ADRIANA STOEKLE (Suplente)	893.419.969-53 065.890.399-33	9702 9890
CEI BELA VISTA	MARIA ELENIR MATIAS DOS SANTOS (Titular) ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES (Suplente)	613.499.259-34 037.242.849-50	308 9880
CEI ARNOLDO FREY	DEONIR APARECIDA DA ROSA (Titular) OLIDIR FERREIRA CORREA (Suplente)	800.171.429-20 018.109.649-89	115 9094

CEI ANTÔNIO BURDA	ODETE DEDOMENICO SANTOS (Titular) ELIANE GERLACH (Suplente)	548.224.599-34 023.348.749-22	8107 8160
PROGRAMA SOCIO EDUCACIONAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE- PROEDUCA CENTRAL	ELISA MARIA MACIEL DE ALMEIDA (Titular) VERA LÚCIA PEREIRA DOS SANTOS (Suplente)	023.489.579-90 701.309.499-49	8334 9974
PROGRAMA SOCIO EDUCACIONAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE- PROEDUCA SÃO MIGUEL	JANETE APARECIDA DE SOUZA RIBEIRO (Titular) SUELI GUGIEL (Suplente)	899.064.629-49 649.614.609-82	9805 9878
EJA	MARISA ALVES DA CRUZ PRIGOL (Titular) SIMONE ANTUNES PINTO (Suplente)	944.096.179-15 053.133.629-84	817

Art. 2º. Incumbe aos responsáveis acima designados o acompanhamento, fiscalização e recebimento das mercadorias decorrentes dos Contratos Administrativos e das Atas de Registros de Preços nos locais acima especificados, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas, devendo ainda seguir rigorosamente os procedimentos constantes nos ANEXOS I e II desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de novembro de 2013.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### ANEXO I

#### PROCEDIMENTOS PARA RECEBIMENTO

#### GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

O recebimento de mercadorias é uma das etapas do Controle de Qualidade, portanto, deve-se avaliar qualitativa e quantitativamente, segundo critérios para cada produto.

Observar as condições dos veículos de transporte:

O transporte deve manter a integridade do produto;  
Os veículos devem apresentar-se higienizados, isentos de resíduos de alimentos e materiais, como caixas, sacos, palhas e outros como materiais de limpeza, para evitar contaminações dos produtos transportados;  
O veículo aberto deve ser coberto com lona para evitar prejuízos à qualidade do produto (ex: in natura e sacarias), e caminhão baú (ex: gêneros in natura), protegendo o gênero transportado;  
O veículo não poderá transportar outras cargas que comprometam a segurança do produto;  
O veículo deverá atender a temperatura de conservação recomendada pelo beneficiador ou fabricante. Os produtos congelados não poderão apresentar partes amolecidas.

**Observar as condições do entregador:**

Roupas adequadas e limpas, sapato fechado, proteção para cabelo ou mãos (quando necessário).

**Observar nos alimentos:**

Se o aspecto de cor, odor e textura do alimento encontra-se normal;

Verifique a aparência se não há danos físicos como rasgos, rupturas, quebras e se encontram livres de insetos, folhas, pó e sujidades em geral;

Observe se as condições das embalagens, se protegem contra o pó, umidade, insetos, roedores, enfim, se estão íntegras e higiênicas;

Certifique-se de que os alimentos não estão em contato direto com papel não adequado (jornal, papel reciclado, revistas e similares), papéis ou plástico reciclado.

**Rotulagem:**

A rotulagem é a maneira utilizada pelo fabricante para indicar a composição do alimento que será ingerido. Além da lista de ingredientes, o rótulo deve indicar quantidade, prazo de validade, informação nutricional, nome e endereço do fabricante, número do Serviço de Inspeção Federal (SIF), método de conservação (no caso de congelados, por exemplo), entre outros dados. Veja o que observar no rótulo:

**Denominação do alimento;**

Prazo de validade: deve constar o dia, o mês (para produtos com a durabilidade mínima não superior a três meses), o mês e o ano (para produtos com duração mínima superior a três meses). Nos rótulos das embalagens de alimentos que exijam condições especiais para conservação deve ser indicada a temperatura máxima e mínima além da validade;

Quantidade (se está de acordo com a solicitada);

Marcas (se está de acordo com a solicitada);

Origem: o nome e o endereço do fabricante devem ser indicados, bem como a cidade e o país de origem, identificando-se a razão social e o número de registro junto à autoridade competente;

Identificar o lote: todo o rótulo deve ter impresso uma indicação em código ou linguagem clara, que permita identificar o lote a que pertence o alimento a fim de facilitar o rastreamento do produto;

Informação nutricional: são informações contidas no rótulo a fim de informar sobre as propriedades nutricionais do alimento. É obrigatório declarar a quantidade de valor energético dos nutrientes: carboidratos, proteínas, gorduras totais, gorduras trans, fibra alimentar e sódio.

**Conferência:**

A conferência deverá ser realizada no momento da entrega, utilizando a Autorização de Fornecimento como base onde constam a descrição do produto, data de entrega, marca e quantidade e a Nota Fiscal. Também será disponibilizada uma planilha com as descrições e marcas de todos gêneros alimentícios fornecidos. Em locais que possuírem balança, o peso dos produtos deverão ser conferidos;

Os produtos reprovados por: validade vencida, quantidade inadequada, qualidade inferior a solicitada, marca não autorizada ou outros devem ser imediatamente devolvidos e, na impossibilidade, devem ser devidamente identificados e armazenados separadamente;

Nesses casos a nota fiscal não deve ser assinada. Informar imediatamente o setor responsável da Secretaria de Educação, através do formulário (ANEXO II) assinado e carimbado pelo responsável designado por essa portaria.

**Especificidades****GÊNEROS NÃO PERECÍVEIS / ESTOCÁVEIS**

Devem apresentar embalagens íntegras, próprias para cada tipo, dentro do prazo de validade e com identificações corretas no rótulo;

Os cereais, farinhas e leguminosas devem estar isentos de matéria terrosa, livres de umidade, isentos de parasitas, fungos e vestígios de insetos; com coloração específica de cada espécie. As farinhas devem ter aspecto de pó fino ou granuloso, dependendo da espécie, não devem estar empedradas, fermentadas ou rançosas; As latas não devem estar enferrujadas, estufadas ou amassadas. As embalagens de vidro não devem estar trincadas, com vazamentos nas tampas, formação de espumas, turvação do líquido ou qualquer outro sinal de alteração do produto.

**GÊNEROS HORTIFRUTIGRANJEIROS**

No recebimento deve-se observar tamanho, cor, aroma, grau de maturação, ausência de danos físicos e mecânicos. Devem estar sem presença de insetos e moluscos.

Os ovos devem estar com a casca íntegra, sem rachaduras e resíduos que indiquem a falta de higiene do fornecedor. Devem ficar estocados em local arejado, limpo e fresco, longe de fontes de calor. As embalagens de ovos não devem ser reutilizadas, nem utilizadas para outra finalidade. É recomendável a refrigeração até 10 °C.

**OUTROS PRODUTOS**

Devem apresentar embalagens íntegras, próprias para cada tipo, dentro do prazo de validade e com identificações corretas no rótulo. OBSERVAR SE A QUANTIDADE E A MARCA CONFEREM COM A SOLICITADA.

Os produtos reprovados devem ser imediatamente devolvidos e, na impossibilidade, devem ser devidamente identificados e armazenados separadamente;

Informar imediatamente o setor responsável da Secretaria de Educação através do formulário (ANEXO II) assinado e carimbado pelo responsável designado por esta Portaria.

**ANEXO II****FORMULÁRIO DE RECLAMAÇÃO PARA FORNECIMENTO DAS MERCADORIAS**

O formulário de reclamação deverá ser preenchido sempre que houver problemas recorrentes de atraso, tentativas do fornecedor de entregar produtos com qualidade inadequada, peso em não conformidade com o pedido, marcas não autorizadas, veículos com problemas e outros. O formulário deverá ser entregue na Secretaria de Educação assinado e carimbado pelo responsável designado nessa Portaria.

Lembrando: Os produtos reprovados devem ser imediatamente devolvidos e, na impossibilidade, devem ser devidamente identificados e armazenados separadamente. Informar imediatamente o setor responsável da Secretaria de Educação.

**CENTRO DE EDUCAÇÃO:**

DIRETOR (A):

DATA:

FORNECEDOR:

**MOTIVOS DA RECLAMAÇÃO:**

ATRASOS NAS ENTREGAS

DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:



QUALIDADE INADEQUADA DOS PRODUTOS  
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

RECORRENTES ERROS NO PESO DOS PRODUTOS  
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

RECORRENTES ERROS NA MARCA DOS PRODUTOS  
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

VEÍCULO  
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

ENTREGADORES  
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

OUTROS  
DESCRIÇÃO DO PROBLEMA:

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0146 \_2013-PMF Rp 0085

Aviso do Pregão Presencial nº 0146/2013 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0146/2013 - PMF  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0085/2013

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de gêneros alimentícios para formação dos kits natalinos para distribuição aos servidores públicos municipais no mês de dezembro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: dezembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 10:15 horas do dia 02/12/2013. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de novembro de 2013.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

### Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf140-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF140  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF138  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: ARCO-ÍRIS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PELO MUNICÍPIO DE 12 (DOZE) ABRIGOS PARA PASSAGEIROS A SEREM CONSTRUÍDOS EM PONTOS DE ÔNIBUS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, CONSTANTES DO LOTE 1 DO EDITAL. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SÉTIMA DO REFERIDO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 31.10.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 29.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 156/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0108 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 11.11.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Contrato Nºta13pmf141-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO TA13PMF141  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº CT13PMF139  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO DO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO PELO MUNICÍPIO DE 12 (DOZE) ABRIGOS PARA PASSAGEIROS A SEREM CONSTRUÍDOS EM PONTOS DE ÔNIBUS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, CONSTANTES DO LOTE 2 DO EDITAL. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SÉTIMA DO REFERIDO CONTRATO, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2013. DATA DO ADITIVO: 31.10.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 29.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº: 156/2013-PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0108 - PMF.

FRAIBURGO (SC), 11.11.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf149-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF149  
PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF89  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA. OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI-FME-FMS), PREVISTOS NOS LOTES 1 E 2 DO EDITAL. OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 01, 04, 06, 17, 24, 25, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 74, 75, 81, 93, 98, 105, 109, 119, 120, 122 E 128 DO LOTE 1 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VL.R. UNITÁRIO R\$
1	Alfinete c/ cabeça grande plástica - c/ 50 unid.-colorido	5 Cx	3,31
4	Apontador plástico de fabricação nacional	20 Unid.	1,13
6	Bobina de papel para fac-símile – 216mm x 30m	1 Unid.	3,68
17	Caneta esferográfica cor vermelha, ponta fina	37 Unid.	0,76
24	Capa plástica para encadernação (Contra-capa), formato A4, cor preta	75 Unid.	0,19
25	Capa plástica para encadernação, formato A4, cor cristal	75 Unid.	0,19
50	Envelope extra grande - 37 x 45cm branco	25 Unid.	0,43
54	Espiral para encadernação, preta - nº 12	5 Unid.	0,11
55	Espiral para encadernação, preta - nº 14	7 Unid.	0,14
56	Espiral para encadernação, preta - nº 17	3 Unid.	0,17

57	Espiral para encadernação, preta - nº 33	3 Unid.	0,38
58	Espiral para encadernação, preta - nº 40	2 Unid.	0,47
59	Espiral para encadernação, preta - nº 7	2 Unid.	0,09
60	Espiral para encadernação, preta - nº 9	2 Unid.	0,09
74	Fita adesiva, marrom de papel - 19m x 45mm	17 RI	8,41
75	Fita crepe branca 18 mm x 50 metros	10 Unid.	1,89
81	Grampeador para grampo 26/6 base com 20cm	1 Unid.	17,85
93	Lápis grafite resistente preto nº 02	100 Unid.	0,19
98	Livro Ata - com 50 folhas	5 Unid.	3,78
105	Pasta com elástico lombo 30mm cristal	17 Unid.	2,36
109	Pasta ofício em plástico transparente com elástico	50 Unid.	1,18
119	Pincel atômico - ponta média - cor verde	1 Unid.	1,42
120	Pincel atômico - ponta média - cor vermelha	1 Unid.	1,42
122	Prancheta de acrílico com prendedor de papel	6 Unid.	10,30
128	Tesoura tamanho grande, 21cm em inox, cabo anatômico	12 Unid.	3,68

DATA DO ADITIVO: 05.11.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 29.11.2013. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 129/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0089/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0053/2013.

FRAIBURGO (SC), 11.11.2013.  
IVO BIAZZOLO  
PREFEITO MUNICIPAL

### Extrato do Aditivo de Ata de Registro Preços TA.At13pmf150-2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA.AT13PMF150

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REG. PREÇOS Nº AT13PMF112

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SANEFRAI, FME E FMS. FORNECEDOR: ARCO ÍRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA OBJETO DA ATA: AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS, SANEFRAI E FME) DURANTE O PERÍODO DE SETEMBRO DE 2013 A JANEIRO DE 2014 CONSTANTES DOS LOTES 01 E 02 DO EDITAL OBJETO DO ADITIVO: AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 2 DO LOTE 01 E DO ITEM 48 DO LOTE 02 CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIA ACRESC. (25%)	VLR. UNITÁRIO R\$
2	ABRAÇADEIRA NYLON 20 CM	175 UNID	0,09
48	CABO PP 2X2,5MM	150 M	2,60

DATA DO ADITIVO: 05.11.2013. ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA: 31.01.2014. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 182/2013 – PMF. PREGÃO PRESENCIAL: Nº 0126/2013. REGISTRO DE PREÇOS: Nº 0071/2013.  
FRAIBURGO (SC), 11.11.2013.  
IVO BIAZZOLO - PREFEITO MUNICIPAL

## Garopaba

### PREFEITURA

### Decreto N.º 160/2013

DECRETO Nº 160, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 18.166,20 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 18.166,20 (dezoito mil cento e sessenta e seis reais e vinte centavos), no Orçamento vigente:

06.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 18.166,20  
20606481.011 - Const., Ref. E Aparelh. de Empreend. Rurais e Pesqueiros 18.166,20  
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 3.600,00  
4.4.90.0.3.24.001031 - Aplicações Diretas 14.566,20

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 18.166,20 (dezoito mil cento e sessenta e seis reais e vinte centavos) correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2013.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

**Decreto N.º 161/2013**

DECRETO Nº 161, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 30.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 30.000,00  
10301252.073 - Func. E Manut. Do Setor Saúde 30.000,00  
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de novembro de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/11/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO  
Secretária de Administração

**Garuva****PREFEITURA****Aviso de Licitação Fma N°004/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial FMA nº 004/2013  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de medicamentos veterinários, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades do setor de Sanidade Animal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 25/11/2013 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 08 de novembro de 2013.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****Decreto Nº 5.667, de 01 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 5.667, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO  
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO  
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas  
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas  
Dotação: 3 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO:

Órgão: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO  
Unidade: 2 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO  
Funcional Programática: 00004.00122.00004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas  
Atividade: 2.200018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas  
Dotação: 2 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde  
Atividade: 2.200146 Ampliar, Manter e Equipar o Programa de Saúde Bucal  
Dotação: 79 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00  
Atividade: 2.200148 Ampliar, Manter e Equipar o Centro de Especialidades Odontológicas  
Dotação: 81 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00  
Dotação: 98 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 4º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social  
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social  
Atividade: 2.200194 Proteção Social Especial - Média Complexidade  
Dotação: 118 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 8.126,50

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 5.672, de 06 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 5.672, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

EXONERA DO CARGO DE BERÇARISTA, A SERVIDORA DENIVIA KRUGER FANKA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 12 de novembro de 2013, a servidora DENIVIA KRUGER FANKA, do cargo efetivo de Berçarista, nomeada pelo Decreto nº 3.772/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Decreto Nº 5.673, de 11 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 5.673, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

## DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 561 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 3.212, de 07 de Novembro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.212, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 01/2013, INSTAURADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ACERCA DO ENVIO DE EMAIL CONTENDO PESQUISA ELEITORAL FRAUDULENTA A PARTIR DE ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

## RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 10 de novembro de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 01/2013, instaurada para apurar possíveis irregularidades acerca do envio de email contendo pesquisa eleitoral fraudulenta a partir de endereço eletrônico institucional da Prefeitura de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de novembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

**Portaria Nº 3.205, de 16 de Outubro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.205, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, O SERVIDOR ANDRESS CRISTIAN DAUER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

Art. 1º Colocar o servidor ANDRESS CRISTIAN DAUER, ocupante do cargo efetivo de Zelador, nomeado pelo Decreto nº 5.593/2013, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, à disposição para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de outubro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº 3.213, de 07 de Novembro de 2013.**

PORTARIA Nº 3.213, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.

PRORROGA A PORTARIA Nº 3.200, DE 07 DE OUTUBRO DE 2013, QUE DETERMINA SUSPENSÃO PREVENTIVA DO SERVIDOR LUIZ ROBERTO LIBERATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira,

## RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada, por 30 (trinta) dias, a Portaria nº 3.200, de 07 de outubro de 2013, que suspendeu preventivamente de suas atividades o servidor Luiz Roberto Liberato, ocupante do cargo de Professor de Língua Portuguesa, matrícula nº 10033, sem prejuízo de sua remuneração, em virtude do servidor estar respondendo o Procedimento Administrativo nº 04/2013 perante a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gaspar, 07 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria RH 107/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 107/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARLENE ALVES ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Fundação Municipal de Esportes, referente ao período aquisitivo de 09/05/2008 a 05/06/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 11/11/2013 a 09/01/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a seus efeitos a 11/11/2013.

Gaspar, 11 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**Portaria RH 108/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 108/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) FRANCISCO JOSÉ PITZ, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, referente ao período aquisitivo de 24/07/2008 a 28/08/2013, devendo folgar a partir de 13/01/2014 a 12/04/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**Portaria RH 109/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 109/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) CARLOS ALFREDO SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados II, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 05/10/2008 a 04/10/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 13/01/2014 a 13/03/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 11 de novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

**Aviso de Pregão Presencial Nº 233/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso de Pregão Presencial Nº 233/2013

OBJETO: Aquisição de material de combate a incêndios, resgate e salvamento - repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9h do dia 26/11/2013. ABERTURA: dia 26/11/2013 às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 12 de Novembro de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## Grão Pará

### PREFEITURA

**Portarias 235, 245, 246**

PORTARIA N. 235/2013, DE 27/09/2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

**RESOLVE**

Contratar SIZINO DA ROSA BRANCO, para, a partir de 01/10/2013, ocupar o cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ter exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS em substituição ao titular Rodolfo Berto Dacoregio, designado para ocupar cargo em comissão.

PORTARIA N. 245/2013, DE 11/10/2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

**RESOLVE**

Cessar, a partir de 12/10/2013, os efeitos da portaria nº 120/2013, de 01/04/2013, que contrata LEDA MARIA CHEQUETO COAN, para exercer a função de Estagiário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar no Centro de Educação Infantil Tio Patinhas, vinculado à Secretaria Municipal da Educação e Cultura,

conforme Solicitação Administrativa.

PORTARIA N. 246/2013, DE 22/10/2013

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

#### RESOLVE

Contratar JESSICA SILVA RECH, para, no período compreendido entre 22/10/2013 a 21/10/2014, exercer a função de Estagiária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Centro de Educação Infantil Rio Pequeno, vinculado a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme Solicitação Administrativa.

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### Cessão de Uso

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 01/2013

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, representada neste ato pelo Prefeito Municipal LAURO FROHLICH, portador do RG nº 3.045.72 SESP/SC, CPF nº 247.165.969-15, doravante denominado CEDENTE, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Rodovia SC 401, nº 4600, Km 5, Saco Grande, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.951.229/0001-76, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com sede na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF 05.509.770/0001-88, neste ato representada pelo Secretário de Estado Senhor JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 109.269 e do CPF nº 049.355.369-49, residente e domiciliado neste Estado, doravante denominada CESSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, que prometem cumprir na melhor forma de direito, por si e seus legais sucessores.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a Cessão de Uso de terreno no Município de Guaramirim, referente a pedido de abertura de matrícula da AUPE 03 do loteamento San Rafael, com área de 762,07m<sup>2</sup>, constante da MI-22.304, conforme Guia 15.447, localizado na Rua 522 - Maria Buzzi, Bairro Escolinha, Guaramirim - SC, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA de Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DO CESSIONÁRIO E DA CEDENTE, DA CONSERVAÇÃO DO BEM E DOS FINS DO SEU USO

A CESSIONÁRIA deverá utilizar única e exclusivamente o bem objeto deste Termo para a construção de Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O CEDENTE deverá providenciar os equipamentos, materiais permanentes e recursos humanos

necessários ao funcionamento da Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos de acordo com as leis, regras e diretrizes estipuladas pelo Ministério de Desenvolvimento Social.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A CESSIONÁRIA, através de projetos realizados junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, providenciará aquisição parcial de equipamentos e mobiliários destinados a Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - O CEDENTE se compromete a assumir a responsabilidade de apoiar na organização de acordo com as diretrizes da política Nacional da Assistência Social, com a finalidade de prevenir situações de risco social e vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades e atendimento integral as famílias.

SUBCLÁUSULA QUARTA - O CEDENTE responsabilizar-se-á pela oferta de serviços, programas e projetos que fortaleçam vínculos familiares e comunitários e demais programas de transferência de renda, de acordo com nível de complexidade do equipamento social construído.

SUBCLÁUSULA QUINTA - Fica estabelecido que todas as despesas concernentes ao imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência deste termo, e demais outras indispensáveis à manutenção e conservação do bem, correrão por conta do CEDENTE.

SUBCLÁUSULA SEXTA - A CESSIONÁRIA obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o imóvel, e usa-lo exclusivamente para os fins estabelecidos nesta cláusula e cláusula primeira deste Termo, para que ao final do prazo de vigência do presente o mesmo seja entregue em boas condições.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - É obrigação do CEDENTE a apresentação da consulta de viabilidade da construção de equipamento social à CESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA MODALIDADE DE CESSÃO

A presente cessão de uso é feita em caráter gratuito.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

O presente Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante atendimento na forma da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o imóvel, observado o disposto na Cláusula Segunda e suas respectivas subcláusulas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Fica desde já autorizado às partes rescindir de pronto a presente cessão caso seja dado fim ao imóvel cedido diverso do disposto na cláusula segunda do presente, não cabendo qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência da cessão de uso, o bem cedido deverá ser devolvido à CEDENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação pelo CEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo inicia na data da sua assinatura e termina em 20 (vinte) anos, a contar da data da assinatura, ou até eventual rescisão ou denúncia por qualquer das partes, sendo a posse do bem transferida na mesma data ao CEDENTE. Fica estipulada a possibilidade de prorrogação mediante termo aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O CEDENTE providenciará a publicação do extrato do presente Termo no Diário Oficial do Estado no prazo e na forma do art. 13, do Decreto Estadual nº 307, de 4 de junho de 2003.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis-SC, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as



questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo, podendo, os casos omissos, ser resolvidos de comum acordo pelas partes.

E por assim estarem de pleno acordo, as partes subscritoras do presente Termo obrigam-se ao seu total e irrenunciável cumprimento, o qual lido e achado conforme, e lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, vão assinadas pelos partícipes, e pelas 2 (duas) testemunhas abaixo relacionadas, para publicação e execução.

Local e data, Guaramirim, 07 de novembro de 2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal de Guaramirim

CEDENTE

JOÃO JOSÉ CANDIDO DA SILVA

Secretário de Estado

CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### **Extrato de Ata Nº55/2013 do Rp Nº92/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 55/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 92/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM  
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 92/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

CNPJ n.º. 81.815.219/0001-40

Vencedor dos itens: 01-02-03-05

Valor: R\$ 12.265,00 (doze mil duzentos e sessenta e cinco reais).

NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

CNPJ n.º. 14.320.137/0001-38

Vencedor dos itens: 06-07-08-09-10-11-12-13-14-15

Valor: R\$ 41.123,85 (quarenta e um mil cento e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos).

Vigência: Início: 07/11/2013 Término: 06/11/2014.

Guaramirim-SC, 12 de novembro de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 801/2013**

PORTARIA Nº 801/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor SEBASTIAO LOPES DE ANDRADE (Matr. 965), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "D", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 08 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 802/2013**

PORTARIA Nº 802/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor JOAO B. TERCENIO DA SILVA (Matr. 169), ocupante do Cargo de Provedor Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "G", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 08 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 803/2013**

PORTARIA Nº 803/2013

Gilmar Jose Dri, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

**PEGAS**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, o Servidor DOUGLAS GONCALVES (Matr. 3384), a contar de 08 de novembro de 2013, o qual exercia a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Letra "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2013.  
GILMAR JOSE DRI  
Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 804/2013**

PORTARIA Nº 804/2013

Gilmar Jose Dri, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

DISPENSAR a pedido, conforme requerimento em anexo, a Servidora LUANA DA SILVA (Matr. 2724), a contar de 08 de novembro de 2013, a qual exercia as funções do cargo de Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, Anexo I, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2013.  
GILMAR JOSE DRI  
Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 805/2013**

PORTARIA Nº 805/2013

Gilmar Jose Dri, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora VERONICA RIVA (Matr. 43), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "O", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 11 de novembro de 2013 a 22 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2013.  
GILMAR JOSE DRI  
Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 806/2013**

PORTARIA Nº 806/2013

Gilmar Jose Dri, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 11 de novembro de 2013, do servidor SADIR ROVÊA (Matr. 1573), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2013.

GILMAR JOSE DRI  
Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 807/2013**

PORTARIA Nº 807/2013

Gilmar Jose Dri, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 11 de novembro de 2013, do servidor MARTIN DE MARCO (Matr. 3076), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, Nível - 10/2, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2013.

GILMAR JOSE DRI  
Prefeito em Exercício

#### **Portaria Nº 808/2013**

PORTARIA Nº 808/2013

Gilmar Jose Dri, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WILLIAM SHI SENG YEY (Matr. 2680), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de março de 2012 e 12 de março de 2013, para serem gozadas a partir de 11 de novembro de 2013 a 10 de dezembro de 2013, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 11 de Novembro de 2013.

GILMAR JOSE DRI

Prefeito em Exercício

### **Pregão Presencial N° 028/2013**

PROCESSO LICITATÓRIO N° 073/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2013

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor preço por item

#### **OBJETO**

Registro de Preços para a eventual aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores de pneus, para os veículos e máquinas, para uso da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses.

#### **ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até as 14h00min horas do dia 26/11/2013.

#### **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006,

#### **EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 14,95 (quatorze reais e noventa e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de novembro de 2013

NELSON GUINDANI

Prefeito

### **Convênio N° 004/2013.**

CONVÊNIO N° 004/2013 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, entidade beneficente, sediada no Município de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 82.780.396/0001-00, representada neste ato por seu Presidente, Sr. CARLOS ALBERTO BRUSTOLIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 018.472.719-79, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município à Entidade de recursos financeiros, destinados à manutenção de despesas realizadas nesta Escola Especial com o atendimento de crianças e adolescentes excepcionais, procedentes do Município de Herval d'Oeste (SC).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.975/2012, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2013 e na Lei Municipal nº. 3.014/2013, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta Entidade.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO**

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, o valor de 40.000,00 (quarenta mil reais), a ser repassado em 02 (duas) parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) sendo a primeira a ser paga até 15 de novembro de 2013.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

##### **DA ENTIDADE**

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2- Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3- Prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, porém a parcela referente ao mês de novembro/2013 não poderá exceder ao último dia do exercício financeiro.
- 4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.
- 5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

##### **DO MUNICÍPIO**

Contribuir mensalmente no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Fica vinculado a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação de cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria, do RG e CPF do presidente da Associação, das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como INSS e FGTS, quando possuírem, e manter a regularidade fiscal das certidões até o término da vigência do presente Convênio.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2013: 3.3.50.00.00.00.00.00 0101 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade beneficente mensalmente, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de

21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme descriminada a seguir:

- I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;
  - II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;
  - III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;
  - IV - Conciliação bancária se for o caso;
  - V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;
  - VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;
  - VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);
  - § 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
  - § 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.
  - VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;
  - IX - Fotocópia dos cheques utilizados;
  - X - Declaração do Presidente da entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
  - XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;
  - XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.
- 2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.
- 3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.
- 4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.
- 5- É vedada à concessão de recursos:
- I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;
  - II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;
  - III - Para atender despesas já realizadas;
  - IV - Para Igrejas e cultos religiosos;
  - V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.
- 6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência

de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

#### CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2013, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d'Oeste (SC), 01 de novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CARLOS ALBERTO BRUTOLIN

Presidente

#### TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

CPF

2- \_\_\_\_\_

CPF

**Imbituba**

**PREFEITURA**

#### Edital SEAGP Nº 098/2013

EDITAL SEAGP Nº 098/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 07 de Novembro a 06 de



Dezembro de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 07 de novembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

&#8195;

EDITAL SEAGP Nº 098/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

SELMA DIAS

Iomerê

PREFEITURA

### Decreto 1471/2013

DECRETO Nº. 1471 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 65.863,78 (sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e três reais setenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2007 Contribuição ao PASEP

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 12.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Secretaria de Educação

2017 Merenda Escolar

33900000 Aplicações Diretas

160.00 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

R\$ 10.039,10

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Secretaria de Educação

2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental

33900000 Aplicações Diretas

101.00 Recursos de Impostos e Transf. de Imp. Educação

R\$ 22.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

04.01 Secretaria de Educação

2025 Transporte Escolar - Ensino Médio (Noturno)

33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários

R\$ 18.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2059 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas

144.00 Fundo Especial do Petróleo

R\$ 3.824,68

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 08 de novembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 1472/2013

DECRETO Nº 1472, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre a Criação de Cargos Temporários para atender necessidades de excepcional interesse público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 2º, § 7º, da Lei Municipal 0061 de 17 de setembro de 1997, artigo 37, IX, da Constituição Federal, Prejulgado n. 1927, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e demais legislação aplicada à matéria, e

CONSIDERANDO que, para a realização de concurso público para contratação dos profissionais de cujos serviços o Município necessita, como forma de primar pela continuidade dos serviços públicos, primeiramente, faz-se necessária a criação de novos cargos, com a alteração da legislação vigente no Município, mostrando-se então, pertinente a realização de certame seletivo para contratações temporárias, de conformidade com a legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados os cargos temporários para atender as necessidades de excepcional interesse público, fixando-se a carga

horária e quadro de vagas conforme tabelas abaixo:

### 1.1 EDUCAÇÃO: PROFISSIONAIS HABILITADOS

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	QUALIFICA- ÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL	03 + CR	20	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
2	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	02 + CR	20	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
3	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	02 + CR	40	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA(área de dança)	CR	20	Ensino Superior Completo EDUCAÇÃO FÍSICA, com habilitação e/ou especialidade em dança, e possuir o CREF
5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA(área de xadrez)	CR	20	Ensino Superior Completo EDUCAÇÃO FÍSICA, com habilitação e/ou especialidade em xadrez, e possuir o CREF
6	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	01 + CR	20	Ensino Superior Completo LETRAS
7	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	01 + CR	20	Ensino Superior Completo MATEMÁTICA
8	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	Ensino Superior Completo ARTES
9	PROFESSOR DE ARTES	01 + CR	40	Ensino Superior Completo ARTES
10	PROFESSOR DE ITALIANO	CR	20	Ensino Superior Completo LÍNGUA ITALIANA
11	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	01 + CR	40	Ensino Superior Completo CIÊNCIAS
12	PROFESSOR DE HISTÓRIA	01 + CR	40	Ensino Superior Completo HISTÓRIA
13	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01 + CR	40	Ensino Superior Completo GEOGRAFIA
14	SEGUNDO PROFESSOR OU PROFESSOR AUXILIAR	01 + CR	20	ENSINO SUPERIOR COMPLETO - PEDAGOGIA

15	PROFESSOR DE INGLES	01 + CR	20	ENSINO SUPERIOR COMPLETO – LETRAS – HABILITACAO INGLES
----	---------------------	---------	----	--------------------------------------------------------

### 1.1.1 EDUCAÇÃO – NÃO HABILITADOS

CÓDIGO	CARGOS	CADASTRO RESERVA	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	QUALIFICA- ÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL	CR	20	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
2	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/ CRECHE	CR	20	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
3	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/ CRECHE	CR	40	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20	Cursando Ensino Superior – EDUCAÇÃO FÍSICA
5	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	CR	40	Cursando Ensino Superior – LETRAS
6	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CR	40	Cursando Ensino Superior – MATEMÁTICA
7	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	Cursando Ensino Superior – ARTES
8	PROFESSOR DE ARTES	CR	40	Cursando Ensino Superior – ARTES
9	PROFESSOR DE ITALIANO	CR	20	Cursando Ensino Superior – LÍNGUA ITALIANA
10	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	40	Cursando Ensino Superior – CIÊNCIAS
11	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	40	Cursando Ensino Superior – HISTÓRIA
12	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	40	Cursando Ensino Superior – GEOGRAFIA
13	SEGUNDO PROFESSOR OU PROFESSOR AUXILIAR	01 + CR	20	ENSINO SUPERIOR COMPLETO PEDAGOGIA
14	PROFESSOR DE INGLES	01 + CR	20	ENSINO SUPERIOR COMPLETO – LETRAS – HABILITACAO INGLES



15	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA(área de dança)	CR	20	CURSANDO ENSINO SUPERIOR – EDUCACAO FISICA – HABILITAÇÃO EM DANÇA
16	PROFESSOR DE EDUCACAO FISICA(área de xadrez)	CR	20	CURSANDO ENSINO SUPERIOR – EDUCACAO FISICA – HABILITACAO E/OU ESPECIALIDADE EM XADREZ

#### 1.1.2 DA NECESSIDADE DA CRIAÇÃO DAS VAGAS ACIMA RELACIONADAS

**1.1.2.1 PROFESSORES DAS DISCIPLINAS DE MATEMÁTICA, LÍNGUA PORTUGUESA, HISTÓRIA, GEOGRAFIA, CIÊNCIA, ARTES, LÍNGUA ITALIANA, LÍNGUA INGLESA:** O Município de Iomerê, gradativamente, vem assumindo a responsabilidade pela Manutenção do Ensino Fundamental, compreendido o 1º ao 9º ano; a grade curricular do ensino fundamental ainda não está aprovada pelo MEC, o que impede, neste momento, a realização de concurso público, porquanto não há definição quanto às disciplinas que permanecerão integradas à nova grade; no quadro de Carreira do Magistério Público do Município de Iomerê não existem professores efetivos para ministrar estas disciplinas, razão pela qual a necessidade de contratação de servidores em caráter temporário é evidente e urgente.

**1.1.2.2. PROFESSORES DE EDUCACAO FISICA e PROFESSOR III, DO ENSINO FUNDAMENTAL:** No início desta gestão, professores do quadro efetivo de servidores, assumiram funções de direção e cargos de confiança, mais especificamente as diretoras das escolas municipais, que são professoras efetivas do ensino fundamental I, com carga horário de 20 horas semanais, e o Secretário de Educação, Cultura e Esportes, que é professor efetivo da disciplina de Educação Física.

Ainda, professora do quadro efetivo esta trabalhando ensino religioso nas escolas, o que implica na necessidade de contratação de mais um professor para o ensino fundamental, nível III. Além do que, o aumento do número de alunos, enseja a disponibilização de mais profissionais para atendimento da demanda, uma vez que já detectada a necessidade de desdobramento de turmas. Também, há a necessidade de contratação de professores de educação física, para ministrar aulas de danças e xadrez, nas oficinas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**1.1.2.3 PROFESSORES III – CRECHE:** Desde o início desde ano, verifica-se um aumento significativo do número de alunos que frequentam a creche municipal, o que implica na impossibilidade de atendimento às crianças, a maioria ainda bebês, somente pelos profissionais que hoje desenvolvem suas atividades na creche, sendo assim imprescindível a contratação de mais professores, em caráter temporário. Até o final do ano de 2012, os professores existentes, atendiam a demanda, o que não justifica a contratação de mais professores em caráter definitivo, porquanto se a demanda for apenas temporária, estes serviços serão desnecessários.

**1.1.2.4 PROFESSORES AUXILIARES OU SEGUNDO PROFESSOR:** o grande número de alunos em algumas salas de aula, bem como as novas regras aplicáveis ao ensino fundamental, exigem a presença em sala de aula, de mais um professor, denominado de segundo professor ou professor auxiliar, cujas funções são diferentes do

professor titular da sala de aula. Não existindo professores aptos à contratação nesta condição, necessária a contratação temporária, através de processo seletivo, até que seja regulamentada a nova grade curricular da escola municipal.

#### 1.2 CARGOS DIVERSOS

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	CR	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto Carteira Nacional de Habilitação "C"
2	FAXINEIRA	CR	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto
3	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	CR	40 horas	Ensino Fundamental Incompleto
4	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	08 + CR	40 horas	Ensino Fundamental Completo Residir no Município de Iomerê
5	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CR	40 horas	Curso Técnico em Enfermagem Registro no COREN
11	PSICOLOGO	01 + CR	20 horas	Ensino Superior Completo em PSICOLOGIA
12	MERENDEIRA	CR	40 horas	Ensino Fundamental Completo
13	MERENDEIRA	CR	20 horas	Ensino Fundamental Completo
14	OPERADOR RETROESCAVADEIRA	CR	40 horas	Ensino fundamental Incompleto – Carteira Nacional de Habilitação "C"

#### 1.2.1 DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, CONFORME QUADRO ACIMA

**1.2.1.1 MOTORISTA DE CAMINHÃO:** Existe a necessidade de contratação temporária de pelo menos um motorista de caminhão, porquanto houve pedido de exoneração de um motorista e, ainda, há a necessidade de contratação, uma vez que os caminhões da frota municipal, não raras vezes, são conduzidos por operadores de outras máquinas, ante a inexistência de motoristas, e a previsão de aquisição de mais três caminhões.

Ainda, todas as vagas preenchidas são ocupadas por servidores efetivos, e não existem aprovados em concurso público para serem chamados.

**1.2.1.2 FAXINEIRA:** Todas as vagas existentes estão preenchidas por servidores efetivos e, destes, dois encontram-se afastados, em

gozo de benefício previdenciário de auxílio-doença, pelo que, não podem ser chamados, se existentes, aprovados em concurso público. Havendo a necessidade dos serviços, a contratação temporária se justifica.

**1.2.1.3 AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS:** Todas as vagas preenchidas são ocupadas por servidores aprovados em concurso público, e não existem mais aprovados no certame em vigor. Existe a necessidade urgente da contratação de pelo menos mais um(02) agentes de serviços gerais, porquanto, dos ocupantes do quadro efetivo, 01(um) está em gozo de benefício previdenciário de auxílio-doença, e 02(dois) solicitaram exoneração do cargo. Considerando que os serviços são relevantes e necessários, daí porque se justifica a contratação de mais servidores na condição de temporários, até a realização de novo concurso público.

**1.2.1.4 AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE:** Estes servidores fazem parte do PSF – Programa Saúde da Família, e sua contratação ocorre, necessariamente, via processo seletivo simplificado, uma vez que não integram o quadro de servidores do Município.

**1.2.1.5 TECNICO EM ENFERMAGEM:** o número de técnicos de enfermagem é limitado a 02(dois), e já não atende a demanda na Unidade Básica de Saúde, e posto de atendimento na localidade de Bom Sucesso, além do que, houve aposentadoria de uma técnica no curso deste ano. Até que não seja realizado novo concurso público, a contratação temporária é justificável.

**1.2.1.11 PSICOLOGO:** O cargo de psicólogo, contemplado no plano de cargos e salários do Município, e ocupado por servidor efetivo, prevê uma carga horária de 20(vinte) horas semanais. Ocorre que a demanda por estes serviços, que engloba as Secretarias de Saúde e Ação Social, e Educação, Cultura e Esportes, já não pode ser atendida somente com a carga horária atual. Assim, necessitaria a contratação temporária de um servidor, para a prestação de 10(dez) horas de serviços semanais, enquanto não modificada a legislação vigente, e alterada a carga horária deste profissional. Destaca-se que o Município, hoje, necessita de um psicólogo para atendimento à turma de alunos especiais, denominada de AEE, razão maior da necessidade de mais 10(dez) horas de serviços semanais.

**1.2.12 OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA:** no mês de outubro do corrente ano de 2013, o Município de Iomerê foi contemplado com uma máquina pesada, tipo retroescavadeira, oriunda do governo federal, através do PAC, passando assim a contar com 03(três) retroescavadeiras em seu parque de máquinas, bem como adquiriu mais uma escavadeira hidráulica, não possuindo, em seu quadro funcional, servidores em número suficientes para operação destas máquinas. Considerando que, a criação de novas vagas em caráter efetivo, bem como a realização de concurso público, somente irá acontecer no ano de 2014, a contratação temporária, através de processo seletivo, se mostra necessária.

**1.2.13 MERENDEIRA:** a demanda escolar no ano de 2014 irá sofrer alterações, bem como o horário de funcionamento da creche municipal será estendido, pelo que, não existindo aprovados em concurso público, para suprimento de eventual necessidade de contratação de mais uma merendeira, em caráter temporário, é necessária para garantir o andamento das atividades escolares.

**Art. 2.** As vagas criadas pelo presente Decreto serão preenchidas através de Processo Seletivo a ser realizado pelo Município e, a aprovação dos candidatos não gera obrigatoriedade de contratação.

**Art. 3.** Justificada a criação de vagas como cadastro de reserva, uma vez que, vindo a ocorrer a necessidade de contratação, enquanto vigente o processo a ser desenvolvido para a contratação

temporária, os classificados poderão ser chamados de imediato, não sujeitando o Município a elaborar constantes processos seletivos, e garantindo a continuidade dos serviços.

**Art. 4.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomerê, 11 de novembro de 2013.

**LUCIANO PAGANINI**

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

**DOUGLAS FRANCISCO ZARDO**

Secretário de Administração e Finanças

### **Edital Processo Seletivo**

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO ACT Nº 0005/2013**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna público que encontram-se abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de pessoal do Município de Iomerê, que se regerá pelas normas estabelecidas no presente Edital, e seus anexos, de conformidade com a Lei Municipal nº 0061, de 17 de setembro de 1997, e alterações posteriores, e Decreto Municipal n.1471/2013, de 11 de novembro de 2013.

### **CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** O processo seletivo será regido por este Edital, sendo a elaboração e execução das provas por conta da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP, e acompanhamento por parte de Comissão a ser designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**1.2** O presente processo seletivo destina-se a contratação de pessoal, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, justificada pela falta de servidores efetivos, nos casos de licença ou afastamentos dos cargos de provimento efetivo, com vistas a atender as necessidades da administração pública, para manutenção dos serviços públicos essenciais, conforme já disposto no Decreto Municipal n. 1471/2013.

**1.2.10** presente processo justifica-se ainda, pela necessidade da contratação de profissionais na área de educação, porquanto, o Município vem, de forma gradativa, assumindo a responsabilidade pela manutenção do ensino fundamental (1º ao 9º ano), e não existem, no quadro de pessoal, professores e outros profissionais da educação, para suprir a necessidade desta demanda, bem como, a grade curricular ainda não está aprovada pelo MEC, o que, neste momento, impede a realização de concurso público.

**1.2.2** Ainda, existe a necessidade de contratação de pessoal para suprir a demanda de trabalho proveniente de aumento de número de alunos na creche, escolas municipais, serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde e Secretaria de Obras, e outros órgãos da Administração Pública Municipal, não havendo a possibilidade de abertura de concurso público, ante a necessidade de alteração na legislação municipal, o que, demanda tempo, e os serviços são essenciais, não podendo ser paralisados.

1.3 As funções, número de vagas, vencimentos de cada cargo, jornada de trabalho, estão indicados no Anexo I deste Edital.

1.4 Após o preenchimento das vagas indicadas no Anexo I, os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para suprir vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade deste processo seletivo.

1.5 Os candidatos classificados na condição de não-habilitados somente serão chamados após esgotada a lista de classificados habilitados.

1.6 Os candidatos aprovados e contratados estarão sujeitos à Lei Municipal n. 0320/2005 e alterações posteriores.

1.7 O inteiro teor deste edital estará disponível no site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), sendo de inteira responsabilidade do candidato a retirada do mesmo, via Internet.

1.8 A divulgação oficial das informações referente a este processo seletivo dar-se-á pelo site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), bem como no mural oficial da Prefeitura Municipal de Iomerê, e os extratos publicados em órgão oficial de publicação.

1.9A divulgação da data e horário para a primeira escolha de vagas que será presencial, será publicada através de edital de convocação próprio, no mural oficial da prefeitura, na imprensa local e no site [www.amarp.org.br](http://www.amarp.org.br), após publicação do resultado oficial.

1.9.1Os candidatos classificados no Processo Seletivo poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades do Município.

1.9.2Ao ser chamado, o candidato que não assumir a vaga será automaticamente excluído do processo.

1.9.3No ato da primeira escolha de vagas, serão chamados os candidatos presentes, caso estes não aceitem a vaga, será continuada a lista dos habilitados, e posteriormente, dos não habilitados.

1.9.4A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

1.9.5Em caso de necessidade de contratação no decorrer da vigência do presente certame, a lista será iniciada novamente pelos habilitados.

1.9.6A chamada dos candidatos não habilitados ocorrerá depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

1.10 O processo seletivo destina-se ao preenchimento de vagas já existentes, bem como ao cadastro de reservas, para contratações futuras, não gerando, a classificação, a obrigatoriedade de contratação.

## II - DAS INSCRIÇÕES

2. As inscrições serão realizadas no período de 13 de novembro a 04 de dezembro de 2013, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Iomerê, das 08h30min às 11h e das 14h às 16h30min, diretamente no Setor Pessoal, na Rua João Rech, nº. 500, mediante o pagamento de taxa de inscrição no valor de R\$ 30,00(trinta), através de boleto bancário a ser retirado diretamente na Prefeitura Municipal de Iomerê, e pago antes da realização da inscrição.

No ato de inscrição o candidato deverá atender os seguintes requisitos:

- a – Apresentar o boleto da taxa de inscrição devidamente quitado;
- b - ser brasileiro nato ou naturalizado;

c - ter completado 18 (dezoito) anos de idade até o último dia da inscrição;

d - estar em gozo dos direitos políticos;

e - estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;

f - estar em dia com as obrigações eleitorais;

g - preencher os demais requisitos previstos neste edital.

O candidato deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos, no ato da inscrição:

OBS: Apresentar os originais juntamente com as fotocópias.

Não serão fornecidas fotocópias e impressões de documentos pela Prefeitura Municipal.

a - Carteira de Identidade;

b - CPF (Cadastro de Pessoa Física);

c - Certidão de Casamento ou Nascimento;

d - Certidão de Nascimento dos Filhos com até 16 anos;

e - Para portadores de deficiência física, atestado de capacidade e condições para o exercício da função;

f - Diplomas, Certificados e ou comprovantes de cursos na área para a qual estará procedendo a inscrição, para os cargos em que haverá prova de títulos;

g - Título de eleitor;

h - Certidão de Quitação Eleitoral;

i - Comprovante de Residência, sendo aceitos comprovantes em nome do interessado e, em sendo comprovante em nome de terceiros, o respectivo contrato de locação, ou declaração de residência emitida pelo titular do documento comprobatório;

Ao inscrever-se, o candidato deverá atender os requisitos da área de atuação, disciplina e nível de escolaridade exigidos para o cargo.

As inscrições serão efetuadas unicamente na sede da Prefeitura Municipal, no Setor Pessoal, que fornecerá ao inscrito o respectivo comprovante.

2.5 Não serão admitidas inscrições condicionais, com falta de documentos, nem enviadas pelo correio, e-mail ou fax, também não serão permitidas cópias de documentos na prefeitura municipal.

2.6 A inscrição poderá ser efetuada por terceira pessoa, desde que munida com instrumento de mandato, com poderes específicos para o ato, com firma reconhecida por autenticidade em cartório.

2.7 O candidato só poderá se inscrever para um cargo, conforme relação constante no Anexo I deste edital.

2.8 Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração da inscrição, exceto dos dados referentes ao endereço do candidato e do número do telefone, requeridos por escrito.

2.9 Após a data e horário, fixados como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.10 Ao inscrever-se no processo seletivo, é recomendado ao candidato que observe com atenção as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado, não podendo vir alegar desconhecimento das normas referentes ao certame.

2.11 Para os cargos em que há prova de títulos, os mesmos devem ser apresentados no ato da inscrição, e devem corresponder exclusivamente à área e ao cargo para o qual a inscrição será efetivada.

2.11.1 A contagem e validação da pontuação dos títulos será realizada no ato da inscrição do candidato, pela pessoa responsável

pela inscrição.

2.12 Não serão efetuadas inscrições que não atendam rigorosamente ao estabelecido no presente edital.

2.13 As informações prestadas no ato do preenchimento do formulário de inscrição, serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.14 A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, a prova ou a nomeação do candidato, sempre que identificadas falsidades das declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

2.15 O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, até 05 (cinco) dias que antecedem a data designada para o ato, enviar e-mail para o endereço [carla@iomere.sc.gov.br](mailto:carla@iomere.sc.gov.br), indicando quais condições especiais de prova que necessita, e os fundamentos da necessidade, não se confundindo, condições especiais, com vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.

2.16 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, deverá comunicar o fiscal da prova, antes do início da mesma, e sua retirada da sala será feita mediante acompanhamento do fiscal, não havendo nenhum tipo de compensação de tempo em favor da candidata.

2.17 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento do deferimento ou não de sua inscrição, cujo resultado será divulgado no site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br).

2.18 O candidato deverá comparecer para efetivar a inscrição, com o formulário de inscrição já preenchido, constante do Anexo III, do presente Edital.

### III – DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3. Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Edital de Seleção, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas do Cargo ou 01 (uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior à unidade e o número de vagas igual ou superior a 05 (cinco).

3.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, serão admitidos os candidatos inscritos como pessoas com deficiência, aprovados neste certame, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/99.

3.2. O candidato com deficiência física que desejar concorrer às vagas definidas no subitem anterior deverá, no ato da inscrição, declarar o tipo e o grau de deficiência que apresenta, sendo que posteriormente, se classificado, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Iomerê/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do processo em igualdade de condições com os demais candidatos.

### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4. Após análise das inscrições, as mesmas serão homologadas por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante publicação nos meios de comunicação oficiais, e site do Município, sendo assegurado prazo recursal de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação.

4.1 Julgados eventuais recursos interpostos, em havendo alterações, nova divulgação será promovida.

### V - DAS PROVAS

5. O presente processo seletivo constará de provas objetiva de conhecimentos gerais e específicos (de caráter eliminatório e classificatório), e de provas de títulos (de caráter exclusivamente classificatório).

5.1 Os conteúdos exigidos para cada nível de formação, conhecimentos específicos por tipo de cargo, assim como a composição das provas constam do Anexo II do presente edital, que faz parte integrante do mesmo.

5.2 As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, sendo de inteira responsabilidade do candidato o comparecimento no dia e horário determinados para a realização das provas.

### 5.3 DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA TODOS OS CARGOS

5.3.1 Os itens da prova objetiva poderão avaliar habilidades de mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, além da valorização da capacidade de raciocínio.

5.3.2 A prova objetiva constituir-se-á de caráter classificatório, com questões objetivas de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções de resposta em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadro abaixo:

Disciplina	Nº de questões
Língua Portuguesa	10
Matemática	05
Conhecimentos gerais e Conhecimentos Específicos e Notícias Recentes	10

### 5.4 DAS PROVAS PRATICAS

5.4.1 Os candidatos inscritos para os cargos de motorista de caminhão, e operador de retroescavadeira, deverão se submeter a realização de prova pratica, que acontecerá imediatamente após o termino da prova escrita, tendo como local, o pátio de máquinas da Prefeitura Municipal, Rua Joao Rech, n. 500, Iomere.

### VI – DA DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6. As provas serão realizadas nas dependências da Escola de Educação Básica Frei Evaristo, no dia 14 de dezembro de 2013.

6.1 As provas terão início às 08h e 30m e termino às 11s horário de Brasília.

6.2 Os candidatos deverão estar no local da prova com antecedência de 15 (quinze) minutos, para localização de sala e assinatura da lista de presença.

6.3 Somente poderá prestar a prova o candidato cujo nome apareça na lista de presença.

6.4 Os portões serão fechados faltando 05 (cinco) minutos para o início das provas, ficando automaticamente excluído do processo o candidato que chegar após o fechamento dos portões, não sendo admitidas qualquer tipo de justificativas para o atraso.

6.5 O candidato deverá apresentar, no dia da prova, além do



comprovante de inscrição, Documento de Identidade original que o identifique, sendo admitidos os seguintes documentos: carteira de identidade expedidas pelas secretarias de segurança pública; Cédula de Identidade para estrangeiros; Carteira de identidade de classe, CREA, CRAS, OAB, etc; Certificado de Reservista; Passaporte; CTPS; CNH, todos com fotografia; não apresentando nenhum destes documentos, por motivo de perda, furto ou roubo, devesse apresentar registro policial, que será submetido à análise dos fiscais de prova, que decidirão sobre o caso.

6.6 A identificação será feita também com relação a candidato que apresente documento de identificação ilegível ou que gere dúvidas quanto à identificação.

6.7 O candidato devesse comparecer ao local de prova munido com 02 (duas) canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 Não será permitido nenhum tipo de consulta durante a realização das provas, sendo proibido, inclusive, a permanência na sala de prova com equipamentos eletrônicos, devendo os celulares serem desligados na presença do fiscal de prova, no momento que ingressar à sala de prova.

6.9 Não será acatada a solicitação de prova e/ou condições especiais se o candidato não tiver comprovado a sua deficiência no ato da inscrição.

6.10 Somente será permitida a retirada do candidato da sala de provas, após decorridos 30 (trinta) minutos do início das mesmas.

6.11 Os três últimos candidatos que restarem na sala de provas deverão aguardar até que o último deles conclua a prova, para só então se retirarem, simultaneamente.

6.12 Os três últimos candidatos restantes na sala de provas deverão assinar os gabaritos de todas as provas da sala.

6.13 Poderá ser excluído do certame, o candidato que descumprir quaisquer condições estabelecidas neste edital, inclusive que perturbar o andamento dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido, pelo fiscal de sala.

6.14 O Município de Iomerê e a AMARP, não se responsabilizam por perda ou extravio de documentos, no dia da prova, bem como não se responsabilizam por gastos com deslocamento e estadia dos candidatos inscritos no certame.

6.15 Assim que distribuídos os cadernos de prova, e na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o fiscal de sala, antes do início da prova, procederá à substituição dos cadernos e, não havendo número suficiente, fará a leitura dos itens com falhas, estabelecendo, da mesma forma, prazo de compensação com o tempo gasto para regularização, se assim se fizer necessário.

6.16 O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato, desde que aguarde o término da prova.

#### VII – DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

7. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha, e o candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas.

7.1 Não será fornecido, em nenhuma hipótese, novo cartão-resposta.

7.2 O candidato deverá assinar o cartão-resposta; não serão corrigidos os cartões-respostas que não estiverem assinados.

7.3 Eventuais marcações feitas de forma incorreta pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade.

7.4 Será permitido ao candidato anotar o gabarito no caderno de

provas.

7.5 O gabarito preliminar será divulgado pela Prefeitura Municipal de Iomerê, no mural de atos oficiais, e no site do Município, [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), na segunda-feira após a realização das provas.

#### VIII – DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

A prova de títulos será realizada apenas para os cargos de nível superior.

8.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, consistirá na valorização de títulos de formação profissional, conforme tabela abaixo:

Títulos (concluídos)	Pontos
Certificado doutorado na área de atuação	0,20
Certificado mestrado na área de atuação	0,15
Certificado especialização na área de atuação	0,10
Cursos de aperfeiçoamento na área, desde que realizados entre 01/01/2011 a 30/07/2013	0,05 a cada 40 horas de curso

8.2 Somente serão aceitos títulos registrados no órgão competente, devendo ser apresentados no ato da inscrição, em via original, ou fotocópia autenticada em cartório, não sendo, em hipótese alguma, aberta outra data para a entrega dos mesmos.

8.3 Os títulos deverão ter relação com a área de atuação pretendida no ato da inscrição.

8.4 Entregues os títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

8.5 Para aqueles candidatos que concluíram, mas ainda não possuem o diploma e/ou certificado, só serão aceitos atestados de conclusão de curso, em papel timbrado da instituição, com firma reconhecida do responsável, acompanhado do histórico escolar.

8.6 Não serão pontuados títulos relativos a estágios ou monitorias.

8.7 Títulos sem conteúdo especificado não serão pontuados.

8.8 A contagem dos títulos não é cumulativa. O título de valor maior elimina o de menor valor.

8.9 A não entrega dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este atribuída pontuação zero com relação a esta prova.

8.10 Os títulos deverão ser entregues no ato da inscrição, juntamente com o formulário que faz parte do Anexo IV, deste Edital, já preenchido.

#### IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9. Serão considerados aprovados neste teste seletivo os candidatos que somarem nota igual ou maior que 3,0 (três) pontos.

9.1 Para os cargos com prova escrita objetiva e prova de títulos, a pontuação final será a soma dos pontos da prova objetiva, acrescida dos pontos somados com os títulos apresentados.

9.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva, de caráter classificatório, estando aprovado o candidato que alcançar nota igual ou maior que 3,0 (três) pontos.

9.3 A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

9.4 Em caso de empate nas notas serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- A – maior número de pontos na prova de conhecimentos específicos;  
B – maior número de pontos na prova de conhecimentos gerais;  
C – candidato de maior idade;  
D – número de dependentes.

9.5 A classificação do processo seletivo será publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), até 10 dias após a realização das provas.

9.6 Será eliminado do processo seletivo o candidato que:  
apresentar dados inverídicos na sua inscrição;  
não atender os requisitos de habilitação necessários para a área de atuação e disciplina escolhida;  
descumprir qualquer item deste edital;  
houver sido punido em Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicante perante o Município de Iomerê.

#### X – DOS RECURSOS E REVISÕES

10.1 É admitido pedido de revisão quanto:

- A – a formulação das questões objetivas;  
B – opção considerada como certa nas provas objetivas.

10.2 É admitido recurso quanto ao resultado final do Processo Seletivo.

10.3 O prazo para pedido de revisão ou recurso, é de 02(dois) dias úteis, contados da publicação do gabarito oficial no site da Prefeitura Municipal de Iomerê.

10.4 Os recursos deverão ser dirigidos para a Secretaria Executiva da AMARP, podendo ser protocoladas na sede da AMARP ou na Prefeitura Municipal de Iomere, setor de pessoal.

10.5 Os pedidos de recurso e revisão deverão ser apresentados em petição escrita, digitada e assinada, com fundamentação lógica e consistente, com indicação de bibliografia, apresentada, para cada questão diferente, uma folha em separado.

10.6 Os recursos não apresentados na forma acima disposta, serão indeferidos de plano, sem análise do mérito.

10.7 Em caso de anulação de questões, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.

10.8 Os recursos intempestivos não serão analisados.

10.9 O resultado dos recursos analisados serão publicados no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, cabendo ao interessado o acompanhamento da divulgação.

#### XI - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 A convocação obedecerá a ordem rigorosa da classificação, sendo a contratação em caráter temporário.

11.2 A convocação para preenchimento das vagas que surgirem no período de vigência deste Edital ocorrerá mediante Termo de Convocação, a ser publicado no site da Prefeitura Municipal de Iomerê, tendo o candidato 03 (três) dias para comparecer, no horário de expediente do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Iomerê.

11.3 A não manifestação no prazo estipulado no item anterior implicará na eliminação do candidato no processo seletivo.

11.4 O contratado será remunerado em conformidade com o salário base vinculado à habilitação ao qual efetuou sua inscrição.

No ato da contratação o candidato deverá apresentar:  
Atestado médico de aptidão para o desempenho da atividade;

Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;  
Documentos de identificação pessoal necessários ao registro funcional no serviço público municipal.  
Comprovante de frequência atualizada da universidade, somente para quem possui curso superior incompleto.  
Comprovante de quitação eleitoral;  
Ter 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;  
Apresentar o competente registro no órgão de classe, quando se tratar de profissão regulamentada;  
Submeter-se ao exame médico admissional;  
O não cumprimento dos requisitos necessários para a investidura na função, acarretará na desclassificação e consequente eliminação do candidato.

11.6 Os aprovados e convocados para as vagas da área de Educação ficarão a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, e as funções serão exercidas onde o Município de Iomerê tenha necessidade temporária de atendimento (CEMI - Pólo I Iomerê, e CEMI -Pólo II, Bom Sucesso).

11.7 Nas disciplinas específicas de Italiano, Ciências, História e Geografia, as aulas serão ministradas nos dois Pólos – Iomerê e Bom Sucesso.

11.8 A escolha de vaga não gera direito de permanência na unidade educacional escolhida até o encerramento do ano letivo, podendo a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, proceder aos devidos remanejamentos.

11.9 Serão convocados primeiramente os candidatos da lista dos habilitados e, esgotando-se estes, serão chamados os não-habilitados, desde que inscritos para o cargo específico

11.9.1 – Esgotada a convocação das listas acima descritas, e se ainda não forem preenchidas as vagas existentes, poderão ser convocados os melhores classificados de outras áreas para compor os cargos faltantes.

11.10 O ato convocatório cessará os efeitos quando expirar o prazo do contrato e seus aditivos, ou na data final da validade deste certame, previamente estabelecida.

11.11 As normas de contratação seguirão a legislação estatutária Municipal, não gerando qualquer vínculo efetivo com o Município.

11.12 A convocação se dará mediante comunicado via e-mail, no endereço eletrônico informado no formulário de inscrição, ou telefone informado na mesma ficha.

#### XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1A inscrição do candidato implica no conhecimento das instruções constantes neste edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.2 O candidato convocado para a realização de qualquer fase vinculada a este processo seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pelo Município, será automaticamente excluído do certame.

12.3 A inexistência ou falsidade das declarações ou documentos apresentados pelo candidato importará na eliminação do candidato do certame, não importando em que fase esteja.

12.4 O acompanhamento da divulgação e resultados do presente certame, é de inteira responsabilidade do candidato, esclarecido desde já, que não serão prestadas informações acerca do resultado final, via telefone.



12.5 Os itens deste edital poderão sofrer alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos aprovados, fato este que será publicado para o conhecimento de todos.

12.6 Os gabaritos serão mantidos sob responsabilidade da AMARP, pelo período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

12.7 Ao Prefeito Municipal cabe a homologação do resultado final do processo seletivo, que será publicada no mural oficial da Prefeitura Municipal e no site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), além da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

12.8 Este processo seletivo terá validade de 01(um) ano, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, independentemente de realização de nova prova.

12.9 O documento apto a fazer prova da classificação no teste seletivo é o decreto de divulgação e homologação do resultado final.

12.10 A aprovação neste processo seletivo não gera a obrigatoriedade de contratação, cabendo ao Município de Iomerê o direito de preencher somente o número de vagas existentes ou que vierem a surgir enquanto válido o certame.

12.11 Todos os avisos e resultados referentes ao processo seletivo serão divulgados no site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br).

12.12 Fica delegada a competência para a AMARP:

A – divulgar o Processo Seletivo, sem prejuízo da divulgação feita pelo Município;

B – elaborar, aplicar, julgar e avaliar as provas objetivas;

C – julgar os pedidos de revisão e recursos por ventura existentes;

12.13 Os casos não previstos no presente edital serão resolvidos pelo Município de Iomerê através da Comissão e pela AMARP.

12.14 Fazem parte integrante do presente edital os anexos I, II e III.

Iomerê, 11 de novembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital 11 de novembro de 2013 na Secretaria de Administração e Finanças.

DOUGLAS FRANCISCO ZARGO

Secretário de Administração e Finanças

Paula Pasqual

OAB/SC 16164

ANEXO I

#### I - QUADRO GERAL DE VAGAS – HABILITADOS EDITAL DE TESTE SELETIVO N. 005/2013

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL	03 + CR	20	1.153,38	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA

2	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	02 + CR	20	1.153,38	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
3	PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo PEDAGOGIA
4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA(área de dança)	CR	20	1.153,38	Ensino Superior Completo EDUCAÇÃO FÍSICA, com habilitação e/ou especialidade em dança
5	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA(área de xadrez)	CR	20	1.153,38	Ensino Superior Completo EDUCAÇÃO FÍSICA, com habilitação e/ou especialidade em xadrez
6	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo LETRAS
7	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo MATEMÁTICA
8	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	1.153,38	Ensino Superior Completo ARTES
9	PROFESSOR DE ARTES	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo ARTES
10	PROFESSOR DE ITALIANO	CR	20	1.153,38	Ensino Superior Completo LÍNGUA ITALIANA
11	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo CIÊNCIAS
12	PROFESSOR DE HISTÓRIA	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo HISTÓRIA
13	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	01 + CR	40	2.306,76	Ensino Superior Completo GEOGRAFIA
14	SEGUNDO PROFESSOR OU PROFESSOR AUXILIAR	01 + CR	20	1.153,38	Ensino superior Completo - Pedagogia

15	PROFESSOR DE INGLÊS	01 + CR	20	1.153,38	Ensino superior – Letras – Habilitação Inglês
----	---------------------	---------	----	----------	-----------------------------------------------

**II - QUADRO SECUNDÁRIO DE VAGAS – NÃO HABILITADOS**  
**EDITAL DE TESTE SELETIVO N. 005/2013**

CÓDIGO	CARGOS	CADASTRO RESERVA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
2	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/ CRECHE	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
3	PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/ CRECHE	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – PEDAGOGIA
4	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior – EDUCAÇÃO FÍSICA
5	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – LETRAS
6	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – MATEMÁTICA
7	PROFESSOR DE ARTES	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior – ARTES
8	PROFESSOR DE ARTES	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – ARTES
9	PROFESSOR DE ITALIANO	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior – LÍNGUA ITALIANA
10	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – CIÊNCIAS
11	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – HISTÓRIA
12	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	40	1.818,25	Cursando Ensino Superior – GEOGRAFIA

13	SEGUNDO PROFESSOR OU PROFESSOR AUXILIAR	01 + CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior Completo - Pedagogia
14	PROFESSOR DE INGLÊS	01 + CR	20	909,12	Cursando Ensino superior – Letras – Habilitação Inglês
15	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA(área de xadrez)	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior de EDUCAÇÃO FÍSICA,
16	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA(área de dança)	CR	20	909,12	Cursando Ensino Superior de EDUCAÇÃO FÍSICA

**III- QUADRO GERAL DE VAGAS**  
**EDITAL DE TESTE SELETIVO N. 005/2013**

CÓDIGO	CARGOS	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	SALÁRIO	QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA
1	MOTORISTA DE CAMINHÃO	CR	40 horas	1.560,46	Ensino Fundamental Incompleto Carteira Nacional de Habilitação "C"
2	OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA	CR	40 horas	1.560,46	Ensino Fundamental Incompleto Carteira Nacional de Habilitação "C"
3	FAXINEIRA	CR	40 horas	1.221,22	Ensino Fundamental Completo
4	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	CR	40 horas	1.221,22	Ensino Fundamental Incompleto
5	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	08 + CR	40 horas	678,45	Ensino Fundamental Completo Residir no Município de Iomerê
6	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	CR	40 horas	1.492,60	Curso Técnico em Enfermagem Registro no COREN
7	MERENDEIRA	CR	20 horas	610,61	Ensino Fundamental completo
8	MERENDEIRA	CR	40 horas	1.221,23	Ensino Fundamental Completo

9	PSICOLOGO01 + CR	20 horas	1.492,60	Ensino Superior Completo em PSICOLOGIA
---	------------------	----------	----------	----------------------------------------

## ANEXO II

## CONTEÚDO DAS PROVAS DO TESTE SELETIVO ACT Nº. 05/2013

## I - CONTEÚDO PARA AS PROVAS DE NÍVEL SUPERIOR – comum a todos os cargos

1.1 PORTUGUÊS: Interpretação de textos. Língua escrita objetiva e suas formas. Fonética e fonologia. Morfologia. Ortografia, classe, estrutura e formação das palavras, frase, oração, pontuação. Derivação e composição. Substantivo. Adjetivo. Verbo. Artigos. Advérbio. Preposição. Conjunção. Acentuação gráfica. Uso dos porquês. Noções de redação oficial, modelos de ofício.

1.2 MATEMÁTICA: Matemática Básica. Regra de três. Juros e equações. Porcentagem. Espaço e forma. Grandezas e medidas. Expressões numéricas. Formas geométricas. Medidas de capacidade. Medidas de tempo. Noções de estatística.

1.3 CONHECIMENTOS GERAIS: História e Geografia, do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e de Iomerê. Atualidades. Cultura. Cinema. Artes do mundo. Constituição dos seres vivos. O Planeta Terra, a Origem e Evolução. Ecologia e Meio Ambiente. Fenômenos Naturais, Estados Físicos da Matéria. Genética. Teorias da Evolução da Vida. Aspectos econômicos, populacionais e políticos do Município de Iomerê.

## II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## EDUCAÇÃO

Constituição Federal – Arts. 212, 213, 214. Cultura e Desportos. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Planejamento Curricular. Proposta Curricular de Santa Catarina. Didática Geral. Tendências Pedagógicas. Papel do Professor. Interdisciplinaridade. Processos de Ensino e Aprendizagem. Educação das relações étnico-raciais. Regras e hierarquia no serviço público. Regras básicas para o comportamento no ambiente de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Noções de acidentes de trabalho. Conhecimentos básicos de normas de higiene no trabalho e trato do patrimônio público. Psicologia da aprendizagem e do conhecimento. Execução das atividades afins.

## PSICOLOGIA

Políticas públicas de Saúde. SUS. Constituição Federal, Arts. 196 a 200. Art. 77, do ADCT, da CF-88. Seguridade Social. Terceira Idade. Ação Social. Atribuições aos Profissionais da Psicologia e da Medicina. Programas dos Governos Federais. PSF. A psicologia aplicada à educação. Fenômenos psicológicos.

## III – CONTEÚDO PARA TODOS OS DEMAIS CARGOS – comum a todos os cargos

3.1 PORTUGUÊS: Gramática. Usos dos porquês. Uso de crase. Pronomes. Homônimos e Parônimos. Nova Ortografia. Noções de Atos Administrativos. Noções de Redação Oficial.

3.2 MATEMÁTICA: Matemática Básica. Regra de três. Porcentagem. Juros e equações. Medidas de tempo e espaço.

3.3. CONHECIMENTOS GERAIS: Conhecimentos Gerais do

Município de Iomerê nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo e Lei Orgânica do Município. Notícias atuais. Conhecimentos do Estado de Santa Catarina nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo. Secretarias de Desenvolvimento Regionais. Notícias atuais. Eleição 2012. Conhecimentos da União nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

## AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE e TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

Constituição Federal: Capítulo II -Da Seguridade Social. Arts. 196 a 200.

Art. 77 da ADCT – CF-88

Dados da Saúde Básica

Siglas dos Programas de Saúde

Noções básicas de Primeiros Socorros

## MOTORISTAS DE CAMINHÃO

Primeiros Socorros

Direção Defensiva

Noções de cuidados com o Patrimônio Público

## OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

Primeiros Socorros

Direção defensiva

Noções de cuidados com o patrimônio Público

## 3.4.4 DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA DE CAMINHÃO E OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

3.4.4.1 Os candidatos inscritos para o cargo de motorista de caminhão e operador de retroescavadeira, serão submetidos a realização de prova prática, cuja avaliação se dará pela empresa responsável pela realização do teste seletivo.

3.4.4.2 À prova prática será atribuída nota máximo de 3,0 pontos, somados ao resultado da prova escrita, à qual será atribuída nota máxima de 7,0 pontos.

## ANEXO III

## FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO N. 005/2013

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO Nº 05/2013		
CARGO		
NOME		
CPF		
RG		
ENDEREÇO		
TELEFONE		
e-mail		
Data		
Assinatura do candidato		

FICHA DE INSCRIÇÃO		Nº Inscrição
TESTE SELETIVO Nº 05/2013		
CARGO		
NOME		

CPF	
RG	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
e-mail	
Data	
Assinatura do responsável pelo recebimento	

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS – PROCESSO SELETIVO N. 005-2013

FORMULÁRIO DE TÍTULOS		
TESTE SELETIVO Nº 05/2013		Nº Inscrição
CARGO		
NOME		
CURSOS		
Tipo especialização	Nome do Curso	Pontuação (preenchida na Prefeitura)
Doutorado		
Mestrado		
Especialização		
Graduação		
Cursos de capacitação		
(Elencar os certificados apresentados com carga horária)		
Assinatura do candidato	Soma dos pontos:	

## Irineópolis

## PREFEITURA

## Portaria N º 368/2013

PORTARIA N º 368/2013.

"DESIGNA SERVIDORA PARA AS FUNÇÕES DE COODENADORA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001.

## RESOLVE:

Art 1º - DESIGNAR a servidora DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG, ocupante das atividades temporárias de Enfermeira, do Quadro de Emprego Público do Município, para exercer a Função de Coordenadora da Estratégia Saúde da Família, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, percebendo os valores previstos em LEI.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

## Extrato Processo Licitatorio 76/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 76/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 dezembro de 2013, às 09:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de tubos de concreto, com entrega parcelada para o exercício de 2014. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 11 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

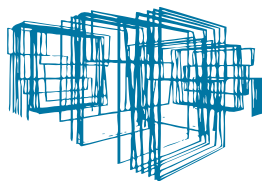
## Errata

ERRATA

No Decreto nº 2.505/2013, de 11 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC nº 1366, de 12 de novembro de 2013, dispõe sobre crédito adicional suplementar e dá outras providências,

ONDE SE LÊ:

"DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Programa de  
Gestão de Obras



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

LEIA-SE:

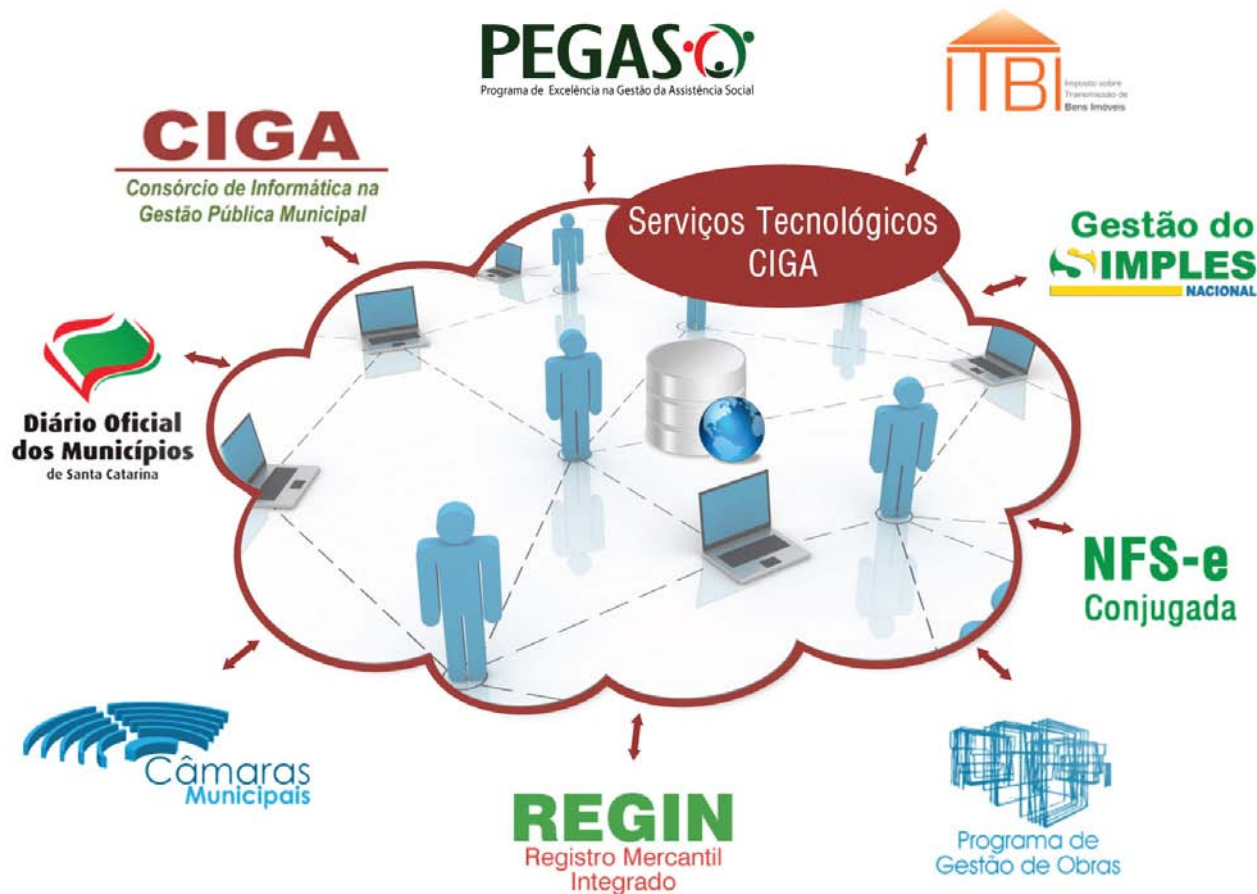
"DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

."

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de novembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**RREO - Anexo 1**

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>23.381.100,00</b>	<b>23.381.100,00</b>	<b>3.985.043,80</b>	<b>17,04</b>	<b>21.337.800,83</b>	<b>91,26</b>	<b>2.043.299,17</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>21.497.100,00</b>	<b>21.497.100,00</b>	<b>3.878.197,87</b>	<b>18,04</b>	<b>18.133.428,53</b>	<b>84,35</b>	<b>3.363.671,47</b>
RECEITA TRIBUTARIA	1.534.000,00	1.534.000,00	292.558,91	19,07	1.526.994,72	99,54	7.005,28
IMPOSTOS	1.156.000,00	1.156.000,00	280.719,80	24,28	1.283.395,87	111,02	-127.395,87
TAXAS	376.500,00	376.500,00	11.839,11	3,14	243.598,85	64,70	132.901,15
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	167.000,00	167.000,00	23.450,86	14,04	108.905,96	65,21	58.094,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	165.000,00	165.000,00	23.450,86	14,21	108.905,96	66,00	56.094,04
RECEITA PATRIMONIAL	82.900,00	82.900,00	49.178,66	59,32	191.920,51	231,51	-109.020,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	51.900,00	51.900,00	44.960,99	86,63	170.921,91	329,33	-119.021,91
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	30.000,00	30.000,00	4.215,50	14,05	20.893,36	69,64	9.106,64
Outras Rec. Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	2,17	0,22	105,24	10,52	894,76
RECEITA DE SERVIÇOS	144.000,00	144.000,00	6.725,19	4,67	7.550,19	5,24	136.449,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.302.600,00	19.302.600,00	3.472.746,86	17,99	16.065.591,04	83,23	3.237.008,96
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.217.600,00	19.217.600,00	3.412.172,86	17,76	15.723.294,04	81,82	3.494.305,96
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Transf. de Conv.	65.000,00	65.000,00	60.574,00	93,19	342.297,00	526,61	-277.297,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	266.600,00	266.600,00	33.537,39	12,58	232.466,11	87,20	34.133,89
Multas e Juros de Mora	123.600,00	123.600,00	13.341,70	10,79	67.527,25	54,63	56.072,75
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.000,00	16.000,00	2.327,43	14,55	77.110,96	481,94	-61.110,96
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	88.500,00	88.500,00	13.886,23	15,69	66.521,29	75,17	21.978,71
RECEITAS DIVERSAS	38.500,00	38.500,00	3.982,03	10,34	21.306,61	55,34	17.193,39
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.884.000,00</b>	<b>1.884.000,00</b>	<b>106.845,93</b>	<b>5,67</b>	<b>3.204.372,30</b>	<b>170,08</b>	<b>-1.320.372,30</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	902.000,00	902.000,00	0,00	0,00	2.451.215,37	271,75	-1.549.215,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	902.000,00	902.000,00	0,00	0,00	2.451.215,37	271,75	-1.549.215,37
ALIENAÇÃO DE BENS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	892.000,00	892.000,00	106.845,93	11,98	753.156,93	84,43	138.843,07
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	892.000,00	892.000,00	106.845,93	11,98	753.156,93	84,43	138.843,07
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>120.969,83</b>	<b>36,66</b>	<b>254.134,31</b>	<b>77,01</b>	<b>75.865,69</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>330.000,00</b>	<b>330.000,00</b>	<b>120.969,83</b>	<b>36,66</b>	<b>254.134,31</b>	<b>77,01</b>	<b>75.865,69</b>
RECEITA DE SERVIÇOS	330.000,00	330.000,00	120.969,83	36,66	254.134,31	77,01	75.865,69
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>4.106.013,63</b>	<b>17,32</b>	<b>21.591.935,14</b>	<b>91,06</b>	<b>2.119.164,86</b>

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>4.106.013,63</b>	<b>17,32</b>	<b>21.591.935,14</b>	<b>91,06</b>	<b>2.119.164,86</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.711.100,00	23.711.100,00	4.106.013,63	17,32	21.591.935,14	91,06	2.119.164,86
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	858.162,84	—	—	743.120,49	—	—
Superávit Financeiro	—	858.162,84	—	—	743.120,49	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>23.378.700,00</b>	<b>2.785.422,04</b>	<b>26.164.122,04</b>	<b>4.017.761,00</b>	<b>17.838.686,77</b>	<b>3.975.842,22</b>	<b>16.815.517,89</b>	<b>64,27</b>	<b>9.348.604,15</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.125.025,00</b>	<b>686.447,67</b>	<b>20.811.472,67</b>	<b>3.605.740,56</b>	<b>16.364.398,64</b>	<b>3.621.081,24</b>	<b>15.759.427,76</b>	<b>75,72</b>	<b>5.052.044,91</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.810.400,00	-495.211,15	11.315.188,85	1.905.082,48	8.865.387,43	1.875.674,79	8.806.830,78	77,83	2.508.358,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	264.500,00	-137.000,00	127.500,00	28.629,90	95.826,76	28.629,90	95.826,76	75,16	31.673,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.050.125,00	1.318.658,82	9.368.783,82	1.672.028,18	7.403.184,45	1.716.776,55	6.856.770,22	73,19	2.512.013,60
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.124.675,00</b>	<b>2.098.974,37</b>	<b>5.223.649,37</b>	<b>412.020,44</b>	<b>1.474.288,13</b>	<b>354.760,98</b>	<b>1.056.090,13</b>	<b>20,22</b>	<b>4.167.559,24</b>
INVESTIMENTOS	2.969.675,00	2.176.974,37	5.146.649,37	391.760,91	1.421.311,38	334.501,45	1.003.113,38	19,49	4.143.535,99
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	-5.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	135.000,00	-73.000,00	62.000,00	20.259,53	52.976,75	20.259,53	52.976,75	85,45	9.023,25
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>129.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>129.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>129.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>332.400,00</b>	<b>-10.000,00</b>	<b>322.400,00</b>	<b>120.969,83</b>	<b>254.134,31</b>	<b>120.969,83</b>	<b>254.134,31</b>	<b>78,83</b>	<b>68.265,69</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.000,00	50.000,00	249.000,00	111.751,83	202.743,40	111.751,83	202.743,40	81,42	46.256,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	122.400,00	-50.000,00	72.400,00	9.218,00	51.390,91	9.218,00	51.390,91	70,98	21.009,09

Continua 2/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>332.400,00</b>	<b>-10.000,00</b>	<b>322.400,00</b>	<b>120.969,83</b>	<b>254.134,31</b>	<b>120.969,83</b>	<b>254.134,31</b>	<b>78,83</b>	<b>68.265,69</b>
INVESTIMENTOS	11.000,00	-10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>2.775.422,04</b>	<b>26.486.522,04</b>	<b>4.138.730,83</b>	<b>18.092.821,08</b>	<b>4.096.812,05</b>	<b>17.069.652,20</b>	<b>64,45</b>	<b>9.416.869,84</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>2.775.422,04</b>	<b>26.486.522,04</b>	<b>4.138.730,83</b>	<b>18.092.821,08</b>	<b>4.096.812,05</b>	<b>17.069.652,20</b>	<b>64,45</b>	<b>9.416.869,84</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.522.282,94	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>2.775.422,04</b>	<b>26.486.522,04</b>	<b>4.138.730,83</b>	<b>18.092.821,08</b>	<b>4.096.812,05</b>	<b>21.591.935,14</b>	<b>64,45</b>	<b>9.416.869,84</b>

FONTE:

**RREO - Anexo 12**

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.278.600,00	1.278.600,00	1.346.711,99	105,33
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	455.000,00	455.000,00	261.653,59	57,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	75.000,00	75.000,00	308.097,45	410,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	425.000,00	425.000,00	512.939,83	120,69
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	201.000,00	201.000,00	200.705,00	99,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	53.600,00	53.600,00	27.343,06	51,01
Dívida Ativa dos Impostos	69.000,00	69.000,00	35.973,06	52,13
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.227.500,00	14.227.500,00	10.778.770,23	75,76
Cota-Parte FPM	7.650.000,00	7.650.000,00	5.704.335,12	74,57
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	30.561,27	305,61
Cota-Parte IPVA	590.000,00	590.000,00	477.948,88	81,01
Cota-Parte ICMS	5.850.000,00	5.850.000,00	4.477.341,79	76,54
Cota-Parte IPI-Exportação	95.000,00	95.000,00	67.223,89	70,76
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.500,00	32.500,00	21.359,28	65,72
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.500,00	32.500,00	21.359,28	65,72
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>15.506.100,00</b>	<b>15.506.100,00</b>	<b>12.125.482,22</b>	<b>78,20</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.525.400,00	2.525.400,00	1.740.653,45	68,93
Provenientes da União	2.135.400,00	2.135.400,00	1.643.184,70	76,95
Provenientes dos Estados	390.000,00	390.000,00	97.468,75	24,99
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	65.500,00	65.500,00	37.674,53	57,52
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.600.900,00</b>	<b>2.600.900,00</b>	<b>1.778.327,98</b>	<b>68,37</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	5.985.400,00	6.547.165,86	5.021.886,80	76,70	4.806.979,61	73,42
Pessoal e Encargos Sociais	4.056.500,00	4.205.288,85	3.310.205,38	78,72	3.251.828,30	77,33
Juros e Encargos da Dívida	1.500,00	1.500,00	640,41	42,69	640,41	42,69
Outras Despesas Correntes	1.927.400,00	2.340.377,01	1.711.041,01	73,11	1.554.510,90	66,42
DESPESAS DE CAPITAL	446.300,00	1.364.686,34	182.401,22	13,37	182.233,22	13,35
Investimentos	446.300,00	1.364.686,34	180.458,62	13,22	180.290,62	13,21

Continua 1/4

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 2/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	446.300,00	1.364.686,34	182.401,22	13,37	182.233,22	13,35
Amortização da Dívida	0,00	0,00	1.942,60	0,00	1.942,60	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>6.431.700,00</b>	<b>7.911.852,20</b>	<b>5.204.288,02</b>	<b>65,78</b>	<b>4.989.212,83</b>	<b>63,06</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.111.500,00	4.269.244,71	1.923.821,15	36,97	1.873.273,13	37,55
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.266.000,00	3.578.902,66	1.558.504,63	29,95	1.512.571,43	30,32
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	845.500,00	690.342,05	365.316,52	7,02	360.701,70	7,23
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>3.111.500,00</b>	<b>4.269.244,71</b>	<b>1.923.821,15</b>	<b>36,97</b>	<b>1.873.273,13</b>	<b>37,55</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>3.320.200,00</b>	<b>3.642.607,49</b>	<b>3.280.466,87</b>	<b>28,81</b>	<b>3.115.939,70</b>	<b>25,51</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						25,70
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/10]⁶</b>						1.297.117,37

Continua 2/4



Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 3/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	376.079,38	0,00	163.668,65	212.410,73	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>376.429,38</b>	<b>0,00</b>	<b>163.668,65</b>	<b>212.410,73</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.864.200,00	6.229.786,98	4.387.788,00	84,31	4.202.249,24	84,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.514.500,00	1.608.298,64	788.519,36	15,15	760.597,93	15,24
Vigilância Sanitária	26.000,00	28.841,96	11.137,84	0,21	11.137,84	0,22
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	48.924,62	16.842,82	0,32	15.227,82	0,31
Outras Subfunções	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.453.700,00</b>	<b>7.933.852,20</b>	<b>5.204.288,02</b>	<b>100,00</b>	<b>4.989.212,83</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de IRINEOPOLIS - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

**RREO - Anexo 2**

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	23.378.700,00	26.164.122,04	4.017.761,00	17.838.686,77	3.975.842,22	16.815.517,89	98,51	64,27	9.348.604,15
Legislativa	880.000,00	880.000,00	129.333,64	652.642,34	129.333,64	652.642,34	3,82	74,16	227.357,66
Ação Legislativa	880.000,00	880.000,00	129.333,64	652.642,34	129.333,64	652.642,34	3,82	74,16	227.357,66
Administração	2.259.675,00	2.255.175,00	422.495,63	1.820.319,03	443.046,86	1.726.258,29	10,11	76,55	528.916,71
Planejamento e Orçamento	579.000,00	494.000,00	114.257,45	325.973,45	125.491,10	324.249,39	1,90	65,64	169.750,61
Administração Geral	1.268.675,00	1.369.175,00	222.667,28	1.176.314,09	225.611,70	1.085.233,57	6,36	79,26	283.941,43
Administração Financeira	412.000,00	392.000,00	85.570,90	318.031,49	91.944,06	316.775,33	1,86	80,81	75.224,67
Segurança Pública	80.000,00	109.012,43	11.490,02	57.349,87	6.206,02	52.058,37	0,30	47,75	56.954,06
Defesa Civil	80.000,00	109.012,43	11.490,02	57.349,87	6.206,02	52.058,37	0,30	47,75	56.954,06
Assistência Social	1.153.700,00	1.246.148,73	170.143,53	753.561,27	190.566,28	743.214,81	4,35	59,64	502.933,92
Assistência ao Idoso	81.500,00	87.118,34	7.682,04	43.839,42	10.700,68	43.584,56	0,26	50,03	43.533,78
Assistência ao Portador de Deficiência	16.000,00	16.000,00	1.575,52	7.877,60	1.575,52	7.877,60	0,05	49,24	8.122,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	211.200,00	200.443,56	24.444,46	107.830,63	27.654,73	103.880,07	0,61	51,83	96.563,49
Assistência Comunitária	645.000,00	730.586,83	102.620,96	428.976,21	116.814,80	422.835,17	2,48	57,88	307.751,66
Previdência Básica	200.000,00	212.000,00	33.820,55	165.037,41	33.820,55	165.037,41	0,97	77,85	46.962,59
Saúde	6.430.700,00	7.830.852,20	1.085.126,90	5.114.895,02	1.097.376,72	4.899.755,33	28,70	62,57	2.931.096,87
Administração Geral	6.000,00	6.000,00	342,50	607,00	278,00	542,50	0,00	9,04	5.457,50
Atenção Básica	4.864.200,00	6.229.786,98	889.799,37	4.387.788,00	917.751,98	4.202.249,24	24,62	67,45	2.027.537,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.503.500,00	1.517.298,64	192.214,65	698.519,36	176.048,66	670.597,93	3,93	44,20	846.700,71
Vigilância Sanitária	26.000,00	28.841,96	1.250,28	11.137,84	1.880,08	11.137,84	0,07	38,62	17.704,12
Vigilância Epidemiológica	31.000,00	48.924,62	1.520,10	16.842,82	1.418,00	15.227,82	0,09	31,13	33.696,80
Educação	7.410.125,00	8.199.121,91	1.258.411,33	5.958.943,53	1.521.093,79	5.832.051,97	34,17	71,13	2.367.069,94
Administração Geral	50.000,00	234.500,00	114.211,61	181.549,94	101.736,30	169.074,63	0,99	72,10	65.425,37
Ensino Fundamental	6.073.425,00	6.033.741,98	984.327,66	4.941.355,94	1.252.925,24	4.847.464,36	28,40	80,34	1.186.277,62
Ensino Médio	25.000,00	25.000,00	0,00	21.000,00	0,00	21.000,00	0,12	84,00	4.000,00
Ensino Superior	72.000,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00	20.000,00	80.000,00	0,47	80,00	20.000,00
Educação Infantil	1.144.700,00	1.749.879,93	129.872,06	699.037,65	136.432,25	678.512,98	3,97	38,77	1.071.366,95
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Educação Especial	40.000,00	51.000,00	10.000,00	36.000,00	10.000,00	36.000,00	0,21	70,59	15.000,00

Continua 1/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	23.378.700,00	26.164.122,04	4.017.761,00	17.838.686,77	3.975.842,22	16.815.517,89	98,51	64,27	9.348.604,15
Cultura	66.000,00	36.000,00	0,00	23.102,76	0,00	13.208,76	0,08	36,69	22.791,24
Difusão Cultural	66.000,00	36.000,00	0,00	23.102,76	0,00	13.208,76	0,08	36,69	22.791,24
Urbanismo	2.251.000,00	1.971.000,00	156.108,00	812.572,80	166.391,27	798.498,36	4,68	40,51	1.172.501,64
Infra-Estrutura Urbana	2.251.000,00	1.971.000,00	156.108,00	812.572,80	166.391,27	798.498,36	4,68	40,51	1.172.501,64
Habitação	70.000,00	70.000,00	754,68	58.780,46	754,68	58.780,46	0,34	83,97	11.219,54
Habitação Urbana	70.000,00	70.000,00	754,68	58.780,46	754,68	58.780,46	0,34	83,97	11.219,54
Saneamento	20.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Agricultura	510.500,00	1.087.498,35	440.869,91	806.271,62	96.168,74	404.527,76	2,37	37,20	682.970,59
Extensão Rural	510.500,00	1.087.498,35	440.869,91	806.271,62	96.168,74	404.527,76	2,37	37,20	682.970,59
Indústria	22.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	22.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Comércio e Serviços	31.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Turismo	31.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Energia	210.000,00	210.000,00	32.726,26	162.680,83	39.726,26	162.680,83	0,95	77,47	47.319,17
Energia Elétrica	210.000,00	210.000,00	32.726,26	162.680,83	39.726,26	162.680,83	0,95	77,47	47.319,17
Transporte	1.705.000,00	1.971.313,42	290.756,76	1.525.544,19	273.545,87	1.388.293,32	8,13	70,42	583.020,10
Transporte Rodoviário	1.705.000,00	1.971.313,42	290.756,76	1.525.544,19	273.545,87	1.388.293,32	8,13	70,42	583.020,10
Desporto e Lazer	150.000,00	145.000,00	19.544,34	92.023,05	11.632,09	83.547,29	0,49	57,62	61.452,71
Desporto Comunitário	150.000,00	145.000,00	19.544,34	92.023,05	11.632,09	83.547,29	0,49	57,62	61.452,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	129.000,00	129.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	332.400,00	322.400,00	120.969,83	254.134,31	120.969,83	254.134,31	1,49	78,83	68.265,69
Saúde	332.400,00	322.400,00	120.969,83	254.134,31	120.969,83	254.134,31	1,49	78,83	68.265,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	332.400,00	322.400,00	120.969,83	254.134,31	120.969,83	254.134,31	1,49	78,83	68.265,69

Continua 2/3

Município de IRINEOPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	332.400,00	322.400,00	120.969,83	254.134,31	120.969,83	254.134,31	1,49	78,83	68.265,69
Saúde	332.400,00	322.400,00	120.969,83	254.134,31	120.969,83	254.134,31	1,49	78,83	68.265,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	332.400,00	322.400,00	120.969,83	254.134,31	120.969,83	254.134,31	1,49	78,83	68.265,69
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>23.711.100,00</b>	<b>26.486.522,04</b>	<b>4.138.730,83</b>	<b>18.092.821,08</b>	<b>4.096.812,05</b>	<b>17.069.652,20</b>	<b>100,00</b>	<b>64,45</b>	<b>9.416.869,84</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**RREO - Anexo 8**

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.278.600,00	1.278.600,00	294.743,23	1.346.711,99	105,33
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	561.000,00	561.000,00	17.171,07	304.783,70	54,33
1.1.1- IPTU	455.000,00	455.000,00	7.627,01	261.653,59	57,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	46.000,00	46.000,00	4.223,30	18.084,68	39,31
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	5.320,76	25.045,43	41,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	77.800,00	77.800,00	130.218,69	308.181,33	396,12
1.2.1- ITBI	75.000,00	75.000,00	130.218,69	308.097,45	410,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.800,00	2.800,00	0,00	83,88	3,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	438.800,00	438.800,00	99.247,39	533.041,96	121,48
1.3.1- ISS	425.000,00	425.000,00	94.768,02	512.939,83	120,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.800,00	4.800,00	2.563,00	9.174,50	191,14
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	9.000,00	9.000,00	1.916,37	10.927,63	121,42
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	201.000,00	201.000,00	48.106,08	200.705,00	99,85
1.4.1- IRRF	201.000,00	201.000,00	48.106,08	200.705,00	99,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	14.227.500,00	14.227.500,00	2.033.162,48	10.778.770,23	75,76
2.1- Cota-Parte FPM	7.650.000,00	7.650.000,00	940.482,66	5.704.335,12	74,57
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.650.000,00	7.650.000,00	940.482,66	5.704.335,12	74,57
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.850.000,00	5.850.000,00	953.244,08	4.477.341,79	76,54
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	32.500,00	32.500,00	4.271,86	21.359,28	65,72
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	95.000,00	95.000,00	14.027,18	67.223,89	70,76
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	25.150,56	30.561,27	305,61
2.6- Cota-Parte IPVA	590.000,00	590.000,00	95.986,14	477.948,88	81,01
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>15.506.100,00</b>	<b>15.506.100,00</b>	<b>2.327.905,71</b>	<b>12.125.482,22</b>	<b>78,20</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	470.000,00	470.000,00	84.088,56	428.426,49	91,15
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	470.000,00	470.000,00	83.725,64	426.341,53	90,71
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	362,92	2.084,96	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	551.000,00	551.000,00	125.753,93	766.737,93	139,15
6.1- Transferências de Convênios	551.000,00	551.000,00	125.753,93	766.737,93	139,15
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	282.600,00	282.600,00	61.832,58	289.027,83	102,27
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.303.600,00</b>	<b>1.303.600,00</b>	<b>271.675,07</b>	<b>1.484.192,25</b>	<b>113,85</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.845.500,00</b>	<b>2.845.500,00</b>	<b>406.632,06</b>	<b>2.155.751,92</b>	<b>75,76</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.530.000,00	1.530.000,00	188.096,49	1.140.866,80	74,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.170.000,00	1.170.000,00	190.648,62	895.467,45	76,54
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.500,00	6.500,00	854,36	4.271,82	65,72
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.000,00	19.000,00	2.805,45	13.444,79	70,76
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	5.030,08	6.112,14	305,61
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	118.000,00	118.000,00	19.197,06	95.588,92	81,01
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>4.790.000,00</b>	<b>4.790.000,00</b>	<b>831.088,42</b>	<b>4.092.211,64</b>	<b>85,43</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.790.000,00	4.790.000,00	831.088,42	4.092.211,64	85,43
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>1.944.500,00</b>	<b>1.944.500,00</b>	<b>424.456,36</b>	<b>1.936.459,72</b>	<b>99,59</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.904.000,00	2.804.000,00	553.409,17	2.443.002,49	87,13
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	270.000,00	97.951,38	266.615,39	98,75
13.2- Com Ensino Fundamental	2.634.000,00	2.534.000,00	455.457,79	2.176.387,10	85,89
14- OUTRAS DESPESAS	1.916.000,00	2.136.000,00	265.270,62	916.048,65	42,89
14.1- Com Educação Infantil	150.000,00	690.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.766.000,00	1.446.000,00	265.270,62	916.048,65	63,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.820.000,00	4.940.000,00	818.679,79	3.359.051,14	68,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					59,70
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	3.876.525,00	3.876.525,00	581.976,43	3.031.370,56	78,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.096.100,00	1.636.100,00	128.900,84	655.580,93	40,07
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	420.000,00	960.000,00	97.951,38	266.615,39	27,77
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	676.100,00	676.100,00	30.949,46	388.965,54	57,53
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.757.425,00	4.337.425,00	802.233,28	3.325.562,20	76,67
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.400.000,00	3.980.000,00	720.728,41	3.082.435,75	77,70
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	357.425,00	357.425,00	81.504,87	233.126,45	65,22
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.853.525,00	5.973.525,00	931.134,12	3.981.143,13	66,65
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.936.459,72
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.936.459,72
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.044.683,41
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					16,86

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	470.000,00	470.000,00	83.912,10	427.639,88	90,99
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	436.000,00	774.842,13	261.642,16	634.001,05	81,82
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	906.000,00	1.244.842,13	345.554,26	1.061.640,93	85,28
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.759.525,00	7.218.367,13	1.276.688,38	5.042.784,06	69,86
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	84.410,03	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.092.211,64	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.212.439,65	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-35.817,98	0,00

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

# Itá

## PREFEITURA

### Processos Seletivos

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITÁ  
PROCESSOS SELETIVOS  
EDITAIS Nº 001

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas Por Lei, torna público para o conhecimento dos interessados, que acham-se abertas de 12 a 22 de novembro de 2013, inscrições para os Processos Seletivos Públicos visando a contratação temporária no serviço público municipal, por meio de prova títulos e tempo de serviço. Processo Seletivo 009/2013 para o quadro temporário do Magistério ano letivo 2014; Processo Seletivo 010/2013 quadro temporário cargo de zeladores para atuarem nas escolas municipais; Processo Seletivo 011/2013 vaga de estagiário para atuar no Berçário da Creche Municipal. Íntegra do Edital e outras informações na Prefeitura Municipal de Itá (SC), telefone (49) 3458-9500, e na internet no sítio "http://www.ita.sc.gov.br".

Itá (SC), em 11 de novembro de 2013  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### Lei Municipal Nº 2.874, de 12 de Novembro de 2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.874, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
Autoriza o Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal em exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta LEI:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2013:

12.01 - Fundo Municipal Reeq. da OBM Funrebom de Itapiranga  
06.182.0141.1016 - Aquisição de Veículos e Equip. e Material Permanente  
44.90.00.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
26.782.0149.1027 - Aquisição de Veículo, Máquinas e Equip. e Material Permanente  
44.90.00.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 12 de novembro de 2013.  
INÁCIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SÉRGIO LUÍS KESSLER  
Secretário Municipal de Administração.

### Decreto Nº 208, de 7 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 208, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.

Anula o Edital de Pregão Presencial nº 162/2013 e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e o artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, bem como a Instrução Normativa n. TC-05/2008 do TCE/SC;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Edital de Pregão Presencial nº 162/2013, de 7 de novembro de 2013, da Prefeitura Municipal de Itapiranga, em virtude da constatação de ilegalidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC., 7 de novembro de 2013.  
INÁCIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER  
Secretario Municipal de Administração.

### Decreto Nº 209, de 11 de Novembro de 2013

DECRETO Nº 209, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 119 - Tranf. Convênio SUS - Estado, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e na fonte de recursos 128 - Convênio Farmácia Básica - Estado, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secret. Municipal da Saúde  
33.90.00.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas  
R\$ 35.000,00.  
33.90.00.00.00.00.00.0128 - Aplicações Diretas  
R\$ 11.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 11 de novembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER  
Secretario Municipal de Administração.

### **Decreto Nº 210, de 12 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 210, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Abre o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga, exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício no Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.874, de 12 de novembro de 2013;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2013:

12.01 - Fundo Municipal Reeq. da OBM Funrebom de Itapiranga  
06.182.0141.1016 - Aquisição de Veículos e Equip. e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
26.782.0149.1027 - Aquisição de Veículo, Máquinas e Equip. e Material Permanente

44.90.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 12 de novembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios  
SÉRGIO LUÍS KESSLER  
Secretário Municipal de Administração.

### **Portaria Nº 235/2013**

Portaria nº 235 de 05 de novembro de 2013.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial ;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder complementação de aposentadoria ao Sr. Antenor Albano Predella, em cumprimento a determinação judicial oriunda dos autos da Ação de Execução de Obrigação de Fazer nº 034.13.002060-9.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 05 de novembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 236/2013**

Portaria nº 236 de 12 de novembro de 2013

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 221 de 09 de outubro de 2013, que nomeou Ariane Oliveira Pinheiro Machado, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, tendo em vista que a mesma não tomou posse no prazo legal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 12 de novembro de 2013.  
INACIO OSWALD  
Prefeito em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos

### **Portaria Nº 237/2013**

PORTARIA Nº 237 de 12 de novembro de 2013.

NOMEIA SERVIDORA PARA SUBSTITUIR CONTADOR DO MUNICÍPIO

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011; Lei Complementar nº 002/2006, Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor municipal Paulo Beckemkamp, sob matrícula nº 10351/01 para substituir Flávio Antonio Santos, Chefe da Seção de Identificação, que está afastado em tratamento de saúde e gozo de férias.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo, acarretará ônus aos cofres públicos municipais, conforme prevê os artigos 38 e 39 da Lei Complementar nº 39 de 12 de julho de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC, 12 de novembro de 2013.  
INÁCIO OSWALD  
Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
IVAIR PAULO TAVARES  
Diretor de Recursos Humanos



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### Lei Nº. 701 de 11 de Novembro de 2013

LEI Nº. 701 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O ESTADO DE SANTA CATARINA POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO A PROCEDER A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a Cessão de Uso de terreno Matrícula nº 7.817 (antiga Av.2) do Município de Jacinto Machado, de área do terreno de um mil e quarenta e um metros quadrados (1.041,00m²) localizado no Av. Afonso Possamai Della, S/N, Bairro Bella Vista, com a finalidade de construção pela CESSIONÁRIA (ESTADO DE SANTA CATARINA) de 01 (um) CRAS, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES.

Art. 2º - A Cessão de uso do imóvel acima especificado não resultará em nenhum ônus ao ente municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),

11 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### Lei Nº. 702 de 11 de Novembro de 2013.

LEI Nº. 702 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JACINTO MACHADO, pessoa jurídica de direito privado, fundado em 17 de outubro de 1970, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, 234, Centro, Município de Jacinto Machado (SC).

Art. 2º - A referida Entidade fica assegurado todos os direitos e vantagens previstos em LEI

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC),

11 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### Decreto Nº. 099 de 17 de Outubro de 2013.

DECRETO Nº. 099 DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº. 661 de 19 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias abaixo especificadas dos orçamentos da Unidade da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Assistência Social vigentes, com o valor de R\$ 88.500,00 (Oitenta e oito mil e quinhentos reais) a saber:

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (12) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 16.500,00

TOTAL R\$ 16.500,00

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (72) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DE AGRIC., IRRIG. E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

ATIVIDADE: 2.048 - Man. da Sec. de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: (103) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

ORGÃO: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 01 - DEPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

ATIVIDADE: 2.052 - Man. da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo

Modalidade de Aplicação: (112) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

ORGÃO: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATIVIDADE: 2.027 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: (03) - 3.3.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL R\$ 88.500,00

Art. 2º- Para suplementar as dotações acima anulam-se as dotações abaixo especificadas nos mesmos valores.

ORGÃO: 03 - SECRETARIA DA ADM., PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 - DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 - Manutenção dos Serviços Administrativos e de Planejamento



Modalidade de Aplicação: (08) - 3.1.70.00.00.00.0080 - Transf. a Cons. Púb. R\$ 4.500,00  
Modalidade de Aplicação: (09) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00  
Modalidade de Aplicação: (11) - 3.3.71.00.00.00.0080 - Transf. a Cons. Púb. R\$ 4.500,00  
Modalidade de Aplicação: (13) - 4.4.71.00.00.00.0080 - Transf. a Cons. Púb. R\$ 4.500,00  
TOTAL R\$ 16.500,00

ORGÃO: 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE: 01 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
ATIVIDADE: 2.033 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
Modalidade de Aplicação: (70) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00  
TOTAL R\$ 30.000,00

ORGÃO: 07 - SECRETARIA DE AGRIC., IRRIG. E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
ATIVIDADE: 2.048 - Man. da Sec. de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente  
Modalidade de Aplicação: (101) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00  
Modalidade de Aplicação: (106) - 4.4.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
TOTAL R\$ 30.000,00

ORGÃO: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
UNIDADE: 01 - DEPTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
ATIVIDADE: 2.052 - Man. da Sec. de Indústria, Comércio e Turismo  
Modalidade de Aplicação: (111) - 3.1.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
TOTAL R\$ 2.000,00

ORGÃO: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATIVIDADE: 2.027 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
Modalidade de Aplicação: (07) - 4.4.90.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00  
TOTAL R\$ 10.000,00  
TOTAL GERAL R\$ 88.500,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 17 de outubro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### **Decreto N°. 101 de 24 de Outubro de 2013.**

DECRETO N°. 101 DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 9º, da Lei nº 661 de

19 de dezembro de 2012.

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento vigente, com o valor de R\$ 27.130,00 (Vinte e sete mil e cento e trinta reais) a saber:

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: (10) - 3.3.90.00.00.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 27.130,00  
TOTAL R\$ 27.130,00

Art. 2º- Para suplementar a dotação acima anulam-se as dotações abaixo especificadas no mesmo valor.

ORGÃO: 10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE: 2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: (6) - 3.3.50.00.00.00.0696 - Transf. a Inst. Priv. s/Fins Luc. R\$ 18.000,00  
Modalidade de Aplicação: (11) - 4.4.90.00.00.00.0696 - Aplicações Diretas R\$ 9.130,00  
TOTAL R\$ 27.130,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 24 de outubro de 2013.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

### **Edital de Audiência Pública 010/2013**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 010/2013

Plano Municipal de Saneamento Básico de Jacinto Machado - PMSB

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado juntamente com a empresa CERNE AMBIENTAL tem a honra de convidá-lo (a) a participar da Audiência Pública que abordará:

ETAPA III: Prognóstico, objetivos e metas para universalização dos serviços de saneamento e, ETAPA IV: Programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas. Definição das ações para emergência e contingência para o município. Mecanismos e procedimentos para o controle social, da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Data: 19 de novembro de 2013 (terça-feira)

Horário: 09:30 horas

Local: Plenário Vereador Bonifácio Bratti - Câmara Municipal de Jacinto Machado.

Endereço: Avenida Padre Herval Fontanella, 886, Centro, Jacinto Machado - SC.

Jacinto Machado (SC), 12 de novembro de 2013.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Lei Nº 4.418 de 11 de Novembro de 2013.

LEI Nº 4.418 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

ALTERA O ITEM 99 DA LEI 788 DE 13/10/1975 QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica alterado o Item 99 do artigo 1º da Lei 788 de 13/10/1975 que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - ( )

( )

99. RUA ACHILES PEDRINI

Início: Rua Antônio Nunes Varela  
Fim: Entrada da Vila Cachoeirinha

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Lei Nº 4.419 de 11 de Novembro de 2013.

LEI Nº 4.419 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

DENOMINA RUA ARVINO DE OLIVEIRA QUE ESPECIFICA

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica denominada RUA ARVINO DE OLIVEIRA aquela que tem início na entrada da Vila Cachoeirinha e seu final na Estrada Municipal de Duas Casas.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 11 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Extrato PL 116/2013/PMJ - PP 66/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2013/PMJ

Objeto: Contratação de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor percentual de taxa de administração. Credenciamento e entrega dos envelopes:

até as 14h, do dia 28/11/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 28/11/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 11 de novembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**IMPRES****Balancete Outubro/2013 IMPRES****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	990.053,45	Despesa Orçamentária	330.626,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	168.278,18	Despesas exceto Intra-orçamentárias	330.626,23
RECEITA PATRIMONIAL	348.559,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	318.980,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.330,44	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.645,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	337.185,47		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	117.700,00		
Receita Extra - Orçamentária	399.849,86	Despesa Extra - Orçamentária	451.762,96
DEPOSITOS	69.223,63	DEPOSITOS	69.431,58
CONSIGNACOES	69.223,63	CONSIGNACOES	69.431,58
PENSAO ALIMENTICIA	1.430,86	PENSAO ALIMENTICIA	1.430,86
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.423,69	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	14.423,69
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	20.016,30	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	20.016,30
EMPRESTIMOS	28.392,51	EMPRESTIMOS	28.600,46
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.960,27	OUTROS CONSIGNATARIOS	4.960,27
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	330.626,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	329.538,82
OBRIGACOES A PAGAR	330.626,23	OBRIGACOES A PAGAR	329.538,82
FORNECEDORES	5.064,50	FORNECEDORES	5.064,50
PESSOAL A PAGAR	3.569,21	PESSOAL A PAGAR	3.569,21
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.351,68	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	4.264,27
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	316.640,84	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	316.640,84
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	52.792,56
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	52.792,56
		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	52.792,56
Saldos anteriores	35.139.158,72	Saldos atuais	35.746.672,84
Aplicações do RPPS	35.124.859,64	Aplicações do RPPS	35.729.908,58
BANCO C/ MOVIMENTO	14.299,08	BANCO C/ MOVIMENTO	16.764,26
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	36.529.062,03	Total	36.529.062,03

JOACABA, 11/11/2013

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE



**SIMAE****Pregão Presencial JHL 0045/2013 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0062/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2013

PROTOCOLO JHL 3170/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0045/2013 - Licitação 0062/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de 01 (UMA) carroceria metálica Graneleira com plataforma de derivação de carga, a ser instalada em veículo Renault Master Chassi Cabine, ano modelo 2014 fabricação 2013.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 29/11/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 29/11/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/11/2013 a 29/11/2013

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 DE NOVEMBRO DE 2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Contrato JHL 0107/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2012

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0050/2012

PROCESSO LICITATÓRIO 0073/2012

PROTOCOLO JHL 2776/2012

Data: 11/11/2013

Objeto: 320 METROS cúbicos de brita graduada para entrega parcelada, onde será utilizada no preenchimento de valas onde o SIMAE executará reparos nos exercícios de 2013 e 2014.

Contratado: Pedreira Triangulo Ltda.

Valor por metro cubico: R\$ 42,90 (Quarenta e dois reais e noventa centavos).

Programa/atividade - 14.01.2.061

Elemento - 3.3.90.30.99.00

Prazo de vigência: 01/01/2014 a 11/05/2014.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Lages****PREFEITURA****PP 45-2013 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 45-2013 SMS

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais permanentes de Enfermagem

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 26/11/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 227.452,49

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 11 de novembro de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

**Extrato de Contrato 08/2013 - Saude - 1º Termo Aditivo**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 08/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A, inscrita no CNPJ sob nº 61.602.199/0232-44, estabelecida à Rua: Antônio Frederico Ozanan, nº 1655 - Canoas/RS - CEP: 92.420-360 - fone (51) 3462-2830.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Este Contrato tem como objetivo a Aquisição de Gás de Cozinha, Mangueiras, Braçadeiras, Válvulas e Cascos para uso nos Setores da Secretaria Municipal da Saúde, no exercício de 2013, em conformidade com as especificações contidas na Autorização de fornecimento 03/2013.

1.1 - Ficam acrescidos ao objeto do contrato primitivo mais 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço deste acréscimo a ser fornecido é de R\$ 1.971,87 (hum mil e novecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos).

Lages, SC, 11 de novembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages



**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.778/2013

LEI Nº 1.778/2013 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de Lauro Muller, para o exercício financeiro de 2014, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

### I – DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014 a 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo II desta Lei.

### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas no anexo I e IV desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária para 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo IV desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º. O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º. O orçamento e a sua execução obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 8º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 9º. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observada a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 10º. O Orçamento para o exercício de 2014 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferior a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e Demonstrativo de Riscos Fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizarem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, serem utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 11º. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 12º. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação

de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 13º. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2014 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 14º. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 15º. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 16º. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 17º. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congêneres e previsto os recursos na lei orçamentária anual.

Art. 18º. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 19º. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Art. 20º. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 21º. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22º. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 23º. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 24º. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 25º. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 26º. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27º. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28º. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29º. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30º. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício anterior, o Excesso ou provável excesso de arrecadação,

a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 31º. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 32º. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 33º. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 34º. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 35º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 36º. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER (SC), 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIM ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I

2014

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas

As metas anuais de Receitas foram calculadas a partir das seguintes Receitas Orçamentárias

A Estimativa da receita para o exercício de 2014, foi calculada pela análise de tendência, utilizando-se um modelo linear, tomando-se por base a arrecadação de cada receita nos exercícios de 2010 a 2012 e o valor previsto para 2013\*.

\* A previsão para 2013 foi reestimada utilizando-se a mesma metodologia, com base na receita arrecadada do exercício de 2009 a 2012.

A metodologia consiste em encontrar a reta que melhor se ajusta aos valores dados. Esta reta é do tipo  $y = ax + b$ , onde:

$$(1) a = \frac{\sum xy - (\sum x \cdot \sum y)/n}{\sum x^2 - (\sum x)^2/n} \quad \text{e} \quad (2) b = y \text{ méd} - a \cdot x \text{ méd}$$

Neste caso: x representa o ano sendo analisado e y representa as receitas nos anos analisados, conforme planilhas que compõe a memória de cálculo anexa.

Usando, finalmente, os valores determinados para a e b e projetando as receitas para 2012 a 2014, teremos:  $y = ax + b$

As Receitas oriundas de Transferências de Recursos do SUS, FNAS, FNDE, exceto o Salário Educação, as Transferências do Estado para o Programa de Transporte Escolar e para os Programas de Saúde, foram calculadas para o exercício de 2014, com base nos repasses mensais de cada programa, ocorridos no mês de agosto de 2013, em virtude da irregularidade na atualização dos valores pelo Governo Federal, não permitindo a projeção de cálculo.

As receitas para os exercícios de 2015 e 2016 foram projetadas a uma previsão inflacionária de 4,5% ao ano, mais uma expectativa de crescimento econômico de 1,5% ao ano.

As Transferências de Capital foram previstas para o exercício de 2014 de conformidade com a expectativa da captação de recursos através de convênios, junto ao Governo Federal e Estadual, para executar as ações assim especificadas no Anexo de Prioridades e Metas. O valor foi repetido 2015 e 2016, por falta de definição mais precisa dos investimentos e suas fontes de financiamentos para estes exercícios.

I.a – Exemplo do Cálculo de algumas Fontes de Receita:

RECEITA =		Cota Parte do FPM – CF, art.159, I, alínea b						
EXERC.	X	Y	XY	X2		PROJETADA		
2010	1	6.545.939	6.545.939	1	a=	2014 =	Y5 =	11.448.000
2011	2	7.966.560	14.512.499	4	1.037.789			
2012	3	8.743.384	23.255.883	9				

2013	4	10.800.000	34.055.883	16	b=			
Soma	10	34.055.883	78.370.204	30	7.465.327			
Média	2,5	8.513.970						

RECEITA =		Imp. Predial e Territ. Urbano						
EXERC.	X	Y	XY	X2		PROJETADA		
2010	1	476.527	476.527	1	a=	2014 =	Y5 =	729.763
2011	2	551.084	1.027.611	4	94.582			
2012	3	636.983	1.664.594	9				
2013	4	688.456	2.353.050	16	b=			
Soma	10	2.353.050	5.521.782	30	621.216			
Média	2,5	588.262						

RECEITA =		Cota-Parte do ICMS						
EXERC.	X	Y	XY	X2		PROJETADA		
2010	1	6.251.713	6.251.713	1	a=	2014 =	Y5 =	7.208.000
2011	2	6.672.123	12.923.836	4	739.185			
2012	3	5.978.325	18.902.161	9				
2013	4	6.800.000	25.702.161	16	b=			
Soma	10	25.702.161	63.779.871	30	3.996.794			
Média	2,5	6.425.540						

## II – Demonstartivo da Memória de cálculo das Metas Fiscais de Despesas

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

PROGRAMA	EXERCÍCIO/2014 R\$ 1,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER	
102 - Gestão Administrativa Superior	380.000,00
103 – Administração Geral	4.185.000,00
104 – Cidade Protegida	116.600,00
105 – Atenção à Melhor Idade	425.000,00
106 – Proteção Social Básica	270.000,00
107 – Gestão da Política Municipal de Assistência Social	1.288.600,00
111 – Escola em Ação	9.084.500,00
112 – Minha Escola, Meu Espaço	1.330.000,00
113 – Profissional do Futuro	50.000,00
114 – Cultura e Arte Para Todos	540.000,00
115 – Minha Rua	2.826.020,00
116 – Meu Sonho, Meu Lar	1.300.000,00
117 – Cidade Limpa	850.000,00
118 – Agricultura Forte	1.284.000,00
119 – Lauro Muller Mais	1.500.000,00
120 – Turismo em Lauro Muller	300.000,00
121 – Estrada Segura	3.100.000,00
122 – Esporte é Vida	1.200.000,00
000 – Operações Especiais	500.000,00
9999 – Reserva de Contingência	50.000,00
Total da Entidade:	30.579.720,00
2 – HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE	
109 – Saúde Para Todos	2.349.692,00
Total da Entidade:	2.349.692,00
3 – CÂMARA MUNICIPAL DE LAURO MULLER	
101 – Processo Legislativo	1.440.000,00

Total da Entidade:	1.440.000,00
4 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL AMBIENTAL DE LAURO MULLER	
117 – Cidade Limpa	60.000,00
Total da Entidade:	60.000,00
5 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAURO MULLER	
108 – Saúde Cidadã	4.598.680,00
110 – Vigilância em Saúde e Sanitária	765.000,00
Total da Entidade:	5.363.680,00
Total Geral:	39.793.092,00

LAURO MÜLLER (SC), 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIM ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO II – METAS FISCAIS

2014

AMF – Demonstrativo I – Metas Anuais

LRF, art. 4º, § 1º R\$ 1,00

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Nota:

- NA = Não se aplica

- Os valores a preços correntes das receitas estão projetados pela análise de tendência, utilizando-se um modelo linear, tomando-se por base a arrecadação de cada receita nos exercícios de 2009 a 2011 e o valor previsto para 2012, conforme memória e metodologia de cálculo adiante.

- Os valores a preços constantes estão deflacionados à razão de 4,5% ao ano como expectativa de inflação média anual. Ex. 2013 = valor corrente/1,045; 2014 = valor corrente /1,092 (1,045 x 1,045); 2015 = valor corrente /1,1411 (1,045 x 1,045 x 1,045).

Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior

LRF, art. 4º, § 2º, inciso I R\$ 1,00

Fonte: Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

LAURO MÜLLER (SC), 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIM ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER - SC

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO III - DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2014

ARF (LRF, Rt. 4º, § 3º R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	20.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	20.000



Assistência a catástrofes	30.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	30.000
SUBTOTAL	50.000	SUBTOTAL	50.000
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de arrecadação	490.000	Limitação de empenho	490.000
Outros riscos fiscais	10.000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	10.000
SUBTOTAL	500.000	SUBTOTAL	500.000
TOTAL	550.000	TOTAL	550.000

Fonte: Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Lauro Muller

LAURO MÜLLER (SC), 06 DE NOVEMBRO DE 2013.  
FABRÍCIO KUSMIM ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT  
Sec. Administração, Fin. Planej.

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
ANEXO IV  
DEMONSTRATIVO DAS METAS FISCAIS POR AÇÕES  
LDO / 2014

Em R\$ 1,00

Função e Sub- Função	Programa/Ações	Produto	Unidade de medida	Meta	Recursos Ordinários	Recursos Vinculados
	101- PROCESSO LEGISLATIVO				1.440.000	
01.131	2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores Fonte: 116	Seções	Unidade	156	1.440.000	
	102 - GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR				380.000	
02.122	2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito Fonte: 116	Atendimentos	Unidade	5000	330.000	
02.122	1.001 – Aquisição de Veículo Fonte: 116	Veículo	Unidade	01	50.000	
	103 - ADMINISTRAÇÃO GERAL				4.185.000	
03.122	2.003 – Manutenção da Administração Geral Fonte: 116	U. Gestora	Unidade	120	3.100.000	
03.122	1.002 – Aquisição de Veículos Fonte: 116	Veículo	Unidade	01	40.000	
03.122	2.004 - Contribuição a Entidades Municipalistas Fonte: 116	Contribuição	Unidade	16	525.000	
04.122	2.005 - Manutenção do Departamento de Finanças Fonte: 116	U. Gestora	Unidade	120	500.000	
04.122	1.003 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Fonte: 116	Equipamentos	Unidade	10	20.000	
	104 - CIDADE PROTEGIDA				116.600	

06.181	2.006 – Manutenção do Convênio de Trânsito	Convênio	Unidade	01		
	Fonte: 142				42.400	
	Fonte: 143				42.400	
	Fonte: 144				31.800	
	105 – ATENÇÃO A MELHOR IDADE				125.000	300.000(F)
08.241	1.004 – Construção do CIMI – Centro Integrado da Melhor Idade Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	300.000 (F)
08.241	2.007 – Apoio à pessoa Idosa	Idoso	Unidade	150	75.000	
	Fonte: 125				51.013	
	Fonte: 116				23.987	
	106 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				270.000	
08.243	2.008 - Proteção a Criança e Adolescente	Crianças	Unidade	200	87.500	
	Fonte: 151				11.660	
	Fonte: 116				75.840	
08.243	2.009- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI	Famílias	Unidade	40	125.000	
	Fonte: 150				53.000	
	Fonte: 116				72.000	
08.243	2.010 - Assistência à Criança de 0 a 6 anos /	Crianças	Unidade	50	57.500	
	Fonte: 122				51.013	
	Fonte: 116				6.487	
	107 – GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				588.600	400.000(F) 300.000(E)
08.122	2.011 - Manutenção da Secretaria do Bem Estar Social / Fonte: 116	Famílias	Unidade	250	300.000	
08.242	2.012 - Apoio a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	Crianças	Unidade	40	70.000	
	Fonte: 127				9.010	
	Fonte: 116				60.990	
08.244	2.013 – Atendimento a Famílias Carentes	Famílias	Unidade	125	75.000	
	Fonte: 128				25.440	
	Fonte: 116				49.560	
08.244	1.005 – Construção do CRAS Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	300.000 (E)
08.244	2.014 – Manutenção do CRAS Fonte: 129	Atendimentos	Unidade	1.000	63.600	
08.244	1.006 – Aquisição de Equipamentos Fonte: 116	Equipamentos	Unidade	20	30.000	400.000 (F)
	108 - SAÚDE CIDADÃ				3.948.680	650.000(F)
10.301	2.015 – Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde	Atendimentos/Ano	Unidade	65.000	1.889.692	
	Fonte: 03				1.421.172	
	Fonte: 30				106.000	
	Fonte: 33				76.320	
	Fonte: 35				174.900	

	Fonte: 36				37.100	
	Fonte: 39				74.200	
10.301	1.007 – Aquisição de Veículos para a Saúde Fonte: 03	Veículo	Unidade	01	70.000	250.000(F)
10.301	1.008 – Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde Fonte: 03	Obra	Unidade	02	50.000	300.000(F)
10.301	1.009 – Aquisição de Equipamentos para a Saúde Fonte: 03	Equipamento	Unidade	04	50.000	100.000 (F)
10.301	1.010 – Manutenção do PAB, PACS e PSF	Atendimentos	Unidade	37500	2.248.680	
	Fonte: 03				1.000.000	
	Fonte: 31				530.000	
	Fonte: 32				421.880	
	Fonte: 34				296.800	
	109 - SAÚDE PARA TODOS				2.349.692	
10.301	2.016 – Manutenção das Atividades do Hospital	Atendimentos/Ano	Unidade	25000	2.159.692	
	Fonte: 146				1.227.600	
	Fonte: 147				572.400	
10.301	1.011 – Ampliação da Rede Física Fonte: 146	Obra	Unidade	01	50.000	
10.301	1.012 – Aquisição de Veículos Fonte: 146	Veículo	Unidade	01	40.000	
10.301	1.013 – Aquisição de Equipamentos Fonte: 146	Equipamentos	Unidade	05	100.000	
	110 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SANITÁRIA				765.000	
10.305	2.017 - Manutenção do Serviço de Combate a Epidemiologia	Ocorrências/Ano	Unidade	30	100.000	
	Fonte: 38				42.400	
	Fonte: 03				57.600	
10.304	2.018 - Manutenção do Serviço de Vigilância Sanitária	Ocorrências/Ano	Unidade	100	625.000	
	Fonte: 37				381.600	
	Fonte: 03				243.400	
10.304	1.014 – Aquisição de Veículo para a Vigilância Sanitária Fonte: 03	Veículo	Unidade	01	40.000	
	111 - ESCOLA EM AÇÃO				8.634.500	450.000(F)
12.306	2.019 – Merenda Escolar	Refeições/dia	Unidade	2500	287.500	
	Fonte: 137				153.827	
	Fonte: 116				133.673	
12.361	2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental	Alunos	Unidade	500	4.677.000	
	Fonte: 136				277.000	
	Fonte: 134				2.800.000	
	Fonte: 135				300.000	
	Fonte: 117				1.300.000	
12.361	2.021 – Manutenção do Transporte Escolar	Alunos/dia	Unidade	1200	550.000	
	Fonte: 138				85.189	
	Fonte: 149				307.400	

	Fonte: 117				157.411	
12.365	2.022 – Manutenção do Ensino Infantil	Alunos	Unidade	620	2.400.000	
	Fonte: 134				1.200.000	
	Fonte: 135				152.000	
	Fonte: 117				1.048.000	
12.365	1.016 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliário Escolar	Equipamentos	Unidade	05	100.000	150.000 (F)
12.365	2.023 – Manutenção da Secretaria de Educação	Atendimentos/ano	Unidade	2.000	570.000	
12.361	1.017 – Aquisição de Veículos para à Educação	Veículo	Unidade	01	50.000	300.000(F)
	112 – MINHA ESCOLA, MEU ESPAÇO				630.000	700.000(F)
12.361	2.024 - Capacitação de Professores	Professores	Unidade	80	80.000	
12.361	1.018 – Reforma e Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	Salas	Unidade	05	300.000	
	Fonte: 136				100.000	300.000(F)
	Fonte: 117				200.000	
12.365	1.019 – Reforma e Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	Obra	Unidade	04	100.000	200.000(F)
12.361	1.021 – Construção de Quadras Poliesportivas	Obra	Unidade	02	50.000	200.000(F)
12.365	1.022 – Aquisição de Terrenos	Imóvel	Unidade	01	100.000	
	113 - PROFISSIONAL DO FUTURO				50.000	
12.364	2.025 – Apoio ao Ensino Superior	Estudante	Unidade	400	50.000	
	114 - CULTURA E ARTE PARA TODOS				240.000	300.000(F)
13.392	2.026 – Manutenção de Atividades Culturais	Eventos	Unidade	05	100.000	
13.392	1.023 – Construção de Museu do Carvão	Obra	Unidade	01	100.000	300.000(F)
13.392	2.027 – Realização de Eventos Culturais	Evento	Unidade	01	40.000	
	115 – MINHA RUA				1.576.020	350.000(E) 900.000(F)
15.451	1.024 – Pavimentação de Vias Públicas	Pavimentação	M²	30.000	100.000	250.000(E) 300.000 (F)
15.452	2.028 – Sinalização e Manutenção de Vias Públicas	Ruas	Unidade	10	240.620	
	Fonte: 132				86.920	
	Fonte: 147				153.700	
15.452	2.029 – Manutenção dos Serviços Urbanos	Ruas	M²	200.000	1.000.000	

15.451	1.025 – Construção de Abrigo de Passageiros Fonte: 116	Abrigo	Unidade	20	40.000	100.000(F) 100.000(E)
15.452	2.030 – Manutenção do Sistema de Iluminação Pública Fonte: 133	Lâmpadas/Ano	Unidade	3.000	95.400	
	Fonte: 150				63.600	
					31.800	
15.451	1.026 – Construção de Praças e Parques Fonte: 116	Pavimentação	M²	80.000	50.000	200.000(F)
17.512	1.028 – Construção de Esgoto Pluvial Fonte: 116	Obra	Metros	3.000	50.000	300.000(F)
	116 - MEU SONHO, MEU LAR				100.000	1.200.000(F)
16.482	1.029 - Construção de Unidades Habitacionais Populares Fonte: 116	Casa	Unidade	20	50.000	800.000(F)
16.482	1.030 – Reforma de Casas Fonte: 116	Obra	Unidade	10	50.000	400.000(F)
	117 – CIDADE LIMPA				510.000	100.000(E) 300.000(F)
17.512	2.031 – Manutenção do Serviço e Destino Final do Lixo Fonte: 141	Serviço	Toneladas/dia	08	250.000	
17.512	2.032 – Manutenção da Fundação do Meio Ambiente Fonte: 116	Atendimentos	Unidade	300	60.000	
17.512	1.032 – Consórcio CIRSURES Fonte: 116	Convênio	Unidade	01	150.000	
17.512	1.033 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Fonte: 116	Equipamentos	Unidade	02	50.000	100.000(E) 300.000(F)
	118 - AGRICULTURA FORTE				734.000	250.000(E) 300.000(F)
20.606	2.033 – Apoio ao Produtor Rural Fonte: 141	Famílias	Unidade	1.500	524.000	
	Fonte: 116				174.000	
					350.000	
20.606	1.035 – Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas Fonte: 116	Máquinas e Implementos	Unidade	04	50.000	100.000(E) 300.000(F)
20.606	1.036 – Aquisição de Veículo Fonte: 116	Veículo	Unidade	01	40.000	
20.606	1.037 – Construção da Feira Livre Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	
20.606	2.034 – Realização de Eventos Fonte: 116	Evento	Unidade	01	70.000	150.000(E)
	119 – LAURO MULLER MAIS				300.000	800.000(F) 400.000(E)
22.661	2.035 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico Fonte: 116	U. Gestora	Unidade	20	50.000	
22.661	1.038 - Implantação do Programa Juros Zero Fonte: 116	Empréstimos	Unidade	500	100.000	



22.661	1.039 – Aquisição de Terreno para implantação do Parque Industrial (1ª Etapa) Fonte: 116	Terreno	M²	50.000	100.000	
22.661	1.040 – Construção da Cooperativa Agrosserra Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	800.000(F) 400.000(E)
	120 - TURISMO EM LAURO MULLER				100.000	200.000(F)
23.695	2.036 – Realização do evento Natal Show na Serra. Fonte: 116	Evento	Unidade	01	30.000	
23.695	2.037 – Construção do Pórtico e Portal Turístico. Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	100.000(F)
23.695	2.038 – Apoio ao Desenvolvimento do Turismo Rural. Fonte: 116	Projetos	Unidade	05	20.000	100.000(F)
	121 – ESTRADA SEGURA				2.200.000	600.000(F) 300.000(E)
26.782	2.039 – Abertura e Conservação de Estradas do Interior. Fonte: 116	Estradas	M²	150.000	2.000.000	
26.782	1.042 – Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos. Fonte: 116	Máquinas Veículos	Unidade	10	50.000	200.000(E) 500.000(F)
26.782	1.043 – Pavimentação Asfáltica no Interior. Fonte: 116	Pavimentação	M²	40.000	50.000	100.000(F) 100.000(E)
26.782	1.044 – Construção de Pontes de Concreto. Fonte: 116	Obra	Unidade	04	100.000	
	122 - ESPORTE É VIDA				300.000	400.000(F) 500.000(E)
27.812	2.040 – Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes. Fonte: 116	Desportistas	Unidade	500	100.000	
27.812	1.045 – Reforma do Estádio Municipal. Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	200.000 (F)
27.812	1.047 – Construção de Ginásios de Esportes. Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	400.000(E)
27.812	1.048 – Construção de Quadra Poliesportiva e Pista de Skate. Fonte: 116	Obra	Unidade	01	50.000	200.000(F)
27.812	1.050 – Construção de Academias ao Ar Livre Fonte: 116	Obra	Unidade	03	50.000	100.000(E)
	0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS				500.000	
28.846	0.001 - Encargos Gerais do Município. Fonte: 116	Operação	Unidade	10	250.000	
28.846	0.002 - Precatórios judiciais. Fonte: 116	Precatório	Unidade	05	250.000	
	9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA				50.000	
	9.999 – Reserva de Contingência Fonte: 116	Reserva	Unidade	04	50.000	

	SOMA				30.093.092	9.700.000
	TOTAL				39.793.092,00	

Obs.: a) - Para fins deste Plano, os recursos estão agrupados em ordinários e vinculados;

b) - Os recursos Ordinários compreendem as receitas próprias, as transferências Constitucionais e legais e as receitas provenientes de programas de duração continuada;

c) - Os recursos vinculados compreendem as receitas provenientes de transferências voluntárias oriundas de convênios, contratos e congêneres, celebrados com o Governo Federal ou Estadual;

d) - Anualmente, na Proposta Orçamentária, os recursos serão especificados por fonte e destinação.

LAURO MÜLLER (SC), 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIM ALVES

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Administração, Fin. Planej.

### Lei Nº 1.779/2013

LEI No. 1.779/2013 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

ALTERA A LEI Nº 1.776 DE 1º DE OUTUBRO DE 2013 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído ao Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017, Lei nº 1776, de 01/10/2013, as planilhas anexas que adicionam programas assim classificados:

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º já estavam incluídos na proposta do PPA 2014/2017, ou seja, não será alterado a previsão de receita da proposta inicial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### ANEXO I

116 - MEU SONHO, MEU LAR					200.000	1.400.000(F)
16.482	2.045 – Manutenção do Departamento de Habitação	Atendimentos	Unidade	500	50.000	
16.482	2.046 – Manutenção do Programa Bolsa Auxílio – Aluguel Social	Auxílios	Unidade	100	50.000	
16.482	1.029 - Construção de Unidades Habitacionais Populares.	Casa	Unidade	40	50.000	1.000.000(F)
16.482	1.030 – Reforma de Casas	Obra	Unidade	50	50.000	400.000(F)

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### ANEXO II

	107 – GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				1.588.000	
08.244	2.011 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social	Famílias	Unidade	1.000	1.408.000	
08.244	2.012 - Apoio a Pessoa Portadora de Necessidades Especiais	Crianças	Unidade	120	180.000	

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2013  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

### ANEXO III

123 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL					272.000	300.000(E) 400.000(F)
08.244	2.041 – Manutenção dos Serviços do CREAS	Atendimentos	Unidade	4500	108.000	
08.244	2.042 – Manutenção dos Serviços do PAEFI	Famílias	Unidade	2400	14.000	
08.244	1.051 – Construção de Unidade do CREAS	Obra	Unidade	01	50.000	
08.244	1.052 – Aquisição de Móveis e Equip. para o CREAS	Equipamentos	Unidade	10	30.000	
08.244	2.043 – Manutenção do Programa Família Acolhedora	Crianças	Unidade	06	70.000	
106 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA					1.880.000	300.000(E) 400.000(F)
08.243	2.008 - Proteção a Criança e ao Adolescente	Crianças	Unidade	800	350.000	
08.243	2.009- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI	Famílias	Unidade	180	500.000	
08.243	2.010 - Assistência à Criança de 0 a 6 anos	Crianças	Unidade	150	230.000	
08.243	1.005 – Construção do CRAS	Obra	Unidade	01	200.000	300.000 (E)
08.243	1.006 – Aquisição de Equipamentos	Equipamentos	Unidade	20	100.000	400.000 (F)
08.243	2.014 – Manutenção do CRAS	Atendimentos	Unidade	5.000	200.000	
08.244	2.013 – Atendimento a Famílias em Vulnerabilidade Social	Famílias	Unidade	500	210.000	
08.244	2.044 – Reestruturar e Ampliar o Setor de gestão do CADÚNICO e Bolsa Família	Famílias	Unidade	2500	90.000	

Lauro Müller, 06 de Novembro de 2013  
FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT  
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Lei Nº 1.780/2013**

LEI No. 1.780/2013 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LAURO MÜLLER (ADLM) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA LAURO MÜLLER", registrada como pessoa jurídica, pelo CNPJ nº 15.198.918/0001-64, de 14/12/2011.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Lei Nº 1.781/2013**

LEI No. 1.781/2013 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

"INSTITUI BOLSA MORADIA E ALIMENTAÇÃO PARA MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Lauro Müller, a Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" criado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde.

Art. 2º Os Médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" serão selecionados, contratados e remunerados pelo Ministério da Saúde, nos termos da Medida Provisória nº 621/2013 e da Portaria Interministerial nº 1.369, de 08 de julho de 2013, estando estes Profissionais vinculados ao Ministério da Saúde, competindo ao Município de Lauro Müller tão somente a responsabilização pelo custeio de despesas com moradia e alimentação dos referidos profissionais nos valores estabelecidos nesta LEI.

Art. 3º A Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" disponibilizados pelo Ministério da Saúde para atuar no âmbito do Município de Lauro Müller fica fixada nos seguintes valores:

I - para auxílio moradia - R\$ 629,00 (seiscentos e vinte e nove reais);

II - para auxílio alimentação - R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais).

§ 1º Serão repassados aos Médicos citados no caput deste artigo o valor total mensal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), sendo possibilitado ao profissional fazer remanejamentos dos gastos efetuados com moradia e alimentação, em conformidade com suas necessidades.

Art. 4º A bolsa instituída por esta Lei não se caracteriza como pagamento por contraprestação de serviço prestado ao Município de Lauro Müller e dispensa prestação de contas por parte dos médicos beneficiados.

Art. 5º As despesas com a instituição da Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" criada por esta Lei serão custeadas pelo Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal da Saúde; Unidade: 01.01 - Fundo Municipal de Saúde; Proj./Ativ.: 2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde; Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.0003.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 06 DE NOVEMBRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

**Lebon Regis****PREFEITURA****Portaria Nº 316/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0316/2013 de 11 de Novembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e Lei 076 de 12/01/2012 em seu artigo 68.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS, a Servidora, IRACINI MEIRELES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM do quadro de pessoal do Hospital, relativo ao período aquisitivo de 20/06/2012 a 19/06/2013 e período de gozo de 09/11/2013 a 08/12/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 11 de Novembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**Portaria Nº 317/2013 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0317/2013 de 11 de Novembro de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONCEDER, a servidora, IRACENI MEIRELES DA SILVA, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, Licença Prêmio relativo ao período de aquisitivo 20/06/2012 a 19/06/2013 e período de gozo de 09/12/2013 a 26/12/2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 11 de Novembro de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**Leoberto Leal****PREFEITURA****Lei N.º 996/2013**

LEI Nº 996, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para 2014 e dá outras providências.

O Povo de Leoberto Leal, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O Orçamento do Município de Leoberto Leal, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais;

II - as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual do período 2014-2017;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos ANEXOS desta lei, que contera ainda:

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

I - AMF- Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1) - Metas Anuais;

I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para a Receita;

II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública;

II - AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.

III - AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II) - Metas Fiscais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.

IV - AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Evolução do Patrimônio Líquido.

V - AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III) - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.

VI - AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

VII - AMF - Demonstrativo VII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

VIII - AMF - Demonstrativo VIII (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**

ARF ( LRF, art 4º,§ 3º ) - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

**ANEXOS COMPLEMENTARES**

I - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

II - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Poder Executivo e Legislativo);

III - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014;

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS, desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação



institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação, Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta da STN nº 1/2009, Portaria Conjunta 2/2009 e Portaria 462/2009.

§ 2º A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Conjunta da STN nº 1/2009, Portaria Conjunta 2/2009 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional

do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2014. (Art. 8º e 50, I da LRF)

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do

Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa à Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2009 a 2012 e fixada para 2013 e 2014. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2012 a 2014; (Art. 20 e 48 da LRF)

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT)

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT)

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2013; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

IX - Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2012, 2013 e 2014; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Recursos Ordinários do orçamento fiscal conforme disposto no Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei;

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora IPRELL, será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes, Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada á frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, será baseado conforme o anexo AMF - DEM VIII anexo a esta lei observando-se o limite das

respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizados, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,030% (zero vírgula zero trinta, por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 2/2010 e Portaria 462/2009 Demonstrativo de riscos fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2014, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF)

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF)

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do Demonstrativo AMF VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF)

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF e IN N. TC nº 14/2012 e suas alterações)

Parágrafo único - As entidades pertencentes às áreas relacionadas no caput deste artigo que pretendem receber recursos do Tesouro Municipal, terão obrigatoriamente que efetuar um cadastro prévio junto aos órgãos municipais competentes, em suas respectivas áreas de atuação, para avaliação de sua situação de funcionamento e seus objetivos propostos, sendo esta, condição primordial para elaboração do projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo para a concessão dos recursos.

As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do término da vigência do convênio, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade, quando for o caso. Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda 2,5 (duas e meia) vezes o valor limite para dispensa de licitação fixado no item II do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF)

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF)

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014, estão demonstrados nos Anexos Complementares III desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF)

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 2/2009.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2014 o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle e apuração de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão na medida do possível, implementado de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações

orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF)

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja



utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único.** Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 40.** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes. (ART. 14 da LRF)

**Art. 41.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF)

**Art. 42.** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

**Art. 43.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal, até 15 de novembro, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2013.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

**Art. 44.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

**Art. 45.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 46.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

**Art. 47.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Leoberto Leal, 12 de novembro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

#### Portaria Nº 170/2013

Portaria n.º 170, de 1º de outubro de 2013.

"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores municipais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1579	José Marcolino Kreusch	Agente A. e de Defesa Civil	1º.10.2013
02	1594	Maurício A. Kaminski	Médico do ESF	1º.10.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

#### Portaria Nº 171/2013

Portaria n.º 171 de 1º de outubro de 2013.

"Concede Férias ao Servidor Municipal e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418, de 10 de Agosto de 1990,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	76	Arni Bratfisch	2011 a 2012	01.10.13 a 30.10.13
02	66	Antonio Dias	2010 a 2011	01.10.13 a 30.10.13
03	360	Lizandro Kreusch	2008 a 2009	04.10.13 a 02.11.13
04	107	Silvia Carmem G. Rubick	2011 a 2012	02.10.13 a 31.10.13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 1º de outubro de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 172/2013**

Portaria n.º 172, de 05 de outubro de 2013.

“Contrata Operador de Equipamentos III (Escavadeira Hidráulica e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269/2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor MAURO FARIA DE PAULA, portador do CPF nº 021.861.569-89 e RG nº 6.725-844-4, para desempenhar as funções de Operador de Equipamentos III (Escavadeira Hidráulica, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 053, de 05 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 05 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 173/2013**

Portaria n.º 173, de 07 de outubro de 2013.

“Contrata Operador de Equipamentos II e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor JOSÉ DE SOUZA BONFIN RIBEIRO, portador do CPF nº 039.310.839-26 e RG nº 4.011.897, através do Processo Seletivo nº 002, de 15 de março 2013, homologado em 06 de maio de 2013, para desempenhar as funções de Operador de Equipamentos II (moto niveladora), com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 054, de 07 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 174/2013**

Portaria n.º 174, de 08 de outubro de 2013.

“Concede Adicional de Graduação de Nível Superior e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora pública municipal BRUNA MARIAN, inscrita sob a matrícula nº 1295, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Recepcionista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, ao patamar de 20% (vinete por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002, e Processo Administrativo nº 352/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 08 de outubro de 2013.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria Nº 175/2013**

Portaria n.º 175, de 09 de outubro de 2013.

“Designa Servidor Público Municipal para Desempenhar as Funções de Controle Interno, e dá outras providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município:

Considerando, que servidora DEBORA VETURIN, inscrita sob a matrícula nº 1286, ocupante do cargo de Auditora do Controle Interno, pediu afastamento de Licença Maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor, ocupante do cargo efetivo de Digitador, inscrito sob a matrícula nº 1374, senhor GIAN CARLOS KNAUL, além de suas atribuições normais referente à Lei Municipal nº 269/02, responsável pelo Setor do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.



Leoberto Leal, 09 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.  
**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 176/2013**

Portaria n.º 176, de 16 de outubro de 2013.  
"Designa Membros para Equipe Técnica do Programa Minha Casa Minha Vida, e dá outras providências"

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e Decreto nº 071 de 16 de outubro de 2013,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar a Equipe Técnica, responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos do Programa Minha Casa Minha Vida, que será constituída conforme segue abaixo:

- 1- **REJANE KUSTER**  
Coordenadora
- 2- **ROSEMERI SCHMITT SCHEIDT**  
Membro
- 3- **GIAN CARLOS KNAUL**  
Membro
- 4- **JOELMA DA SILVA**  
Membro
- 5- **CARLOS ALBERTO COELHO**  
Membro
- 6- **VORLI JOSÉ GUCHERT**  
Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 16 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal  
Registre-se, Publique-se.

**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 177/2013**

Portaria n.º 177, de 23 de outubro de 2013.  
"Nomeia Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado de Professores e dá outras providências"

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado a Comissão para elaboração do Processo Seletivo Simplificado de Professores, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal-SC, para o ano letivo de 2014, nas hipóteses previstas nas

Leis Municipais nº 418/90, nº 136/99, nº 461/05 e nº 810/11, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelas seguintes servidoras públicas municipais:

**ROSELENE KNISS**  
Presidente  
**SILVIA CARMEM GONÇALVES RUBICK**  
Secretaria  
**MIRELE APARECIDA FILIPPUS LEAL**  
Membro  
**NOELY MARIA FRANZEN SCHEIMANN**  
Membro  
**ELAINE CAMILA GUCKERT**  
Membro  
**ALINE KRAUS**  
Membro

Art. 2º - A Comissão terá como poderes elaboração do Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 23 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal

**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 178/2013**

Portaria n.º 178 de 23 de outubro de 2013.  
"Altera Lotação do Servidor Público Municipal e dá outras Providências"

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Altera a lotação, a partir da publicação desta portaria, do servidor Gian Carlos Knaul, ocupante do cargo provimento efetivo de Digitador, inscrito sob a matrícula nº 1374, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, e assim ficando subordinada hierarquicamente ao Secretário de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 23 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA**  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

**RENATO ROBERTO OTTO**  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 179/2013**

Portaria nº 179 de 23 de outubro de 2013.

"Concede licença Prêmio aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418, de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Licença Prêmio, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquissitivo	Período do Gozo
01	42	Marizete G. E Silva	2007 a 2009	01.10.13 a 30.10.13
02	52	Valdemar de Souza	2007 a 2009	08.10.13 a 06.11.13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 23 de outubro de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO

Secretario de Administração e Finanças

**Luzerna**

**PREFEITURA**

**Lei 1170**

LEI Nº 1170 de 12 de novembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O PLANO PLURIANUAL - PPA 2014/2017 DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

Art.1º- Ficam atualizados os Anexos que integram o Plano Plurianual - PPA - 2014/2017 do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), aprovado pela Lei Municipal nº 1.104 de 23 de abril de 2013.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**Lei 1171**

LEI Nº 1171 de 12 de novembro de 2013.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014."

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI:****DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art.1º- O ORÇAMENTO GERAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), referente aos PODERES EXECUTIVO e LEGISLATIVO, para o exercício de 2014 estima a receita em R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais) e fixa a despesa em igual valor, conforme discriminação abaixo:

**1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	14.951.000,00
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	1.600.345,36
1.1.2.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	278.000,00
1.1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	191.468,20
1.1.4.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	24.900,00
1.1.5.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	14.854.280,79
1.1.6.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	174.061,80
1.1.7.	DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$	(2.172.056,15)
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	249.000,00
1.2.1.	ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	249.000,00
	TOTAL	R\$	15.200.000,00

Art.2º- A DESPESA será realizada com as discriminações apresentadas nos Anexos que integram a presente Lei, assim distribuída:

**1. DESPESA POR ÓRGÃOS****PODER LEGISLATIVO**

1.1.1. CÂMARA DE VEREADORES R\$ 450.000,00

**1.2. PODER EXECUTIVO**

1.2.1.	GABINETE DO PREFEITO	R\$	418.640,00
1.2.2.	GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	91.555,00
1.2.3.	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$	182.158,00
1.2.4.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	R\$	142.190,00
1.2.5.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.788.863,00
1.2.6.	SECRETARIA DA SAÚDE EM BEM ESTAR SOCIAL	R\$	46.120,00
1.2.7.	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	4.906.117,50
1.2.8.	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	861.440,00
1.2.9.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	R\$	2.686.108,85
1.2.10.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	246.575,38
1.2.11.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE LUZERNA	R\$	182.000,00
1.2.12.	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	442.300,00

1.2.13.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	2.668.497,47
1.2.14.	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA	R\$	57.492,80
1.2.15.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	29.942,00
	TOTAL	R\$	15.200.000,00

## 2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	LEGISLATIVA R\$	450.000,00
2.2.	ADMINISTRAÇÃO R\$	2.275.586,00
2.3.	SEGURANÇA PÚBLICA R\$	80.500,00
2.4.	ASSISTENCIA SOCIAL R\$	545.912,80
2.5.	SAÚDE R\$	2.668.497,47
2.6.	TRABALHO R\$	19.000,00
2.7.	EDUCAÇÃO R\$	4.414.177,50
2.8.	CULTURA R\$	320.470,00
2.9.	URBANISMO R\$	1.465.096,40
2.10.	HABITAÇÃO R\$	182.000,00
2.11.	SANEAMENTO R\$	35.000,00
2.12.	GESTÃO AMBIENTAL R\$	5.000,00
2.13.	AGRICULTURA R\$	856.440,00
2.14.	INDÚSTRIA R\$	186.575,38
2.15.	COMÉRCIO E SERVIÇOS R\$	60.000,00
2.16.	TRANSPORTE R\$	1.186.012,45
2.17.	DESPORTO E LAZER R\$	171.470,00
2.18.	ENCARGOS ESPECIAIS R\$	248.320,00
2.19.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA TOTAL R\$	29.942,00
	R\$	15.200.000,00

## 3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	13.029.274,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	7.199.552,61
3.1.2.	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	100.000,00
3.1.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	5.729.721,39
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.140.784,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	2.117.464,00
3.2.2.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	23.320,00
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	29.942,000
		R\$	15.200.000,00
	TOTAL		

## I - DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CENTRALIZADA

### UNIDADE GESTORA CENTRAL: PREFEITURA

Art.3º- O Orçamento da Unidade Gestora Central PREFEITURA, para o exercício de 2014, estima a RECEITA em R\$ 14.339.244,00 (quatorze milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais) e fixa a DESPESA em R\$ 11.581.709,73 (onze milhões, quinhentos e oitenta e um mil, setecentos e nove reais e setenta e três centavos), conforme demonstram os Anexos constantes desta Lei.

Art.4º- A RECEITA será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, conforme está discriminada nos Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

### RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	14.090.244,00
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	1.586.345,36
1.1.2.	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	R\$	278.000,00
1.1.3.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	169.320,00
1.1.4.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	24.900,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	14.030.280,79
1.1.5.		R\$	173.454,00
1.1.6. 1.1.7.	DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$	(2.172.056,15)
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	249.000,00
1.2.1.	ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	249.000,00
	TOTAL	R\$	14.339.244,00

Art.5º- A DESPESA será realizada com as discriminações apresentadas nos Anexos que integram a presente Lei, assim distribuída:

## 1. DESPESA POR ÓRGÃOS

### 1.2. PODER EXECUTIVO

1.2.1.	GABINETE DO PREFEITO	R\$	418.640,00
1.2.2.	GABINETE DO VICE-PREFEITO	R\$	91.555,00
1.2.3.	ASSESSORIA JURÍDICA	R\$	182.158,00
1.2.4.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	R\$	142.190,00
1.2.5.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.788.863,00
1.2.6.	SECRETARIA DA SAÚDE EM BEM ESTAR SOCIAL	R\$	46.120,00
1.2.7.	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	4.906.117,50
1.2.8.	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	861.440,00
1.2.9.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS	R\$	2.686.108,85
1.2.10.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	R\$	246.575,38
1.2.11.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE LUZERNA	R\$	182.000,00
1.2.11.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	29.942,00
	SOMA	R\$	11.581.709,73
1.2.12.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMAS	R\$	371.030,00
1.2.13.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMS	R\$	1.903.627,47

1.2.14.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FMDCA	R\$	32.876,80
1.2.15.	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	R\$	450.000,00
	SOMA	R\$	2.757.534,27
	TOTAL	R\$	14.339.244,00

## 2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.275.586,00
2.2.	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	80.500,00
2.3.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	46.120,00
2.4.	TRABALHO	R\$	19.000,00
2.5.	EDUCAÇÃO	R\$	4.414.177,50
2.6.	CULTURA	R\$	320.470,00
2.7.	URBANISMO	R\$	1.465.096,40
2.8.	HABITAÇÃO	R\$	182.000,00
2.9.	SANEAMENTO	R\$	35.000,00
2.10.	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	5.000,00
2.11.	AGRICULTURA	R\$	856.440,00
2.12.	INDÚSTRIA	R\$	186.575,38
2.13.	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	60.000,00
2.14.	TRANSPORTE	R\$	1.186.012,45
2.16.	DESPORTO E LAZER	R\$	171.470,00
2.17.	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	248.320,00
2.18.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	29.942,00
	SOMA	R\$	11.581.709,73
2.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	2.757.534,27
	TOTAL	R\$	14.339.244,00

## 3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	9.695.483,73
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	5.300.174,91
3.1.2.	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	100.000,00
3.1.3.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	4.295.308,82
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.856.284,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	1.832.964,00
3.2.2.	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R\$	23.320,00
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	29.942,00
	SOMA	R\$	11.581.709,73
3.4.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	2.757.534,27
	TOTAL	R\$	14.339.244,00

## II - DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

### UNIDADE GESTORA:

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Art.9º- O Orçamento do Fundo Municipal Saúde - FMS, para o exercício 2014, estima a Receita em R\$ 764.870,00 (setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta reais), mais as

transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 1.903.627,47 (um milhão, novecentos e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos), e fixa a Despesa em R\$ 2.668.497,47 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e sete centavos).

Art.10 - A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita tributária, receita patrimonial, transferências correntes e outras receitas correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

### 1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	764.870,00
1.1.1.	RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	14.000,00
1.1.2.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	20.755,00
1.1.3.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	730.000,00
1.1.4.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	115,00
1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	1.903.627,47
	TOTAL	R\$	2.668.497,47

Art.11 - A Despesa do Fundo Municipal de Saúde - FMS será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

### 2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	SAÚDE	R\$	2.668.497,47
	TOTAL	R\$	2.668.497,47

### 3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	2.424.997,47
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	1.345.177,70
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	1.079.819,77
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	243.500,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	243.500,00
	TOTAL	R\$	2.668.497,47

### 2. UNIDADE GESTORA:

#### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Art.6º- O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para o exercício 2014, estima a Receita em R\$ 71.270,00 (setenta e um mil, duzentos e setenta reais), mais as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 371.030,00 (trezentos e setenta e um mil e trinta reais) e fixa a Despesa em R\$ 442.300,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil e trezentos reais).

Art.7º- A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial e das transferências correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

### 1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	71.270,00
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	1.270,00

1.1.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	70.000,00
1.2	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	371.030,00
	TOTAL	R\$	442.300,00

Art.8º- A Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

### 2. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	ASSISTÊNCIA	R\$	442.300,00
	TOTAL	R\$	442.300,00

### 3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	421.300,00
3.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	244.200,00
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	177.100,00
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	21.000,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	21.000,00
	TOTAL	R\$	442.300,00

### 3 - UNIDADE GESTORA:

#### FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA

Art.12 - O Orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, para o exercício de 2014, estima a Receita em R\$ 24.616,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e dezesseis reais), mais as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 32.876,80 (trinta e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 57.492,80 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).

Art.13 - A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial, das transferências correntes e de outras receitas correntes, mais as transferências financeiras do tesouro municipal, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

### 1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	24.616,00
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	123,20
1.1.2.	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	24.000,00
1.1.3.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	492,80
1.2.	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	R\$	32.876,80
	TOTAL	R\$	57.492,80

Art.14- A Despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

### DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

2.1.	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	57.492,80
	TOTAL	R\$	57.492,80

### 3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	52.492,80
3.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	52.492,80
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
3.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	57.492,80

### III - DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (Autarquia Intermunicipal)

#### 1 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA - SIMAE

Art.15- O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE para o exercício 2014, estima a Receita em R\$ 13.987.000,00 (treze milhões, novecentos e oitenta e sete mil reais) e fixa a Despesa em igual valor.

Art.16 - A Receita será realizada mediante a arrecadação da receita patrimonial, receita de serviços, outras receitas correntes e receitas de capital, discriminada nos quadros Anexos, partes integrantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

### 1. RECEITA POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

1.1.	RECEITAS CORRENTES	R\$	13.772.421,31
1.1.1.	RECEITA PATRIMONIAL	R\$	350.285,52
1.1.2.	RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	12.945.270,02
1.1.3.	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	476.865,77
1.2.	RECEITAS DE CAPITAL	R\$	44.000,00
1.2.1	ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	44.000,00
1.3.	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	R\$	170.578,69
	TOTAL	R\$	13.987.000,00

Art.17- A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

2.1.	SANEAMENTO	R\$	13.977.000,00
2.2.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	13.987.000,00

### 3. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

3.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	9.568.045,13
3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	5.169.088,30



3.1.2	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	4.398.956,83
3.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	4.408.954,87
3.2.1	INVESTIMENTOS		
3.2.2	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	R\$	4.185.804,08
3.3.	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	13.987.000,00

## V - DO ORÇAMENTO DO LEGISLATIVO

Art.18 - O Orçamento do Poder Legislativo Municipal para o exercício 2014 fixa a Despesa em R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), que será custeada à conta de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

Art.19- A Despesa do Poder Legislativo Municipal, será realizada segundo a apresentação dos Anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional-programática e grupos de natureza, assim distribuída:

### 1. DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO

1.1. LEGISLATIVA R\$ 450.000,00

#### 2. DESPESA POR GRUPOS DE NATUREZA

2.1.	DESPESAS CORRENTES	R\$	435.000,00
2.1.1.	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$	310.000,00
2.1.2.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$	125.000,00
2.2.	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	15.000,00
2.2.1.	INVESTIMENTOS	R\$	15.000,00
TOTAL		R\$	450.000,00

Art.20 - Os recursos da RESERVA DE CONTINGÊNCIA alocados nos Orçamentos das Unidades Gestoras abaixo relacionadas serão utilizados por atos do Poder Executivo, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

### 1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

1.1.	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	29.942,00
	TOTAL	R\$	29.942,00

### 5. UNIDADE GESTORA: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
(Autarquia Intermunicipal)

5.1.	PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	R\$	10.000,00
	TOTAL	R\$	10.000,00
	TOTAL GERAL	R\$	39.942,00

Art.21 - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decretos do Poder Executivo. (art. 167, VI da CF)

Art.22- No decorrer da execução orçamentária de 2014, fica o

Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por Decretos, nos termos do art. 89, da Lei Orgânica do Município e art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total do Orçamento da despesa orçamentária fixada para cada uma das Unidades Gestoras, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

I - do excesso ou o provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos, e,

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

§1º- Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§2º- A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos e respectivos detalhamentos identificados nos orçamentos da Receita e da Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

Art.23 - Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares de Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

Art.24- Durante o exercício de 2014 o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de Programas priorizados nesta Lei.

Art.25- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art.26 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

## Lei 1172

LEI Nº 1172 de 12 de novembro de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DAR BAIXA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DOAR SEM ENCARGOS A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

### LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público e DOAR SEM ENCARGOS à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA/ADR, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 86.874.989/0001-88, com sede neste Município de Luzerna(SC), o bem móvel substanciado num trator de rodas, marca/modelo M.A/SLC, ano e modelo 2008, diesel, 89 CV, cor verde, chassi BM5705X080722, placa MGI 4728.

Parágrafo Único - Em razão da doação fica extinto o contrato de comodato existente entre as partes sobre o referido bem.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Lei 1173

LEI Nº 1173 de 12 de novembro de 2013.

"AUTORIZA RECEBER EM DOAÇÃO BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), autorizado a receber em doação de AGOSTINHO SIMON e ELZIRA IVONE SIMON, brasileiros, casados entre si pelo regime da comunhão parcial na vigência da Lei nº 6.515/77, ambos agricultores, ele inscrito no CPF/MF sob o nº 476.040.009-59 e portador da cédula de identidade nº 11/C-655.550 e ela inscrita no CPF/MF sob o nº 004.607.959-96 e portadora da cédula de identidade nº 657.009, residentes e domiciliados na Linha Leãozinho, neste Município de Luzerna(SC), o imóvel consubstanciado no terreno urbano, constituído de uma área de 843,07 m<sup>2</sup> (oitocentos e quarenta e três metros e sete centímetros quadrados), sem benfeitorias, ocupada pela Rua Portal das Flores, conforme confrontações constantes do levantamento topográfico e Memorial Descritivo, parte integrantes desta Lei, devidamente registrado sob nº 29.793 no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC).

Art.2º - As despesas provenientes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

### Portaria 219/13

Portaria nº 219/13 de 12/11/13 - "DESGINA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JUNTO À SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS". DESIGNAR o servidor TIAGO SCHNEIDER, para representar o Município de Luzerna junto à Secretaria de Direitos Humanos, para cadastro no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC, a partir de 12/11/2013

### Regulamento Concurso Receita Culinária Diet de Bolo Para Diabéticos

CONCURSO DE RECEITA CULINÁRIA DIET DE BOLO PARA DIABÉTICOS

REGULAMENTO

#### 1. DA FINALIDADE

1.1 A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, através da SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, com a finalidade de promover a Prevenção e Promoção de saúde dos indivíduos com vistas ao controle de um dos fatores de risco mais importantes para as doenças cardiovasculares: o Diabetes Mellitus, vêm por meio deste promover o 1º CONCURSO DE RECEITA CULINÁRIA DIET DE BOLO PARA DIABÉTICOS. O Concurso consiste em criar uma receita de bolo diet que passará por avaliação de uma Comissão Julgadora.

1.1.1 A receita não deve ter a inclusão de açúcar tradicional ou formulação equivalente;

1.1.2. A receita não deve ter a inclusão de chocolate tradicional;

1.1.3. O bolo pode ser apresentado sob diversas apresentações.

1.2 O concurso irá premiar as três melhores receitas, dentro do tema proposto, mediante avaliação técnica.

#### 2. OBJETIVOS

2.1. Incentivar criação de receitas viáveis para o consumo do diabético;

2.2. Promover o conhecimento da comunidade Luzernense acerca do tema;

2.3. Difundir o conhecimento dos hábitos de vida saudáveis;

2.4. Fortalecer as práticas de controle e de adesão aos hábitos de vida saudáveis;

2.5. Incentivar a promoção de saúde na comunidade.

#### 3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. A inscrição será efetivada mediante a entrega da receita no local determinado neste regulamento e somente dentro do prazo estipulado;

3.2. Cada participante poderá inscrever até duas receitas;

3.3. A receita deverá ser entregue na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna, até o dia 22/11/2013 as 17:30 horas, na recepção e mediante protocolo de recebimento/entrega;

3.4. A receita será avaliada no dia 25/11/2013 às 9h00, no Centro de Múltiplo Uso (anexo a Secretaria Municipal de Saúde);

3.5. O bolo deve ser trazido pronto para a avaliação.

3.6. A Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna reserva-se o direito de publicação e divulgação das fotografias. A inscrição no concurso implica a cessão de uso dos trabalhos à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna, sem qualquer tipo de ônus, assegurada a divulgação da autoria e o reconhecimento dos devidos créditos;

3.7. O concurso é aberto a todos os públicos, moradores de Luzerna, sendo que menores de idade deverão estar acompanhados dos pais ou responsáveis;

3.8. Serão desclassificados os trabalhos que não estiverem de acordo com as especificações descritas nos itens anteriores, observar os itens 1.1.1 ao item 1.1.3.

#### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. A Receita deve ser entregue no prazo e local constante no item 3.3. impressa em papel A4 - com identificação: Nome completo, Data de nascimento, Endereço, Telefone e e-mail se possuir.

#### 5. DOS PRAZOS

5.1 Os prazos para o 1º CONCURSO DE RECEITA CULINÁRIA DIET DE BOLO PARA O DIABÉTICOS são:

Inscrições De: 12/11/2013 a: 22/11/2013

Avaliação pela Comissão Julgadora para 1º, 2º e 3º lugares Em: 25/11/2013

Divulgação dos resultados De: 02 a 06/12/13

Premiação dos vencedores para 1º, 2º e 3º lugares 13/12/2013

#### 6. DA AVALIAÇÃO

6.1. A avaliação das receitas de bolo diet para diabéticos será realizada por uma Comissão Julgadora formada por 05 (cinco) pessoas nomeadas, sem ônus para o Município.

6.2. Critérios de avaliação: Sabor, Apresentação, Facilidade em replicar a receita, uso de pelo menos um ingrediente integral e avaliação quanto ao cumprimento dos requisitos. A pontuação vai de 0 a 5 em ordem crescente, sendo que o vencedor será o que obtiver maior valor.

7. DOS IMPEDIMENTOS: É vedada a participação, no concurso, de membros da Comissão Organizadora e Julgadora.

#### 8. DA PREMIAÇÃO

1º lugar: Prêmio de R\$ 800,00, mais certificado;

2º lugar: Prêmio de R\$ 500,00, mais certificado;

3º lugar: Prêmio de R\$ 300,00, mais certificado.

8.1. A Secretaria de Saúde e Bem Estar Social realizará a entrega dos prêmios em solenidade especial com exibição pública, total ou parcial, dos trabalhos premiados neste Concurso.

8.2. Em caso de empate, o prêmio será dividido entre os ganhadores.

#### 9. DOS RESULTADOS

9.1 O resultado será publicado em jornais locais, no site e mural da Prefeitura Municipal de Luzerna, no facebook do Município e das Agentes de Saúde entre 02 e 06 de dezembro de 2013.

9.2 Os vencedores deste Concurso serão comunicados do resultado por intermédio de ofício, telefone ou correio eletrônico.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As decisões da Comissão Julgadora serão irrecorríveis, soberanas e finais;

10.2 O ato da inscrição implica a aceitação total do presente Regulamento;

10.3 Os casos omissos serão resolvidos por comissão designada pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2013.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

Secretário de Saúde e Bem Estar Social

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

#### 1º Ato de Apostilamento Arp 0272013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 027/2013 de 02/04/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 027/2013 de 02/04/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0010/2013, Pregão nº 0008/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e ASSAMEC - ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços pml.027/2013 de 02/04/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0010/2013, Pregão nº 0008/2013, na dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

#### 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 0803.27.812.0049.2040 - Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

Reduzido: 152

Fonte 300 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

#### Extrato do 1º Termo Aditivo - Arp - 030.13

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: 1º Termo Aditivo ARP PML.030.13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA : EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: com a concordância das partes, a alteração da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº pml.030/2013 de 10/04/2013, em 25% (vinte e cinco por cento), do quantitativo, passando o item 01 de 10.000 para 12.500 e o item 02 de 1.000 para 1.250 e consequentemente o valor total de R\$ 39.000,00 para R\$ 48.750,00, alteando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira.

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EITOR HOPPEN

EMPRESA JOACABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

FORNECEDOR 1

## Macieira

### PREFEITURA

#### Abre Credito Suplementar

LEI Nº670, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 622/12 de 11/12/2012 que

Estima a Receita e Fixa Despesa

para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

#### LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda

40.04 Manutenção da atividades da Adm

33.71 Transferências a consorcio público

R\$ 630,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda

40.04 Manutenção da atividades da Adm

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 630,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 22 de Outubro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

#### Abre Credito Suplementar

LEI Nº669, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação 2013 do transporte escolar.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

**LEI**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2013, a seguinte despesas orçamentária:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Séc. Mun. De Educação Cultura e Esportes  
40.29 Manutenção do Transporte Escolar  
33.90.22.55 Aplicações Diretas  
R\$ 33.589,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 22 de Outubro de 2013  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Abre Credito Suplementar**

DECRETO Nº1326, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação 2013 do transporte escolar.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 669 de 22/10/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2013, a seguinte despesas orçamentária:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.04 Séc. Mun. De Educação Cultura e Esportes  
40.29 Manutenção do Transporte Escolar  
33.90.22.55 Aplicações Diretas  
R\$ 33.589,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 22 de Outubro de 2013  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Abre Credito Suplementar**

DECRETO Nº1324, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando  
A Lei nº. 6221/12 de 11/12/2012 que  
Estima a Receita e Fixa Despesa  
para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 668 de 15/10/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.01 Gabinete do Prefeito  
40.03 Manutenção das Atividades do Gabinete  
33.90 Aplicações diretas  
R\$ 5.000,00

02.03 Secretaria Mun. de Adm. e Finanças  
40.04 Manutenção das Atividades da Adm.

33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
40.37 Manutenção Serviços de Utilidade Publica  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 22.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.0 Gabinete do Prefeito  
02,03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda  
40.04 Manutenção das atividades de Adm.  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 1.600,00

02.04 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes  
40.28 Manutenção do Ensino Fundamental  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

40.30 Apoio ao Ensino Médio  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 2.760,00

40.31 Apoio ao Ensino Superior  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

40.32 Manutenção Educação Infantil  
33.90 Aplicações diretas  
R\$ .6.000,00

40.49 Manutenção das Atividades Esportivas  
33..90 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

02.05 Séc.Mun. de Desenvolvimento Social  
30.38 Apoio ao sistema Habitacional  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

02.06 Séc. Mun. de Infraestrutura e Desenv. Urbano  
30.35 Pavimentação de Ruas e Passeios  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 500,00

30.39 Saneamento Básico Geral  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 500,00

30.48 Obras de infraestrutura Rural  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

40.46 Manutenção da Malha Rodoviária  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

02.07 Séc. Mun. de Agricultura e Desenv. Econômico  
30.25 Ampliação do sistema de água potável  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 2.000,00

02.03 Depto de Industria, Comercio e Turismo



35.45 Obras de Infraestrutura Turística  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 5.000,00

02,08 Encargos Gerais do Município  
40.00 Amortização da dívida e encargos gerais  
32.90 Aplicações diretas  
R\$ 11.640,00

46.0 Aplicações Diretas  
R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Abre Credito Suplementar

DECRETO Nº1327, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.

Abre Credito Suplementar alterando

A Lei nº. 622/12 de 11/12/2012 que

Estima a Receita e Fixa Despesa  
para o exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 670 de 22/10/2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda  
40.04 Manutenção da atividades da Adm  
33.71 Transferências a consorcio público  
R\$ 630,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.03 Séc. Mun. de Adm e Fazenda  
40.04 Manutenção da atividades da Adm  
33.90 Aplicações Diretas  
R\$ 630,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### Aprova Desmembramento

DECRETO Nº 1325, 17 de outubro de 2013.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Prefeitura Municipal de Macieira;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 3689,84m², de propriedade da Prefeitura Municipal de Macieira, localizado na Rua Raul Cerry e Rua Severino Constantini, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 30.300, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 04 lotes urbanos, conforme segue:

LOTE 01: A: 360,00 m2

Confrontações:

Nordeste: Dividindo com a Rua Raul Cerry, medindo 26,00 metros lineares.

Sudoeste: Dividindo, Itacir Antonio Seriguelli, João Idayr Baseggio e Jose Valdemar Czerniak Sobrinho, medindo 43,20 metros lineares.

Leste: Dividindo com o lote 02, medindo 28,23 metros lineares

LOTE 02: A: 437,00 m2

Confrontações:

Nordeste: Dividindo com a Rua Raul Cerry, medindo 13,00 metros lineares.

Sudoeste: Dividindo com, Jose Valdemar Czerniak Sobrinho, medindo 14,83 metros lineares.

Sul: Dividindo com Severino de Oliveira, medindo 4,33 metros lineares.

Oeste: Dividindo com o lote 01, medindo 28,23 metros lineares

Leste: Dividindo com o lote 03, medindo 35,28 metros lineares.

LOTE 03: A: 382,00 m2

Confrontações:

Nordeste: Dividindo com a Rua Raul Cerry, medindo 13,50 metros lineares.

Sul: Dividindo com Severino de Oliveira, medindo 13,89 metros lineares.

Oeste: Dividindo com o lote 02, medindo 35,28 metros lineares.

Leste: Dividindo com a área remanescente da mat, medindo 25,63 metros lineares.

LOTE 04: 2510,84 m2

Nordeste: Dividindo com a Rua Raul Cerry, medindo 43,75 metros lineares.

Sul: Dividindo com o Núcleo Comunitário de Macieira, medindo 18,58 metros lineares.

Com Natalino Cesca, medindo 25,91 metros lineares.

Oeste: Dividindo com o lote 03, medindo 25,63 metros lineares.

Sudoeste: Dividindo com Severino de Oliveira, medindo 36,94 metros lineares.

Sudeste: Dividindo com a Rua Severino Constantini, medindo 46,43 metros lineares.

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº1308, 22 de julho de 2013.



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 17 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Aprova Desmembramento de Área Urbana**

DECRETO Nº 1322, 03 de outubro de 2013.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pela proprietária do imóvel, Sra. Cristina Lazzarotti;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 800m², de propriedade da Sra. Cristina Lazzarotti, localizado na Rua Dona Maria Mendes, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 29040, do CRI da Comarca de Caçador, SC, em conformidade com o mapa e o memorial descritivo em anexo, se tornando parte integrante deste decreto, desmembrando em 02 lotes urbanos, sendo obrigado a averbação da referida servidão de passagem após o desdobro:

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº1306, de 08/07/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 03 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Estabelece Horário Especial**

DECRETO Nº 1323, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013.

“ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 58, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e demais normas que regulam a matéria, e;

I - CONSIDERANDO agravamento da situação financeira do Município, provocada pela redução das transferências constitucionais;

II - CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de contenção das despesas públicas, como forma de assegurar o equilíbrio orçamentário e financeiro;

III - CONSIDERANDO, que todos os órgãos do Governo Estadual também adotaram horário especial de funcionamento.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário especial de trabalho nos órgãos da Administração Pública Municipal, a ser cumprido em turno único, das 07:00 às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre 17 de outubro de 2013 a 16 de janeiro de 2014, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais e as situações de emergência.

Parágrafo único. Ficam excluídas, do horário especial estabelecido neste artigo, as Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, Cultura e Esportes, bem como os demais serviços públicos essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 04 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal.

### **Concede Licença Para Tratamento de Saúde**

PORTARIA N.º 3078/2013

“Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Margaret Souza Betinelli, ocupante do cargo de Professora, no período de 29/09/2013 a 13/10/2013, conforme atestado médico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 10 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

### **Conceder Férias**

PORTARIA N.º 3081/2013

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Público Municipal Sergio Donato Serighelli, ocupante do Cargo efetivo de Motorista II, lotada na Secretaria de Saúde, por 30 (trinta) dias, a contar de 10/10/2013.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de outubro de 2013.  
EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Conceder Férias**

PORTARIA N.º 3084/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

**R E S O L V E:**

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Fermino de Oliveira Santos	Age Const Manut II	07/10/13 a 26/10/13
Roseli Panata	Técnica em alimentação	07/10/13 a 26/10/13
Claudemir Abraão	Motorista II	06/10/13 a 25/10/13
Gilson Bernardino	Técnico Agrícola	07/10/13 a 26/10/13
Marizete de Oliveira Santos	Ag Copa e higienização II	07/10/13 a 26/10/13

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 07 de novembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Exonera, Os Servidores Que Especifica**

PORTARIA N.º 3079/2013

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**R E S O L V E:**

Art. 1o - EXONERAR, servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Juliana Bertotto	Professora 10 horas	16/10/2013
Mariane Camargo	Professora	07/10/2013
Isolde Schaitel	Age. Copa Higienização	15/10/2013
Diego Antunes	Oper Maq Agr Rod I	17/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 15 de outubro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Exonera, Os Servidores Que Especifica**

PORTARIA N.º 3083/2013

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**R E S O L V E:**

Art. 1o - EXONERAR, conforme clausula quinta, do contrato administrativo, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Marlise Scapin	Recepcionista	07/11/2013
Taise Arconti	Ag Combate a Endemias	07/11/2013
Eroni A Pereira dos Santos	Ag Copa e Higienização II	07/11/2013
Luciane Mazzari	Ag Copa e Higienização II	06/11/2013
Leidimara Recalcatti	Ag Copa e Higienização II	06/11/2013
Maria de Fátima Geraldo	Ag Copa e Higienização II	06/11/2013
Josias Favarin	Recepcionista	06/11/2013
Lucimar Moraes	Recepcionista	07/11/2013
Solange dos Santos	Tec em Saúde Bucal	07/11/2013
Edilene Piat	Vigilância Sanitária	07/11/2013
Aristides A dos Santos	Ag Const Manut I	07/11/2013
Jair Guimarães Fragoso	Ag Serviços e Manut II	07/11/2013
Nelson de Queiroz	Ag Serviços e Manut II	07/11/2013
Pedro Serafin Neto	Ag Serviços e Manut II	07/11/2013
Sergio Soares Rizzo	Ag Serviços e Manut II	07/11/2013
Terezinha Ap Pereira	Ag Copa e Higienização II	07/11/2013
Roseli dos Santos	Ag Copa e Higienização II	07/11/2013
Leomar Perovano	Operador Maq Agri Rod II	06/11/2013
Angelo Divino Bertoto	Operador Maq Agri Rod II	06/11/2013
Acácio Machado de Moraes	Motorista II	06/11/2013
Ademir Scapin	Operador Maq Agri Rod I	06/11/2013

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 07 de novembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

**Institui Comissão Especial de Avaliações**

PORTARIA Nº 3080, de 15 de outubro de 2013.

"INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÕES, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instituída Comissão Especial de Avaliações, para avaliar o processo licitatório nº 0033/2013, pregão presencial nº 0024/2013, composta pelos seguintes membros:

I - IANA SPANHOLI ABRAÃO Pregoeira

II - AILSON GOMES Secretário

III - CASSIANE FARINON Membro

Parágrafo único - A investidura na Comissão ora instituída é especificamente para o processo licitatório acima citado.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Especial de Licitações, Contratos e Avaliações:

I - Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II - Processar e julgar o processo licitatório nº0033/2013, na modalidade de pregão presencial nº0024/2013;

III - Processar e julgar, conforme a Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações e Lei nº10.520/02.

IV - Publicar os atos legais, processar, julgar, analisar e avaliar o processo licitatório e pregão presencial citados no inciso I.

V - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por parte da empresa contratada no PP 0024/2013.

Parágrafo Único - Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes, bem como todos os atos ocorridos na sessão.

Art. 3º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 4º. Fica, então, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora Iana Spanholo Abraão, com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 5º. Em caso de impedimento devidamente justificado por escrito, de algum membro em participar da sessão do pregão, poderá a pregoeira julgar os atos, conforme citados nos incisos III e IV.

Art. 6º. Os membros da presente Comissão, bem como o Pregoeiro Oficial não farão jus à remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, SC, 15 de outubro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

### **Institui Comissão Permanente de Licitações**

PORTARIA N.3082, de 05 de novembro de 2013.

"INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, NOMEIA SEUS MEMBROS, DESIGNA O PREGOEIRO OFICIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, e, de conformidade com a Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica instituída Comissão Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações, para o exercício de 2013, composta pelos seguintes membros:

I - REJANE SPANHOLO ABRAÃO - Presidente

II - SEVERINO DE OLIVEIRA - Secretário

III - AILSON GOMES - Membro

Parágrafo único - A investidura na Comissão ora instituída não poderá exceder a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade

de seus membros no período subsequente.

Art. 2º. Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações, Contratos e Avaliações:

I - Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores do município, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II - Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III - Processar e julgar os processos licitatórios em todas suas modalidades;

IV - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V - Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI - Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único - Das sessões, a Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º. Para fins de processar e julgar as Licitações da Modalidade Convite, nos termos do § 1º, art. 51, da Lei 8.666/93, a Comissão ora nomeada, excepcionalmente, poderá ser substituída pela Servidora Rejane Spanholo Abraão.

Art. 4º. Os membros da presente Comissão responderão solidariamente por todos os atos praticados no exercício das atribuições que ora lhe são conferidas.

Art. 5º. Fica, ainda, designado, para desempenhar as funções de Pregoeiro Oficial, a Servidora Rejane Spanholo Abraão com as atribuições previstas na Lei 10.520/02, de 17 de julho de 2002, tendo como equipe de apoio os demais membros da Comissão Municipal de Licitações.

Art. 6º. Os membros da presente Comissão, bem como o Pregoeiro Oficial não farão jus à remuneração adicional, todavia sua participação será considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Fica revogada a portaria nº2795, de 02/01/2013.

Macieira, SC, 05 de novembro de 2013.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal





# Maravilha

## PREFEITURA

### Extrato Infrações de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.672 723/2013, 725/2013, 727/2013, 729/2013, 731/2013, 733/2013, 735/2013, 737/2013, 739/2013, 741/2013, 743/2013, 744/2013, 746/2013, 748/2013, 750/2013, 752/2013, 754/2013, 756/2013, 758/2013, 760/2013, 762/2013, 763/2013, 765/2016, 767/2013, 769/2013, 771/2013.

FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

#### PlacaN.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAO0019 8672029518 06/12/201274550 218 \* I  
BGL2907 8672028889 01/11/201274550 218 \* I  
BQJ5940 8672029173 12/11/201274550 218 \* I  
CXL8612 8672029061 11/11/201274550 218 \* I  
CYR4318 8672029145 06/11/201274550 218 \* I  
DDD3766 8672029126 10/11/201274550 218 \* I  
DFP7605 8672029628 09/12/201274550 218 \* I  
DMR8732 8672029398 25/11/201274550 218 \* I  
DOL5875 8672029249 14/11/201274550 218 \* I  
GGN3113 8672029596 03/12/201274550 218 \* I  
GSZ0030 8672029570 09/12/201260503 208  
HRI9023 8672029162 14/11/201274550 218 \* I  
IDE5651 8672029589 09/12/201274630 218 \* II  
IQO4952 8672029572 09/12/201274550 218 \* I  
JVA3931 8672029242 18/11/201274550 218 \* I  
LXT2795 8672029260 18/11/201274550 218 \* I  
LXW2009 8672029189 15/11/201274550 218 \* I  
LXW2009 8672029175 13/11/201274630 218 \* II  
LYE6970 8672029133 11/11/201274630 218 \* II  
LYS0354 8672029591 09/12/201274550 218 \* I  
LZE9169 8672029532 08/12/201274550 218 \* I  
MBG0935 8672029100 11/11/201274550 218 \* I  
MCT2689 8672029236 14/11/201274550 218 \* I  
MDM9805 8672029137 12/11/201274550 218 \* I  
MDW0963 8672029537 03/12/201274550 218 \* I  
MDW0963 8672029632 04/12/201274550 218 \* I  
MDW2445 8672029235 13/11/201274550 218 \* I  
MEB5799 8672029597 03/12/201260503 208  
MEC5398 8672029146 07/11/201274550 218 \* I  
MEN9155 8672029635 05/12/201274550 218 \* I  
MEX1092 8672029599 06/12/201274710 218 \* III  
MEZ3949 8672029076 09/11/201274550 218 \* I  
MHA6138 8672029576 09/12/201274550 218 \* I

MHR8062 8672029078 09/11/201274630 218 \* II  
MHR8062 8672029065 06/11/201274630 218 \* II  
MHR8062 8672029072 07/11/201274710 218 \* III  
MHR8062 8672029171 12/11/201274710 218 \* III  
MHR8062 8672029179 14/11/201274630 218 \* II  
MHR8062 8672029174 13/11/201274550 218 \* I  
MHR8062 8672029191 16/11/201274630 218 \* II  
MHR8062 8672029197 17/11/201274710 218 \* III  
MHR8062 8672029219 15/11/201274550 218 \* I  
MHY1340 8672029264 18/11/201274550 218 \* I  
MIF8895 8672029263 18/11/201274550 218 \* I  
MIN2119 8672029564 08/12/201260503 208  
MJI0587 8672029604 07/12/201260503 208  
MJZ7031 8672029587 09/12/201274550 218 \* I  
MJZ7031 8672029567 09/12/201274550 218 \* I  
MKJ9631 8672029186 15/11/201274550 218 \* I  
AEJ5468 8672029389 26/11/201274550 218 \* I  
AFZ5384 8672028874 26/10/201274550 218 \* I  
AFZ5384 8672029125 10/11/201274550 218 \* I  
AJS0080 8672029292 24/11/201274550 218 \* I  
AJT1625 8672029129 10/11/201274550 218 \* I  
AOH0834 8672029049 11/11/201274550 218 \* I  
APG0369 8672029153 12/11/201274550 218 \* I  
BAN0500 8672029388 26/11/201274550 218 \* I  
BMK4183 8672029266 19/11/201274550 218 \* I  
BPN1246 8672028840 23/10/201274550 218 \* I  
BUR7014 8672029155 15/11/201274550 218 \* I  
CFF1881 8672029350 21/11/201274630 218 \* II  
CKX1668 8672029633 04/12/201274550 218 \* I  
CNY8980 8672029722 15/12/201274550 218 \* I  
COG3548 8672029463 27/11/201274550 218 \* I  
DAL9396 8672029383 25/11/201274550 218 \* I  
DDQ5030 8672029334 25/11/201260503 208  
ELD9816 8672029055 12/11/201274550 218 \* I  
IEU2797 8672029614 08/12/201274550 218 \* I  
IGV2763 8672029408 20/11/201274550 218 \* I  
IHZ0577 8672029365 25/11/201274550 218 \* I  
INV8104 8672029130 11/11/201274550 218 \* I  
JXZ4741 8672029285 23/11/201274550 218 \* I  
JZS1860 8672029721 13/12/201274550 218 \* I  
KFP1787 8672029377 23/11/201274630 218 \* II  
KLH0178 8672029282 25/11/201274550 218 \* I  
KZX9343 8672029163 13/11/201274550 218 \* I  
LBO9348 8672029435 27/11/201274550 218 \* I  
LWY0847 8672029520 09/12/201274550 218 \* I  
LWY0847 8672029588 09/12/201274630 218 \* II  
LXP8892 8672029013 02/11/201274550 218 \* I  
LXT2795 8672029405 26/11/201274550 218 \* I  
LXW2009 8672029392 21/11/201274550 218 \* I  
LYQ7346 8672029313 22/11/201274550 218 \* I  
LZJ3312 8672029255 19/11/201274550 218 \* I  
MCJ9225 8672029323 24/11/201274550 218 \* I  
MCT2689 8672029361 24/11/201274630 218 \* II  
MCT2689 8672029382 24/11/201274550 218 \* I  
MCT2689 8672029374 21/11/201274550 218 \* I  
MCW8042 8672029739 16/12/201274550 218 \* I  
MCW8042 8672029749 15/12/201274630 218 \* II  
MCW8042 8672029751 17/12/201274550 218 \* I  
MCW8042 8672029928 18/12/201274710 218 \* III  
MCW8042 8672029932 21/12/201274550 218 \* I  
MDD9321 8672029172 12/11/201260503 208  
MDJ3273 8672029911 21/12/201274550 218 \* I  
MDM9805 8672029502 27/11/201274550 218 \* I  
MDM9805 8672029488 27/11/201274550 218 \* I  
MDW4666 8672029251 16/11/201274550 218 \* I  
MDY7069 8672029139 12/11/201274550 218 \* I  
MED7374 8672028990 03/11/201274550 218 \* I  
MEI9921 8672029434 02/12/201274550 218 \* I  
MEZ3949 8672029340 26/11/201274550 218 \* I

MFT8284 8672029073 07/11/201260503 208  
 MGT1378 8672029672 12/12/201274630 218 \* II  
 MHG6868 8672029447 28/11/201274550 218 \* I  
 MHH4936 8672029220 15/11/201274630 218 \* II  
 MHJ8340 8672029496 01/12/201274550 218 \* I  
 MHK1829 8672029135 12/11/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029317 23/11/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029299 19/11/201274710 218 \* III  
 MHR8062 8672029305 20/11/201274710 218 \* III  
 MHR8062 8672029308 21/11/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029312 22/11/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029436 27/11/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029440 28/11/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029448 29/11/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029451 30/11/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029455 01/12/201274710 218 \* III  
 MIF5457 8672029925 24/12/201274550 218 \* I  
 MIJ2523 8672029772 23/12/201274550 218 \* I  
 MIK2559 8672029426 28/11/201274550 218 \* I  
 MIP8602 8672029580 05/12/201274550 218 \* I  
 MIV0259 8672029489 27/11/201274550 218 \* I  
 MJS4119 8672029325 24/11/201274550 218 \* I  
 MLX1501 8672029364 25/11/201274630 218 \* II  
 MMF1945 8672029705 12/12/201274550 218 \* I  
 MOM2960 8672029140 12/11/201274550 218 \* I  
 AAB7883 8672029541 04/12/201274550 218 \* I  
 AJV5923 8672029867 20/12/201260503 208  
 AQH5412 8672029246 18/11/201260503 208  
 AQN0760 8672029805 20/12/201260503 208  
 BKN7350 8672029759 24/12/201274550 218 \* I  
 BLL4495 8672029321 23/11/201260503 208  
 CCS7938 8672029732 13/12/201274630 218 \* II  
 CER2055 8672029884 25/12/201260503 208  
 CLA2548 8672029584 07/12/201274550 218 \* I  
 CLQ0491 8672029568 09/12/201274550 218 \* I  
 DCV2715 8672029890 22/12/201274550 218 \* I  
 DIR6198 8672029823 23/12/201260503 208  
 ELC2244 8672029583 06/12/201274550 218 \* I  
 ICK3035 8672029834 25/12/201274550 218 \* I  
 IFI7024 8672029939 24/12/201274630 218 \* II  
 IFK8561 8672029607 09/12/201274550 218 \* I  
 JNP3344 8672029820 23/12/201274550 218 \* I  
 JZS1860 8672029902 23/12/201274550 218 \* I  
 LSM0474 8672029644 09/12/201274550 218 \* I  
 LTX1915 8672029316 22/11/201274550 218 \* I  
 LWU5411 8672029380 24/11/201260503 208  
 LWW1512 8672029807 20/12/201260503 208  
 LXG3437 8672029885 25/12/201274630 218 \* II  
 L XK3648 8672029590 09/12/201274550 218 \* I  
 LXP1183 8672029586 08/12/201274630 218 \* II  
 LXQ5797 8672029637 07/12/201274550 218 \* I  
 LYW0508 8672029563 08/12/201274630 218 \* II  
 LYW8176 8672029754 23/12/201274550 218 \* I  
 MBG2997 8672029766 24/12/201274550 218 \* I  
 MBG2997 8672029779 23/12/201274550 218 \* I  
 MBV2110 8672029528 04/12/201274550 218 \* I  
 MCD3512 8672029121 07/11/201274550 218 \* I  
 MCN3845 8672029592 09/12/201274550 218 \* I  
 MCW7334 8672029670 11/12/201274550 218 \* I  
 MDW1779 8672029618 08/12/201274550 218 \* I  
 MED4145 8672029519 08/12/201274550 218 \* I  
 MEH9518 8672029561 08/12/201260503 208  
 MEP4713 8672029418 26/11/201274550 218 \* I  
 MGD6259 8672029695 16/12/201260503 208  
 MGD6259 8672029801 20/12/201260503 208  
 MGI2984 8672029401 23/11/201274550 218 \* I  
 MGN6740 8672029477 27/11/201274550 218 \* I  
 MHG8144 8672029611 06/12/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029533 03/12/201274550 218 \* I

MHR8062 8672029539 04/12/201274710 218 \* III  
 MHR8062 8672029546 05/12/201274710 218 \* III  
 MHR8062 8672029550 06/12/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029552 07/12/201274710 218 \* III  
 MHR8062 8672029560 08/12/201274710 218 \* III  
 MIA9600 8672029347 21/11/201274550 218 \* I  
 MIU8116 8672029816 22/12/201274550 218 \* I  
 MJX3932 8672029626 08/12/201274550 218 \* I  
 MJX5058 8672029815 22/12/201274550 218 \* I  
 AJQ1842 8672029513 02/12/201274550 218 \* I  
 ANZ5686 8672030126 04/01/201374550 218 \* I  
 APY2624 8672029562 08/12/201274550 218 \* I  
 BBC2003 8672030112 06/01/201374710 218 \* III  
 BCN1956 8672029698 10/12/201274550 218 \* I  
 DBO0565 8672029624 08/12/201274550 218 \* I  
 DCV2715 8672030024 31/12/201274550 218 \* I  
 DIP9467 8672029919 23/12/201274550 218 \* I  
 DQA7847 8672029551 06/12/201260503 208  
 HUK4314 8672030003 30/12/201274550 218 \* I  
 IJR8923 8672029524 05/12/201274550 218 \* I  
 KCG5052 8672029992 27/12/201274550 218 \* I  
 LXI9191 8672029622 06/12/201274550 218 \* I  
 LXQ1306 8672029553 07/12/201274550 218 \* I  
 LYY5900 8672029487 01/12/201274550 218 \* I  
 L ZB8046 8672029991 27/12/201274550 218 \* I  
 MBD8959 8672029952 31/12/201274550 218 \* I  
 MCD2881 8672029780 24/12/201274550 218 \* I  
 MCR5888 8672030011 26/12/201260503 208  
 MDE7478 8672029812 22/12/201274550 218 \* I  
 MDE7478 8672029845 22/12/201274630 218 \* II  
 MDE7478 8672029846 22/12/201274630 218 \* II  
 MDE7478 8672029877 22/12/201274550 218 \* I  
 MET9596 8672030037 28/12/201274550 218 \* I  
 MEW2027 8672029636 07/12/201274550 218 \* I  
 MGW3927 8672030005 31/12/201274630 218 \* II  
 MIK3834 8672029948 27/12/201274550 218 \* I  
 MJC6851 8672030015 29/12/201260503 208  
 MJO6598 8672030132 01/01/201374550 218 \* I  
 MKD1686 8672029503 27/11/201274550 218 \* I  
 MKE0129 8672029603 06/12/201260503 208  
 MKO1559 8672029638 07/12/201274550 218 \* I  
 AFZ5384 8672029641 08/12/201274630 218 \* II  
 AHZ8622 8672029549 05/12/201274550 218 \* I  
 AJG8645 8672029655 16/12/201274550 218 \* I  
 ALG4854 8672030152 04/01/201374550 218 \* I  
 ALG6862 8672030100 01/01/201374550 218 \* I  
 AST7905 8672029692 15/12/201260503 208  
 BJK9280 8672029704 11/12/201274550 218 \* I  
 CIR4732 8672030079 03/01/201360503 208  
 DIO2123 8672030110 05/01/201374550 218 \* I  
 DJB4107 8672029711 14/12/201274550 218 \* I  
 DKD3786 8672029659 12/12/201274550 218 \* I  
 DTD7422 8672029598 04/12/201274550 218 \* I  
 HOU4950 8672029849 22/12/201260503 208  
 IKS3259 8672030054 01/01/201374550 218 \* I  
 ILC5726 8672029699 10/12/201274550 218 \* I  
 ILC5726 8672029665 10/12/201274550 218 \* I  
 LXQ7580 8672029745 17/12/201274710 218 \* III  
 LXW2009 8672029701 10/12/201274550 218 \* I  
 LYY5900 8672029606 08/12/201274550 218 \* I  
 MBJ7179 8672029743 17/12/201274550 218 \* I  
 MBM1755 8672029619 04/12/201274550 218 \* I  
 MBM1755 8672029623 07/12/201274630 218 \* II  
 MBM1755 8672029634 04/12/201274550 218 \* I  
 MBM1755 8672029406 26/11/201274550 218 \* I  
 MBM1755 8672029643 09/12/201274550 218 \* I  
 MCQ8054 8672029691 15/12/201274550 218 \* I  
 MCT0002 8672029668 11/12/201260503 208  
 MCW8042 8672030148 03/01/201374550 218 \* I



MCW8042 8672030154 05/01/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030059 05/01/201374550 218 \* I  
 MCX4373 8672030134 03/01/201374550 218 \* I  
 MCX4373 8672030107 04/01/201360503 208  
 MDF1672 8672029896 26/12/201274550 218 \* I  
 MDG0675 8672029595 03/12/201274550 218 \* I  
 MDI3542 8672030089 06/01/201360503 208  
 MEE6141 8672029742 17/12/201274550 218 \* I  
 MEL0134 8672030098 01/01/201360503 208  
 MEZ4419 8672029684 14/12/201260503 208  
 MFX6648 8672029689 15/12/201260503 208  
 MGM0988 8672029715 16/12/201274550 218 \* I  
 MGU2070 8672030135 05/01/201374550 218 \* I  
 MHC6125 8672029714 16/12/201274550 218 \* I  
 MHI6390 8672029713 16/12/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029688 15/12/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029680 14/12/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029664 10/12/201274630 218 \* II  
 MJA1952 8672029373 21/11/201274550 218 \* I  
 MJT0811 8672030070 01/01/201374550 218 \* I  
 MJV2217 8672029733 15/12/201274550 218 \* I  
 MJY3885 8672029667 10/12/201260503 208  
 MKR5737 8672029794 18/12/201274550 218 \* I  
 AFW9289 8672029782 25/12/201274550 218 \* I  
 AFZ2883 8672029679 13/12/201274550 218 \* I  
 AII7798 8672030270 15/01/201360503 208  
 AII7798 8672030271 15/01/201360503 208  
 AMH1914 8672030012 27/12/201260503 208  
 ATZ4321 8672029758 25/12/201274550 218 \* I  
 BFP2277 8672029785 17/12/201274550 218 \* I  
 CAE2949 8672029875 21/12/201260503 208  
 CLC0022 8672029847 22/12/201260503 208  
 CLC0022 8672029763 22/12/201274550 218 \* I  
 CPF5969 8672030294 15/01/201374550 218 \* I  
 CPL3358 8672030287 18/01/201374710 218 \* III  
 DTB8302 8672029702 11/12/201260503 208  
 DTB8302 8672029837 25/12/201274550 218 \* I  
 DTD7422 8672029686 14/12/201274550 218 \* I  
 DZX9383 8672029710 14/12/201274630 218 \* II  
 ELC2244 8672029777 18/12/201274550 218 \* I  
 HQX1918 8672030166 08/01/201374550 218 \* I  
 ICE1240 8672029876 21/12/201260503 208  
 IDJ6597 8672029725 15/12/201260503 208  
 IDO6208 8672029863 25/12/201274550 218 \* I  
 IGH4570 8672030280 16/01/201374630 218 \* II  
 IGH4570 8672030285 17/01/201374630 218 \* II  
 IIX5423 8672030253 16/01/201374550 218 \* I  
 IMQ0107 8672030192 07/01/201374550 218 \* I  
 JSI0417 8672029798 19/12/201274550 218 \* I  
 KQL8269 8672030188 12/01/201360503 208  
 LXI6111 8672030161 12/01/201374550 218 \* I  
 LXQ0757 8672029776 16/12/201274550 218 \* I  
 LYR7704 8672029663 17/12/201274550 218 \* I  
 LZK6530 8672030212 13/01/201374550 218 \* I  
 MAC1194 8672029858 24/12/201274550 218 \* I  
 MBG0935 8672029791 18/12/201274550 218 \* I  
 MCW8042 8672030297 16/01/201374550 218 \* I  
 MCX0048 8672029600 06/12/201274550 218 \* I  
 MDW4666 8672029727 11/12/201274550 218 \* I  
 MDW4666 8672029731 12/12/201274550 218 \* I  
 MEP0996 8672029901 23/12/201274550 218 \* I  
 MES6295 8672029769 21/12/201274550 218 \* I  
 MHI8570 8672029813 22/12/201274550 218 \* I  
 MHK8276 8672029784 17/12/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029786 17/12/201274710 218 \* III  
 MHR8062 8672029821 23/12/201274630 218 \* II  
 MHU8820 8672029736 11/12/201274550 218 \* I  
 MIF0429 8672029838 17/12/201274550 218 \* I  
 MJD6288 8672029927 18/12/201274550 218 \* I

MJG5987 8672029811 22/12/201274550 218 \* I  
 MJJ4582 8672029830 24/12/201274630 218 \* II  
 MJV1686 8672029883 25/12/201274550 218 \* I  
 MJY6412 8672029778 20/12/201274550 218 \* I  
 MKY5718 8672030186 14/01/201374550 218 \* I  
 MMK1313 8672030176 11/01/201374550 218 \* I  
 IBN8393 8672030248 20/01/201374630 218 \* II  
 IBN8393 8672030250 20/01/201374550 218 \* I  
 LUR2345 8672030153 04/01/201374550 218 \* I  
 MBO4162 8672030196 14/01/201374550 218 \* I  
 MBO4162 8672030214 14/01/201374550 218 \* I  
 MKR3148 8672030260 20/01/201360503 208  
 ACT6333 8672030066 05/01/201374550 218 \* I  
 AEF3459 8672030113 06/01/201360503 208  
 AHQ2887 8672029966 28/12/201274550 218 \* I  
 AJB4602 8672030380 25/01/201360503 208  
 AKG2735 8672029994 27/12/201274630 218 \* II  
 AKG2735 8672029995 28/12/201274550 218 \* I  
 AKV2601 8672029693 15/12/201274550 218 \* I  
 AMN0686 8672029975 30/12/201260503 208  
 BUF3111 8672029955 27/12/201274550 218 \* I  
 CBF6016 8672029889 22/12/201274550 218 \* I  
 CKX1668 8672030383 27/01/201374550 218 \* I  
 COA3466 8672029943 28/12/201274550 218 \* I  
 CRF7304 8672030378 25/01/201360503 208  
 CRN4894 8672030019 31/12/201260503 208  
 DIO2123 8672030276 19/01/201374550 218 \* I  
 DJD6621 8672029958 30/12/201274550 218 \* I  
 DMA4023 8672030004 30/12/201274550 218 \* I  
 DOS4005 8672030093 01/01/201374550 218 \* I  
 DQJ1866 8672030038 30/12/201274550 218 \* I  
 DTD8445 8672030333 21/01/201374550 218 \* I  
 DZO8576 8672030018 30/12/201274630 218 \* II  
 FSM0601 8672030017 30/12/201260503 208  
 IIX5423 8672030331 21/01/201374550 218 \* I  
 IKJ2200 8672029921 23/12/201274550 218 \* I  
 LYE5795 8672029954 26/12/201274550 218 \* I  
 LYS1622 8672030010 31/12/201274550 218 \* I  
 LYW0508 8672030109 05/01/201374550 218 \* I  
 MAG1136 8672030057 03/01/201374550 218 \* I  
 MBB7776 8672029914 22/12/201274550 218 \* I  
 MBL0247 8672029897 26/12/201274630 218 \* II  
 MBM1755 8672029942 24/12/201274550 218 \* I  
 MBQ2962 8672029907 19/12/201274550 218 \* I  
 MCJ1143 8672030357 22/01/201374550 218 \* I  
 MCJ9225 8672029970 30/12/201274550 218 \* I  
 MCW2143 8672030151 04/01/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030403 26/01/201374550 218 \* I  
 MDN1074 8672030009 28/12/201260503 208  
 MDW0963 8672030213 13/01/201374550 218 \* I  
 MEC6174 8672030120 05/01/201374550 218 \* I  
 MER5429 8672030080 03/01/201374550 218 \* I  
 MFD5344 8672030025 26/12/201274550 218 \* I  
 MFG1635 8672029978 30/12/201260503 208  
 MFJ9199 8672029968 30/12/201274550 218 \* I  
 MGE0236 8672029674 12/12/201274550 218 \* I  
 MGG4262 8672030224 18/01/201374550 218 \* I  
 MGU2070 8672030467 28/01/201374550 218 \* I  
 MHG3246 8672029831 24/12/201260503 208  
 MHM7133 8672030142 04/01/201374550 218 \* I  
 MHO5185 8672030302 19/01/201374630 218 \* II  
 MHQ7884 8672029949 29/12/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029960 26/12/201274630 218 \* II  
 MHR8062 8672029962 27/12/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029971 30/12/201274550 218 \* I  
 MHR8062 8672029981 31/12/201274550 218 \* I  
 MHR9769 8672029950 26/12/201274550 218 \* I  
 MJD3110 8672030001 29/12/201260503 208  
 MJK0137 8672030249 20/01/201360503 208

MJN8648 8672029818 23/12/201274550 218 \* I  
 MJU8384 8672030399 24/01/201374550 218 \* I  
 MKE1568 8672030027 30/12/201274550 218 \* I  
 MKV9836 8672029959 31/12/201274550 218 \* I  
 AEJ3346 8672030071 01/01/201360503 208  
 BGQ8614 8672030389 27/01/201374710 218 \* III  
 DCH2182 8672030044 04/01/201374550 218 \* I  
 MBL3076 8672030106 04/01/201360503 208  
 MDY7794 8672030146 02/01/201374550 218 \* I  
 MDZ7114 8672030121 05/01/201374550 218 \* I  
 MEL8928 8672030101 02/01/201360503 208  
 MFI0812 8672030086 05/01/201374630 218 \* II  
 MFM5668 8672030111 05/01/201374550 218 \* I  
 MGVI1464 8672030444 30/01/201374630 218 \* II  
 MGW7340 8672030468 28/01/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672030199 07/01/201374550 218 \* I  
 MIT7697 8672029972 30/12/201274550 218 \* I  
 MJC9235 8672030048 02/01/201374550 218 \* I  
 MJO8439 8672030108 04/01/201360503 208  
 MJU2583 8672030116 01/01/201374550 218 \* I  
 ADE6172 8672030164 12/01/201374630 218 \* II  
 AHU9564 8672030332 21/01/201374550 218 \* I  
 AJT7972 8672030430 28/01/201374630 218 \* II  
 AMA0410 8672030317 24/01/201374550 218 \* I  
 AMT6802 8672030568 10/02/201374550 218 \* I  
 AQS6841 8672030272 16/01/201360503 208  
 ARZ2513 8672030298 16/01/201374550 218 \* I  
 CAE2949 8672030303 19/01/201374550 218 \* I  
 DDC8722 8672030200 08/01/201374550 218 \* I  
 DEF9317 8672030242 19/01/201374550 218 \* I  
 DMR8732 8672030290 20/01/201374550 218 \* I  
 DMR8732 8672030265 20/01/201374630 218 \* II  
 DOC5850 8672030021 28/12/201274550 218 \* I  
 DRE5564 8672030325 22/01/201374550 218 \* I  
 ECT6547 8672030254 17/01/201374550 218 \* I  
 HRA5551 8672030427 01/02/201374550 218 \* I  
 IFS4832 8672030308 22/01/201374550 218 \* I  
 IGB0142 8672030266 20/01/201374550 218 \* I  
 IJW0235 8672030576 10/02/201374630 218 \* II  
 IKN5888 8672030251 16/01/201374630 218 \* II  
 IKU0390 8672030522 09/02/201374550 218 \* I  
 INB3302 8672030321 22/01/201374550 218 \* I  
 IOJ7552 8672030246 20/01/201374550 218 \* I  
 IQR3219 8672030323 23/01/201374550 218 \* I  
 LZG4737 8672030300 17/01/201374550 218 \* I  
 LZL2377 8672030218 16/01/201374550 218 \* I  
 LZR2778 8672030221 15/01/201374550 218 \* I  
 LZS5301 8672030202 10/01/201374630 218 \* II  
 MAU8032 8672030174 10/01/201374630 218 \* II  
 MBC1612 8672030283 17/01/201374550 218 \* I  
 MCC8643 8672030435 28/01/201374550 218 \* I  
 MCS5065 8672030264 20/01/201360503 208  
 MCW8042 8672030510 29/01/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030604 04/02/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030607 05/02/201374550 218 \* I  
 MDC6324 8672030375 24/01/201374550 218 \* I  
 MDW0963 8672030353 27/01/201360503 208  
 MER5920 8672030386 22/01/201374550 218 \* I  
 MEU4905 8672030268 20/01/201360503 208  
 MEX4825 8672030393 24/01/201374550 218 \* I  
 MFB5444 8672030373 23/01/201360503 208  
 MGA4537 8672030316 22/01/201374630 218 \* II  
 MGL5002 8672030181 13/01/201360503 208  
 MGVI0815 8672030223 16/01/201374550 218 \* I  
 MHC1145 8672030456 31/01/201374550 218 \* I  
 MHE7645 8672030519 05/02/201374550 218 \* I  
 MHK9298 8672030423 04/02/201374550 218 \* I  
 MHO3193 8672030397 22/01/201374550 218 \* I  
 MIL1132 8672030515 03/02/201374550 218 \* I

MJC1773 8672030279 16/01/201374630 218 \* II  
 MKA1389 8672030169 08/01/201360503 208  
 MKC6754 8672030277 19/01/201360503 208  
 MKJ1763 8672030307 20/01/201374550 218 \* I  
 MKL9851 8672030306 20/01/201374550 218 \* I  
 MKL9851 8672030217 20/01/201374630 218 \* II  
 MKO1559 8672030228 15/01/201360503 208  
 MKP0560 8672030488 01/02/201374710 218 \* III  
 MKV0287 8672030356 21/01/201360503 208  
 MMA9088 8672030230 16/01/201374550 218 \* I  
 AJQ1842 8672030400 24/01/201374550 218 \* I  
 CRB8677 8672030521 10/02/201374550 218 \* I  
 CRB8677 8672030527 10/02/201374550 218 \* I  
 CRB8677 8672030591 10/02/201374630 218 \* II  
 DAR1553 8672030566 09/02/201374550 218 \* I  
 JPO1008 8672030130 07/01/201374630 218 \* II  
 MEQ2849 8672030238 19/01/201374550 218 \* I  
 MEQ2849 8672030275 19/01/201374550 218 \* I  
 MFK5365 8672030355 27/01/201374550 218 \* I  
 MGW2859 8672030394 24/01/201374550 218 \* I  
 ABL0515 8672030367 27/01/201374550 218 \* I  
 BGJ9361 8672030774 23/02/201374630 218 \* II  
 BOH5374 8672030318 24/01/201374550 218 \* I  
 CHV6535 8672030773 23/02/201374550 218 \* I  
 CRB8677 8672030706 19/02/201374550 218 \* I  
 DHV4336 8672030385 27/01/201374550 218 \* I  
 HAN5665 8672030699 16/02/201374550 218 \* I  
 HRN9439 8672030382 27/01/201374550 218 \* I  
 JSB4088 8672030413 30/01/201374550 218 \* I  
 LYH6651 8672030363 26/01/201374550 218 \* I  
 LYP0374 8672030474 01/02/201374550 218 \* I  
 LYS4684 8672030609 06/02/201374550 218 \* I  
 LYW8405 8672030433 28/01/201374550 218 \* I  
 LZW2820 8672030625 16/02/201374550 218 \* I  
 LZW3538 8672030679 12/02/201374630 218 \* II  
 MAQ0890 8672030421 03/02/201374550 218 \* I  
 MBJ0735 8672030381 26/01/201374550 218 \* I  
 MCK5882 8672030487 31/01/201374550 218 \* I  
 MCS9489 8672030395 26/01/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030803 22/02/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030701 19/02/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030696 13/02/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030698 16/02/201374630 218 \* II  
 MCW8042 8672030620 11/02/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672030687 16/02/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672030791 21/02/201374550 218 \* I  
 MDN7583 8672030761 24/02/201374550 218 \* I  
 MFC4466 8672030818 23/02/201374550 218 \* I  
 MGE8181 8672030667 17/02/201374550 218 \* I  
 MHE9319 8672030376 25/01/201374550 218 \* I  
 MIW8256 8672030795 24/02/201374630 218 \* II  
 MJS6055 8672030898 28/02/201374550 218 \* I  
 MKL9633 8672030442 29/01/201374550 218 \* I  
 MKV3600 8672030913 26/02/201374550 218 \* I  
 MKZ7817 8672030388 23/01/201374630 218 \* II  
 NSE0435 8672030713 23/02/201374550 218 \* I  
 ANQ4713 8672030619 11/02/201374630 218 \* II  
 API9910 8672030470 31/01/201374550 218 \* I  
 ATT7869 8672030888 03/03/201360503 208  
 BGE9083 8672030777 19/02/201374550 218 \* I  
 CPB3160 8672030464 03/02/201374550 218 \* I  
 CPP2385 8672030490 02/02/201374550 218 \* I  
 CPZ4419 8672030920 27/02/201374630 218 \* II  
 CRB8677 8672030892 03/03/201360503 208  
 CRB8677 8672030822 24/02/201374550 218 \* I  
 CRB8677 8672030830 03/03/201374550 218 \* I  
 DDC9146 8672030460 02/02/201360503 208  
 DJD5463 8672030535 06/02/201374550 218 \* I  
 DNS6980 8672030459 02/02/201374550 218 \* I

DQJ1866 8672030551 09/02/201360503 208  
 DZC9050 8672030438 29/01/201360503 208  
 DZO8576 8672030493 03/02/201374550 218 \* I  
 EIX7170 8672030985 05/03/201374710 218 \* III  
 EUS5628 8672030561 08/02/201360503 208  
 HQS6735 8672030827 02/03/201374550 218 \* I  
 IBN8393 8672030856 01/03/201374630 218 \* II  
 IMT1958 8672030512 02/02/201374550 218 \* I  
 IMU9634 8672030483 28/01/201374550 218 \* I  
 KGL3382 8672030916 26/02/201374550 218 \* I  
 LXE2245 8672030744 24/02/201374550 218 \* I  
 LXE2245 8672030788 23/02/201374550 218 \* I  
 LXX8599 8672030926 04/03/201374550 218 \* I  
 LXQ7580 8672030473 31/01/201374630 218 \* II  
 LXQ7580 8672030457 31/01/201374550 218 \* I  
 LXT2994 8672030486 31/01/201360503 208  
 LXX3235 8672030530 10/02/201374550 218 \* I  
 LXY5827 8672030547 08/02/201374550 218 \* I  
 LYQ3286 8672030997 09/03/201374550 218 \* I  
 LYX8814 8672030525 09/02/201374550 218 \* I  
 LZA6236 8672030377 25/01/201360503 208  
 LZD4858 8672030514 03/02/201374630 218 \* II  
 LZD4858 8672030589 09/02/201374550 218 \* I  
 MAZ7483 8672030422 03/02/201374550 218 \* I  
 MBG0935 8672030502 31/01/201374550 218 \* I  
 MBH6568 8672030924 02/03/201374550 218 \* I  
 MBP1765 8672030869 03/03/201374550 218 \* I  
 MBP4172 8672030550 09/02/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030966 04/03/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672030968 04/03/201374630 218 \* II  
 MCW8042 8672031045 07/03/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672030915 26/02/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672030927 26/02/201374550 218 \* I  
 MDJ7313 8672030546 08/02/201374630 218 \* II  
 MDM9805 8672030542 07/02/201374630 218 \* II  
 MDO2596 8672030482 28/01/201360503 208  
 MDW8331 8672030540 07/02/201374550 218 \* I  
 MEA2261 8672030524 08/02/201374550 218 \* I  
 MFD7599 8672030586 09/02/201374630 218 \* II  
 MFM5925 8672030439 29/01/201374550 218 \* I  
 MFO4708 8672030452 30/01/201374550 218 \* I  
 MGD6006 8672030592 06/02/201374630 218 \* II  
 MGP0659 8672030824 25/02/201374550 218 \* I  
 MGP0659 8672030934 26/02/201374550 218 \* I  
 MGT0514 8672030537 06/02/201360503 208  
 MGU2070 8672031008 09/03/201374550 218 \* I  
 MGV3139 8672030445 30/01/201374550 218 \* I  
 MGW5600 8672030875 03/03/201374550 218 \* I  
 MHV8822 8672030390 28/01/201374550 218 \* I  
 MHY4243 8672030538 06/02/201374550 218 \* I  
 MIC5126 8672030917 26/02/201374550 218 \* I  
 MIT7153 8672030463 03/02/201374550 218 \* I  
 MIU3503 8672030500 03/02/201374550 218 \* I  
 MJD3110 8672030431 28/01/201374550 218 \* I  
 MJL6569 8672030660 13/02/201374630 218 \* II  
 MKO6948 8672030501 03/02/201374630 218 \* II  
 MMM4737 8672030906 03/03/201374550 218 \* I  
 MMM4737 8672030951 03/03/201374550 218 \* I  
 AHU9564 8672030661 15/02/201374550 218 \* I  
 ALR8085 8672030596 07/02/201374550 218 \* I  
 AOI4709 8672030905 02/03/201374550 218 \* I  
 BGL2907 8672030531 11/02/201374550 218 \* I  
 CEN0543 8672030652 17/02/201374550 218 \* I  
 CFA1307 8672031011 10/03/201360503 208  
 EBV8041 8672030634 15/02/201374550 218 \* I  
 JNB5363 8672030548 09/02/201374550 218 \* I  
 LXR7393 8672030662 15/02/201360503 208  
 LZT4076 8672030893 03/03/201374550 218 \* I  
 LZV5193 8672030602 10/02/201374550 218 \* I

MAC7707 8672030972 08/03/201374550 218 \* I  
 MCO9138 8672030626 12/02/201374550 218 \* I  
 MEF2178 8672031031 07/03/201374550 218 \* I  
 MEU5717 8672030627 17/02/201374550 218 \* I  
 MEU5717 8672030674 14/02/201360503 208  
 MEY9571 8672031009 09/03/201374630 218 \* II  
 MGE8181 8672031044 06/03/201374550 218 \* I  
 MGJ7351 8672030575 10/02/201360503 208  
 MGN3704 8672030724 19/02/201360503 208  
 MHS6795 8672030680 13/02/201374630 218 \* II  
 MJB5422 8672031019 07/03/201374550 218 \* I  
 MJI1165 8672030996 09/03/201374550 218 \* I  
 MJL1330 8672030991 07/03/201374630 218 \* II  
 AHU9564 8672030754 22/02/201374550 218 \* I  
 ARJ0065 8672030628 16/02/201374550 218 \* I  
 BIM4408 8672030785 23/02/201374550 218 \* I  
 BXA2308 8672028743 20/10/201274550 218 \* I  
 CGV9293 8672028195 17/09/201274550 218 \* I  
 CRB8677 8672030935 27/02/201374630 218 \* II  
 CZI0066 8672030655 17/02/201374550 218 \* I  
 DUA7471 8672030760 24/02/201360503 208  
 ELC2244 8672030631 18/02/201374550 218 \* I  
 IJR3041 8672030757 23/02/201374630 218 \* II  
 ILC5726 8672030770 23/02/201374630 218 \* II  
 ILE0026 8672030815 23/02/201374550 218 \* I  
 ISQ1778 8672028705 16/10/201274550 218 \* I  
 JMG2415 8672030557 05/02/201374550 218 \* I  
 JYV2838 8672030639 12/02/201360503 208  
 KHW8997 8672030554 10/02/201360503 208  
 KKW8057 8672030703 21/02/201374550 218 \* I  
 KZV6192 8672030986 05/03/201374550 218 \* I  
 LXX3220 8672030823 24/02/201374550 218 \* I  
 LXT2795 8672030932 26/02/201374550 218 \* I  
 LYH9882 8672030752 21/02/201374550 218 \* I  
 LYJ2918 8672028247 15/09/201260503 208  
 LYN3853 8672030705 18/02/201374550 218 \* I  
 LYP8199 8672030792 22/02/201374550 218 \* I  
 LYP8199 8672030794 24/02/201374550 218 \* I  
 LZC9637 8672030650 16/02/201360503 208  
 LZJ1169 8672030956 26/02/201374630 218 \* II  
 LZK2662 8672030787 23/02/201374550 218 \* I  
 MAE4078 8672030673 11/02/201374630 218 \* II  
 MAG9215 8672030689 15/02/201374550 218 \* I  
 MAO4499 8672030778 19/02/201374550 218 \* I  
 MAZ7483 8672030851 28/02/201360503 208  
 MBJ0735 8672030768 21/02/201374550 218 \* I  
 MBO2448 8672028751 20/10/201274550 218 \* I  
 MBX5819 8672030790 25/02/201374550 218 \* I  
 MCC8643 8672030643 14/02/201360503 208  
 MCM1320 8672030771 23/02/201360503 208  
 MET9610 8672028708 17/10/201274630 218 \* II  
 MEU5693 8672030693 12/02/201374550 218 \* I  
 MEX4825 8672030842 26/02/201374550 218 \* I  
 MFB8720 8672030756 22/02/201374550 218 \* I  
 MFC2238 8672030729 21/02/201360503 208  
 MGQ5476 8672030749 18/02/201374550 218 \* I  
 MHQ1116 8672028194 17/09/201274550 218 \* I  
 MIF8527 8672028711 18/10/201274550 218 \* I  
 MIN8936 8672030782 21/02/201374550 218 \* I  
 MIR3681 8672030727 20/02/201374550 218 \* I  
 MJE7832 8672028725 21/10/201260503 208  
 MJJ3066 8672030657 11/02/201374550 218 \* I  
 MKM8591 8672030751 19/02/201374550 218 \* I  
 NGT8507 8672028277 15/09/201274550 218 \* I  
 ACF5901 8672031205 25/03/201374550 218 \* I  
 BMH2893 8672030843 01/03/201374630 218 \* II  
 CBF1372 8672031287 31/03/201374550 218 \* I  
 CBQ5735 8672030903 28/02/201374550 218 \* I  
 CXB6745 8672031055 17/03/201374550 218 \* I



CXL8612 8672031054 15/03/201374550 218 \* I  
 CXL8612 8672031162 19/03/201374550 218 \* I  
 GSW9451 8672030719 24/02/201374550 218 \* I  
 HBU8484 8672031096 16/03/201374550 218 \* I  
 IIX2891 8672031116 16/03/201374630 218 \* II  
 IJP3656 8672030821 24/02/201374550 218 \* I  
 LYC6197 8672031143 17/03/201374550 218 \* I  
 LYK9199 8672030859 02/03/201360503 208  
 LYQ3286 8672031179 19/03/201374550 218 \* I  
 LZE1132 8672030841 02/03/201374550 218 \* I  
 LZE1132 8672030863 02/03/201360503 208  
 LZN7858 8672030533 09/02/201374550 218 \* I  
 L郑4242 8672031131 16/03/201374550 218 \* I  
 MAW2711 8672030759 24/02/201360503 208  
 MAW5497 8672031137 14/03/201374630 218 \* II  
 MBJ9918 8672031064 12/03/201374550 218 \* I  
 MBV2266 8672030526 09/02/201374550 218 \* I  
 MBW5490 8672031164 22/03/201374550 218 \* I  
 MCQ4971 8672030769 22/02/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031141 15/03/201374630 218 \* II  
 MCW8042 8672031142 16/03/201374630 218 \* II  
 MDW0963 8672031270 22/03/201374550 218 \* I  
 MDW0963 8672031279 22/03/201374550 218 \* I  
 MEB8517 8672031181 19/03/201374550 218 \* I  
 MFJ2116 8672030952 03/03/201374630 218 \* II  
 MGE5635 8672030736 23/02/201374550 218 \* I  
 MGF8027 8672031107 16/03/201360503 208  
 MGG2011 8672031151 19/03/201374550 218 \* I  
 MGV1457 8672031100 17/03/201374550 218 \* I  
 MID9079 8672030881 28/02/201374550 218 \* I  
 MJI1165 8672030753 21/02/201374550 218 \* I  
 MJI1165 8672030733 21/02/201374550 218 \* I  
 MJM2556 8672031119 18/03/201374550 218 \* I  
 MJM2556 8672031177 18/03/201374550 218 \* I  
 MJO6598 8672031122 16/03/201374550 218 \* I  
 MJS6055 8672031092 15/03/201374550 218 \* I  
 MJV8069 8672031161 23/03/201374550 218 \* I  
 MKD1748 8672030862 02/03/201374630 218 \* II  
 MKI2331 8672030735 23/02/201374550 218 \* I  
 MKK8691 8672030860 02/03/201360503 208  
 MKP8288 8672030737 23/02/201374550 218 \* I  
 MKZ7817 8672031247 20/03/201374630 218 \* II  
 AMF7648 8672031049 14/03/201374550 218 \* I  
 DTD8445 8672031204 24/03/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031124 12/03/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031135 13/03/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031140 15/03/201374550 218 \* I  
 LYZ9137 8672030945 02/03/201374550 218 \* I  
 MAP2621 8672031196 24/03/201360503 208  
 MDF7979 8672031355 31/03/201360503 208  
 MDX3144 8672030854 01/03/201374630 218 \* II  
 MEU1388 8672031028 05/03/201374550 218 \* I  
 MGR2390 8672030896 03/03/201374550 218 \* I  
 MIL0347 8672030988 06/03/201374550 218 \* I  
 MKB3328 8672030922 28/02/201374550 218 \* I  
 MKB3328 8672030929 28/02/201374550 218 \* I  
 OFQ0257 8672031099 17/03/201360503 208  
 ACK1200 8672031517 10/04/201374550 218 \* I  
 AHJ5786 8672031368 01/04/201374550 218 \* I  
 AKX0362 8672031283 25/03/201374630 218 \* II  
 ALJ1384 8672031281 24/03/201374550 218 \* I  
 AMA8325 8672031564 09/04/201374550 218 \* I  
 AMA8325 8672031584 15/04/201374550 218 \* I  
 AMU6779 8672031350 30/03/201360503 208  
 ANI8826 8672031269 22/03/201374550 218 \* I  
 BOV1214 8672031558 08/04/201374550 218 \* I  
 BRI4437 8672031459 07/04/201374550 218 \* I  
 BUX4000 8672031423 03/04/201374550 218 \* I  
 CAD0880 8672031333 30/03/201360503 208

CGQ2990 8672031070 13/03/201374550 218 \* I  
 CKX1668 8672031570 12/04/201374550 218 \* I  
 CKX1668 8672031690 21/04/201374550 218 \* I  
 CRB2715 8672031284 01/04/201374550 218 \* I  
 CRH1370 8672031516 13/04/201374710 218 \* III  
 CXV1109 8672031425 04/04/201374630 218 \* II  
 CXV1109 8672031430 05/04/201374550 218 \* I  
 DHR9569 8672031208 25/03/201360503 208  
 DTB6101 8672031438 07/04/201374550 218 \* I  
 DZO8576 8672031345 29/03/201374550 218 \* I  
 EIL8143 8672031245 19/03/201374550 218 \* I  
 GUA1189 8672031286 27/03/201374550 218 \* I  
 HBU8484 8672031412 01/04/201374550 218 \* I  
 IEI2950 8672031329 30/03/201374710 218 \* III  
 INP5056 8672031427 04/04/201360503 208  
 IPI4652 8672031340 29/03/201360503 208  
 JNP3344 8672031539 09/04/201374550 218 \* I  
 KDX3304 8672031256 25/03/201374550 218 \* I  
 LCD9468 8672031214 19/03/201374550 218 \* I  
 LXE2245 8672031461 07/04/201374550 218 \* I  
 LXG8668 8672031597 15/04/201374550 218 \* I  
 LZC9637 8672031121 15/03/201374550 218 \* I  
 LZD5720 8672031083 17/03/201374630 218 \* II  
 LZH3989 8672031441 07/04/201360503 208  
 LZK2662 8672031366 30/03/201374550 218 \* I  
 LZU3051 8672031400 08/04/201374550 218 \* I  
 LZW2820 8672031445 01/04/201374550 218 \* I  
 MAN2572 8672031487 07/04/201374550 218 \* I  
 MBG0935 8672031203 24/03/201360503 208  
 MBJ0735 8672031063 12/03/201374550 218 \* I  
 MBJ0735 8672031211 18/03/201374550 218 \* I  
 MBJ0735 8672031354 31/03/201374550 218 \* I  
 MBQ0513 8672031052 16/03/201374550 218 \* I  
 MBV0393 8672031246 20/03/201374550 218 \* I  
 MCJ6808 8672031166 18/03/201374550 218 \* I  
 MCR4546 8672031233 25/03/201360503 208  
 MCT0002 8672031210 18/03/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031523 09/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031524 09/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031526 10/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031502 07/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031611 15/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031613 09/04/201374630 218 \* II  
 MCW8042 8672031635 20/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031639 22/04/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672031601 14/04/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672031602 14/04/201374550 218 \* I  
 MDI2037 8672031590 13/04/201374550 218 \* I  
 MDO0096 8672031238 19/03/201360503 208  
 MDS7056 8672031114 15/03/201374550 218 \* I  
 MDW0963 8672031457 07/04/201374550 218 \* I  
 MDW0963 8672031511 07/04/201374550 218 \* I  
 MDW0963 8672031550 13/04/201374550 218 \* I  
 MEB6629 8672031326 29/03/201360503 208  
 MEM3213 8672031263 20/03/201374550 218 \* I  
 MEM3213 8672031379 28/03/201374630 218 \* II  
 MEN6219 8672031271 23/03/201374630 218 \* II  
 MFB7072 8672031108 17/03/201374550 218 \* I  
 MFI0071 8672031183 20/03/201360503 208  
 MFI0071 8672031224 23/03/201374550 218 \* I  
 MGJ1248 8672031485 05/04/201374550 218 \* I  
 MGU2070 8672031453 06/04/201374550 218 \* I  
 MGW5600 8672031414 01/04/201374630 218 \* II  
 MGW5600 8672031552 15/04/201374630 218 \* II  
 MGW5600 8672031535 08/04/201374630 218 \* II  
 MH16547 8672031529 16/04/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672031374 27/03/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672031378 28/03/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672031265 21/03/201374550 218 \* I

MHU0903 8672031382 29/03/201374550 218 \* I  
 MHW3415 8672031225 23/03/201374550 218 \* I  
 MHW9948 8672031536 08/04/201374630 218 \* II  
 MHY4829 8672031050 18/03/201374550 218 \* I  
 MIV7076 8672031574 10/04/201374550 218 \* I  
 MIX2462 8672031190 22/03/201360503 208  
 MIZ5169 8672031580 14/04/201374550 218 \* I  
 MJD6955 8672031200 24/03/201360503 208  
 MJQ5809 8672031370 28/03/201374550 218 \* I  
 MJR6105 8672031264 21/03/201374550 218 \* I  
 MKG2998 8672031581 14/04/201360503 208  
 MKQ3561 8672031565 10/04/201374550 218 \* I  
 MKQ4358 8672031126 13/03/201374550 218 \* I  
 MLF7081 8672031082 17/03/201374630 218 \* II  
 MOQ1739 8672031184 20/03/201374550 218 \* I  
 MPQ9214 8672031084 17/03/201374550 218 \* I  
 MWF2872 8672031242 23/03/201374550 218 \* I  
 AAW5851 8672031763 27/04/201360503 208  
 ACE5324 8672031703 18/04/201374550 218 \* I  
 ACE5324 8672031707 20/04/201374630 218 \* II  
 AEV1702 8672031146 19/03/201374550 218 \* I  
 AMA8325 8672031773 22/04/201374550 218 \* I  
 APX3448 8672031387 01/04/201374550 218 \* I  
 APZ0009 8672031717 19/04/201374550 218 \* I  
 ATY0273 8672031811 26/04/201374550 218 \* I  
 AZZ0060 8672031335 31/03/201374550 218 \* I  
 BJH3250 8672031619 11/04/201374550 218 \* I  
 CKD4830 8672031807 29/04/201374630 218 \* II  
 CRB8677 8672031820 25/04/201374550 218 \* I  
 HEJ7012 8672031792 25/04/201360503 208  
 ILK9699 8672031598 15/04/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031600 13/04/201374630 218 \* II  
 IRK3580 8672031525 09/04/201374550 218 \* I  
 JNF0615 8672031733 19/04/201374550 218 \* I  
 JOB3848 8672031257 25/03/201374550 218 \* I  
 LYQ7346 8672031106 16/03/201374550 218 \* I  
 LZA4242 8672031695 18/04/201374550 218 \* I  
 LZU9134 8672031666 19/04/201374550 218 \* I  
 MBJ3278 8672031715 22/04/201374550 218 \* I  
 MCC1400 8672031260 21/03/201374550 218 \* I  
 MCC8770 8672031750 23/04/201374630 218 \* II  
 MCV6882 8672031793 27/04/201374630 218 \* II  
 MEE4149 8672031159 21/03/201374550 218 \* I  
 MGA2545 8672031380 28/03/201374550 218 \* I  
 MGG3728 8672031753 24/04/201360503 208  
 MGS7260 8672031789 23/04/201360503 208  
 MGW5600 8672031686 19/04/201374550 218 \* I  
 MGY2110 8672031791 25/04/201374550 218 \* I  
 MHG3029 8672030990 07/03/201374550 218 \* I  
 MHN9889 8672031653 16/04/201374550 218 \* I  
 MHU6257 8672031393 28/03/201374550 218 \* I  
 MIM6215 8672031294 29/03/201374550 218 \* I  
 MIT0254 8672031728 21/04/201374630 218 \* II  
 MIW5845 8672031828 24/04/201374630 218 \* II  
 MJA3407 8672031628 17/04/201374550 218 \* I  
 MJB4422 8672031831 27/04/201374550 218 \* I  
 MJB4951 8672031207 25/03/201360503 208  
 MJG2973 8672031636 20/04/201374550 218 \* I  
 MJL7245 8672031365 30/03/201374550 218 \* I  
 LZA4242 8672031890 05/05/201374550 218 \* I  
 MAC7479 8672031913 06/05/201374550 218 \* I  
 MBC1535 8672031853 01/05/201374550 218 \* I  
 MCA7028 8672031881 04/05/201374550 218 \* I  
 MCE9689 8672031900 05/05/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031916 30/04/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031920 05/05/201374630 218 \* II  
 MDW0963 8672031922 06/05/201374550 218 \* I  
 MFH6525 8672031895 01/05/201374550 218 \* I  
 MFK4923 8672031844 03/05/201374550 218 \* I

ADR3833 8672031003 05/03/201374630 218 \* II  
 AED0083 8672031491 05/04/201374550 218 \* I  
 AJJ1569 8672031424 03/04/201374630 218 \* II  
 ARP6807 8672031509 05/04/201374550 218 \* I  
 CIG7537 8672031497 03/04/201374550 218 \* I  
 CKI8426 8672031006 06/03/201374550 218 \* I  
 EBK2315 8672031404 05/04/201374550 218 \* I  
 EGQ2288 8672031644 17/04/201374550 218 \* I  
 ILK9699 8672031863 05/05/201374630 218 \* II  
 KDX3304 8672031583 15/04/201360503 208  
 KLX6641 8672031855 03/05/201374630 218 \* II  
 LXA4607 8672031622 15/04/201374550 218 \* I  
 LYE6970 8672031481 02/04/201374550 218 \* I  
 LYO2561 8672031833 01/05/201374550 218 \* I  
 LZK2662 8672031676 21/04/201374550 218 \* I  
 LZK7616 8672031835 04/05/201374550 218 \* I  
 MBC1535 8672031980 08/05/201374550 218 \* I  
 MBM9450 8672031894 30/04/201374550 218 \* I  
 MBS5846 8672031428 04/04/201360503 208  
 MBS9304 8672031851 01/05/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672031932 06/05/201374630 218 \* II  
 MCW8042 8672031934 10/05/201374550 218 \* I  
 MCX4373 8672031867 29/04/201374710 218 \* III  
 MDL7176 8672031405 05/04/201374550 218 \* I  
 MDW1779 8672031451 05/04/201374550 218 \* I  
 MFB9641 8672031469 04/04/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672031608 13/04/201374550 218 \* I  
 MHU0903 8672031612 15/04/201374550 218 \* I  
 MIJ2895 8672031433 05/04/201374550 218 \* I  
 MIL8980 8672032002 12/05/201360503 208  
 MIL8980 8672031947 06/05/201374550 218 \* I  
 MIV7233 8672031479 07/04/201360503 208  
 MMD8821 8672031573 09/04/201374550 218 \* I  
 AHV4852 8672031748 23/04/201374550 218 \* I  
 AJD0460 8672031664 18/04/201374550 218 \* I  
 AJD0460 8672031699 21/04/201374550 218 \* I  
 AML7054 8672031515 13/04/201374550 218 \* I  
 API6978 8672031754 24/04/201374550 218 \* I  
 ATT7869 8672031560 09/04/201374550 218 \* I  
 AXC0031 8672031968 12/05/201360503 208  
 CLC1407 8672031677 16/04/201374550 218 \* I  
 CLZ7985 8672031815 29/04/201374550 218 \* I  
 COS9362 8672031444 01/04/201374550 218 \* I  
 COS9362 8672031477 07/04/201360503 208  
 CPW3751 8672031735 27/04/201374550 218 \* I  
 CRB8677 8672032030 07/05/201374550 218 \* I  
 CRE5768 8672031747 22/04/201374550 218 \* I  
 DMT1735 8672031641 18/04/201374550 218 \* I  
 DRF6965 8672031845 29/04/201360503 208  
 DXW2858 8672031771 28/04/201360503 208  
 EFY1285 8672031530 14/04/201374550 218 \* I  
 EPC4402 8672031824 28/04/201374550 218 \* I  
 EQA6098 8672031727 21/04/201374550 218 \* I  
 HMM4759 8672031442 07/04/201374550 218 \* I  
 IDL1849 8672031700 21/04/201360503 208  
 ILE0026 8672031505 03/04/201374550 218 \* I  
 INP4425 8672031443 07/04/201360503 208  
 IVJ2244 8672031967 11/05/201374550 218 \* I  
 LLD0256 8672031757 26/04/201374550 218 \* I  
 LXQ7580 8672031698 21/04/201374550 218 \* I  
 LXY4907 8672031627 21/04/201374550 218 \* I  
 LYO2304 8672031675 21/04/201360503 208  
 LZA6236 8672031658 17/04/201360503 208  
 MAL8548 8672031609 14/04/201374550 218 \* I  
 MBC2107 8672031503 07/04/201374550 218 \* I  
 MBM9450 8672032006 06/05/201374630 218 \* II  
 MBM9450 8672032016 10/05/201374550 218 \* I  
 MCN0933 8672031685 19/04/201360503 208  
 MCV6682 8672031790 22/04/201374630 218 \* II



MDY1959 8672031825 28/04/201374550 218 \* I  
 MED4285 8672031579 14/04/201374550 218 \* I  
 MEM8648 8672031765 27/04/201374550 218 \* I  
 MEO5597 8672032026 07/05/201374550 218 \* I  
 MEW3361 8672031813 27/04/201374550 218 \* I  
 MFG0898 8672031610 14/04/201374550 218 \* I  
 MFI1021 8672031731 16/04/201374550 218 \* I  
 MFL2287 8672031436 06/04/201374550 218 \* I  
 MGA6705 8672031468 03/04/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672031816 23/04/201374550 218 \* I  
 MIH4695 8672031780 25/04/201374550 218 \* I  
 MJ14337 8672031720 16/04/201374550 218 \* I  
 MJJ7404 8672031814 29/04/201374550 218 \* I  
 MJN6151 8672031417 01/04/201360503 208  
 MJQ5809 8672031640 17/04/201374550 218 \* I  
 MJR6105 8672031729 21/04/201374550 218 \* I  
 MJU4134 8672031620 14/04/201374550 218 \* I  
 MWO4100 8672031617 10/04/201374550 218 \* I  
 AEV1702 8672031770 28/04/201374630 218 \* II  
 AGZ8724 8672031687 19/04/201374550 218 \* I  
 AMA8325 8672032093 14/05/201374630 218 \* II  
 AMW7083 8672031802 26/04/201374630 218 \* II  
 CTO3668 8672031537 08/04/201374550 218 \* I  
 DDY7358 8672031868 01/05/201374630 218 \* II  
 EEU0748 8672032083 18/05/201374550 218 \* I  
 ICL1596 8672031866 29/04/201374630 218 \* II  
 IIV1005 8672031713 22/04/201374550 218 \* I  
 LXZ2038 8672032053 18/05/201374550 218 \* I  
 LZF2312 8672031830 26/04/201374550 218 \* I  
 LZH3822 8672031982 09/05/201374550 218 \* I  
 LZL1884 8672031842 05/05/201374550 218 \* I  
 MBM9450 8672032126 20/05/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672032133 14/05/201374550 218 \* I  
 MFI0812 8672031659 17/04/201374710 218 \* III  
 MHC2347 8672031593 14/04/201374550 218 \* I  
 MIN8936 8672031762 27/04/201360503 208  
 MJN8648 8672031693 21/04/201374550 218 \* I  
 MLX0804 8672031751 24/04/201374550 218 \* I  
 AHG6164 8672031976 12/05/201360503 208  
 AIP0123 8672032036 09/05/201374550 218 \* I  
 AJR8978 8672032020 12/05/201374630 218 \* II  
 AKB8148 8672031956 09/05/201374550 218 \* I  
 AMA8325 8672032184 20/05/201374550 218 \* I  
 AMA8325 8672032191 21/05/201374630 218 \* II  
 AMA8325 8672032202 24/05/201374550 218 \* I  
 AOK1729 8672032027 10/05/201374550 218 \* I  
 APX3448 8672032042 07/05/201374630 218 \* II  
 BGF9103 8672031882 29/04/201360503 208  
 CCX0371 8672031843 06/05/201374550 218 \* I  
 CEL8081 8672031903 02/05/201374550 218 \* I  
 CTI9991 8672031999 11/05/201360503 208  
 DER0124 8672031776 23/04/201360503 208  
 DIH9828 8672031858 04/05/201374630 218 \* II  
 DOZ0351 8672032197 23/05/201360503 208  
 DPX9139 8672031931 12/05/201374550 218 \* I  
 EDS1935 8672031873 04/05/201374550 218 \* I  
 GUH5060 8672031915 06/05/201374550 218 \* I  
 HMM4759 8672031961 11/05/201374630 218 \* II  
 HMM4759 8672031786 27/04/201374710 218 \* III  
 IDL1849 8672032000 11/05/201374550 218 \* I  
 IIO7493 8672031923 08/05/201374550 218 \* I  
 IJW0235 8672031928 12/05/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031917 30/04/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031859 04/05/201374630 218 \* II  
 IRK3580 8672031869 01/05/201374630 218 \* II  
 IRK3580 8672031872 04/05/201374630 218 \* II  
 IRK3580 8672031908 01/05/201374550 218 \* I  
 IRK3580 8672031884 30/04/201360503 208  
 IRK3580 8672031992 12/05/201374630 218 \* II

LXT2795 8672031935 10/05/201374550 218 \* I  
 LZU4216 8672032004 12/05/201360503 208  
 LZU4216 8672031972 12/05/201360503 208  
 MAK6101 8672032041 13/05/201374550 218 \* I  
 MAY6269 8672031893 30/04/201374550 218 \* I  
 MBB7776 8672031759 26/04/201360503 208  
 MBH2346 8672028766 16/10/201274630 218 \* II  
 MBY7648 8672031854 03/05/201360503 208  
 MCW8042 8672032142 20/05/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672032232 21/05/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672032237 25/05/201374550 218 \* I  
 MCW8042 8672032314 01/06/201374550 218 \* I  
 MDK7382 8672031946 06/05/201374550 218 \* I  
 MEQ6979 8672032209 23/05/201374550 218 \* I  
 MET1259 8672031823 27/04/201374550 218 \* I  
 MEW7002 8672031990 12/05/201374550 218 \* I  
 MGJ7351 8672031856 03/05/201374710 218 \* III  
 MGW2571 8672032243 01/06/201374550 218 \* I  
 MGW5600 8672032245 27/05/201374550 218 \* I  
 MGW5600 8672032271 03/06/201374550 218 \* I  
 MGW5600 8672032154 20/05/201374550 218 \* I  
 MHH2026 8672032200 24/05/201360503 208  
 MHI2109 8672032253 30/05/201374550 218 \* I  
 MHJ8340 8672032031 08/05/201374550 218 \* I  
 MHO7712 8672032199 24/05/201374550 218 \* I  
 MID6222 8672032188 21/05/201374550 218 \* I  
 MII6683 8672032218 21/05/201374550 218 \* I  
 MIT8949 8672032007 07/05/201374550 218 \* I  
 MKW4996 8672032222 25/05/201374550 218 \* I  
 MLV4170 8672032145 20/05/201374550 218 \* I  
 MMF1281 8672031737 27/04/201374550 218 \* I  
 MOU9935 8672031954 07/05/201374550 218 \* I  
 MWD7174 8672032038 12/05/201374550 218 \* I  
 ABR0285 8672032095 15/05/201374550 218 \* I  
 AIB0798 8672032074 17/05/201374550 218 \* I  
 AJS8746 8672032103 19/05/201374630 218 \* II  
 AMA8325 8672032369 03/06/201374710 218 \* III  
 AMA8325 8672032374 05/06/201374630 218 \* II  
 ATY0273 8672032416 10/06/201374550 218 \* I  
 CML5344 8672032118 16/05/201374550 218 \* I  
 CZL9512 8672032378 06/06/201374630 218 \* II  
 DYI9925 8672031933 08/05/201374550 218 \* I  
 EMV9710 8672032160 23/05/201360503 208  
 IIX5423 8672032329 08/06/201374550 218 \* I  
 LZL9974 8672031911 05/05/201374550 218 \* I  
 MCP7334 8672032354 07/06/201360503 208  
 MCW8042 8672032412 06/06/201374630 218 \* II  
 MDB2377 8672032357 07/06/201360503 208  
 MDF8872 8672032225 24/05/201374630 218 \* II  
 MDF8872 8672032311 29/05/201374550 218 \* I  
 MDF8872 8672032410 08/06/201374630 218 \* II  
 MFJ8243 8672031987 11/05/201374550 218 \* I  
 MFV1741 8672031991 12/05/201374630 218 \* II  
 MFZ0972 8672032344 06/06/201360503 208  
 MHM2868 8672032076 17/05/201374630 218 \* II  
 MIL8980 8672032104 16/05/201360503 208  
 MIS7693 8672032337 04/06/201374630 218 \* II  
 MIX2462 8672032088 13/05/201374550 218 \* I

-----  
 PlacaN.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DAIMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, ESEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 28 DE OUTUBRO DE 2013.  
 VALDEMIR ANDRETTA  
 AUTORIDADE DE TRANSITO

### Extrato Infrações de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.672 724/2013, 0726/2013, 728/2013, 730/2013, 732/2013, 734/2013, 736/2013, 738/2013, 740/2013, 742/2013, 745/2013, 747/2013, 749/2013, 751/2013, 753/2013, 755/2013, 757/2013, 759/2013, 761/2013, 764/2013, 766/2013, 768/2013, 770/2013, 772/2013.

FUNDAMENTADONOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSOEM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
 PlacaN.Auto Data Infr. Infr./Desd. EnquadramentoValor Multa  
 -----

BNP4216 8672028261 16/09/201274550 218 \* I 85.12  
 LZN6524 8672028308 18/09/201274550 218 \* I 85.12  
 MDW4666 8672028756 20/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MHL0245 8672028431 01/10/201274550 218 \* I 85.12  
 BPI5398 8672028677 13/10/201274550 218 \* I 85.12  
 BQD8427 8672028944 04/11/201274550 218 \* I 85.12  
 COG3548 8672028399 29/09/201274550 218 \* I 85.12  
 CWH9744 8672028540 08/10/201274710 218 \* III 574.61  
 DKI1820 8672028695 18/10/201274550 218 \* I 85.12  
 HUQ4394 8672028656 10/10/201274550 218 \* I 85.12  
 KAB4080 8672028646 13/10/201274550 218 \* I 85.12  
 LWS4922 8672028381 29/09/201274550 218 \* I 85.12  
 LZL5790 8672028520 05/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MAP1614 8672028571 07/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MBS3544 8672028443 28/09/201274550 218 \* I 85.12  
 MCS1586 8672028512 04/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MFA1873 8672028434 01/10/201260503 208 191.53  
 MHW3415 8672028503 07/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MKB9539 8672028966 02/11/201274630 218 \* II 127.69  
 MKC4964 8672028696 18/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MOA7148 8672028480 30/09/201274550 218 \* I 85.12  
 AOU3304 8672028710 17/10/201274550 218 \* I 85.12  
 EFB8209 8672028693 20/10/201274550 218 \* I 85.12  
 EIX3771 8672028760 17/10/201274550 218 \* I 85.12  
 GNN5626 8672028754 18/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MIT1886 8672028769 17/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MKY7070 8672028765 20/10/201274550 218 \* I 85.12  
 AJP0513 8672028701 15/10/201260503 208 191.53  
 CSY2311 8672029054 08/11/201274550 218 \* I 85.12  
 DLG2008 8672028745 21/10/201260503 208 191.53  
 ILY9577 8672028712 18/10/201274550 218 \* I 85.12  
 LWY7985 8672029273 17/11/201274550 218 \* I 85.12  
 LXC4057 8672029241 17/11/201274550 218 \* I 85.12  
 LXC4057 8672029250 15/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MCW8042 8672029148 09/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MEN5630 8672028621 12/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MGD0093 8672028778 20/10/201274550 218 \* I 85.12

MIL3635 8672029093 08/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MKT1810 8672029181 14/11/201274550 218 \* I 85.12  
 AMV0548 8672028854 22/10/201274550 218 \* I 85.12  
 AMV0548 8672028856 26/10/201274550 218 \* I 85.12  
 CWC9075 8672028878 29/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MCA8965 8672028987 31/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MCN5582 8672029387 25/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MEW2027 8672029411 22/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MFX6648 8672028821 22/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MHJ0589 8672029505 27/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MKP1088 8672028797 23/10/201274630 218 \* II 127.69  
 AEY3316 8672029454 01/12/201274550 218 \* I 85.12  
 CLR8183 8672026181 01/05/201274550 218 \* I 85.12  
 CMC5911 8672028902 29/10/201274550 218 \* I 85.12  
 LXF7124 8672028860 25/10/201274550 218 \* I 85.12  
 MFA3297 8672028992 04/11/201260503 208 191.53  
 MII2438 8672028921 01/11/201274630 218 \* II 127.69  
 MKO1559 8672028802 24/10/201274550 218 \* I 85.12  
 ENK1111 8672029188 15/11/201274550 218 \* I 85.12  
 AAM0462 8672029138 12/11/201274630 218 \* II 127.69  
 AAW5851 8672029051 10/11/201274550 218 \* I 85.12  
 DMT0481 8672029111 10/11/201274550 218 \* I 85.12  
 ELC2244 8672029247 18/11/201274550 218 \* I 85.12  
 EUP9718 8672029187 15/11/201274550 218 \* I 85.12  
 IEH7488 8672029169 15/11/201274550 218 \* I 85.12  
 LXV1557 8672029201 18/11/201274550 218 \* I 85.12  
 LYB7518 8672029225 17/11/201260503 208 191.53  
 LZI4999 8672029328 24/11/201260503 208 191.53  
 MAD7998 8672029056 12/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MCZ2355 8672029108 08/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MDV2894 8672029331 24/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MED7413 8672029106 06/11/201260503 208 191.53  
 MFO1042 8672029425 03/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MFZ5060 8672029291 22/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MGG6658 8672029149 10/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MGI7417 8672029240 17/11/201260503 208 191.53  
 MIN5098 8672029057 07/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MIT7487 8672029386 25/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MJQ1573 8672029147 09/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MJV7419 8672029066 06/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MKL7103 8672029068 06/11/201260503 208 191.53  
 MKL7103 8672029211 13/11/201260503 208 191.53  
 MNC8184 8672029384 22/11/201274550 218 \* I 85.12  
 AEC0244 8672029415 25/11/201274550 218 \* I 85.12  
 AHC6096 8672029441 28/11/201260503 208 191.53  
 APA4418 8672029417 26/11/201274550 218 \* I 85.12  
 BPP9738 8672029289 22/11/201274550 218 \* I 85.12  
 CYH9889 8672029403 24/11/201274550 218 \* I 85.12  
 DLC6607 8672029379 23/11/201274550 218 \* I 85.12  
 EUP9718 8672029393 21/11/201274550 218 \* I 85.12  
 EUP9718 8672029492 28/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MAS0322 8672029198 17/11/201260503 208 191.53  
 AAM0462 8672029627 08/12/201274550 218 \* I 85.12  
 ARO0651 8672029390 19/11/201274550 218 \* I 85.12  
 CVR4380 8672029536 03/12/201260503 208 191.53  
 CYH9008 8672029521 05/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DCE4047 8672029781 25/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DXQ5625 8672029556 07/12/201274550 218 \* I 85.12  
 HWY7356 8672029860 25/12/201274630 218 \* II 127.69  
 IIZ6508 8672029566 08/12/201260503 208 191.53  
 JUD9065 8672029420 01/12/201274630 218 \* II 127.69  
 MDA5421 8672029866 19/12/201260503 208 191.53  
 MDZ2571 8672029407 26/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MEF8138 8672029482 28/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MGD7558 8672029466 27/11/201274630 218 \* II 127.69  
 MGR7245 8672029480 02/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MIB4687 8672029297 25/11/201274550 218 \* I 85.12  
 MJM1463 8672030028 25/12/201274630 218 \* II 127.69  
 MJU4134 8672029747 14/12/201274550 218 \* I 85.12

DCE4047 8672030065 05/01/201374550 218 \* I 85.12  
 EIH0456 8672029987 26/12/201274550 218 \* I 85.12  
 LYQ7674 8672029729 11/12/201274630 218 \* II 127.69  
 MBP2357 8672029650 15/12/201274630 218 \* II 127.69  
 MKF2390 8672030117 03/01/201360503 208 191.53  
 ABQ8051 8672029879 22/12/201260503 208 191.53  
 AHC6096 8672029909 20/12/201274550 218 \* I 85.12  
 AJS0080 8672029761 25/12/201274550 218 \* I 85.12  
 BGF9103 8672029951 29/12/201274550 218 \* I 85.12  
 CHP4926 8672029726 15/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DAL9396 8672030016 30/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DFN1205 8672029661 14/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DGA1353 8672029748 15/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DTB6101 8672029687 15/12/201274550 218 \* I 85.12  
 DUN5330 8672029833 25/12/201260503 208 191.53  
 DZO8576 8672029809 21/12/201274550 218 \* I 85.12  
 IBF9123 8672030043 31/12/201274550 218 \* I 85.12  
 IIX5423 8672029985 26/12/201274630 218 \* II 127.69  
 JMZ0952 8672029993 27/12/201260503 208 191.53  
 LYP0374 8672029803 20/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MBQ0787 8672029953 26/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MEG7612 8672029804 20/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MJN5657 8672029916 22/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MKO1559 8672030029 26/12/201274550 218 \* I 85.12  
 AGR6381 8672030022 30/12/201274550 218 \* I 85.12  
 IBB1822 8672030366 26/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MBN7972 8672029982 31/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MFJ9199 8672030092 01/01/201374630 218 \* II 127.69  
 MGN4599 8672030369 27/01/201374630 218 \* II 127.69  
 ADJ0630 8672030136 02/01/201374550 218 \* I 85.12  
 CJR8724 8672030139 01/01/201374550 218 \* I 85.12  
 CMF2990 8672027537 04/08/201274550 218 \* I 85.12  
 IIX5423 8672029984 31/12/201274630 218 \* II 127.69  
 MAB2326 8672029945 27/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MAB2326 8672030097 01/01/201360503 208 191.53  
 MAL3120 8672030096 01/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MCS5065 8672030440 29/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MFA3297 8672030178 12/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MFE6371 8672030419 29/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MFI3577 8672027712 08/08/201274550 218 \* I 85.12  
 MIH2889 8672030193 08/01/201374630 218 \* II 127.69  
 MIT1359 8672030162 07/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MKO1559 8672030138 01/01/201374550 218 \* I 85.12  
 ATY0273 8672030408 26/01/201374550 218 \* I 85.12  
 DEH4163 8672030289 20/01/201374550 218 \* I 85.12  
 KJF6318 8672029872 19/12/201274550 218 \* I 85.12  
 MDK9940 8672030173 10/01/201360503 208 191.53  
 MHU7953 8672030185 14/01/201360503 208 191.53  
 MIM1299 8672030295 15/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MML7667 8672030227 15/01/201360503 208 191.53  
 APJ9110 8672030562 09/02/201374630 218 \* II 127.69  
 ATY0273 8672030594 06/02/201374550 218 \* I 85.12  
 AIR5153 8672030434 28/01/201374630 218 \* II 127.69  
 DKY5747 8672030354 27/01/201360503 208 191.53  
 JRN3787 8672030243 20/01/201360503 208 191.53  
 LYP4790 8672030379 25/01/201360503 208 191.53  
 MEB8636 8672030489 02/02/201360503 208 191.53  
 MFN2773 8672030401 24/01/201374550 218 \* I 85.12  
 MIZ5169 8672030656 11/02/201374550 218 \* I 85.12  
 CFA3442 8672030466 03/02/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672030877 26/02/201360503 208 191.53  
 IRK3580 8672030958 27/02/201374550 218 \* I 85.12  
 LXE5103 8672030908 03/03/201374630 218 \* II 127.69  
 LXE5103 8672030912 03/03/201374630 218 \* II 127.69  
 MKD1748 8672030553 09/02/201374550 218 \* I 85.12  
 AJN5383 8672030573 08/02/201374550 218 \* I 85.12  
 CYH6542 8672030686 15/02/201374550 218 \* I 85.12  
 DAR4743 8672030725 20/02/201360503 208 191.53  
 DHU5262 8672028534 05/10/201274550 218 \* I 85.12

DML8916 8672030570 05/02/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672030938 28/02/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672030941 01/03/201374630 218 \* II 127.69  
 IRK3580 8672030960 28/02/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672030962 01/03/201374550 218 \* I 85.12  
 IRQ0309 8672030651 17/02/201374550 218 \* I 85.12  
 JUI8652 8672030702 18/02/201374550 218 \* I 85.12  
 LZD6230 8672030513 03/02/201374550 218 \* I 85.12  
 LZD6884 8672030637 11/02/201360503 208 191.53  
 MDV0895 8672030692 17/02/201374550 218 \* I 85.12  
 MGF3536 8672030980 08/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MHB4949 8672030640 12/02/201360503 208 191.53  
 MHX1455 8672030801 21/02/201374550 218 \* I 85.12  
 MIO6047 8672030545 08/02/201374550 218 \* I 85.12  
 MLV1859 8672030649 16/02/201374550 218 \* I 85.12  
 CFF0482 8672030811 22/02/201374550 218 \* I 85.12  
 CHM7503 8672030758 24/02/201374550 218 \* I 85.12  
 DTD7422 8672030772 23/02/201374630 218 \* II 127.69  
 ILC0642 8672031029 06/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MBD1233 8672030641 12/02/201374550 218 \* I 85.12  
 MBT5279 8672031313 31/03/201360503 208 191.53  
 MFX1383 8672031101 17/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MGD1180 8672030848 04/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MHA7366 8672030708 19/02/201374550 218 \* I 85.12  
 MJD6090 8672030763 24/02/201374550 218 \* I 85.12  
 AKS4229 8672031274 25/03/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672030943 02/03/201374630 218 \* II 127.69  
 IRK3580 8672030974 05/03/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672031039 09/03/201374550 218 \* I 85.12  
 IRK3580 8672031041 10/03/201374630 218 \* II 127.69  
 LWS4922 8672030983 10/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MAI0078 8672030710 23/02/201374550 218 \* I 85.12  
 MCQ6313 8672031034 08/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MEQ7013 8672031229 24/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MIX0828 8672030904 02/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MMD8821 8672031321 27/03/201374550 218 \* I 85.12  
 FLA8998 8672030975 06/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MCN3855 8672031042 11/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MHK2108 8672031014 10/03/201374550 218 \* I 85.12  
 ALT7526 8672031148 22/03/201374550 218 \* I 85.12  
 BPN1246 8672031307 29/03/201374550 218 \* I 85.12  
 CCE6239 8672031239 20/03/201360503 208 191.53  
 CIC6103 8672031066 13/03/201374550 218 \* I 85.12  
 CYH6542 8672031221 22/03/201374550 218 \* I 85.12  
 DCQ8009 8672031165 25/03/201374550 218 \* I 85.12  
 DOG6802 8672031296 30/03/201374550 218 \* I 85.12  
 HDM9013 8672031295 29/03/201374550 218 \* I 85.12  
 IHV2985 8672031320 27/03/201374630 218 \* II 127.69  
 IKG4552 8672031385 31/03/201374550 218 \* I 85.12  
 JZX1615 8672031473 06/04/201374550 218 \* I 85.12  
 KMP7615 8672031452 05/04/201374710 218 \* III 574.61  
 LXW7015 8672031235 18/03/201374630 218 \* II 127.69  
 LZC3940 8672031118 18/03/201374630 218 \* II 127.69  
 MBA8026 8672031318 26/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MES4741 8672031199 24/03/201374550 218 \* I 85.12  
 AOS9040 8672031363 29/03/201374550 218 \* I 85.12  
 EJJ5365 8672031331 30/03/201374550 218 \* I 85.12  
 LWB3323 8672031712 22/04/201374630 218 \* II 127.69  
 LWB3323 8672031596 15/04/201374710 218 \* III 574.61  
 LWB3323 8672031603 15/04/201374630 218 \* II 127.69  
 MCS5867 8672031098 17/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MDE4658 8672031282 25/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MFE4780 8672012874 02/10/201074630 218 \* II 127.69  
 MFE4780 8672013621 13/11/201074550 218 \* I 85.12  
 MHN8996 8672031796 28/04/201374550 218 \* I 85.12  
 MJK8769 8672031078 16/03/201374550 218 \* I 85.12  
 MJY6715 8672031654 21/04/201374550 218 \* I 85.12  
 MLV2099 8672031766 28/04/201374550 218 \* I 85.12



Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. EnquadramentoValor Multa

-----  
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, ESEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NADATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 28 DE OUTUBRO DE 2013.  
VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1551/2013

LEI Nº 1551/2013

Altera o regime jurídico dos servidores contratados em caráter temporário, constante no art. 13 da Lei Municipal nº 1330/2011.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º O art. 13 da Lei Municipal nº 1330/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. O pessoal contratado nos termos desta Lei ficará sujeito ao regime estatutário (Lei Complementar nº 12/2005 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MASSARANDUBA), não mantendo mais vínculo com o regime celetista, no que tais determinações não contrariarem o disposto nesta Lei, bem como estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, consoante o Art. 40, § 13 da Constituição Federal.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor no dia 01 de janeiro de 2014.

Massaranduba, 08 de Novembro de 2013  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

#### Lei Nº 1552/2013

LEI Nº 1552/2013

Dispõe sobre a Criação do Centro de Educação Infantil - CEI Padre Aldolino Guesser e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica criado e denominado o Centro de Educação Infantil - CEI Padre Aldolino Guesser, estabelecido à MBA 120, Linha Telegráfica - Guarani-Açu, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de Novembro de 2013

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

#### Lei Nº 1553/2013

LEI Nº 1553/2013

Dispõe sobre a Criação do Centro de Educação Infantil - CEI Mundo Infantil e dá outras providências

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:  
Art. 1º Fica criado e denominado o Centro de Educação Infantil - CEI Mundo Infantil, estabelecido à Rua Victor Bramorski - Centro, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de Novembro de 2013  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

#### Decreto Nº. 2792 de 06 de Novembro de 2013

DECRETO Nº. 2792 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUBNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento a População  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 16501 - Media e Alta Complexidade MAC R\$ 400,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação, verificado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**Decreto Nº. 2793 de 06 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº. 2793 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Gabinete do Prefeito  
0201.004.122.0040.2005 - Assessoria Jurídica do Gabinete  
0201 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito  
0201 - Gabinete do Prefeito  
0201.004.122.0040.2005 - Assessoria Jurídica do Gabinete  
0201 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00  
0201 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**Decreto Nº. 2794 de 06 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº. 2794 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria  
0304 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria  
0304 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**Decreto Nº. 2795 de 06 de Novembro de 2013**

DECRETO Nº. 2795 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA  
0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural  
0901 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
0901 - GERÊNCIA DE AGRICULTURA  
0901.020.606.0200.2076 - Assistência ao Produtor Rural  
0901 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2013

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**Lic 81.2013 Pp37.2013 - Rp Aquisição de Pneus e Serviços**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2013 -

PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 37/2013 - Multientidade

A Prefeitura de Massaranduba, torna público que de acordo com Decreto Municipal nº. 2.051/2010, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO, com adjudicação por item, para aquisição de diversos pneus, câmaras e protetores, novos, de primeira linha e em conformidade com as normas técnicas do INMETRO, e serviço de recapagem de pneus e outros, destinados a manutenção da frota veicular municipal

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 26/11/2013

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 26/11/2013. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras



informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 08 de Novembro de 2013.

**MÁRIO FERNANDO REINKE**

Prefeito Municipal

**ANNA KARINE REINKE FRANZ**

Gestora Fundo Municipal

### **Co 36/2013 Ad 36/2 Valor FMS - Clima Service**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 36/2013 - FMS

ADITIVO DE VALOR Nº. 36/2

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 19.2013

Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº.03/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATADO: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA ME

OBJETO: O presente contrato, que tem como objeto FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO PARA O CENTRO CIRÚRGICO E PAVIMENTO TÉRREO DA UNIDADE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, CONFORME PROJETO, fica acrescido o valor de R\$ 27.400,00 (vinte sete mil e quatrocentos reais), motivado pela instalação de duas máquinas de ar condicionado antes da instalação do forro do pavimento inferior e toda a exaustão do andar superior para não atrapalhar futuramente o bom funcionamento do hospital

Massaranduba, 06 de Novembro de 2013.

**MÁRIO FERNANDO REINKE**

Prefeito

**ANNA K. R. FRANZ**

Gestora

### **Co 37/2013 Ad 37.1 Valor - Construção de Ubs 1º Braço - J.S. Empreiteira**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 37/2013 - FMS

ADITIVO DE VALOR Nº. 37/1

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 23.2013

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº.01/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATADO: J.S. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a construção de USB - Unidade Básica de Saúde, 2ª etapa, na localidade de 1º Braço do Norte, conforme projeto e planilha orçamentária. A este contrato fica acrescido o valor de R\$ 55.449,68 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos), sobre o valor do contrato original, tendo em vista que houve alterações nos seguintes itens: de supra estrutura, paredes e painéis, contra piso e revestimentos, esquadrias, instalações hidrosanitárias e pintura.

Massaranduba, 06 de Novembro de 2013.

**MÁRIO FERNANDO REINKE**

Prefeito

**ANNA K. R. FRANZ**

Gestora

## Meleiro

### PREFEITURA

#### **Portaria N.º 401/2013**

PORTARIA n.º 401/2013

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **EXONERAR**

Art. 1.º A pedido, a Senhora CLÁUDIA GOULART, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de interesses particulares.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/11/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 035/2000.

Meleiro, 11 de Novembro de 2013.

**JONNEI ZANETTE**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

**JAIRO LUIZ CANELA**

Secret. Adm. e Finanças

#### **Portaria N.º 402/2013**

PORTARIA n.º 402/2013

PRORROGA CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRA CIVIL POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e em conformidade com a Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### **PRORROGAR**

Art. 1º A Portaria nº 266/2010 da senhorita SERGIANE BIFF, ocupante do cargo de Engenheira Civil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 13/11/2013.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Novembro de 2013.

**JONNEI ZANETTE**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

**JAIRO LUIZ CANELA**

Secret. Adm e Finanças

**Aviso de Licitação Fracassada - Carta Convite N.º 056/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA  
CARTA CONVITE N.º 056/2013

A Prefeitura Municipal de Meleiro torna público para conhecimento dos interessados, conforme consta em ata, que na referida Carta Convite n.º. 056/2013 foi considerada fracassada em virtude de não apresentar o número mínimo de empresas habilitadas.

Meleiro, 28 de outubro de 2013.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

**Modelo****PREFEITURA****Extrato de Contrato**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 738/2013  
Contrato Administrativo n. 079/2013  
Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA  
Valor: R\$ 1.571.708,52

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade Concorrência Pública n. 003/2013, para realização de Pavimentação Asfáltica, com extensão de 1.244,92M, parte do trecho entre a Rua 25 de Julho à Linha Salete, Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 12 de Novembro de 2013.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato**

Extrato de Contrato  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO  
Processo Licitatório n. 738/2013  
Contrato Administrativo n. 079/2013  
Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA  
Valor: R\$ 1.571.708,52

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade Concorrência Pública n. 003/2013, para realização de Pavimentação Asfáltica, com extensão de 1.244,92M, parte do trecho entre a Rua 25 de Julho à Linha Salete, Município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 12 de Novembro de 2013.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

## Nota e Classificação Preliminar com Prova Prática - Concurso Público 001/2013

### CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Nos termos do item 6, subitem 6.1.1 do Edital 001/2013, o Instituto de Consultoria em Administração Pública – ICAP e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, tornam público a nota e classificação preliminar dos candidatos com a nota da prova prática, conforme abaixo:

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNO

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MATEM.	C. ESP.	T. P. O.	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLAS-SIFICA-ÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
105375	ROSELI MARIA ADRIANO DEMBINSKI	1,50	0,60	7,00	9,10	8,50	8,80	1º	APROVADO(A)	24/07/1975
105360	VANICE GAVINESKI	1,80	0,90	6,30	9,00	8,50	8,75	2º	APROVADO(A)	17/09/1985
105361	MARISE LUCIA HALBERS-TADT	1,80	0,60	7,00	9,40	8,00	8,70	3º	APROVADO(A)	17/03/1979
105356	ADRIANA FROZZA RAUBER	1,50	0,60	6,30	8,40	9,00	8,70	4º	APROVADO(A)	24/03/1980
105365	MAYARA CRISTINA PETRY	1,80	0,60	6,30	8,70	8,50	8,60	5º	APROVADO(A)	24/01/1994
105394	TATIANE LINDEMANN DA SILVA	1,50	0,60	7,00	9,10	8,00	8,55	6º	APROVADO(A)	13/10/1984
105371	ELIZETE GAMBA FRANA	1,50	0,60	6,65	8,75	8,00	8,38	7º	APROVADO(A)	23/05/1985
105366	MARLETE RAUBER FENT-ZKE	1,50	0,90	6,30	8,70	8,00	8,35	8º	APROVADO(A)	11/08/1969
105387	MARIA CLENIR FERREIRA EICHLER	1,50	0,90	6,30	8,70	8,00	8,35	9º	APROVADO(A)	17/06/1973
105364	IRMA ALICE RINTZEL CONRADO	1,20	0,60	7,00	8,80	7,50	8,15	10º	APROVADO(A)	29/04/1975
105353	CLECI LUVISON MOREIRA DA SILVA	1,50	0,60	6,30	8,40	7,50	7,95	11º	APROVADO(A)	07/06/1973
105372	MARLENE FRIDA OLDEN-BURG	1,80	0,60	5,25	7,65	8,00	7,83	12º	APROVADO(A)	18/03/1966
105376	ALAIDE BALDIN HAERTER	1,50	0,60	5,25	7,35	8,00	7,68	13º	APROVADO(A)	17/04/1972
105351	NELI PANDOLFO PEREIRA	1,50	0,60	5,25	7,35	8,00	7,68	14º	APROVADO(A)	30/09/1973
105395	ALTAIR DE JESUS	1,20	0,30	6,65	8,15	AUSENTE	--	--	--	--
105350	IVANETE LURDES BORRE DA SILVA	1,80	0,60	5,60	8,00	AUSENTE	--	--	--	--
105348	ROZEMAR DE SOUZA LEITE	1,20	0,60	7,00	8,80	AUSENTE	--	--	--	--
105359	NELVO ALBANI	--	--	--	--	--	--	--	AUSENTE	--

Modelo – SC, 12 de novembro de 2013.



# PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Navegantes

## PREFEITURA

### Autoriza o Município a Receber, por Doação, Imóveis Que Especifica

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2800 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER, POR DOAÇÃO, IMÓVEIS QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo municipal, autorizado a receber, por doação do Estado de Santa Catarina, a propriedade/posse das Unidades Escolares representadas respectivamente pela Escola Isolada Professora Maria Tereza Leal e Escola Isolada Professora Verginia Guedes Lemos, constantes do Anexo Único da lei estadual n.º 16.100 de 30 de agosto de 2013, cuja execução das atividades de gestão integral e cujo corpo discente foram transferidos ao Município de Navegantes, por intermédio do Decreto Estadual n.º 2.344 de 21 de outubro de 1997.

Art. 2.º A doação de que trata a presente lei dá-se tendo em vista que segundo dispõe a lei n.º 16.100, mencionada no art.1.º desta lei, que em síntese autorizou o Estado a doar aos Municípios a posse ou propriedade das respectivas Unidades Escolares, cabe, ao Município beneficiado com dita doação, promover e executar, no prazo de 4(quatro) anos a partir da publicação da legislação supracitada, todas as ações necessárias à titularização da propriedade das Unidades Escolares para o nome do Município.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de novembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### Declara de Utilidade Pública Associação Atlética Volta Grande

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2799 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

### DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VOLTA GRANDE DE NAVEGANTES SC, entidade sem fins lucrativos instituída oficialmente no dia 25/10/2012, com sede na Rua Prefeito Manoel Evaldo Müller n.º 3550, Bairro Volta Grande, na cidade de Navegantes, inscrita no CNPJ sob o número 17.136.040/0001-68, com estatuto social devidamente registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Navegantes.

Art. 2.º A referida entidade tem por finalidade realizar lazer comunitário, congregar todos os moradores, sem distinção de raça, sexo, religião, política ou outra de qualquer natureza, com o intuito de se obter elevação na qualidade de vida dos mesmos, como também incentivar a participação de jovens na prática de esportes em todas as modalidades como futebol, voleibol, basquete, entre outros; oferecer locais e materiais para que os jovens venham a disputar competições municipais, regionais e estaduais; promover e participar de campeonatos, torneios, encontros ou qualquer outro evento esportivo dentro do futebol de todas as modalidades e categorias, futsal, areia e qualquer outro esporte.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de novembro de 2013.

ALESSANDRA MÜLLER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### Denomina Logradouro Público - Rua Rodrigo Erbs

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500

CEP 88375-000 - Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2801 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

DENOMINA LOGRADOURO PÚBLICO - RUA RODRIGO ERBS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º O trecho compreendido entre a esquina da Rua Pedro Paulo Corrêa e a Rua Pedro Felisbino Costa, que fica entre as ruas Eugênio Gazaniga e Aníbal Gazaniga, situado no Bairro Machados, em Navegantes, passa a denominar-se oficialmente RUA RODRIGO ERBS.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.



Prefeitura de Navegantes, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de novembro de 2013.  
ALESSANDRA MÜLLER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### **Prorroga Prazo Para Pagamento do Issqn**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88375-000 - Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br  
DECRETO N.º 1120 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013  
PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

#### **DECRETA:**

Art. 1.º Fica prorrogado o prazo para o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN -, competência 10/2013, com vencimento em 10/11/2013, até o dia 16/11/2013.

Art. 2.º A prorrogação em questão dá-se devido a problemas técnicos ocorridos no sistema da Prefeitura de Navegantes.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de novembro de 2013.  
ALESSANDRA MÜLLER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### **Processo Administrativo Disciplinar**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br  
PORTARIA N.º 3506 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013  
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### **RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Gianini Grazieli Francisco - Agente de

Serviços Administrativos -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível violência contra criança na Escola Municipal Profª Maria Ivone Müller dos Santos.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de novembro de 2013.  
ALESSANDRA MÜLLER  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

### **Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 005/2013 FME**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2013 FME  
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO LOCALIZADO NA RUA MANOEL EVALDO MULLER - BAIRRO MACHADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONVENIO SDR 17.3497-2013. Data da entrega dos envelopes: até dia 28/11/2013 às 08:50 hs. Abertura envelopes: dia 28/11/2013 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n.º. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 12/11/2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito.

### **Extrato de Contrato Nº 191/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL.  
Contrato Nº.: 191/2013.  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO.  
Contratada: TELEFÔNICA BRASIL S.A.  
Valor: R\$ 6.276,80 (seis mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos).  
Vigência: Início: 24/10/2013 Término: 24/10/2014.  
Licitação: Dispensa de Licitação nº 21/2013.  
Recursos: Dotação: 2.106 3.3.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PLANO E SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO 25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2013.

Navegantes, 24 de outubro de 2013.



**Extrato de Contrato Nº 194/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 194/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Valor: 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil e reais).

Vigência: Início: 11/11/2013 Término: 11/11/2014.

Licitação: Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 190/2012

Recursos: Dotação: 2054 3.3.90.00.000.00.00.00, 2.037

3.3.90.00.00.00.00, 2.009 3.3.90.00.00.00.00, 2.075

3.3.90.00.00.00.00, 2.067 3.3.90.00.00.00.00, 2.097

3.3.900.00.00.00.00, 2.082 3.3.90.00.00.00.00, 2.094

3.3.90.00.00.00.00, 2.089 3.3.90.00.00.00.00, 2.108

3.3.90.00.00.00.00, 2.088 3.3.90.00.00.00.00, 2.098

3.3.90.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, PESQUISA, CRIAÇÃO, PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO, DE MATERIAL PARA TELEVISÃO, RÁDIO E INTERNET NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº190/2012.

Navegantes, 11 de Novembro de 2013.

**Nova Trento****PREFEITURA****Decreto Nº 126/2013**

DECRETO Nº 126 / 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos Art. 32, inciso I e 33 da Lei Complementar nº 608/2012(LDO), Lei Complementar nº 610 /2012 (LOA) e nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para reforço de dotação, que se encontra deficientemente dotada para a realização de despesas, conforme discriminação que segue abaixo:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Proj/Ativ.: 2.014 - Funcionamento e Manutenção da Assistência Social

Elemento: (6) 3.3.90.00.00.0.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação por conta de recursos próprios da Prefeitura, repassados através de transferências financeiras.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário M. Administração e Finanças

**Decreto Nº 129/2013**

DECRETO Nº 129/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal, para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

09.01 Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
09.01.2.011	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
	REDUÇÃO	1.000,00
(69)3.1.91.00.01.0000	Aplicações Diretas-Oper.Intra-Orçamentárias	1.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	1.000,00
(73)4.4.90.00.01.0000	Aplicações Diretas	1.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal Adm. e Finanças

**Decreto Nº 133/2013**

DECRETO Nº 133/2013

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §§ 3º e 4º, da Lei Municipal nº 608/2012 Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejado, dentro da mesma categoria de

programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 610/2012:

#### 1201. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
12.01.2.017	Funcionamento e manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
	REDUÇÃO	40.000,00
(6)3.3.90.00.00.00.0.1.0002	Aplicações Diretas	40.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	40.000,00
(2)3.1.90.00.00.00.0.1.0002	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de outubro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO  
Secretário Municipal Adm. e Finanças

#### Decreto Nº 134/2013

DECRETO Nº 134 / 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos Art. 32, inciso I e 33 da Lei Complementar nº 608/2012 (L.D.O), Lei Complementar nº 610/2012 (L.O.A) e nos termos do Art.7º da Lei Federal nº 4.320/64, DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço de dotação, que se encontra deficientemente dotada para a realização de despesas, conforme discriminação que segue abaixo:

#### 1201 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1201.2.018	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	
	SUPLEMENTAÇÃO:	
(17)3.1.90.00.00.00.0.1.0057	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerá do provável excesso de arrecadação por conta da Fonte de Recursos 57.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO  
Secretário M. Administração e Finanças

#### Decreto Nº 136/2013

DECRETO Nº 136 / 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar nº 610 /2012 (Lei Orçamentária), DECRETA: Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço de dotação, que se encontra deficientemente dotada para a realização de despesas, conforme discriminação que segue abaixo:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico  
Unidade: 01 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico

Proj/Ativ.: 2.015 - Funcionamento e Manutenção do Desenvolvimento Turístico

Elemento: (92)3.3.90.00.00.0.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerá do provável excesso de arrecadação por conta de recursos próprios, apurado no corrente exercício.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de outubro de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado nesta Prefeitura e publicado o presente Decreto, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO  
Secretário M. Administração e Finanças

#### Resultado Final e Homologação - PP 076/2013

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2013

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS e GÁS DE COZINHA, para a Prefeitura de Nova Trento e Secretarias Municipais, exceto Educação e Fundo de Saúde, conforme especificações constantes do anexo I , parte integrante deste edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA.(75.812.115/0001-80) - Valor estimado de R\$ 12.373,30 (Doze mil, trezentos e setenta e três reais e trinta centavos);  
TAF DISTRIBUIDORA LTDA. (83.017.350/0001-98) - Valor estimado de R\$ 18.400,04 (Dezoito mil, quatrocentos reais e quatro centavos);  
DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP. (09.008.570/0001-00) - Valor estimado de R\$ 5.704,00 (Cinco mil, setecentos e quatro reais);  
COMERCIAL MULTVILLE LTDA.EPP (06.220.022/0001-43) - Valor estimado de R\$ 22.276,79 (Vinte e dois mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos).  
Vigência: 12 meses.

Nova Trento/SC, 07 de novembro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

#### **Resultado Habilitação - TP 009/2013**

Resultado do Julgamento da Habilitação - Processo Licitatório nº 107/2013 - Tomada de Preços nº 009/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a prestação de serviços de tratamento e destino final de resíduos domésticos produzidos no município de Nova Trento/SC durante o período de 12 (doze) meses, houve a participação da seguinte empresa licitante: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70; a qual, pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, foi HABILITADA pela Comissão quando do julgamento da HABILITAÇÃO. Desta forma, restou habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento das PROPOSTAS a qual se dará nesta mesma data, não havendo a interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 22 do Edital.

Nova Trento (SC), 16 de outubro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipa

#### **Resultado Homologação - TP 009/2013**

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2013  
HOMOLOGAÇÃO: 24/10/2013  
CONTRATADO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Prestação de serviços de tratamento e destino final de resíduos domésticos produzidos no município de Nova Trento/SC durante o período de 12 (doze) meses.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 270.300,00 (Duzentos e setenta mil e trezentos reais) por 12 meses.

DATA: 24/10/2013  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

#### **Resultado Proposta - TP 009/2013**

Resultado do Julgamento das Propostas - Processo Licitatório nº 107/2013 - Tomada de Preços nº 009/2013 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a prestação de serviços de tratamento e destino

final de resíduos domésticos produzidos no município de Nova Trento/SC durante o período de 12 (doze) meses; transcorrido o prazo para interposição de recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, no julgamento da Proposta sagrou-se vencedora, a seguinte licitante: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 95.886.735/0001-70, valor total de R\$ 270.300,00 (Duzentos e setenta mil e trezentos reais) por 12 meses.

Nova Trento (SC), 16 de outubro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

#### **Resumo Contrato Nº 131/2013**

CONTRATO Nº 131/2013

Origem: Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2013; Processo Licitatório nº 027/2013. Fundamentação: Lei nº 8.666/93, Art. 24, inciso V; Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: JOSÉ LUIZ RAISER, portador do CPF Nº 767.342.429-00, RG nº 2.725.394/SSP/SC, nº do PIS 123.09146.80.5, CNH 03232768409, CAT. "AB", residente na Localidade de Pitanga, município de Nova Trento; Objeto do Contrato: Prestação de serviços de Transporte Escolar. O valor total deste contrato é de R\$ 3.744,00 (tres mil, setecentos e quarenta e quatro reais) anuais. Validade do Contrato: Terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2013.

Nova Trento, 07 de outubro de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

#### **Ata Chamamento Público**

ATA DA REUNIÃO PARA DEFINIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE ATRAVÉS DE CHAMAMENTO PÚBLICO.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e treze, as 17:00 horas, na Secretaria de Saúde de Nova Trento, estiveram reunidos o secretário de Saúde, Senhor Maxiliano de Oliveira e outros profissionais da área da Saúde para análise e aprovação de interessados em CHAMAMENTO PÚBLICO. Do Chamamento Público, publicado no DOM/SC de 29/10/2013, para contratação de 03 (três) Médicos Plantonistas, para atuar no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, demonstraram interesse e foram aprovados os seguintes candidatos: RODRIGO DIAS DA SILVA; MARCOS DE AGUILAR PEREIRA; BRUNO AGUSTINI  
Os profissionais aprovados foram encaminhados para o Setor de RH da Prefeitura de Nova Trento, para apresentação de documentação e devida regularização contratual.  
Sem mais a ata foi lida e assinada.

MAXILIANO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Saúde

#### **SAMAE**

#### **Edital de Licitação CV 008 \_2013 Combustivel Exercício 2014**

Processo de Licitação:012/2013  
CV CONVITE Nr.: 008/2013 -  
Data do Processo: 11/11/2013  
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 8/2013

A Comissão Especial de Licitação, da SAMAE NOVA TRENTO , no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº.

002/2013 , de 02/01/2013 , torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 20/11/2013 , às 15:00 horas, no endereço, RUA DOS IMIGRANTES, nº 356, NOVA TRENTO-SC , a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 8/2013-CV na modalidade Convite p/ Compras e Serviços.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado ou pelo site: <http://samaenovatrento.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LAVAÇÃO, ENGRAXE E LUBRIFICANTE PARA A FROTA E A ROÇADEIRA DESTESAMAE NO PERÍODO DE 2014

NOVA TRENTO, 13 de Novembro de 2013

CARLOS TARCISIO BATTISTI

Diretor Samae/NT

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Lei Nº 487 de 08 de Novembro de 2.013

Lei nº 487 de 08 de novembro de 2013

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI 199/1998 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os arts. 12, 15, 21 e 25 da Lei 199/1998 (Política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente) passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 . O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

Art. 15 .....

§ 1º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 4 anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

I- Os conselheiros tutelares empossados no ano de 2012 terão, excepcionalmente, o mandato prorrogado até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado de que trata este parágrafo, nos termos da resolução CONANDA nº 152 de 09/08/2012. §3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 21. Os Conselheiros Tutelares não são servidores do Quadro da Administração Municipal, mas percebem remuneração mensal no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) reajustável na mesma data e índice dos aumentos concedidos aos servidores municipais. § 1º Os Conselheiros Tutelares terão direito a:

I – a remuneração mensal, conforme caput deste artigo;

II- a férias remuneradas, acrescidas de um terço (1/3) do valor da remuneração mensal;

III – a gratificação natalina (13º salário);

IV – a licença-maternidade, equivalente aos servidores municipais prevista no Estatuto do Funcionalismo Público Municipal.

V – licença- paternidade, equivalente aos servidores municipais prevista no Estatuto do Funcionalismo Público Municipal.

VI – inclusão no Regime Geral da Previdência Social.

§ 2º - As licenças de que tratam os itens IV e V do parágrafo anterior serão equivalentes às dos servidores municipais previstas no Estatuto do Funcionalismo Público Municipal.

§ 3º .....

§ 4º .....

Art. 25 .....

§ 1º Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, bem como não haverá prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 2º No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte - SC em 08 de novembro de 2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

#### Retificação do Aviso do Resultado do Pregão Presencial Nº 019/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO DO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 019/2013, cujo objeto é a Aquisição de 02 (Dois) Caminhões com tração 6x4, potência mínima de 290 CV, equipados com camba em dimensões constantes no termo de referência anexo ao edital, destinados à melhoria e conservação da malha viária deste município de Novo Horizonte - SC, com recursos do Programa BADESC Cidades. As características e demais informações do equipamento são os constantes no anexo VIII do edital, que na data de sua realização: Dia 08/11/2013 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: BIGGER CAMINHÕES LTDA (2246), que foi vencedora dos itens, com valor total de R\$ 560.000,00 (Quinhentos e sessenta mil reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: A proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecido no edital, sendo portanto vencedora do itens à empresa BIGGER CAMINHÕES LTDA.

Novo Horizonte/SC, em 08 de Novembro de 2013.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

#### Extrato Contratual Ipam Nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL



Contrato Nº.: 002/2013

Contratante.: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

Contratada: COPPINI E CIA LTDA - INFOPREV

Valor: 1.900,00 (um mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 11/11/2013 Término: 11/11/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos: Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 8.159,84

Objeto: O presente termo contratual tem como objeto a Licença de Uso Anual do SICAP WEB, para uso exclusivo do LICENCIADO, oferecido por meio da Internet, no site <http://www.sicapweb-infoprev.com.br>.

Novo Horizonte, 11 de Novembro de 2013

## **Editais de Processo Eleitoral Suplementar Nº 001/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE - SC  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL DE PROCESSO ELEITORAL SUPLEMENTAR Nº 001/2013  
- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVO HORIZONTE

ABRE INSCRIÇÕES PARA A ESCOLHA DE DOIS (02) MEMBROS TITULARES DO CONSELHO TUTELAR E SUPLENTE, ESTABELECE CALENDÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NOVO HORIZONTE – SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 199, de 16 de Dezembro de 1998 e Lei Municipal nº 487 de 08 de novembro de 2013, estão abertas as inscrições para o PROCESSO ELEITORAL SUPLEMENTAR, para a escolha de dois (02) membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, restando-se pelas seguintes disposições:

### **DA ESCOLHA E MANDATO**

1.1- A data, local e horário da votação, número de vagas, período de mandato, carga horária e a remuneração dos Conselheiros Tutelares serão as seguintes:

Data da eleição: 20 de dezembro de 2013 (sexta-feira);

Horário: das 13h e 30 min. às 17h;

Local de votação:

\* Anfiteatro do Centro Administrativo, sito a Rua José Fabro, 01, Centro, Novo Horizonte;

d)-Número de Vagas: duas (02), sendo que os demais candidatos serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votos recebidos;

e)-Validade do Mandato: até 09 de janeiro de 2015;

f)-Remuneração: nos termos da Lei Municipal;

g) Carga Horária: Conforme Plano de Trabalho elaborado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluída a realização de plantões.

### **DO REGISTRO DOS CANDIDATOS**

2.1- Poderão concorrer os candidatos registrados que preencham os seguintes requisitos:

Reconhecida idoneidade moral, com apresentação de certidão negativa criminal do foro da Comarca de São Lourenço do Oeste

- SC;

Possuir Ensino Médio completo com apresentação de certificado e/ou histórico de conclusão;

Idade a partir de 21 anos (vinte e um anos);

Residir no município de Novo Horizonte – SC, há mais de um (01) ano, apresentando comprovante de residência através da fatura de água, energia elétrica ou telefone, ou ainda, cópia de contrato de locação de imóvel ou outro documento idôneo;

Ser eleitor no município de Novo Horizonte – SC, há pelo menos 02 meses antes da data da eleição, mediante apresentação do título eleitoral;

Estar em gozo dos direitos políticos, apresentando certidão de quitação eleitoral, fornecida pela 49ª Zona Eleitoral;

### **DO REGISTRO DA CANDIDATURA**

3.1- O registro da candidatura será realizado gratuitamente, pelo próprio candidato, ou Procurador devidamente constituído, no período de 11 de novembro a 29 de novembro, finalizando-se às 17:00 horas do dia 29 de novembro de 2013. O Registro deverá ser feito junto à Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Rua José Fabro, centro, Novo Horizonte/SC, com a apresentação dos documentos do item 2.1 juntamente com:

I - Cópia do CPF

II - Cópia RG

III – Cópia do comprovante PIS/PASEP

IV – Ficha de Inscrição devidamente preenchida.

V - Declaração de que não ocupa cargo comissionado, conforme Anexo II;

VI - Declaração de que não ocupa cargo eletivo, de natureza político - partidária, conforme Anexo III.

3.2- Conforme Lei Municipal nº 199/98 e suas alterações, ficam impedidos de servir no mesmo conselho: marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados (as) durante o cunhadio, tios (as), sobrinhos e sobrinhas, padrasto ou madrastra, enteados e/ou correspondentes da união estável entre o homem e a mulher.

3.2.1- Entende-se o impedimento do candidato em relação à Autoridade Judiciária, o representante do Ministério Público e aos integrantes da Polícia Civil e Militar, em exercício na comarca.

3.3- Perderá o mandato o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção, bem como as hipóteses da Seção V, art. 23 e seguintes da Lei Municipal nº 199/1998 e suas alterações.

### **DA PUBLICAÇÃO DA CANDIDATURA**

4.1- Encerrado o prazo de registro da candidatura, será publicado Edital com a relação das candidaturas deferidas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua José Fabro, nº 01, e no site oficial da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte- SC, no dia 03 de dezembro de 2013.

4.2- A partir da publicação, qualquer eleitor, bem como o representante do Ministério Público, terá o prazo de dois (02) dias para apresentar eventuais pedidos de reconsideração ou impugnações das candidaturas, com base nos critérios do registro de candidatos, oferecendo prova do alegado.

4.3- O candidato impugnado terá o prazo de um (01) dia a partir da intimação para manifestar-se sobre a impugnação se julgar necessário.

### **DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

5.1- A escolha será feita por votação secreta, na qual terão direito de votar todos os eleitores do município de Novo Horizonte - SC,



desde que inscritos como tal, perante a Justiça Eleitoral, até dois meses antes da data da eleição prevista neste Edital.

5.2- Em caso de empate, o critério de desempate será a idade do candidato, prevalecendo o mais idoso.

5.3- A eleição realizar-se-á no dia 20 de dezembro de 2013, das 13:30 as 17:00 horas, nos locais de votação referidos no item 1.1 - "c".

5.4- O eleitor poderá votar em apenas um candidato, sendo considerados eleitos os dois (02) mais votados como titulares e os demais como suplentes, respeitando a ordem decrescente de votos recebidos.

5.5- Para votar o eleitor deverá apresentar o Título de Eleitor e a Carteira de Identidade.

5.6 - O escrutínio dos votos se dará no Anfiteatro da Prefeitura Municipal, sito à Rua José Fabro, 01, Centro, Cidade de Novo Horizonte, SC, a partir das 17:30 horas, do dia da eleição.

#### DO CALENDÁRIO OFICIAL

6.1- Fica estabelecido o seguinte calendário para o presente processo:

11/11/2013 -Publicação do Edital

11/11 a 29/11/2013 - Registro das Candidaturas

02/12/2013 -Análise da documentação pela Comissão

03/12/2013 - Publicação das candidaturas deferidas pela Comissão

04/12 a 05/12/2013 - Prazo para pedidos de reconsideração e/ou impugnações

09/12/2013 - Prazo para manifestação sobre eventuais impugnações

10/12/2013 - Publicação definitiva das candidaturas

11/12/2013 - Sorteio da ordem dos candidatos na célula de votação, às 9:00 horas no Anfiteatro de Prefeitura.

20/12/2013(sexta)- Processo de eleição dos conselheiros tutelares

23/12/2013 - Divulgação dos eleitos

26/12 e 27/12/2013 - Capacitação dos novos Conselheiros Tutelares

02/01/2014 - Posse dos novos Conselheiros Tutelares

6.2- Os candidatos inscritos declaram estar cientes das condições do presente Edital, da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Municipal nº 199, de 16/12/1998 e suas alterações.

#### DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1- Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, responsável pela resolução dos casos omissos, acompanhamento e avaliação do processo de eleição do Conselho Tutelar, com a finalidade de fiscalizar a lisura do mesmo, respaldado pela Lei Municipal nº 199/98.

Novo Horizonte, SC, em 11 de novembro de 2013

MÁRCIO DE MACEDO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/NH.

Estado de Santa Catarina

Município de Novo Horizonte

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE - CMDCA

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE NOVO HORIZONTE/ SC - GESTÃO 2013/2015

INSCRIÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Estado \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Carteira de Identidade (RG) \_\_\_\_\_

Órgão Emissor: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Título \_\_\_\_\_ de Eleitor: \_\_\_\_\_

Zona \_\_\_\_\_ Sessão \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_

Telefone: Residencial: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Estuda: ( ) Sim ( ) Não

Terá disponibilidade de tempo para exercer a função de Conselheira Tutelar?

( ) Sim ( ) Não

O candidato entregou a seguinte documentação: (deve ser preenchido pelo responsável pela inscrição)

( ) Fotocópia do RG

( ) Fotocópia do CPF

( ) Fotocópia do comprovante de residência

( ) Certidão negativa de antecedentes criminais

( ) Certidão negativa de quitação eleitoral ou fotocópia (autenticada) de votação na última eleição

( ) Fotocópia do título de eleitor

( ) Comprovante de Escolaridade

( ) Declaração de que não ocupa cargo comissionado

( ) Declaração de que não ocupa cargo eletivo, de natureza político – partidária

É portador de deficiência física? Não ( ) Sim ( ). Qual? \_\_\_\_\_

Por ser verdade, o acima exposto confirmo minha inscrição:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Novo Horizonte, SC, \_\_\_\_\_ de ..... de 2013.

Comprovante de Inscrição Realizada sob nº \_\_\_\_\_

Novo Horizonte, SC, \_\_\_\_\_ de ..... de 2013.

Assinatura do responsável pelo recebimento dos documentos

Estado de Santa Catarina

Município de Novo Horizonte - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO

ADOLESCENTE - CMDCA

#### ANEXO II

DECLARAÇÃO DE NÃO OCUPAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Eu, \_\_\_\_\_, Portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei e para fins de Candidatar-se ao Cargo de Conselheiro Tutelar, no município de Novo Horizonte-SC, e em face do que dispõe a legislação vigente, que não ocupo CARGO COMISSIONADO NA



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Ficando ressalvado que a Comissão Técnica, bem como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderão a qualquer tempo realizar diligência específica para fins de comprovação.

Para clareza, firma a presente, para que surta todos os efeitos legais.

Novo Horizonte, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Declarante

Estado de Santa Catarina  
Município de Novo Horizonte - SC  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

#### ANEXO III

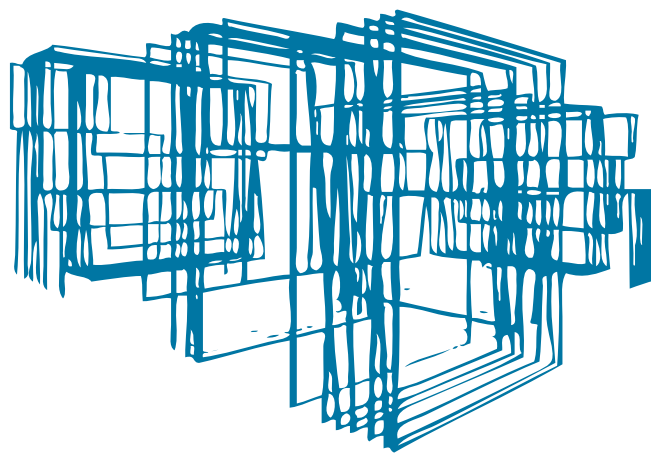
#### DECLARAÇÃO DE NÃO OCUPAÇÃO EM CARGO ELETIVO DE NATUREZA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Eu, \_\_\_\_\_, Portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei e para fins de Candidatar-se ao Cargo de Conselheiro Tutelar, no município de Novo Horizonte – SC, e em face do que dispõe a legislação vigente, que não ocupo CARGO ELETIVO DE NATUREZA POLÍTICO-PARTIDÁRIA. Ficando ressalvado que a Comissão Técnica, bem como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderão a qualquer tempo realizar diligência específica para fins de comprovação.

Para clareza, firma a presente, para que surta todos os efeitos legais.

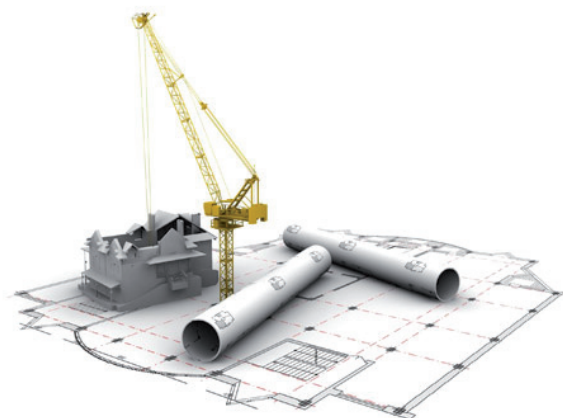
Novo Horizonte, SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

Declarante



## Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Anexos RREO Mun.Novo Horizonte**

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>9.364.429,00</b>	<b>9.364.429,00</b>	<b>1.783.840,31</b>	<b>19,05</b>	<b>8.289.542,03</b>	<b>88,52</b>	<b>1.074.886,97</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.364.404,00</b>	<b>9.364.404,00</b>	<b>1.656.340,31</b>	<b>17,69</b>	<b>8.020.819,25</b>	<b>85,65</b>	<b>1.343.584,75</b>
RECEITA TRIBUTARIA	299.000,00	299.000,00	48.973,32	16,38	271.148,59	90,69	27.851,41
IMPOSTOS	250.000,00	250.000,00	37.198,63	14,88	232.869,70	93,15	17.130,30
TAXAS	49.000,00	49.000,00	11.774,69	24,03	38.278,89	78,12	10.721,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	225.000,00	225.000,00	40.437,30	17,97	199.995,76	88,89	25.004,24
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	207.000,00	207.000,00	37.666,89	18,20	185.593,31	89,66	21.406,69
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	18.000,00	18.000,00	2.770,41	15,39	14.402,45	80,01	3.597,55
RECEITA PATRIMONIAL	672.001,00	672.001,00	82.942,14	12,34	153.846,88	22,89	518.154,12
RECEITAS IMOBILIARIAS	2.000,00	2.000,00	180,00	9,00	1.643,70	82,19	356,30
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	670.001,00	670.001,00	82.762,14	12,35	152.203,18	22,72	517.797,82
RECEITA AGROPECUARIA	4.000,00	4.000,00	630,00	15,75	2.280,00	57,00	1.720,00
Rec. da Produção Animal e Derivados	4.000,00	4.000,00	630,00	15,75	2.280,00	57,00	1.720,00
RECEITA INDUSTRIAL	2.000,00	2.000,00	93,00	4,65	312,00	15,60	1.688,00
Receita da Indústria da Construção	2.000,00	2.000,00	93,00	4,65	312,00	15,60	1.688,00
RECEITA DE SERVIÇOS	144.000,00	144.000,00	13.489,20	9,37	43.121,32	29,95	100.878,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.958.403,00	7.958.403,00	1.464.737,31	18,40	7.331.543,63	92,12	626.859,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.958.401,00	7.958.401,00	1.437.040,87	18,06	7.188.494,33	90,33	769.906,67
Transf. de Conv.	2,00	2,00	27.696,34	822,00	143.079,32	465,00	-143.047,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.000,00	60.000,00	5.038,04	8,40	18.571,07	30,95	41.428,93
Multas e Juros de Mora	10.000,00	10.000,00	2.978,16	29,78	6.046,78	60,47	3.953,22
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.000,00	1.075,00	21,50	2.001,20	40,02	2.998,80
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	42.000,00	42.000,00	861,11	2,05	10.399,32	24,76	31.600,68
RECEITAS DIVERSAS	3.000,00	3.000,00	123,77	4,13	123,77	4,13	2.876,23
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>	<b>127.500,00</b>	<b>500,00</b>	<b>268.722,02</b>	<b>891,12</b>	<b>-268.697,78</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
ALIENAÇÃO DE BENS	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Alienação de Bens Móveis	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00
Alienação de Bens Imóveis	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	127.500,00	333,33	268.722,02	904,33	-268.704,78
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	127.500,00	333,33	268.722,02	904,33	-268.704,78

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>9.364.429,00</b>	<b>9.364.429,00</b>	<b>1.783.840,31</b>	<b>19,05</b>	<b>8.289.542,03</b>	<b>88,52</b>	<b>1.074.886,97</b>
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>290.000,00</b>	<b>290.000,00</b>	<b>49.751,34</b>	<b>17,16</b>	<b>244.201,12</b>	<b>84,21</b>	<b>45.798,88</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>290.000,00</b>	<b>290.000,00</b>	<b>49.751,34</b>	<b>17,16</b>	<b>244.201,12</b>	<b>84,21</b>	<b>45.798,88</b>
Contribuição Previdenciária	290.000,00	290.000,00	49.751,34	17,16	244.201,12	84,21	45.798,88
Contribuição Previdenciária	290.000,00	290.000,00	49.751,34	17,16	244.201,12	84,21	45.798,88
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>1.833.591,65</b>	<b>18,99</b>	<b>8.533.743,15</b>	<b>88,39</b>	<b>1.120.685,85</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>1.833.591,65</b>	<b>18,99</b>	<b>8.533.743,15</b>	<b>88,39</b>	<b>1.120.685,85</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>1.833.591,65</b>	<b>18,99</b>	<b>8.533.743,15</b>	<b>88,39</b>	<b>1.120.685,85</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	106.692,98	—	—	93.263,60	—	—
Superávit Financeiro	—	106.692,98	—	—	93.263,60	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/4

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>9.337.929,00</b>	<b>2.539.897,66</b>	<b>11.877.826,66</b>	<b>1.576.084,53</b>	<b>8.260.054,20</b>	<b>1.427.969,34</b>	<b>7.118.143,69</b>	<b>59,93</b>	<b>4.759.682,97</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.829.705,00</b>	<b>1.295.276,77</b>	<b>9.124.981,77</b>	<b>1.040.922,66</b>	<b>7.394.984,61</b>	<b>1.383.652,24</b>	<b>6.746.881,98</b>	<b>73,94</b>	<b>2.378.099,79</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.883.101,00	807.361,36	4.690.462,36	679.662,71	3.513.563,46	681.656,97	3.464.935,72	73,87	1.225.526,64
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	32.500,00	52.500,00	5.900,07	42.632,68	5.900,07	42.632,68	81,21	9.867,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.926.604,00	455.415,41	4.382.019,41	355.359,88	3.838.788,47	696.095,20	3.239.313,58	73,92	1.142.705,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>601.224,00</b>	<b>1.434.620,89</b>	<b>2.035.844,89</b>	<b>535.161,87</b>	<b>865.069,59</b>	<b>44.317,10</b>	<b>371.261,71</b>	<b>18,24</b>	<b>1.664.583,18</b>
INVESTIMENTOS	561.224,00	1.324.620,89	1.885.844,89	506.654,31	734.865,12	15.809,54	241.057,24	12,78	1.644.787,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	40.000,00	110.000,00	150.000,00	28.507,56	130.204,47	28.507,56	130.204,47	86,80	19.795,53
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	902.000,00	-190.000,00	712.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	712.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>316.500,00</b>	<b>23.300,00</b>	<b>339.800,00</b>	<b>50.457,66</b>	<b>247.732,72</b>	<b>50.457,66</b>	<b>247.732,72</b>	<b>72,91</b>	<b>92.067,28</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	316.500,00	23.300,00	339.800,00	50.457,66	247.732,72	50.457,66	247.732,72	72,91	92.067,28
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>2.563.197,66</b>	<b>12.217.626,66</b>	<b>1.626.542,19</b>	<b>8.507.786,92</b>	<b>1.478.427,00</b>	<b>7.365.876,41</b>	<b>60,29</b>	<b>4.851.750,25</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>2.563.197,66</b>	<b>12.217.626,66</b>	<b>1.626.542,19</b>	<b>8.507.786,92</b>	<b>1.478.427,00</b>	<b>7.365.876,41</b>	<b>60,29</b>	<b>4.851.750,25</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.167.866,74	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>2.563.197,66</b>	<b>12.217.626,66</b>	<b>1.626.542,19</b>	<b>8.507.786,92</b>	<b>1.478.427,00</b>	<b>8.533.743,15</b>	<b>60,29</b>	<b>4.851.750,25</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 403.938,04

FONTE:

Continua 3/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Continuação 4/4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

---

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

---

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

---

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	5,00	0,00	5,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1,00	0,00	1,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	4,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	5,00	0,00	5,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	4,00	0,00	0,00	4,00
Investimentos	4,00	0,00	0,00	4,00
<b>TOTAL</b>	4,00	0,00	0,00	4,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				255.000,00	255.000,00	233.549,56	91,59
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				25.000,00	25.000,00	23.737,71	94,95
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				50.000,00	50.000,00	78.160,70	156,32
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				55.000,00	55.000,00	20.071,41	36,49
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				120.000,00	120.000,00	110.899,88	92,42
Dívida Ativa dos Impostos				5.000,00	5.000,00	679,86	13,60
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				8.118.000,00	8.118.000,00	7.225.416,76	89,00
Cota-Parte FPM				5.000.000,00	5.000.000,00	4.389.507,66	87,79
Cota-Parte ITR				7.000,00	7.000,00	7.256,18	103,66
Cota-Parte IPVA				125.000,00	125.000,00	144.322,47	115,46
Cota-Parte ICMS				2.900.000,00	2.900.000,00	2.633.210,63	90,80
Cota-Parte IPI-Exportação				65.000,00	65.000,00	38.887,52	59,83
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				21.000,00	21.000,00	12.232,30	58,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)				21.000,00	21.000,00	12.232,30	58,25
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>				<b>8.373.000,00</b>	<b>8.373.000,00</b>	<b>7.458.966,32</b>	<b>89,08</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
						Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>				<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		1.893.000,00	1.937.894,61	1.678.065,62	86,59	1.414.610,45	73,00
Pessoal e Encargos Sociais		1.031.000,00	981.949,63	763.336,86	77,74	738.611,86	75,22
Outras Despesas Correntes		862.000,00	955.944,98	914.728,76	95,69	675.998,59	70,72
DESPESAS DE CAPITAL		44.003,00	330.615,92	70.482,94	21,32	70.482,94	21,32
Investimentos		44.003,00	330.615,92	70.482,94	21,32	70.482,94	21,32

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	44.003,00	330.615,92	70.482,94	21,32	70.482,94	21,32
Investimentos	44.003,00	330.615,92	70.482,94	21,32	70.482,94	21,32
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	1.937.003,00	2.268.510,53	1.748.548,56	77,08	1.485.093,39	65,47
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	337.003,00	667.615,72	351.953,20	20,13	307.504,97	20,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	306.000,00	409.359,95	312.319,45	17,86	282.015,12	18,99
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	31.003,00	258.255,77	39.633,75	2,27	25.489,85	1,72
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	337.003,00	667.615,72	351.953,20	20,13	307.504,97	20,71
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	1.600.000,00	1.600.894,81	1.396.595,36	56,95	1.177.588,42	44,76
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4 e 5</sup>						15,79
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]</b> <sup>6</sup>						58.743,47

Continua 2/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	1.937.003,00	2.268.510,53	1.748.548,56	100,00	1.485.093,39	100,00
TOTAL	1.937.003,00	2.268.510,53	1.748.548,56	100,00	1.485.093,39	100,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4



Município de NOVO HORIZONTE, SC

Continuação 4/4

## FONTE:

- RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM PESSOAL
- <sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- <sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- <sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- <sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	9.654.429,00
Previsão Atualizada			—	9.654.429,00
Receitas Realizadas			1.833.591,65	8.533.743,15
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	93.263,60
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	9.654.429,00
Créditos Adicionais			—	2.563.197,66
Dotação Atualizada			—	12.217.626,66
Despesas Empenhadas			1.626.542,19	8.507.786,92
Despesas Liquidadas			1.478.427,00	7.365.876,41
Superavit Orçamentário			—	1.167.866,74
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.626.542,19	8.507.786,92
Despesas Liquidadas			1.478.427,00	7.365.876,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				9.871.274,96
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			166.298,91	573.912,72
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			43.429,84	169.974,68
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			122.869,07	403.938,04
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		175.875,61	-772.596,59	-439,29
Resultado Primário		-583.508,00	1.188.500,71	-203,68
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	32.263,54	32.263,54	0,00	0,00
EXECUTIVO	32.263,54	32.263,54	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	222.711,84	0,00	147.588,93	75.122,91
EXECUTIVO	122.353,68	0,00	116.000,00	6.353,68
LEGISLATIVO	100.358,16	0,00	31.588,93	68.769,23
TOTAL:	254.975,38	32.263,54	147.588,93	75.122,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.016.266,95	25%	27,03
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		582.890,17	60%	74,92
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	2,00
Despesa de Capital Líquida			371.261,71	1.664.583,18
				Continua 1

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	5,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	4,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.177.588,42	15,00	15,79

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
 ELI MARIOTT  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 MARCIO DE MACEDO  
 SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
 PRICILA CRESTANI  
 CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
 VALDEMAR P. GOBI  
 TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea " c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.337.929,00	11.877.826,66	1.576.084,53	8.260.054,20	1.427.969,34	7.118.143,69	96,64	59,93	4.759.682,97
Legislativa	416.000,00	413.700,00	45.663,47	277.656,27	52.324,32	266.465,90	3,62	64,41	147.234,10
Ação Legislativa	416.000,00	413.700,00	45.663,47	277.656,27	52.324,32	266.465,90	3,62	64,41	147.234,10
Administração	1.130.000,00	1.521.500,00	182.458,00	1.286.910,25	229.352,41	1.159.729,04	15,74	76,22	361.770,96
Administração Geral	1.130.000,00	1.521.500,00	182.458,00	1.286.910,25	229.352,41	1.159.729,04	15,74	76,22	361.770,96
Defesa Nacional	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Defesa Civil	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Segurança Pública	17.000,00	17.181,96	375,77	4.309,83	375,77	4.309,83	0,06	25,08	12.872,13
Policiamento	15.000,00	15.181,96	375,77	4.309,83	375,77	4.309,83	0,06	28,39	10.872,13
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Social	133.500,00	341.239,80	35.564,74	235.857,40	46.354,29	212.010,11	2,88	62,13	129.229,69
Assistência à Criança e ao Adolescente	42.500,00	42.500,00	3.316,00	8.890,15	3.316,00	8.890,15	0,12	20,92	33.609,85
Assistência Comunitária	91.000,00	298.739,80	32.248,74	226.967,25	43.038,29	203.119,96	2,76	67,99	95.619,84
Previdência Social	1.137.000,00	1.157.451,38	42.029,84	171.374,68	43.429,84	169.974,68	2,31	14,69	987.476,70
Previdência do Regime Estatutário	1.137.000,00	1.157.451,38	42.029,84	171.374,68	43.429,84	169.974,68	2,31	14,69	987.476,70
Saúde	1.921.003,00	2.308.374,75	172.961,93	1.798.430,51	320.096,03	1.509.364,20	20,49	65,39	799.010,55
Atenção Básica	1.857.003,00	2.188.510,53	172.961,93	1.688.202,78	288.637,13	1.424.747,61	19,34	65,10	763.762,92
Alimentação e Nutrição	64.000,00	119.864,22	0,00	110.227,73	31.458,90	84.616,59	1,15	70,59	35.247,63
Educação	2.015.154,00	2.816.718,92	823.146,83	2.189.395,96	373.795,61	1.681.647,71	22,83	59,70	1.135.071,21
Ensino Fundamental	1.667.153,00	2.407.106,92	760.123,93	1.934.810,61	303.772,71	1.427.062,36	19,37	59,29	980.044,56
Ensino Médio	190.001,00	142.712,00	27.396,09	88.671,62	27.396,09	88.671,62	1,20	62,13	54.040,38
Ensino Superior	50.000,00	100.000,00	8.644,66	50.891,95	8.644,66	50.891,95	0,69	50,89	49.108,05
Educação Infantil	52.000,00	109.000,00	18.463,79	79.231,35	18.463,79	79.231,35	1,08	72,69	29.768,65
Educação Especial	56.000,00	57.900,00	8.518,36	35.790,43	15.518,36	35.790,43	0,49	61,81	22.109,57
Cultura	65.004,00	55.004,00	189,94	49.337,54	9.819,94	39.707,54	0,54	72,19	15.296,46
Difusão Cultural	65.004,00	55.004,00	189,94	49.337,54	9.819,94	39.707,54	0,54	72,19	15.296,46
Urbanismo	167.201,00	119.306,18	21.731,59	77.174,85	11.680,50	64.623,76	0,88	54,17	54.682,42
Infra-Estrutura Urbana	50.002,00	5.002,00	0,00	4.999,80	0,00	4.999,80	0,07	99,96	2,20
Serviços Urbanos	117.199,00	114.304,18	21.731,59	72.175,05	11.680,50	59.623,96	0,81	52,16	54.680,22

Continua 1/3



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	9.337.929,00	11.877.826,66	1.576.084,53	8.260.054,20	1.427.969,34	7.118.143,69	96,64	59,93	4.759.682,97
Habitação	52.002,00	52.407,00	5.639,33	5.639,33	0,00	0,00	0,00	0,00	52.407,00
Habitação Rural	52.002,00	52.407,00	5.639,33	5.639,33	0,00	0,00	0,00	0,00	52.407,00
Agricultura	1.119.006,00	1.305.883,67	122.608,73	1.135.940,42	190.173,12	1.060.486,70	14,40	81,21	245.396,97
Recursos Hídricos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Promoção da Produção Vegetal	9.000,00	9.000,00	0,00	2.800,00	0,00	2.800,00	0,04	31,11	6.200,00
Promoção da Produção Animal	60.000,00	60.000,00	860,00	55.061,20	5.210,00	55.061,20	0,75	91,77	4.938,80
Extensão Rural	1.010.005,00	1.196.882,67	121.748,73	1.078.079,22	184.963,12	1.002.625,50	13,61	83,77	194.257,17
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Energia Elétrica	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Indústria	55.001,00	15.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,00
Promoção Industrial	55.001,00	15.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,00
Transporte	937.054,00	1.582.054,00	105.300,35	895.156,31	125.526,52	830.477,26	11,27	52,49	751.576,74
Transporte Rodoviário	937.054,00	1.582.054,00	105.300,35	895.156,31	125.526,52	830.477,26	11,27	52,49	751.576,74
Desporto e Lazer	168.003,00	167.003,00	18.414,01	132.870,85	25.040,99	119.346,96	1,62	71,46	47.656,04
Desporto Comunitário	168.003,00	167.003,00	18.414,01	132.870,85	25.040,99	119.346,96	1,62	71,46	47.656,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	316.500,00	339.800,00	50.457,66	247.732,72	50.457,66	247.732,72	3,36	72,91	92.067,28
Legislativa	4.000,00	6.300,00	1.047,44	4.544,71	1.047,44	4.544,71	0,06	72,14	1.755,29
Ação Legislativa	4.000,00	6.300,00	1.047,44	4.544,71	1.047,44	4.544,71	0,06	72,14	1.755,29
Administração	47.500,00	47.500,00	7.650,99	38.137,66	7.650,99	38.137,66	0,52	80,29	9.362,34
Administração Geral	47.500,00	47.500,00	7.650,99	38.137,66	7.650,99	38.137,66	0,52	80,29	9.362,34
Assistência Social	6.500,00	8.500,00	962,72	5.462,72	962,72	5.462,72	0,07	64,27	3.037,28
Assistência Comunitária	6.500,00	8.500,00	962,72	5.462,72	962,72	5.462,72	0,07	64,27	3.037,28
Saúde	80.000,00	80.000,00	12.689,71	60.345,78	12.689,71	60.345,78	0,82	75,43	19.654,22
Atenção Básica	80.000,00	80.000,00	12.689,71	60.345,78	12.689,71	60.345,78	0,82	75,43	19.654,22
Educação	100.500,00	110.500,00	15.920,16	76.429,90	15.920,16	76.429,90	1,04	69,17	34.070,10
Ensino Fundamental	93.000,00	103.000,00	14.680,84	71.472,68	14.680,84	71.472,68	0,97	69,39	31.527,32
Educação Infantil	7.500,00	7.500,00	1.239,32	4.957,22	1.239,32	4.957,22	0,07	66,10	2.542,78

Continua 2/3

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	316.500,00	339.800,00	50.457,66	247.732,72	50.457,66	247.732,72	3,36	72,91	92.067,28
Agricultura	50.000,00	50.000,00	7.302,42	35.468,57	7.302,42	35.468,57	0,48	70,94	14.531,43
Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	7.302,42	35.468,57	7.302,42	35.468,57	0,48	70,94	14.531,43
Transporte	23.000,00	31.000,00	3.996,04	22.923,14	3.996,04	22.923,14	0,31	73,95	8.076,86
Transporte Rodoviário	23.000,00	31.000,00	3.996,04	22.923,14	3.996,04	22.923,14	0,31	73,95	8.076,86
Desporto e Lazer	5.000,00	6.000,00	888,18	4.420,24	888,18	4.420,24	0,06	73,67	1.579,76
Desporto Comunitário	5.000,00	6.000,00	888,18	4.420,24	888,18	4.420,24	0,06	73,67	1.579,76
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>9.654.429,00</b>	<b>12.217.626,66</b>	<b>1.626.542,19</b>	<b>8.507.786,92</b>	<b>1.478.427,00</b>	<b>7.365.876,41</b>	<b>100,00</b>	<b>60,29</b>	<b>4.851.750,25</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.003.818,16</b>	<b>1.413.587,58</b>	<b>952.714,98</b>	<b>1.066.727,41</b>	<b>790.537,29</b>	<b>914.638,93</b>	<b>1.044.251,79</b>	<b>980.143,73</b>	<b>864.848,50</b>	<b>914.395,11</b>	<b>977.039,45</b>	<b>938.580,71</b>	<b>11.861.283,64</b>	<b>10.988.004,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	22.417,02	31.580,54	20.366,00	30.800,93	22.894,56	41.929,48	24.316,30	33.604,00	21.053,15	27.210,85	27.324,64	21.648,68	325.146,15	299.000,00
I.P.T.U.	397,67	979,02	0,00	23,70	0,00	20.094,19	1.343,80	494,02	537,47	1.158,36	17,46	68,71	25.114,40	25.000,00
I.R.R.F	11.021,11	18.171,09	12.617,03	12.614,87	11.030,27	12.590,70	7.971,02	10.259,86	10.478,88	11.060,88	10.521,89	11.754,48	140.092,08	120.000,00
I.S.S.	4.972,23	5.466,60	2.035,11	1.998,58	2.274,40	1.846,97	1.841,42	1.142,59	2.018,20	2.637,38	2.163,62	2.113,14	30.510,24	55.000,00
I.T.B.I.	4.569,20	1.962,18	5.368,94	3.979,22	6.844,42	2.999,61	10.930,56	20.277,86	7.522,07	9.678,69	5.791,33	4.768,00	84.692,08	50.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.456,81	5.001,65	344,92	12.184,56	2.745,47	4.398,01	2.229,50	1.429,67	496,53	2.675,54	8.830,34	2.944,35	44.737,35	49.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.542,97	69.844,46	18.964,17	18.563,73	20.704,89	20.774,09	20.257,32	20.054,86	20.127,82	20.111,58	19.736,17	20.701,13	288.383,19	225.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	45.121,63	162.115,14	44.997,50	2.946,33	3.143,61	3.435,73	3.485,85	3.784,66	4.482,90	4.628,16	5.131,73	77.810,41	361.083,65	672.001,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	150,00	900,00	390,00	330,00	180,00	420,00	0,00	0,00	60,00	270,00	270,00	360,00	3.330,00	4.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	21,00	21,00	21,00	38,00	21,00	38,00	21,00	38,00	21,00	21,00	38,00	55,00	354,00	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	8.293,66	14.553,16	0,00	3.930,00	595,98	2.833,10	4.477,96	3.551,71	4.759,90	9.483,47	7.972,03	5.517,17	65.968,14	144.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	908.877,11	1.126.934,04	864.946,66	1.008.779,75	740.766,53	843.496,58	990.486,13	918.456,10	812.117,48	851.535,89	913.674,27	810.342,89	10.790.413,43	9.582.003,00
Cota-Parte do F.P.M.	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	325.915,82	423.915,46	466.148,99	352.683,71	5.546.424,81	5.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	259.504,96	262.324,77	263.047,30	236.227,23	223.015,88	268.907,73	267.234,42	250.314,12	318.026,94	260.521,26	276.800,02	269.115,73	3.155.040,36	2.900.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.457,79	3.392,32	8.256,81	9.149,69	17.346,20	15.454,34	14.769,06	16.992,52	19.164,93	15.352,78	15.407,34	12.428,80	153.172,58	125.000,00
Cota-Parte do ITR.	31,21	0,00	44,53	12,27	370,21	0,00	34,81	39,29	16,28	12,03	3.629,24	3.097,52	7.287,39	7.000,00
Outras Transferências Correntes	137.172,44	82.033,95	50.039,79	64.147,13	72.550,95	89.666,03	70.540,44	112.010,08	70.102,10	66.722,95	66.428,41	89.751,86	971.166,13	664.003,00
Transferências da LC 61/1989	3.987,60	4.578,76	4.699,38	3.608,32	3.185,36	2.920,80	3.927,60	4.090,70	4.029,44	4.311,53	3.921,87	4.192,52	47.453,88	65.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.214,97	1.214,97	0,00	0,00	0,00	4.892,92	1.223,23	1.223,23	1.223,23	1.223,23	1.223,23	1.223,23	14.662,24	21.000,00
Transferências do FUNDEB	60.881,28	57.098,98	79.653,11	77.822,89	68.483,97	79.874,41	84.190,10	76.121,22	73.638,74	79.476,65	80.115,17	77.849,52	895.206,04	800.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	394,77	7.639,24	3.029,65	1.338,67	2.230,72	1.711,95	1.207,23	654,40	2.226,25	1.134,16	2.892,61	2.145,43	26.605,08	60.000,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>159.087,33</b>	<b>222.269,39</b>	<b>164.461,04</b>	<b>190.357,30</b>	<b>139.455,71</b>	<b>154.021,31</b>	<b>185.858,25</b>	<b>164.720,66</b>	<b>152.498,01</b>	<b>160.332,94</b>	<b>149.181,13</b>	<b>147.765,61</b>	<b>1.990.008,68</b>	<b>1.830.600,00</b>
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	34.779,05	556,81	0,00	591,32	1.182,64	591,32	591,32	591,32	591,32	591,32	591,32	40.657,74	1.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	16.922,84	33.579,48	16.853,65	16.995,54	18.689,66	18.047,61	18.116,02	18.064,62	18.231,57	18.231,70	17.858,04	18.626,21	230.216,94	206.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	142.164,49	153.910,86	147.050,58	173.361,76	120.174,73	134.791,06	167.150,91	146.064,72	133.675,12	141.509,92	130.731,77	128.548,08	1.719.134,00	1.623.600,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>844.730,83</b>	<b>1.191.318,19</b>	<b>788.253,94</b>	<b>876.370,11</b>	<b>651.081,58</b>	<b>760.617,62</b>	<b>858.393,54</b>	<b>815.423,07</b>	<b>712.350,49</b>	<b>754.062,17</b>	<b>827.858,32</b>	<b>790.815,10</b>	<b>9.871.274,96</b>	<b>9.157.404,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	847.000,00	847.000,00	116.547,57	329.711,60	1.720.291,66
RECEITAS CORRENTES	847.000,00	847.000,00	116.547,57	329.711,60	1.720.291,66
Receita de Contribuições dos Segurados	206.000,00	206.000,00	36.484,25	179.714,62	164.725,70
Pessoal Civil	206.000,00	206.000,00	36.484,25	179.714,62	164.725,70
Ativo	205.000,00	205.000,00	36.484,25	179.714,62	164.725,70
Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	1.000,00	1.000,00	1.182,64	5.878,69	0,00
Receita Patrimonial	640.000,00	640.000,00	78.880,68	144.118,29	1.555.565,96
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	640.000,00	640.000,00	78.880,68	144.118,29	1.555.565,96
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	290.000,00	290.000,00	49.751,34	244.201,12	224.722,44
RECEITAS CORRENTES	290.000,00	290.000,00	49.751,34	244.201,12	224.722,44
Receita de Contribuições Patronais	290.000,00	290.000,00	49.751,34	244.201,12	224.722,44
Pessoal Civil	290.000,00	290.000,00	49.751,34	244.201,12	224.722,44
Ativo	290.000,00	290.000,00	49.751,34	244.201,12	224.722,44
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 2/4

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>1.137.000,00</b>	<b>1.137.000,00</b>	<b>166.298,91</b>	<b>573.912,72</b>	<b>1.945.014,10</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	235.000,00	445.451,38	43.429,84	169.974,68	125.574,72
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	39.481,92
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	39.481,92
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	235.000,00	445.451,38	43.429,84	169.974,68	86.092,80
Pessoal Civil	0,00	0,00	36.183,12	135.517,94	86.092,80
Aposentadorias	0,00	0,00	10.424,38	52.053,94	53.799,81
Pensões	0,00	0,00	3.752,12	18.760,60	19.420,69
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	22.006,62	64.703,40	12.872,30
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	235.000,00	445.451,38	7.246,72	34.456,74	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Demais Despesas Previdenciárias	235.000,00	445.451,38	7.246,72	34.456,74	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>235.000,00</b>	<b>445.451,38</b>	<b>43.429,84</b>	<b>169.974,68</b>	<b>125.574,72</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>902.000,00</b>	<b>691.548,62</b>	<b>122.869,07</b>	<b>403.938,04</b>	<b>1.819.439,38</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			712.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	9.344.475,74	8.604.153,30	8.722.048,93
Investimentos	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de NOVO HORIZONTE - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FONTE:

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

---

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

---

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

---

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

---

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	406.488,85	304.791,94	276.284,38
DEDUÇÕES (II)	179.189,90	595.497,63	821.582,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	211.453,44	697.175,73	935.936,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	32.263,54	101.678,10	114.354,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	227.298,95	-290.705,69	-545.297,64
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>227.298,95</b>	<b>-290.705,69</b>	<b>-545.297,64</b>
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>		<b>-254.591,95</b>	<b>-772.596,59</b>

<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>175.875,61</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	9.039.618,34	9.320.687,31	8.603.398,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.039.618,34	9.320.687,31	8.604.153,30
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	755,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-9.039.618,34	-9.320.687,31	-8.603.398,30
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-9.039.618,34</b>	<b>-9.320.687,31</b>	<b>-8.603.398,30</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>8.984.403,00</b>	<b>1.623.329,51</b>	<b>8.112.817,19</b>	<b>7.384.024,41</b>
Receita Tributária	299.000,00	48.973,32	271.148,59	279.241,41
I.P.T.U.	25.000,00	86,17	23.737,71	22.449,83
I.S.S.	55.000,00	4.276,76	20.071,41	29.887,23
I.T.B.I.	59.000,00	10.559,33	78.160,70	86.543,88
I.R.R.F.	120.000,00	22.276,37	110.899,88	107.724,58
Outras Receitas Tributárias	120.000,00	11.774,69	38.278,89	32.635,89
Receita de Contribuição	515.000,00	90.188,64	444.196,88	404.066,58
Receitas Previdenciárias	497.000,00	87.418,23	429.794,43	389.448,14
Outras Contribuições	18.000,00	2.770,41	14.402,45	14.618,44
Receita Patrimonial Líquida	2.000,00	180,00	1.643,70	60,00
Receita Patrimonial	672.001,00	82.942,14	153.846,88	1.573.211,98
(-) Aplicações Financeiras	672.001,00	82.762,14	152.203,18	1.573.151,98
Transferências Correntes	7.958.403,00	1.464.737,31	7.331.543,63	6.618.243,10
F.P.M.	4.000.000,00	677.760,37	3.533.857,70	3.183.803,34
I.C.M.S.	2.320.000,00	436.732,77	2.106.569,38	1.852.076,97
Convênios	2.320.000,00	27.696,44	143.049,30	335.591,46
Outras Transferências Correntes	1.638.403,00	322.547,73	1.548.067,25	1.246.771,33
Demais Receitas Correntes	210.000,00	19.250,24	64.284,39	82.413,32
Dívida Ativa	42.000,00	861,11	10.399,32	16.704,27
Diversas Receitas Correntes	168.000,00	18.389,13	53.885,07	65.709,05
	168.000,00			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>25,00</b>	<b>127.500,00</b>	<b>268.722,78</b>	<b>919.669,51</b>
Operações de Crédito (III)	2,00	0,00	0,00	370.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	2,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5,00	0,00	0,00	80.200,00
Transferências de Capital	18,00	127.500,00	268.722,78	469.469,51
Convênios	18,00	127.500,00	268.722,78	469.469,51
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>127.500,00</b>	<b>268.722,78</b>	<b>469.469,51</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>8.984.421,00</b>	<b>1.750.829,51</b>	<b>8.381.539,97</b>	<b>7.853.493,92</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>9.464.781,77</b>	<b>1.434.109,90</b>	<b>6.994.614,70</b>	<b>7.735.964,52</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.030.262,36	732.114,63	3.712.668,44	3.692.606,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	52.500,00	5.900,07	42.632,68	12.387,44
Outras Despesas Correntes	4.382.019,41	696.095,20	3.239.313,58	4.030.970,41
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>9.412.281,77</b>	<b>1.428.209,83</b>	<b>6.951.982,02</b>	<b>7.723.577,08</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>2.035.844,89</b>	<b>44.317,10</b>	<b>371.261,71</b>	<b>999.925,43</b>
Investimentos	1.885.844,89	15.809,54	241.057,24	980.720,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	1.885.844,89	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>2.035.844,89</b>	<b>44.317,10</b>	<b>371.261,71</b>	<b>999.925,43</b>
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	150.000,00	28.507,56	130.204,47	19.204,50
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.885.844,89</b>	<b>15.809,54</b>	<b>241.057,24</b>	<b>980.720,93</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>717.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>12.015.126,66</b>	<b>1.444.019,37</b>	<b>7.193.039,26</b>	<b>8.704.298,01</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.030.705,66</b>	<b>306.810,14</b>	<b>1.188.500,71</b>	<b>-850.804,09</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	93.263,60	0,00
Superávit Financeiro	-	-	93.263,60	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-583.508,00</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	32.263,54	-	32.263,54	-	-	222.711,84	153.942,61	147.588,93	-	75.122,91
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	32.263,54	0,00	32.263,54	0,00	0,00	122.353,68	122.353,68	116.000,00	0,00	6.353,68
SECRET. AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.353,68	106.353,68	100.000,00	0,00	6.353,68
SECRET. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	32.263,54	0,00	32.263,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.358,16	31.588,93	31.588,93	0,00	68.769,23
CÂMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.358,16	31.588,93	31.588,93	0,00	68.769,23
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>32.263,54</b>	<b>0,00</b>	<b>32.263,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>222.711,84</b>	<b>153.942,61</b>	<b>147.588,93</b>	<b>0,00</b>	<b>75.122,91</b>

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	255.000,00	255.000,00	37.259,98	233.549,56	91,59
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	29.000,00	29.000,00	147,52	24.404,38	84,15
1.1.1- IPTU	25.000,00	25.000,00	86,17	23.737,71	94,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.000,00	4.000,00	61,35	666,67	16,67
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	10.559,33	78.160,70	156,32
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	10.559,33	78.160,70	156,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do imposto sobre serviços de Qualquer Natureza - ISS	56.000,00	56.000,00	4.276,76	20.084,60	35,87
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	4.276,76	20.071,41	36,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	0,00	13,19	1,32
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	22.276,37	110.899,88	92,42
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	22.276,37	110.899,88	92,42
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	8.118.000,00	8.118.000,00	1.409.872,20	7.225.416,76	89,00
2.1- Cota-Parte FPM	5.000.000,00	5.000.000,00	818.832,70	4.389.507,66	87,79
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.000.000,00	5.000.000,00	818.832,70	4.389.507,66	87,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.900.000,00	2.900.000,00	545.915,75	2.633.210,63	90,80
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	21.000,00	21.000,00	2.446,46	12.232,30	58,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	65.000,00	65.000,00	8.114,39	38.887,52	59,83
2.5- Cota-Parte ITR	7.000,00	7.000,00	6.726,76	7.256,18	103,66
2.6- Cota-Parte IPVA	125.000,00	125.000,00	27.836,14	144.322,47	115,46
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>8.373.000,00</b>	<b>8.373.000,00</b>	<b>1.447.132,18</b>	<b>7.458.966,32</b>	<b>89,08</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	75.000,00	75.000,00	16.613,04	83.437,98	111,25
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	75.000,00	75.000,00	16.613,04	83.437,98	111,25
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	2,00	2,00	27.696,44	143.049,30	7.152.465,00
6.1- Transferências de Convênios	2,00	2,00	27.696,44	143.049,30	7.152.465,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	107.002,00	107.002,00	17.573,26	63.684,41	59,52
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>182.004,00</b>	<b>182.004,00</b>	<b>61.882,74</b>	<b>290.171,69</b>	<b>159,43</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Ate o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.623.600,00	1.623.600,00	258.279,85	1.423.058,65	87,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.000.000,00	1.000.000,00	141.072,33	855.649,96	85,56
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	580.000,00	580.000,00	109.182,98	526.641,25	90,80
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.200,00	4.200,00	489,28	2.446,42	58,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	13.000,00	13.000,00	1.622,87	7.777,49	59,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.400,00	1.400,00	1.345,34	1.451,17	103,66
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	25.000,00	25.000,00	5.567,05	29.092,36	116,37
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	805.000,00	805.000,00	158.310,90	778.064,88	96,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	800.000,00	800.000,00	157.964,69	777.225,78	97,15
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	346,21	839,10	16,78
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-823.600,00</b>	<b>-823.600,00</b>	<b>-101.315,16</b>	<b>-645.832,87</b>	<b>78,42</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

Continuação 2/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	480.000,00	590.776,65	125.647,10	582.890,17	98,67
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	480.000,00	590.776,65	125.647,10	582.890,17	98,67
14- OUTRAS DESPESAS	325.000,00	325.000,00	24.649,33	136.751,09	42,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	325.000,00	325.000,00	24.649,33	136.751,09	42,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	805.000,00	915.776,65	150.296,43	719.641,26	78,58
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL <sup>1</sup> ((13 – 18) / (11) x 100) %					74,92
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 <sup>2</sup>				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.093.250,00	2.093.250,00	361.783,05	1.864.741,58	89,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	59.500,00	116.500,00	19.703,11	84.188,57	72,26
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	59.500,00	116.500,00	19.703,11	84.188,57	72,26
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.605.150,00	1.735.926,65	259.194,47	1.287.861,26	74,19
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	805.000,00	915.776,65	150.296,43	719.641,26	78,58
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	800.150,00	820.150,00	108.898,04	568.220,00	69,28
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.664.650,00	1.852.426,65	278.897,58	1.372.049,83	74,07
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-645.832,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					839,10
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					776,65
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-644.217,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.016.266,95
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					27,03

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	75.000,00	97.000,00	35.792,33	83.437,98	86,02
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	144.003,00	797.044,49	54.925,65	211.852,39	26,58
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	219.003,00	894.044,49	90.717,98	295.290,37	33,03
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.883.653,00	2.746.471,14	369.615,56	1.667.340,20	60,71
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	776,65	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	777.225,78	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	759.204,92	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	839,10	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	19.636,61	0,00

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 776,65, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de NOVO HORIZONTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2,00	0,00		2,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.035.844,89	371.261,71	0,00	1.664.583,18
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.035.844,89	371.261,71	0,00	1.664.583,18
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.035.842,89	-371.261,71		-1.664.581,18

FONTE:

NOVO HORIZONTE, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
ELI MARIOTT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
MARCIO DE MACEDO  
SECRETARIO SAF

\_\_\_\_\_  
PRICILA CRESTANI  
CONTROLADORA INTERNA

\_\_\_\_\_  
VALDEMAR P. GOBI  
TÉC.CONTÁBIL CRC/SC 17691-0



# Palhoça

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.901, de 08 de Novembro de 2013.

LEI Nº 3.901, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

PROGRAMA MAIS MEDICOS PARA O BRASIL. Institui Bolsa Moradia e Alimentação para Médico participante do Programa Mais Médicos para o Brasil e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituída no âmbito do Município de Palhoça, a Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" criado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde.

Art. 2º Os Médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" serão selecionados, contratados e remunerados pelo Ministério da Saúde, nos termos da Medida Provisória nº 621/2013 e da Portaria Interministerial nº 1.369, de 08 de julho de 2013, estando estes profissionais vinculados ao Ministério da Saúde, competindo ao Município de Palhoça tão somente a responsabilidade pelo custeio de despesas com moradia, alimentação e de transporte, quando necessário, dos referidos profissionais nos valores estabelecidos nesta LEI.

Art. 3º A Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" disponibilizados pelo Ministério da Saúde para atuar no âmbito do Município de Palhoça fica fixada nos seguintes valores:

I - para auxílio moradia - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

II - para auxílio alimentação - R\$ 259,00 (duzentos e cinquenta e nove reais).

§ 1º Será repassado ao Médico citado no caput deste artigo o valor total mensal de R\$ 1.759,00 (um mil setecentos e cinquenta e nove reais), sendo possibilitado ao profissional fazer remanejamentos dos gastos efetuados com moradia e alimentação, em conformidade com suas necessidades.

§ 2º Em havendo necessidade o Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, poderá disponibilizar veículos para fazer os deslocamentos necessários.

Art. 4º Ficam excluídos do direito à Bolsa Moradia e Alimentação criada por esta Lei os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" já anteriormente domiciliados no âmbito do Município de Palhoça.

Art. 5º A bolsa instituída por esta Lei não se caracteriza como pagamento por contraprestação de serviço prestado ao Município, contudo, fica o Médico beneficiado responsável pela prestação de contas, devendo comprovar a despesa destinada à moradia.

Art. 6º As despesas com a instituição da Bolsa Moradia e Alimentação para os médicos participantes do "Programa Mais Médicos para o Brasil" criada por esta Lei serão custeadas por recursos próprios 3390/0002, previsto no orçamento do Município de Palhoça.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de novembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### Resultado Pregão Nº 185/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 185/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de hidrômetros para instalações residenciais e comerciais para a Águas de Palhoça, neste Município., de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

FAE TECNOLOGIA FERRAGENS E APARELHOS ELÉTRICOS ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 385.850,00,00 (trezentos e oitenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

N.B. FALCE E CIA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 03 e 04, totalizando R\$ 66.040,00 (sessenta e seis mil e quarenta reais).

Palhoça, 11 de novembro de 2013.

### Extrato de Ata de Registro de Preços Nº034/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º034/2013 – Pregão Presencial 11/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA. OBJETO: aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas, construção e equipamentos, para manutenção das unidades de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 07/05/2013 a 06/05/2014.

#### Lote 01 – Materiais hidráulicos e outros

Item	Quant.	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
01	30	pç	Adaptador ¾ Cola e Rosca	KRONA	R\$0,2733	R\$8,20
02	30	pç	Adaptador 1 ½ Cola x Rosca	KRONA	R\$1,8198	R\$54,59
05	03	m3	Areia média	PEIXER	R\$69,599	R\$208,80
06	10	saco	Argamassa 20 kilos	QUARTI-ZOLITE	R\$9,6756	R\$96,76
07	60	unid.	Assento plástico para vaso sanitário, com base e tampa de plástico soprado – utilizado para fixação na do vaso, parafusos e borboletas em material plástico, conforme NBR	KRONA	R\$9,9143	R\$594,86
09	20	pç	Bóia para caixa d'água ½	MISTER	R\$4,2163	R\$84,33
10	20	pç	Bóia para caixa d'água ¾	MISTER	R\$4,2163	R\$84,33
11	04	m3	Brita nº 1	PEIXER	R\$81,532	R\$326,13
16	100	pç	Bucha 8, com parafuso	PEIXER	R\$0,2088	R\$20,88
17	100	pç	Bucha 10, com parafuso	PEIXER	R\$0,2088	R\$20,88
18	200	pç	Bucha 6, com parafuso	PEIXER	R\$0,1293	R\$25,86

19	100	pç	Bucha 8, com parafuso para lavatório	NACIONAL	R\$2,6253	R\$262,53
20	15	pç	Cadeado 30 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado	PADO	R\$11,2965	R\$169,45
21	15	pç	Cadeados de 35 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas chaves em latão cromado	PADO	R\$14,0212	R\$210,32
22	15	pç	Cadeados de 40 mm corpo em latão maciço, haste em aço temperado, com duas Chaves em latão cromado	PADO	R\$15,8311	R\$237,47
23	10	pç	Caixa de descarga, plástico resistente	ALUMINOSA	R\$13,9815	R\$139,82
28	10	Barra	Cano de PVC para esgoto – 50mm, barra 6 metros	KRONA	R\$25,2581	R\$252,58
44	20	saca	Cimento saco com 25 kg	VOTORAM	R\$23,8659	R\$477,32
45	20	saca	Cimento saco com 50 kg	VOTORAM	R\$28,838	R\$576,76
46	10	pote	Cola adesiva pvc para conexões hidráulicas, apresentação pote de 175g, tipo colagem rápida, com pincel aplicador	KRONA	R\$7,2891	R\$72,89
52	30	pç	Disco de 3 pontas 10", para roçadeira lateral	NAKASHI	R\$21,8672	R\$656,02
56	30	pç	Dobradiça 3 1/2" cartela	NACIONAL	R\$5,6682	R\$170,05
57	30	pç	Dobradiça 3" cartela	NACIONAL	R\$4,3356	R\$130,07
58	10	pç	Engate (bico tipo pistola) para mangueira de jardim 1/2 , plástico resistente.	MISTER	R\$2,0883	R\$20,88
66	10	unid.	Fechadura com maçaneta para porta de alumínio e/ou ferro.	ALUSUPRA	R\$48,2788	R\$482,79
67	20		Fechadura externa completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta alumínio testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves	ALIANÇA	R\$24,7012	R\$
68	40	unid.	Fechadura interna completa para porta de madeira, com espelho, maçaneta alumínio testa e contra testa em aço inoxidável cilindro em latão, acabamento cromado, com 2 chaves	ALIANÇA	R\$19,8982	R\$795,93
74	20	rolo	Fita veda rosca	MISTER	R\$1,33	R\$26,65
78	50	pç	Joelho 25, soldável	KRONA	R\$0,1989	R\$9,95

79	40	pç	Joelho 25, soldável 25 1/2 com rosca	KRONA	R\$0,8552	R\$34,21
80	40	pç	Joelho de PVC de 40mm para esgoto	KRONA	R\$0,4674	R\$18,70
81	20	pç	Joelho de PVC, 50mm para esgoto	KRONA	R\$0,9845	R\$19,69
82	40	unid.	Lâmina com 18 dentes de wídia, para serra circular elétrica.	MISTER	R\$15,0057	R\$600,23
88	20	pç	Luva de correr de 25mm	KRONA	R\$4,992	R\$99,84
89	20	pç	Luva 25, roscável	KRONA	R\$1,4916	R\$29,83
90	15	pç	Luva de correr de 25mm soldável	KRONA	R\$7,8459	R\$117,69
91	300	Me-tro	Mangueira de jardim, material silicone traçado em nylon, diâmetro 1/2, espessura 2, cor amarela	NACIONAL	R\$1,7402	R\$522,06
93	02	rolo	Nylon para roçadeira elétrica, rolo com aproximadamente 3 metros bitola 1.8mm	NAKASHI	R\$52,1272	R\$104,25
102	05	unid.	Porta interna de madeira, medidas 0,80m x 2,10 –	FLOR DO SOL	R\$112,16	R\$560,80
103	07	kg	Prego 12x12	GERDAU	R\$11,0479	R\$77,34
104	05	kg	Prego 15x21	GERDAU	R\$8,6514	R\$43,26
105	05	kg	Prego 17x 27	GERDAU	R\$7,5874	R\$37,94
110	15	pct	Rejunto, pacote com 1 kg	NACIONAL	R\$2,0783	R\$31,17
111	04	pç	Reparos de caixa acoplada, conjunto	BLUKIT	R\$98,447	R\$984,47
119	10	pç	Sifão duplo, tipo Y	MISTER	R\$12,5097	R\$500,39
120	20	pç	Sifão sanfonado longo	MISTER	R\$9,606	R\$192,12
121	40	pç	Sifão sanfonado universal	MISTER	R\$5,1908	R\$207,63
122	10	tubo	Silicone, tubo com 280 gramas	TYTAN	R\$8,7807	R\$87,81
125	10	pç	Tambor para fechadura externa	ALIANÇA	R\$20,8926	R\$208,93
126	30	pç	Tambor para fechadura interna	ALIANÇA	R\$20,8926	R\$626,78
127	20	pç	Tampa para fossa séptica de 50	PEIXER	R\$38,7822	R\$775,64
128	20	pç	Tampa para fossa séptica de 80	PEIXER	R\$38,7822	R\$775,64
129	30	pç	Tê azul 25 1/2	KRONA	R\$3,2219	R\$96,66
130	30	pç	Tê azul 25 1/2 com rosca	KRONA	R\$3,2219	R\$96,66
131	500	unid.	Telha cerâmica francesa	SILVA	R\$1,9789	R\$989,45
132	20	unid.	Telha comunheira de amianto 6 mm	ETERMIT	R\$41,7356	R\$834,71
133	40	unid.	Telha de amianto 0,50 x 2,44 x 6mm	ETERMIT	R\$41,7356	R\$1669,42
136	2000	unid.	Tijolo, material barro cozido, tipo furado, comprimento 19, largura 14, espessura 9, quantidade furos 6, aplicação construção civil	SILVA	R\$0,4177	R\$835,40
141	20	unid.	Torneira para lavatório 25mm, 1/2, de plástico mesa	HERC	R\$11,3164	R\$226,33

142	50	unid.	Torneira para lavatório 25mm, 1/2, de plástico parede	HERC	R\$11,3164	R\$565,82
143	20	unid.	Torneira para lavatório 25mm, 3/4, de plástico mesa	HERC	R\$8,9994	R\$179,99
144	20	unid.	Torneira para lavatório 25mm, 3/4, de plástico parede	HERC	R\$8,9994	R\$179,99
147	10	par	Trinco para porta, aproximadamente 7 cm	LOTH	R\$5,7278	R\$57,28
148	30	pç	Válvula de lavatório cromada sem ladrão	NACIO-NAL	R\$12,3208	R\$246,42
149	20	pç	Válvula de pia metal curta	NACIO-NAL	R\$20,2164	R\$404,33
R\$19.750,00						

## Lote 03 – Ferramentas

Item	Quant	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
03	05	unid.	alicate universal 8" ansinho 14 dentes c/ cabo	DISMA	R\$10,15	R\$50,75
04	04	unid.	Broca aço rápido 3	MISTER	R\$6,34	R\$25,36
12	10	pç	Broca aço rápido 4	IRWIN	R\$4,00	R\$40,00
13	10	pç	Broca aço rápido 8	IRWIN	R\$3,61	R\$36,10
14	10	pç	Broca aço rápido 8	IRWIN	R\$10,35	R\$103,50
15	10	pç	Broca aço rápido 8 longa	IRWIN	R\$57,69	R\$576,90
			Caixa para ferramenta, tamanho 19", material policarbonato de alta resistencia, fecho metálico, com 3 organizadores removíveis na tampa, dimensões aproximadas: (cxlxa)			
25	02	unid.	48x26x24cm	FERCAR	R\$44,72	R\$89,44
34	03	jogo	Chave de boca, 6 a 22mm	MISTER	R\$72,79	R\$218,37
35	10	unid.	Chave de fenda comum, cabo plástico, tamanho 1/4 x 8	MISTER	R\$6,20	R\$62,00
36	10	unid.	Chave de fenda comum, cabo plástico, tamanho 3/16 x 6	MISTER	R\$4,89	R\$48,90
37	10	unid.	Chave de fenda comum, cabo plástico, tamanho 5/16 x 8	MISTER	R\$8,56	R\$85,60
38	04	unid.	Chave grifo, tamanho 14"	BRASFORT	R\$22,73	R\$90,62
39	10	unid.	Chave philips 1/8 x 3" 1	DISMA	R\$1,47	R\$14,70
40	10	unid.	Chave philips 3/16 x 4"	DISMA	R\$1,71	R\$17,10
41	10	unid.	Chave phillips 1/4 x 5"	MISTER	R\$5,60	R\$56,00
42	10	unid.	Chave phillips 3/16 x 3"	MISTER	R\$4,19	R\$41,90
43	08	unid.	Chave teste isolante	MISTER	R\$2,99	R\$23,92
47	03	unid.	Colher de pedreiro, metal, cabo de madeira, tamanho 8	MISTER	R\$6,03	R\$18,09
48	03	unid.	Colher de pedreiro, metal, cabo de madeira, tamanho 9	MISTER	R\$6,19	R\$18,57

49	03	unid.	Desempenadeira aço com dente	NACIONAL	R\$5,67	R\$17,01
50	03	unid.	Desempenadeira de aço lisa	NACIONAL	R\$5,67	R\$17,01
51	03	unid.	Desempenadeira em madeira 17x30 com espuma	MOMFORT	R\$7,27	R\$21,81
59	05	unid.	Enxada 2.5 Estreita (1ª linha), com cabo	PARABONI	R\$14,82	R\$74,10
60	05	unid.	Enxada 2.5 Larga s/c (1ª linha), com cabo	PARABONI	R\$14,82	R\$74,10
62	05	unid.	Espátula 10 cm	MISTER	R\$4,38	R\$21,90
63	05	unid.	Espátula 12 cm	MISTER	R\$5,90	R\$29,50
64	05	unid.	Espátula 4 cm	MISTER	R\$3,16	R\$15,80
65	05	unid.	Espátula 8 cm	MISTER	R\$4,00	R\$20,00
92	04	Unid.	Martelo de carpinteiro com unhas, peso com cabo 700g, profissional, com cabeça redonda diâmetro 29 mm, confeccionado em liga de aço forjado e cabo de Madeira preso por cunha ou resina plástica	NACIONAL	R\$20,50	R\$82,00
109	02	unid.	Régua pedreiro, alumínio, 2 mts	NACIONAL	R\$21,50	R\$43,00
118	03	unid.	Serrote manual de carpinteiro de 24 polegadas	MISTER	R\$14,34	R\$57,36
134	04	unid.	Tesouras de poda tipo alicate Jardim	MISTER	R\$13,80	R\$55,20
145	02	unid.	Torquês aço 12"	MISTER	R\$14,70	R\$29,40
146	02	unid.	Torquês aço 14"	MISTER	R\$18,90	R\$37,80
R\$2.214,11						

## Lote 06 – Equipamento

Item	Quant.	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
87	01	unid.	Lavadora de alta pressão, com as seguintes especificações e características mínimas: voltagem 220, potência em watts 1.600, bomba tipo axial, 1700 libras. Itens inclusos: 01 engate rápido; 01 mangueira de alta pressão; 01 pistola de alta pressão; 01 baioneta; 01 lança de alta pressão com regulagem (jato leque e concentrado); 01 manual de instruções; 01 livreto com a relação das assistências técnicas; 01 reservatório de detergentes.	ELETROPIAS	R\$580,00	R\$580,00
						R\$580,00

## Lote 07 – Equipamento

Item	Quant	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
106	02	unid.	Pulverizador com filtro, tanque capacidade para 20 litros, em poliestileno aditivado, resistente, bomba anti corrosão, agitador para evitar sedimentação de defensivos, válvula de descarga com trava de segurança, lança curva em alumínio, correia de nylon com fivela plástica.	MACRO-TOP	R\$89,00	R\$178,00
						R\$178,00

## Lote 08– Equipamento

Item	Quant	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
112	01	unid.	Roçadeira lateral à gasolina, com as seguintes especificações e características mínimas: voltagem 220, potência 2.3 HP, 51 cilindradas, motor 2 tempos, capacidade do tanque 1,2 litros, autonomia 90 minutos, ignição manual, tanque reforçado, carretel com cabeça automática. Itens inclusos: 01 colete e alças para fixação, 01 misturador de combustível, 01 jogo de chaves, 01 carretel automático de nylon, 01 disco de 3 pontas 10" e 01 óculos de segurança.	GARTHEN	R\$770,00	R\$770,00
						R\$770,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços Nº035/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º035/2013 – Pregão Presencial 11/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS. OBJETO: aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas, construção e equipamentos, para manutenção das unidades de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde.

DATA: 07/05/2013 a 06/05/2014.

## Lote 02 – Materiais elétricos

Item	Quant.	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
08	50	pç	Bocal de baquelite para teto, completo	NAC	R\$4,71	R\$235,50
24	40	unid.	Caixa sobre por	SEMAR	R\$10,40	R\$416,00
26	80	pç	Canaleta com 4 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros	PEPA	R\$7,55	R\$302,00
27	40	pç	Canaleta com 2 divisórias na cor branco, aproximadamente 2 metros	PERLEX	R\$2,93	R\$234,40
29	40	pç	Capacitor de 20 uf x 440 wats	MILCOMPI	R\$5,67	R\$226,80
30	40	pç	Capacitor de 25 uf x 440 wats	MILCOMPI	R\$5,67	R\$226,80
31	40	pç	Capacitor de 30uf x 440 wats	MILCOMPI	R\$5,67	R\$226,80
32	40	pç	Capacitor de 35 uf x 440 wats	MILCOMPI	R\$5,67	R\$226,80
53	10	pç	Disjuntor de 25	SCHNEIDE	R\$ R\$8,42	R\$84,20
54	10	unid.	Disjuntor de 30	PEPA	R\$11,35	R\$113,50
55	10	unid.	Disjuntor de 40	SCHNEIDER	R\$11,35	R\$ 113,50
69	05	rolo	Fio flexível 0,4 mm, com 100mt.	PREMIUM	R\$168,21	R\$841,05
70	05	rolo	Fio flexível 1,5, anti chama, com 100mt.	PREMIUM	R\$73,71	R\$368,55
71	05	rolo	Fio flexível 2,5, anti chama, com 100mt.	PREMIUM	R\$107,73	R\$538,65
72	20	rolo	Fita Isolante Anti Chama 10 m (1ª Linha)	IMPERIAL	R\$2,97	R\$ 59,40
73	20	rolo	Fita Isolante Anti Chama 20 m (1ª Linha)	IMPERIAL	R\$5,24	R\$104,80
75	30	pç	Interruptor 1 sessão, simples, cor branco	PERLEX	R\$3,63	R\$108,90
76	20	pç	Interruptor 2 sessões, simples, cor branco	PERLEX	R\$6,50	R\$130,00
77	20	pç	Interruptor 3 sessões, simples, cor branco	PERLEX	R\$8,71	R\$174,20
83	100	unid.	Lâmpada fluorescente econômica de 25 W, aprovada pelo INMETRO	OSRAM	R\$5,87	R\$587,00
84	150	unid.	Lâmpada fluorescente econômica de 40 W, aprovada pelo INMETRO	OSRAM	R\$5,87	R\$88050
85	100	unid.	Lâmpada incandescente 100 W, aprovada pelo INMETRO	SYLVANIA	R\$2,40	R\$360,00
86	150	unid.	Lâmpada incandescente 60 W, aprovada pelo INMETRO	SYLVANIA	R\$2,03	R\$203,00
100	10	pç	Plug macho 02 pinos, 10 a	PERLEX	R\$2,12	R\$21,20
101	10	pç	Plug fêmea, 10 a	PERLEX	R\$2,36	R\$23,60
107	70	pç	Reator eletrônico 2x40	TASCHIBRA	R\$20,98	R\$2.098,00



108	70	pc	Reator eletrônico 2x40	TASCHI-BRA	R\$ 20,98	R\$2.098,00
124	10	par	Soquete p/ lâmpada fluorescente, partida rápida	PEPA	R\$3,11	R\$31,10
140	50	pc	Tomada interna 2p+t.	PERLEX	R\$3,74	R\$187,00
R\$11.121,25						

**Lote 04 – Materiais para pinturas**

Item	Quant.	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
94	20	unid.	Pincel 1 ½	ROMA	R\$2,61	R\$52,20
95	20	unid.	Pincel 1/2	NAC	R\$1,17	R\$23,40
96	20	unid.	Pincel 1"	ROMA	R\$1,89	R\$37,80
97	20	unid.	Pincel 2 ½"	NAC	R\$4,55	R\$91,0
98	20	unid.	Pincel 2"	ROMA	R\$3,44	R\$68,80
99	20	unid.	Pincel 3/4	NAC	R\$1,62	R\$32,40
113	15	unid.	Rolo de espuma 9 cm, com cabo	NAC	R\$2,94	R\$44,10
114	20	unid.	Rolo de Lã 09 cm	NAC	R\$4,70	R\$94,00
115	20	unid.	Rolo de Lã de carneiro 23 cm, com garfo	ORIUM	R\$21,07	R\$421,40
116	05	lata	Selador tinta predial, aspecto físico líquido, método aplicação rolo/pincel, aplicação superfícies porosas reboco/concreto/fibrocimento, tipo acrílico, 1ª linha, lata com 18 litros	NOVA CRIL	R\$65,96	R\$329,80
123	25	lata	Solvente lata 900 ml	RESICO-LOR	R\$12,77	R\$319,25
135	25	lata	Thiner lata 900 ml	RESICO-LOR	R\$12,77	R\$319,25
137	30	lata	Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor azul celeste, aplicação pintura predial, tipo acabamento semi-brilho, 1ª linha, lata com 18 litros	RESICO-LOR	R\$276,83	R\$8.304,90
138	40	lata	Tinta acrílica, aspecto físico líquido viscoso, cor branco neve, aplicação pintura predial, tipo acabamento semi-brilho, 1ª linha, lata com 18 litros	RESICO-LOR	R\$276,83	R\$11.073,20
139	15	galão	Tinta esmalte sintético secagem rápida na cor branco gelo galão 3,6	RESICO-LOR	R\$59,02	R\$885,30
R\$22.096,80						

**Lote 05 – Equipamentos**

Item	Quant.	Un.	Descrição do objeto	Marca	Valor Unit.	Valor Global
33	02	unid.	Carrinho de mão, pneu com câmara, carroceria de plástico	MAES-TRO	R\$87,7689	R\$175,54
61	20	unid.	Escada de abrir em alumínio 05 degraus, com fita de segurança	BOTA FOGO	R\$114,2231	R\$2.284,46
						R\$2.460,00

**Papanduva****PREFEITURA****Lei Complementar Nº 050, de 18.10.2013 - Institui Contribuição de Melhoria**

Lei Complementar nº050, de 18 de outubro de 2013.

INSTITUI A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária decorrente de obras públicas, tendo como limite global a despesa realizada e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na área de influência direta da obra.

Parágrafo único. O custo total estimado, considerando a extensão da via, no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei Complementar, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município e por meio de financiamento obtido junto a instituições financeiras, ou ainda, mediante repasse através do Orçamento Geral da União - OGU e do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A Contribuição de Melhoria será devida quando o Município realizar qualquer obra pública da qual decorra valorização imobiliária.

Art. 3º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 4º. Para o cumprimento desta Lei Complementar, o Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários:

I - publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei Complementar, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

- orçamento total ou parcial do custo das obras;
- determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados;
- delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;
- determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.



§ 1º. O Contribuinte poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo deverão ser apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão, e endereçadas ao titular da Secretaria da Fazenda o qual deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

§ 3º. Da decisão proferida será cientificada pessoalmente a parte interessada, por uma das seguintes formas:

I - pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento;

III - por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§ 4º. Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que, encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a autoridade referida no § 2º deste artigo proferirá decisão final, dando ciência ao interessado.

§ 5º. No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 5º. A determinação do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei Complementar, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei Complementar, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988, combinado com os artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 e Decreto-lei nº. 195/1967.

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I - a situação do terreno na zona de influência;

II - a testada do terreno e sua área;

III - finalidade de exploração econômica do imóvel, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite global o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Deverão estar inclusos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 6º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida

pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação.

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 7º. O lançamento da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou para os fins de reclamação na forma desta Lei Complementar.

Art. 8º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 9º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 10. A notificação será emitida em três vias e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I - nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II - local e data da expedição;

III - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;

IV - incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do respectivo embasamento legal;

V - prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI - assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 11. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I - a primeira, para o notificado;

II - a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III - a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 12. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento, no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 13. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I - os Agentes Fiscais;

II - a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo

lançamento de tributos.

Art. 14. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei Complementar poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - à vista, com desconto de 40% (quarenta por cento), se efetuado nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento;

II - parcelado, em até 04 (quatro) parcelas mensais, com desconto de 20% (vinte por cento);

III - parcelado em até 36 (trinta e seis) parcelas, não havendo a incidência de quaisquer espécies de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais.

§ 1º. O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 48 (quarenta e oito) meses, não havendo a incidência de qualquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I - o valor mínimo de cada parcela não será inferior a 01 (uma) UFM (Unidade Fiscal Municipal) para pessoas físicas e 02 (duas) UFM (Unidade Fiscal Municipal) para pessoas jurídicas;

II - o pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do mesmo.

§ 3º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 15. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei Complementar, observadas as disposições do Código Tributário Municipal.

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de parcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 16. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei Complementar, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio.

Art. 17. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 18. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei Complementar, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I - 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II - 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III - 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I - no ato do recebimento do tributo;

II - no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III - sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 19. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 20. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei Complementar, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 21. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo, é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Prefeito Municipal, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 22. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário e, em segunda e última instância o Prefeito Municipal.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 23. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciados sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art. 24. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a

90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 25. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I - pessoalmente;

II - pelo correio, com Aviso de Recebimento, mão própria, em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica;

III - por edital publicado em jornal de circulação local ou regional. Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 26. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I - tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II - for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III - estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 27. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 28. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 29. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

§ 2º. A anulação do lançamento, nos termos desta Lei Complementar não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 30. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei Complementar, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82 da Lei nº. 5.172/1966, Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 e Lei nº. 10.257/2001.

Art. 31. A valorização imobiliária será calculada por uma Comissão composta por no mínimo três membros, com conhecimento nas áreas de engenharia civil e de corretagem de imóveis.

Art. 32. Os prazos fixados nesta Lei Complementar serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 33. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover os

atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária decorrente das obras públicas que se encontravam em andamento em 1º de janeiro de 2013, bem como daquelas iniciadas em 2013 e que não foram objeto de procedimento prévio para instituição e cobrança, quais sejam:

I - pavimentação asfáltica da Rua Jahir Damaso da Silveira, com área total de 1.410,00m², iniciando na Rua Tenente Ary Rauen até o Rio Papanduva;

II - pavimentação asfáltica da Coronel Severo de Almeida, com área total de 1.155,00m², iniciando na Rua Pedro Povaluck até a Rua Basílio Heuko;

III - pavimentação asfáltica da Rua Pedro Povaluk trecho I, com área total de 3.421,95m², iniciando na Rua Tenente Ary Rauen até a Rua Graciliano Machado;

IV - pavimentação asfáltica da Rua Pedro Povaluk trecho II, com área total de 1.590,00m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Nereu Ramos;

V - pavimentação asfáltica da Rua Rufino Mendes de Souza, com área total de 1.590,00m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Nereu Ramos;

VI - pavimentação asfáltica da Rua Getúlio Vargas, com área total de 1.574,70m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Nereu Ramos;

VII - pavimentação asfáltica da Rua Miguel Ferens, com área total de 2.987,55m², iniciando na Rua Tenente Ary Rauen até a empresa Madeireira Beira Rio;

VIII - pavimentação asfáltica da Rua Ladislau Tabalipa, com área total de 2.968,80m², iniciando na Rua José Zadorosny até a Rua Pedro Povaluk;

IX - pavimentação asfáltica da Rua Jacob Schadeck, com área total de 1.585,95m², iniciando na Rua Esmeraldino Maia de Almeida até a Rua José Reva;

X - pavimentação asfáltica da Rua Tenente Ernesto Greinert, com área total de 5.700,00m², iniciando na Rua Tercílio Sonaglio até a Rua João Ribas de Souza;

XI - pavimentação com lajota da Rua Sergio Glevinski, com área total de 1.500,30m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira;

XII - pavimentação com lajota da Rua John Kennedy, com área total de 1.492,05m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira;

XIII - pavimentação com paralelepípedo da Rua Eugenio Sidorak trecho I, com área total de 2.090,00m², iniciando na Rua Tenente Ary Rauen até a Rua Graciliano Machado;

XIV - pavimentação com paralelepípedo da Rua Eugenio Sidorak trecho II, com área total de 1.500,00m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Nereu Ramos;

XV - pavimentação com lajota da Rua Simeão Alves de Almeida, com área total de 1.495,20m², iniciando na Rua Jorge Lacerda até a Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira;

XVI - pavimentação asfáltica da Rua Francisco Frederico, com área total de 3.150,00m², sendo:

a) Trecho I: Início na Rua Augustinho Teixeira de Lima, com extensão de 60 metros lineares;

b) Trecho II: Início à 7,77 metros da Rua Jair Damaso da Silveira numa extensão de 150 metros lineares.

XVII - pavimentação asfáltica da Rua Sete de Setembro, com área total de 1.800,00 m², iniciando na Avenida Papa João XXIII até a Rua Pedro Ivo Campos;

XVIII - pavimentação com lajota da Rua Onze de Abril, com área total de 1.474,00m², iniciando na Avenida Papa João XXIII até Rua João Mendes de Souza.

Parágrafo único. Para efetivação do lançamento e da cobrança da contribuição mencionada neste artigo, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições contidas nesta Lei Complementar, cujo processo iniciar-se-á com a publicação do Edital referido no artigo 3º.

Art. 34. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei



Complementar correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município.

Art. 35. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 102 a 118 e 155 a 164, todos da Lei n. 1279, de 17 de dezembro de 1993.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de outubro de 2013.  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA  
Secretário da Administração

**Lei Complementar Nº 051, de 18.10.2013 - Altera Dispositivos da Lei Complementar N. 001, de 08 de Janeiro de 2002 Que "Dispõe Sobre a Reforma e Modern**

Lei Complementar nº 051, 01 de novembro de 2013.

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 001, de 08 de janeiro de 2002 que "Dispõe sobre a reforma e modernização administrativas, quadro de pessoal, matéria correlata e dá outras providências. .

Dario Schicovski, Prefeito de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º. A Lei Complementar n. 001, de 08 de janeiro de 2002, alterada pelas Leis Complementares números 002, de 22 de fevereiro de 2002; 006, de 28 de fevereiro de 2002; 007, de 23 de junho de 2003; 009, de 11 de Dezembro de 2003; 014, de 27 de dezembro de 2004; 015 de 08 de julho de 2005; 017 de 16 de dezembro de 2005; 021 de 17 de outubro de 2006; 027, de 19 de novembro de 2007, 037, de 21 de março de 2011; 042, de 24 de maio de 2012; e 044, de 22 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º. A organização administrativa direta do Poder Executivo é assim constituída:

- I – pelo Gabinete do Prefeito;
- II – pelo Gabinete do Vice-Prefeito;
- III – pela Secretaria de Administração;
- IV – pela Secretaria da Fazenda;
- V – pela Secretaria de Educação;
- VI – pela Secretaria da Saúde;
- VII – pela Secretaria da Agricultura;
- VIII – pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico;
- IX – pela Secretaria de Infraestrutura;
- X – pela Secretaria de Assistência Social.

Parágrafo único. Com a finalidade de otimizar resultados e racionalização dos serviços públicos, o Prefeito pode delegar aos titulares de secretaria ou assessoria, outras atribuições, inclusive designá-los para responder por outras secretarias.

SEÇÃO X  
Da Secretaria de Assistência Social

Art. 37. À Secretaria de Assistência Social, como órgão do sistema fim, compete, basicamente, planejar, organizar, executar e controlar a política municipal de assistência social e do desenvolvimento comunitário, ocupacional e habitacional e sua adequada administração.

Parágrafo único. A Secretaria de Assistência Social conta com os seguintes órgãos:

- I – Secretaria Adjunta;
- II – Departamento da Família;
- III – Departamento de Emprego e Renda;
- IV – Departamento de Esportes;
- V – Departamento de Assistência e Triagens;
- VI – Departamento de Cultura.

Art. 43. O Poder Executivo do Município de Papanduva conta com os seguintes órgãos auxiliares de consulta e deliberação coletiva:

VI – Conselho Municipal da Cultura – CMC, vinculado à Secretaria de Assistência Social;

XIII – Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social;

XIV – Conselho Municipal do Entorpecente – CME, vinculado à Secretaria de Assistência Social;

XV – Conselho Municipal do Idoso – CMI, vinculado à Secretaria de Assistência Social;

XVI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMCA, vinculado à Secretaria de Assistência Social;

XVII – Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente – CTDCA, vinculado à Secretaria de Assistência Social.

Art. 62. O Poder Executivo do Município de Papanduva conta com as seguintes Comissões:

I – Comissão Municipal de Esportes – CME, vinculada à Secretaria de Assistência Social;

Art. 67. O Município, na forma da legislação pertinente, conta com os seguintes fundos:

IV – Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, vinculado à Secretaria de Assistência Social, criado pela Lei nº 1205, de 18 de fevereiro de 1993;

V – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, vinculado à Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei nº 1410, de 17 de abril de 1996;

VI – Fundo Rotativo Habitacional – FRH, vinculado à Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei n. 1383, de 15 de setembro de 1995;

IX – Fundo de Desenvolvimento Municipal – FDM – vinculado à Secretaria de Assistência Social, criado pela Lei n. 1355, de 06 de abril de 1995;

**SEÇÃO IV**

Do Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Art. 71. O Fundo Municipal da Infância Adolescência, instituído pela Lei nº 1205, de 18 de fevereiro de 1993, vinculado à Secretaria de Assistência Social, tem por finalidade, captar e aplicar recursos a serem utilizados na forma determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, priorizando os programas de proteção e sócioeducativos das crianças e dos adolescentes.

**SEÇÃO V**

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 72. O Fundo Municipal de Assistência Social, criado pela Lei Municipal nº 1410, de 17 de abril de 1996, vinculado à Secretaria

de Assistência Social, tem por objetivo atender aos encargos decorrentes da ação do Município no campo da assistência social, especialmente:

- I –
- II –
- III –
- IV –

Parágrafo único. ...

#### SEÇÃO VI

Do Fundo Rotativo Habitacional

Art. 73. O Fundo Rotativo Habitacional, vinculado à Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei n.1383, de 15 de setembro de 1995, tem por finalidade constituir suporte financeiro aos programas de habitação à população de baixa renda do Município, e à instalação de equipamentos comunitários.

Parágrafo único. Os recursos financeiros do fundo serão constituídos por dotações orçamentárias e outras formas consignadas em legislação.

#### SEÇÃO IX

Do Fundo de Desenvolvimento Municipal

Art. 76. O Fundo de Desenvolvimento Municipal, vinculado à Secretaria de Assistência Social, criado pela Lei n. 1355, de 06 de abril de 1995, tem por finalidade o desenvolvimento econômico e social do próprio município mediante a execução de programa de financiamento aos setores produtivos em consonância com o plano de desenvolvimento municipal.

Parágrafo único. Os recursos financeiros do Fundo serão constituídos por dotações e receitas próprias constantes da legislação específica.

Art. 2º. Fica criado por esta Lei Complementar o cargo de Arquiteto Urbanista, de provimento efetivo, nível superior, com carga horária de vinte horas semanais e vencimento de R\$ 2.420,83 (dois mil quatrocentos e vinte reais e oitenta e três centavos), o qual deverá constar no Anexo Único desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A descrição das atribuições e a habilitação necessária ao ingresso relativamente ao cargo ora criado, será estabelecida por Decreto.

Art. 3º. Fica criado por esta Lei Complementar o cargo de Assistente Social, de provimento efetivo, nível superior, com carga horária de vinte horas semanais e vencimento de R\$ 1.417,40 (um mil quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos), o qual deverá constar no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 4º. Ficam ampliadas de 34(trinta e quatro) para 43(quarenta e três) as vagas do cargo de Motorista, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, pertencente ao Quadro de Provimento Efetivo.

Art. 5º. Ficam ampliadas de 01(uma) para 02 (duas) as vagas do cargo de Instrutor de Música, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, pertencente ao Quadro de Provimento Efetivo.

Art. 6º. Ficam ampliadas de 04(quatro) para 05(cinco) as vagas do cargo de Farmacêutico, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, pertencente ao Quadro de Provimento Efetivo.

Art. 7º. Ficam ampliadas de 01(uma) para 02(duas) as vagas do cargo de Nutricionista, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, pertencente ao Quadro de Provimento Efetivo.

Art. 8º. Ficam ampliadas de 01(uma) para 02(duas) as vagas do cargo de Psicólogo/Psicopedagogo, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, pertencente ao Quadro de Provimento Efetivo.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar, por Decreto, os atos necessários à normatização da Secretaria Municipal de Assistência Social no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual vigentes.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão cobertas com recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de novembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 051, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013.

ANEXO ÚNICO

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

NOME DO CARGO	TOTAL DE VAGAS	VAGAS OCUPADAS	VAGAS A LOTAR	VENCIMENTO INICIAL EM R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Auxiliar de Serviços Gerais	50	42	08	738,51	40 HS
Conserveiro de Estradas	16	02	14	738,51	40 HS
Vigia	11	09	02	738,51	40 HS
Telefonista	02	01	01	795,85	40 HS
Auxiliar de Enfermagem	19	07	12	795,85	40 HS
Fiscal de Tributos	03	02	01	882,23	40 HS
Assistente Administrativo	17	08	09	882,23	40 HS
Office Boy	01	01	00	882,23	40 HS
Auxiliar Operacional	08	04	04	882,23	40 HS
Vigilante Sanitário	02	01	01	882,23	40 HS
Fiscal de Obras e Serviços Urbanos	02	01	01	902,43	40 HS
Auxiliar de Defesa Civil	06	06	00	902,43	40 HS
Operador de Máquina Leve (Trator agrícola)	03	00	03	902,43	40 HS
Recepcionista	03	01	02	902,43	40 HS
Auxiliar de Biblioteca	03	02	01	902,43	40 HS
Pedreiro	04	04	00	902,43	40 HS
Motorista	43	34	09	919,01	40 HS
Agente de Portaria e Protocolo	01	00	01	935,54	40 HS
Técnico em Vigilância Sanitária	02	02	00	935,54	40 HS
Agente Previdenciário	02	01	01	935,54	40 HS
Técnico em Enfermagem	19	14	05	983,34	40 HS
Técnico em Higiene Dental	06	03	03	983,34	40 HS



Operador de Máquinas	19	16	03	983,34	40 HS
Auxiliar Administrativo	24	11	13	983,34	40 HS
Mecânico	04	01	03	1.025,60	40 HS
Técnico Agrícola	10	05	05	1.158,19	40 HS
Assistente em Tributação	01	01	00	1.172,12	40 HS
Agente da Autoridade de Trânsito	06	03	03	1.222,52	40 HS
Instrutor de Música	02	01	01	1.222,52	40 HS
Operador de Motoniveladora	01	00	01	1.274,99	40 HS
Técnico em Informática (Ensino Médio)	01	01	00	1.397,07	20 HS
Topógrafo	01	01	00	1.402,50	40 HS
Operador de Computador	01	01	00	1.863,06	40 HS
Assistente Contábil	04	02	02	1.863,06	40 HS
Assistente de Recursos Humanos	01	01	00	1.863,06	40 HS
Coordenador de Ensino	02	01	01	1.863,06	40 HS
Técnico em Tributação	02	01	01	1.863,06	40 HS
Fonoaudiólogo	04	01	03	1.958,27	20 HS
Fisioterapeuta	06	03	03	1.958,27	20 HS
Psicólogo	06	04	02	1.958,27	20 HS
Psicólogo	01	00	01	3.916,55	40 HS
Psicólogo/ Psicopedagogo	02	00	02	1.958,27	20 HS
Odontólogo	10	04	06	1.958,27	20 HS
Farmacêutico	05	04	01	1.958,27	20 HS
Bioquímico	04	02	02	1.958,27	20 HS
Terapeuta Ocupacional	04	02	02	1.958,27	20 HS
Médico Veterinário	02	02	00	1.958,27	20 HS
Médico	14	04	10	4.337,59	20 HS
Médico	08	00	08	8.675,18	40 HS
Médico Pediatra	01	00	01	4.337,59	20 HS
Médico Ginecologista	01	00	01	4.337,59	20 HS
Médico Psiquiatra	01	00	01	4.337,59	20 HS
Médico Oftalmologista	01	00	01	4.337,59	20 HS
Médico Obstetra	01	00	01	4.337,59	20 HS
Nutricionista	02	00	02	1.210,42	20 HS
Nutricionista	01	01	00	2.420,83	40 HS
Técnico em Informática	01	00	01	2.420,83	40 HS
Arquiteto Urbanista	01	00	01	2.420,83	20 HS
Engenheiro Civil	01	00	01	2.420,83	20 HS
Engenheiro Agrônomo	02	02	00	2.420,83	20 HS
Engenheiro Florestal	01	00	01	2.420,83	20 HS
Assistente Social	01	00	01	1.417,40	20 HS
Assistente Social	05	05	00	2.834,81	40 HS
Administrador	02	01	01	2.763,92	40 HS

Administrador de Marketing e Comunicação	01	01	00	2.763,92	40 HS
Contador	01	01	00	4.194,90	40 HS
Enfermeiro	10	00	10	2.188,30	20 HS
Enfermeiro	08	07	01	4.376,60	40 HS

### Lei Nº 1990, de 1º de Novembro de 2013.

Lei nº 1990, de 1º de novembro de 2013.

Altera dispositivos da Lei n. 1784, de 23 de abril de 2007 e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Eu, sanciono a seguinte,

#### LEI

Art. 1º. Ficam ampliadas de 02 (duas) para 04 (quatro) as vagas do cargo de Professor de Educação Física constante no Anexo Único da Lei n. 1784, de 23 de abril de 2007, com a redução da carga horária de 40 horas para 20 horas semanais.

Art. 2º. Ficam ampliadas de 02 (duas) para 04 (quatro) as vagas do cargo de Professor de Artesanato constante no anexo Único da Lei n. 1784, de 23 de abril de 2007, com a redução da carga horária de 40 horas para 20 horas semanais.

Art. 3º. Face às alterações dos cargos conforme os artigos 1º e 2º desta lei, o Anexo Único da Lei n. 1784, de 23 de abril de 2007, passa a contar e vigorar de acordo com o Anexo Único desta LEI.  
Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 1º de novembro de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Anexo Único da Lei nº 1990, de 1º de novembro de 2013.

### Lei Nº 1991, de 8 de Novembro de 2013.

Lei nº 1991, de 8 de novembro de 2013.

Institui a Feira Livre do Produtor Rural de Papanduva/SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,  
Faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte:

#### LEI

Art.1º. Fica, pela presente Lei, instituída a Feira Livre do Produtor Rural de Papanduva, destinada, exclusivamente, à venda no varejo de produtos hortifrutigranjeiros, conservas, pescados, derivados do leite, panificação e demais produtos oriundos da agroindústria familiar e ou da agricultura familiar.

§ 1º. Entendam-se como produtos hortifrutigranjeiros: frutas, flores, mudas de flores e frutas, legumes, hortaliças, verduras, grãos, ovos, aves, mel e pequenos animais vivos, inclusive rãs.

§ 2º. Entenda-se como pescado: peixes frescos, vivos ou congelados.

§ 3º. Entendam-se como produtos derivados do leite: queijos de diversos tipos, manteiga, requeijão, coalhada seca ou não, ricota, iogurtes e laticínios em geral.

§ 4º. Entendam-se como conservas: doces caseiros, compotas, licores de frutas, picles, defumados, embutidos, cachaça artesanal e todo tipo de alimento que sofrer adição de conservantes químicos ou naturais;

§ 5º. Entendem-se como produtos de panificação: pães, cucas, biscoitos e outros similares.

§ 6º. Os produtos de origem animal deverão ser elaborados com boas práticas de fabricação, higiene e manipulação de alimentos, visando à manutenção da saúde pública e observando as normas da Vigilância Sanitária Municipal e do Serviço de Inspeção Municipal do Município para a correta manipulação e processamento dos alimentos.

§ 7º. Quando necessário, os produtos deverão ser inspecionados e/ou registrados no órgão competente.

Art. 2º. A Feira Livre do Produtor Rural funcionará nos locais previamente estabelecidos pela Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 3º. Os interessados em comercializar seus produtos na Feira Livre devem comprovar que possuem inscrição de produtor rural e DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf).

Art. 4º. Para a manutenção da ordem e do bom funcionamento, a Feira Livre do Produtor Rural será coordenada, permanentemente, por uma Comissão Organizadora da Feira Livre, através de um regimento interno.

Parágrafo único. A fiscalização da Feira Livre do Produtor Rural será exercida pelo Setor de Fiscalização da Prefeitura através do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 5º. A autorização do produtor rural ou feirante será cassada pela Comissão Organizadora quando constatada a prática das seguintes infrações:

- I - venda de mercadorias deterioradas, de procedência clandestina ou adquiridas para revenda;
- II - cobrança de preços superior aos fixados em tabelas ou cartazes, expostos aos consumidores, conforme o estabelecido pela Comissão Organizadora da Feira Livre ;
- III - fraude nos preços, medidas ou balanças;
- IV - comportamento inadequado do produtor rural ou feirante que atende contra a integridade física ou moral dos consumidores ou público em geral;
- V - transgressão de natureza grave das disposições fixadas em regulamento próprio da Feira Livre do Produtor Rural.

Art. 6º. Não será permitida a utilização de qualquer veículo como parte integrante da barraca, sendo possível apenas a circulação de veículos para a carga e descarga de mercadorias, antes e depois da realização da feira livre.

Art. 7º. As barracas e mercadorias deverão ser expostas à venda de modo a:

- I - não interromper o trânsito de pedestres e as entradas e saídas

de veículos das residências defronte as quais estiverem instaladas;  
II - não danificar jardins, calçadas, muros ou demais equipamentos urbanos do logradouro público;  
III - serem mantidas a uma distância mínima de 1,00 metro do muro do imóvel defronte o qual estiverem instaladas.

Art. 8º. Além das exigências acima estabelecidas, deverão ser observadas as seguintes exigências quanto à comercialização na Feira Livre do Produtor Rural:

- I - toda barraca deverá manter um coletor de lixo adequado, conforme o estabelecido pela Comissão Organizadora da Feira Livre;
- II - deverão ser mantidos resfriados, nas temperaturas exigidas, os alimentos que exigem esse tipo de conservação;
- III - a comercialização de pescados, carnes e produtos de laticínios deverá atender as normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária Municipal, quando necessária a sua refrigeração;
- IV - o lixo produzido pelas barracas não deverão ser depositados sobre as calçadas ou logradouros públicos.

Art. 9º. Não será permitido na área da Feira Livre do Produtor Rural o comércio de alimentos de origem caseira ou artesanal que não estejam de acordo com as normas da Vigilância Sanitária e do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 10. Os produtores rurais ou feirantes deverão estar em dia com as taxas e contribuições estabelecidas pelo Poder Executivo através dos órgãos competentes, sob a pena de terem suas licenças legais cassadas.

Art.11. Fica o Setor de Fiscalização da Prefeitura competente para expedir, nos termos legais, a autorização para o funcionamento da feira livre.

Art.12. Não será concedida licença para a comercialização de produtos ou mercadorias que não se coadunem com os objetivos e finalidades da Feira Livre do Produtor Rural.

Art. 13. Os casos omissos e não previstos na presente Lei serão dirimidos e expostos no Regimento Interno próprio.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, em 8 de novembro de 2013.  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

FÁBIO JOSÉ PADILHA  
Secretário da Administração

### **Edital de Chamada Pública Nº 006/2013** ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Edital de Chamada Pública nº 006/2013.O Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, situada na Rua Sérgio Glevinski, nº 134, neste município, Chamada Pública nº 006/2013, para a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar oriundos da agricultura familiar, conforme previsto na Lei nº 11.947 de 16 de julho de 2007, resolução 38 do FNDE de 16/07/2009. Os grupos formais deverão apresentar a documentação para habilitação e projeto de

venda até o dia 05 de dezembro de 2013, às 08:30hs, na sala de licitações da prefeitura. Os interessados poderão obter maiores informações no endereço supra citado ou pelo telefone 47 3653 2166.

Papanduva, 12 de novembro de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Diárias Pagas No Mês de Outubro de 2013

A Coordenadoria da Unidade de Controle Interno - UCI da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos dos dispositivos do art. 11 da Resolução 001/2013 que "REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E REEMBOLSO DE DESPESAS COM LOCOMOÇÃO AOS VEREADORES E SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPAN- DUVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", torna público que no mês de Outubro de 2013 foram pagas 11,5 diárias, no valor total de R\$ 3.300,00, independente do período da viagem, conforme segue, sendo que outras informações mais detalhadas da despesa, constam no Portal de Acesso à Informação do órgão, disponível endereço eletrônico <http://lai.fecam.org.br/camarapapanduva>, na guia Despesas/Despesas com Diárias:

Agente Público Beneficiado	Cargo/Função	Qt. de diárias	Total
ALOIS MIKALOVICZ	VEREADOR	3,5	1.050,00
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA	VEREADOR	3,5	1.050,00
JACINTA MIKALOVICZ	PRESIDENTE	0,5	75,00
JAMES MICHEL CERNIAK	TESOUREIRO/COORDENADOR DA UCI	0,5	75,00
VALDECIR VANESKI	VEREADOR	3,5	1.050,00
Total	11,5	3.300,00	

Câmara Municipal de Papanduva, 08 de novembro de 2013.  
JAMES MICHEL CERNIAK  
Coordenador da Unidade de Controle Interno

**Paulo Lopes**

## PREFEITURA

### Lei Nº 1588/2013

LEI Nº 1588/2013

Institui a denominação de Rua Arlei Manoel Silvano, no Bairro Morro Agudo.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 54/2013 e ele sanciona a seguinte LEI:  
Artigo 1º - Fica denominada Rua Arlei Manoel Silvano, o trecho compreendido com início na Rua Domingos de Matos, primeira entrada a esquerda, sentido leste/oeste, após o viaduto, indo até a propriedade do Sr. Natalício Manoel Mafra, no Bairro Morro Agudo.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de novembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

### Lei Nº 1587/2013

LEI Nº. 1587/2013.

Autoriza a Alienação de Bens Móveis, e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a alienação, através de Processo Licitatório adequado, dos seguintes bens móveis:

I- MOTONIVELADORA (Patrola) usado marca/modelo CATERPILLAR 120B, ano/ 1985, Placa Patrimonial nº. 2461.

II- CAMINHONTE (Tipo Pick-up) usado marca/modelo CHEVROLET S 10 - Chassi 9BG124ARVTC919253 - cor branca - carroceria aberta, ano 1996, modelo 1997 - Placa MAX 2810, código Renavan 665843011, Placa Patrimonial nº. 2717.

Parágrafo Único. O processo Licitatório será precedido de avaliação dos equipamentos.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de novembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

### Lei Nº 1589/2013

LEI Nº 1589/2013

Altera anexo de prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para o exercício de 2013, aprovado pela Lei Municipal nº 1537 de 17 de outubro de 2012, referente ao Programa 0031 - CRESCER COM MAIS QUALIDADE E PROTEÇÃO, fica acrescido da Ação nº 67 - Construção de Pontes, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) de recursos Ordinários - 0.1.00.000000.

Art. 2º - A nova Ação incluída na LDO para 2013, correrá por conta da anulação de parte da ação 29 - Manutenção da Secretaria de Obras, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) de recursos Ordinários - 0.1.00.000000.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13

de novembro de 2013.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Sec. Mun. de Administração

**Portaria Nº 467/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 467/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, e exposição de motivo nº 73, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORARIO, a Servidora Pública Municipal, Maria Aparecida de Jesus, brasileira, portadora do CPF nº 942.180.219-53, matrícula nº 10894, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 220 horas mensais, para substituir Catia Regina Raulino, que se encontra em Licença Prêmio, até 13/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Novembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 468/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 468/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, ACT, Marcelino de Sousa Pacheco, brasileiro, portador do CPF nº 030.574.779-76, matrícula nº 10890, ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 27/11/2013, conforme benefício nº 6039687120 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Novembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 469/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 469/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Adenilde Adelia dos Passos Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 377.485.139-53, matrícula nº 82, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 11/11/2013, conforme benefício nº 548.241.555-0 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Novembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 470/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 470/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposição de motivo nº 074/2013, resolve:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rafaela Vieira Adriano, portadora do CPF nº 070.638.079-78, matrícula 10963, ocupante do Cargo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, para substituir o Titular Marcelino de Souza que se encontra em auxílio doença, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 27/11/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Novembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 471/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 471/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:



NOMEAR POR CONCURSO, Carolina Correa Cheung, brasileira, portadora do CPF nº 009.027.599-30, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes, matrícula nº 10965, aprovada em Décimo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2011, homologado pelo decreto nº 028/2011, para ocupar o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 220 horas mensais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimento fixado no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 08/11/2013 à 07/11/2016, sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Novembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Portaria Nº 472/2013**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 472/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Joicy Liberato de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 067.537.679-32, matrícula nº 10243, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo I, nomeada pela portaria nº 096/2008, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 11 de Novembro de 2013.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

ALMERY ALCIDES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Resolução Nº. 02 de 13 de Novembro de 2013.**  
RESOLUÇÃO Nº 02 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013  
INSTITUI O PROGRAMA "VEREADOR MIRIM" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PAULO LOPES faz saber a todos os habitantes do município de Paulo Lopes de acordo com a Lei Orgânica, que os vereadores aprovaram e ela promulga, a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Paulo Lopes, o Programa "Câmara Mirim", com o objetivo geral de promover a interação completa entre a CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e a ESCOLA, permitindo ao estudante compreender o papel e a importância do Poder Legislativo dentro do contexto social em

que vive, participando efetivamente de todo processo legislativo, contribuindo, assim, para sua formação, para o pleno exercício da cidadania e o entendimento dos aspectos da sociedade brasileira, essencialmente os de natureza política.

Art. 2º. O programa será implantado mediante a adesão das escolas e abrangerá de quartas (4ªs.) a oitavos (8ªs.) séries do Ensino Fundamental do Município, cujos os candidatos deverão ter até quinze (15) anos de idade até o final do mandato.

Art. 3º. Constituem objetivos específicos do programa:

I - proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre as proposições que tramitam na Câmara Municipal de Paulo Lopes, bem como, acompanhar todas as suas atividades gerais;

II - possibilitar aos alunos o acesso e conhecimento dos Vereadores e as propostas que são apresentadas e apreciadas pelos os mesmos na Câmara Municipal de Paulo Lopes, em prol da comunidade;

III - favorecer as atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da cidade de Paulo Lopes que mais afetam a população escolar e em geral;

IV - proporcionar situações nas quais os alunos, representando as figuras dos Vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões de interesse coletivo;

V - sensibilizar alunos, professores, funcionários e pais de alunos para participarem do programa CÂMARA MIRIM, conscientizando-os da importância educacional e pedagógica do mesmo, incitando-os a apresentarem sugestões de aprimoramento.

Art. 4º. O programa será operacionado nas condições a seguir:

I - estabelecimento de agendamento entre as escolas municipais e a Câmara Municipal de Paulo Lopes, tanto para a ida da Câmara a ela, como da Escola a Câmara;

II - planejamento das atividades;

III - pesquisa e seleção de material didático;

IV - visita dos Vereadores e/ou funcionários da Câmara às unidades escolares para orientar e avaliar o andamento do projeto junto à direção das escolas, professores e alunos;

V - promoção de atividade com os seguintes temas:

- a) história da Câmara Municipal de Paulo Lopes;
- b) apresentação do perfil dos Vereadores, e funcionários da Câmara;
- c) funcionamento da Câmara Municipal;
- d) técnicas legislativas;
- e) tramitação de proposições.

VI - realização de sessão especial com os Vereadores Mirins para a diplomação dos eleitos e entrega de certificados de participação aos demais candidatos;

VII - agendamento de datas para realização das sessões da CÂMARA MIRIM, no Plenário, uma sessão por mês, onde irão apresentar seus trabalhos, discutir assuntos de interesse da população e extrair as conclusões, que sendo levadas para a Presidência da Câmara através de ofícios a autoridades competentes.

Art. 5º. Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paulo Lopes autorizada, se houver necessidade, a contratar serviços de apoio



e execução do programa;

Art. 6º. Os Vereadores Mirins exercerão mandato de um (1) ano com direito à reeleição obedecidos os critérios do artigo 2º deste Projeto de Resolução.

Art. 7º. Os critérios para eleição, posse e exercício do mandato do Vereador Mirim serão definidos em REGIMENTO INTERNO proposto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Paulo Lopes;

Art. 8º. As despesas decorrentes com a execução do presente Projeto de Resolução correrão por conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º. Fica determinado a Secretaria Legislativa da Câmara Municipal para que proceda o envio de cópia desta Lei a todas as escolas de Ensino Municipal estabelecidas.

Art. 10. O presente Projeto de Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 13 de Novembro de 2013.  
JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA  
Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Resolução no Diário Oficial dos Municípios em 13 de Novembro de 2013.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1.713, de 07 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.713, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ALTERA A LEI Nº 1.678, DE 21 DE MAIO DE 2013, QUE INSTITUIU A "BOLSA-ATLETA".

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o art. 1º da Lei nº 1.678, de 21 de maio de 2013, acrescido do parágrafo 4º, renomeando o parágrafo único para § 3º:

Art. 1º

§ 3º Não serão beneficiados com a Bolsa-Atleta os atletas pertencentes à categoria máster ou similar.

§ 4º A bolsa-Atleta para os atletas não residentes e ou domiciliados em Pinheiro Preto será de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 1.678, de 21 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º. A CME mensalmente deverá encaminhar ao Departamento Contábil declaração de que os atletas estão cumprindo as obrigações inerentes a presente lei. (NR)

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de recursos orçamentários previstos na Lei em vigor.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 07 de novembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Lei Nº 1.714, de 07 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.714, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.  
NOMINA RUA QUE ESPECIFICA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica nominada como Rua JOSÉ DENARDI, o trecho da rua com início no córrego Santo Izidoro e saída para Linha Túnel, Bairro União, num total de 3.147,46 m², com 562,87 metros lineares, de acordo com o Levantamento Planimétrico do anexo a presente lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 07 de novembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### Lei Nº 1.715, de 07 de Novembro de 2013.

LEI Nº 1.715, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013.  
ALTERA A LEI Nº 1.704, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O § do art. 1º da Lei nº 1.704, de 27 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º A contribuição de que trata o art. 1º objetiva custear despesas com a realização do IX Rodeio Crioulo Interestadual, a realizar-se nos dias 23 e 24 de novembro de 2013, despesas estas relativas à contratação de serviço de sonorização, narrador do rodeio, juiz do rodeio, transporte de bovinos, sanitários móveis, aquisição de troféus para premiação e despesas com médico veterinário.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 07 de novembro de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3.895, de 08 de Novembro de 2013.**  
DECRETO Nº 3.895, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.27 Desporto e Lazer

0202.27.812 Desporto Comunitário

0202.27.812.2701 Desporto e Lazer

0202.27.812.2701.4058 Manutenção das atividades esportivas

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte 0100

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0202 Secretaria de Administração e Finanças

0202.27 Desporto e Lazer

0202.27.812 Desporto Comunitário

0202.27.812.2701 Desporto e Lazer

0202.27.812.2701.4058 Manutenção das atividades esportivas

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3.896, de 08 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 3.896, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 13.700,00 (Treze mil e setecentos reais) abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal da Saúde

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para Todos

0301.10.301.1001.4020 Manutenção das atividades da Saúde

4490-0000 Aplicações Diretas R\$ 13.700,00

Fonte 0102

Art. 2º Fica suplementada a dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 13.700,00 (Treze mil e setecentos reais) conforme abaixo discriminado;

03 Fundo Municipal da Saúde

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para Todos

0301.10.301.1001.4020 Manutenção das atividades da Saúde

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

Fonte 0102

03 Fundo Municipal da Saúde

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para Todos

0301.10.301.1001.4020 Manutenção das atividades da Saúde

3190-0000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte 0102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3897, de 12 de Novembro de 2013.**

DECRETO Nº 3897, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.  
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais), com a seguinte classificação orçamentária:

01 PODER LEGISLATIVO

01.0101 Câmara Municipal de Vereadores

01.0101.01 Legislativa

01.0101.01.031 Ação Legislativa

01.0101.01.031.0101 Processo Legislativo

01.0101.01.031.0101.4001 Manutenção das Atividades Legislativas

31910000 Aplic. Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias R\$ 600,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Para suporte do Crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 600,00 (Seiscentos Reais), da seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal.

01 PODER LEGISLATIVO

01.0101 Câmara Municipal de Vereadores

01.0101.01 Legislativa

01.0101.01.031 Ação Legislativa

01.0101.01.031.0101 Processo Legislativo

01.0101.01.031.0101.4001 Manutenção das Atividades Legislativas

33900000 Aplicações Diretas R\$ 600,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 12 de novembro de 13.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Pomerode

### PREFEITURA

#### Convite P/ Obras e Serviços de Engenharia N.º 021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EDITAL DE LICITAÇÃO  
CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 021/2013

Processo Administrativo n.º 110/2013.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA COBERTURA METÁLICA GALVANIZADA A FOGO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA A GARAGEM DE VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, COM ÁREA TOTAL DE 185,64 METROS QUADRADOS, CONFORME PROJETO BÁSICO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXOS AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00 horas do dia 22/11/2013.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14:00 horas do dia 22/11/2013.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode SC, 12 de Novembro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

#### 1º Termo Aditivo do Contrato N.º 004/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 004/2013

Processo Administrativo n.º 002/2013. Inexigibilidade de Licitação n.º 002/2013. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratado: HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA - RAIOS X PARA PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor Total Aditivado - 25% - R\$31.432,26 (trinta e um mil, quatrocentos e trinta e dois reais e vinte e seis centavos). Justificativa: Aumento da demanda dos atendimentos das Unidades de Equipe de Saúde de Família - ESF e do plantão médico.

Pomerode/SC, 01 de Outubro de 2013.  
KELLY REGINA SCHWENGBER ZIMMER DALLMANN  
Secretária Municipal de Saúde

#### Extrato do Contrato N.º 058/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO N.º 058/2013

Processo Administrativo n.º 102/2013. Pregão Presencial n.º 053/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: M MÓBILE EIRELI - EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS COM EXECUÇÃO E MONTAGEM PARA A COZINHA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE E AQUISIÇÃO DE PRATELEIRAS SOB MEDIDA PARA A EXTENSÃO DA CRECHE MUNICIPAL DOROTEA HOEFT BORCHARDT, POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total contratado: R\$7.590,00 (sete mil e quinhentos e noventa reais). Prazo de vigência: 15/12/2013.

Pomerode/SC, 25 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

#### Extrato do Contrato N.º 059/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO N.º 059/2013

Processo Administrativo n.º 103/2013. Pregão Presencial n.º 054/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: ERVIN SCHMIDT & FILHOS LTDA - EPP. Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA PARA RESTAURAÇÃO E REFORMA DE CASAS EM ESTILO ENXAIMEL DO MUNICÍPIO DE POMERODE, PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MUNICIPAL, CONFORME DISPOSIÇÕES DO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total contratado: R\$26.004,00 (vinte e seis mil e quatro reais). Prazo de vigência: 25/11/2013.

Pomerode/SC, 25 de Outubro de 2013.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 1.156, de 07 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 1.156, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013.  
REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS DURANTE A TEMPORADA DE RECEPTIVOS DE NAVIOS DE CRUZEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos a serem adotados durante a temporada de receptivo de Navios de Cruzeiros em Porto Belo-SC, no Pôr Turístico Prefeito Manoel Felipe da Silva Neto - Pier.

Art. 2º Os procedimentos a serem adotados referem-se aos serviços desenvolvidos no Píer, que serão prestados pelo Município de Porto Belo e/ou por agências de turismo, como transportadores turísticos, credenciadas pelo Município, através da Fundação Municipal de Turismo.

Parágrafo único. É proibida a participação de servidores públicos de Porto Belo ou de parentes até 2º grau em linha reta ou colateral direta ou por afinidade, como proprietários de agências credenciadas, ou de vans que vierem a prestar o serviço como transportadores turísticos.

Art. 3º Os serviços a serem desenvolvidos no Píer são:

I - serviços de taxi;

II - serviços de transportes turísticos em "vans".

Parágrafo único. As "vans" poderão disponibilizar até quinze lugares para passageiros, as quais não poderão ter mais de cinco anos de uso.

Art. 4º Os serviços de transportes turísticos elencados no art. 3º somente poderão ser prestados Taxi emplacados no município de Porto Belo e por agências de turismo com sede no município, credenciadas pela Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, conforme edital de credenciamento.

Art. 5º Fica estabelecido o número de 10 (dez) vagas de veículos tipo "vans" para prestação de serviços dispostos no art. 3º, inc II.

Art. 6º Cada agência de turismo credenciada poderá disponibilizar no máximo 2 (dois) veículos tipo "vans" para os passeios turísticos, desde que:

I - atendam todas as exigências das legislações federal, estadual e municipal, concernente à sua utilização em transporte turístico;

II - obtenham da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo o certificado de vistoria, que levará em consideração bom estado de higiene e limpeza dos veículos;

III - portem selo adesivo de identificação fornecido pela Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo;

IV - portem bloco de notas fiscais/recibos ou valcher, fornecidos pela Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo;

Parágrafo primeiro. Os condutores dos veículos de transporte turístico deverão estar convenientemente trajados, com uniforme que identifiquem a agência de turismo à qual pertençam, devendo tratar os turistas com educação e urbanidade.

Parágrafo segundo. Não atingindo o número de total de cinco agências credenciadas para o atendimento do total de 10 vans, as vagas de vans remanescentes serão distribuídas por sorteio.

Parágrafo terceiro. Caso ocorra o credenciamento de mais de 5 agências, proceder-se-á o sorteio entre as credenciadas até atingir o total de cinco que terão o direito de explorar o serviço.

Parágrafo quarto. O credenciamento será aberto anualmente, podendo ocorrer a inscrição de novas agências.

Art. 7º O transporte turístico em ônibus ou micro-ônibus somente será permitido se contratado diretamente pelas agências de turismo com as empresas proprietárias dos Navios de Cruzeiros ou seus agentes turísticos.

Art. 8º O transporte turístico em "vans" poderão ser contratados em terra, nas proximidades do píer, em local designado pela Secretaria de Turismo, diretamente com as agências de turismo credenciadas pela Fundação Municipal de Turismo.

Art. 9º Consideram-se participantes do receptivo de Navios de Cruzeiros, além das agências de turismo credenciadas pela Fundação Municipal de Turismo, os táxis que possuem autorização no Município de Porto Belo - SC.

Parágrafo único. Tanto as agências de turismo credenciadas como os táxis deverão estar em dia com seus tributos municipais, especificamente o ISS, que será exigido em função de lei tributária municipal.

Art. 10. Somente poderão ser vendidos os transportes turísticos mediante a expedição de "voucher" pelas agências credenciadas no Pier, juntamente com a expedição das notas fiscais/recibos, que deverá permanecer em posse dos usuários do transporte turístico.

Art. 11. A expedição de "voucher" será realizada nos locais destinados às agências de turismo credenciadas, conforme edital, aos

quais ocuparão locais designados pela Fundação Municipal de Turismo.

Art. 12. Todas as atividades oferecidas durante o receptivo de Navios de Cruzeiros deverão atender as normas técnicas da ABNT NBR, transversais e específicas.

Art. 13. É proibido assediar os turistas para oferecer outros serviços que não os dispostos neste Decreto.

Parágrafo único. O assédio aos turistas, nos termos do caput deste artigo, implicará na aplicação da pena prevista pelo art. 14 deste Decreto.

Art. 14. O descumprimento a qualquer norma estabelecida neste Decreto implicará a suspensão imediata da agência de turismo, seus veículos de transporte turístico no restante do dia da ocorrência e nas próximas duas escalas de Navios de Cruzeiros agendadas pelo Município de Porto Belo.

Parágrafo Primeiro. Em caso de reincidência na mesma temporada, a agência de turismo ficará suspensa de toda esta temporada, perdendo o seu credenciamento.

Parágrafo Segundo. Será assegurado o contraditório e ampla defesa, contudo, ficará suspenso o credenciamento enquanto durar o processo que tramitará no Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Art. 15. Ficam proibidos de exercer as atividades regulamentadas por este Decreto as agências de turismo ou profissionais autônomos que não estiverem credenciados, conforme edital de credenciamento.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do caput deste artigo será lavrada multa administrativa de quinhentas Unidades Fiscais Municipais de Porto Belo, UFM-PB (500 UFM-PB), dobrando este valor no caso de reincidência; com a apreensão do veículo.

Art. 16. A Fundação Municipal de Turismo nomeará Servidor(es) Público(s) para atuar na fiscalização e aplicação das normas expedidas por este Decreto.

Art. 17. Este Decreto revoga na íntegra o Decreto nº 1032/2012 de 09 de outubro de 2012.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de novembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

### **Aviso de Licitação - Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 019/2013 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial 019/2013 - FMS

Tipo de licitação: Menor Valor Global

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação serviços médicos e de enfermagem para o atendimento à saúde, de forma complementar, na modalidade de clínica geral, conforme especificações constantes do termo de referência, que integra este edital como anexo II

Recebimento e abertura das Propostas: Até 09:00 horas do dia 26/11/2013, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [compras@portobelo.sc.gov.br](mailto:compras@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 11 de Novembro de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração



# Porto União

## PREFEITURA

### Portaria N.º 751/2013 - RH

PORTARIA Nº 751, de 01 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de novembro de 2013 a 28 de fevereiro de 2014 ou até a homologação final do concurso público, de sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sonia Regina Guzzoni Drozda, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínica Geral), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados no Concurso Público Municipal, para atender o bom andamento dos serviços essenciais de saúde.

Art 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto à Unidade Básica de Saúde do Bairro Santa Rosa, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 752/2013 - RH

PORTARIA Nº 752, de 01 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Sonia Regina Guzzoni Drozda, ocupante do cargo de Médico (Clínica Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 25h (vinte e cinco) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados no Concurso Público Municipal, para atender o bom andamento dos serviços essenciais de saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 753/2013 - RH

PORTARIA Nº 753, de 01 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, de sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Charles Ronald Van Santen, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínica Geral), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda represada de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### Portaria N.º 754/2013 - RH

PORTARIA Nº 754, de 01 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Charles Ronald Van Santen, ocupante do cargo de Médico (Clínica Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 25h (vinte e cinco) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda represada de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**Portaria N.º 755/2013 - RH**

PORTARIA Nº 755, de 01 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014, de sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Nayana Riesemberg da Cunha Ribas, para exercer as funções do cargo de Médico (Anestesiologista), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda represada de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Portaria N.º 756/2013 - RH**

PORTARIA Nº 756, de 01 de novembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Nayana Riesemberg da Cunha Ribas, ocupante do cargo de Médico (Anestesiologista), de 5h (cinco) horas semanais para 15h (quinze) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda represada de cirurgias eletivas nas especialidades de hérnias e vesículas, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Ministério Público, Município de Porto União, Câmara de Vereadores, Diretoria do Hospital de Caridade São Braz e Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**Extrato de Contrato 053/2013 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 053/2013 - FAS

Partes: Município de Porto União e a empresa LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.

Objeto: Fornecimento de 800 (oitocentas) cestas básicas e de 800 (oitocentos) pacotes de leite em pó integral com 400 gr. cada.

Valor: R\$ 64,77 (Sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos), cada cesta básica totalizando R\$ 51.816,00 (Cinquenta e um mil e oitocentos e dezesseis reais) e o valor de R\$ 5.94 (Cinco reais e noventa e quatro centavos), cada pacote de leite, totalizando R\$ 4.752,00 (Quatro mil e setecentos e cinquenta e dois reais), sendo o valor total do contrato R\$ 56.568,00 (Cinquenta e seis mil e quinhentos e sessenta e oito reais).

Vigência: será da data de assinatura do contrato até 31/12/2013.

Base legal: Pregão Presencial 017/2013 Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC, 11 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

Contratada.

**Extrato de Contrato 174/2013**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 174/2013

Partes: Município de Porto União e Leme Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda.

Objeto: execução de calçadas em concreto na Rua Padre Landel de Moura, bairro Vice King com área de 118,95 m3 e execução de calçada e sarjeta triangular na Rua Theodoro Kroetz, Morro da Cruz, com área de 35,03 m3 e 468,00 ml respectivamente.

Valor total: R\$ 104.166,25 (Cento e quatro mil e cento e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

Vigência: será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período.

Base legal: Tomada de Preços 011/2013, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 08 de Novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEME RIBAS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

Contratada.

**Extrato de Contrato Aditivo 104/2013 - Educação**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 104/2013 - EDUCAÇÃO

Aditivo ao Contrato de Obra 053/2012 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e João Lorensini &amp; Filho Ltda.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 40.216,23 (quarenta mil duzentos e dezesseis reais e vinte e três centavos), equivalente a 10,58 % ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a

este deu origem.

Porto União SC, 08 de novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 017/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 042/2013 - EDUCAÇÃO

Extrato de Retificação do Edital de Pregão Presencial 017/2013

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna pública retificação do Edital de Processo Licitatório nº 042/2013 - EDUCAÇÃO, conforme consta a seguir, em virtude das alterações ocorridas no objeto do Edital, altera - se a data de abertura para o dia 03 de dezembro de 2013, às 13hrs: 30min. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone 042 3523 1155, email [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), site [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br), email [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br). Porto

União SC, 11 de Novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Termo de Homologação da Tomada de Preços 011/2013**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 109/2013

Tomada de Preços 011/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Leme Ribas Engenharia e Arquitetura Ltda

Porto União SC, 08 de Novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### **Termo de Homologação do Pregão Presencial 017/2013 - FAS**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 026/2013 - FAS

Pregão Presencial 017/2013 - FAS

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa LBSX Comércio de Produtos Alimentícios Ltda

Porto União SC, 11 de Novembro de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

## **Rio do Sul**

### **PREFEITURA**

#### **Deceto 3721**

DECRETO Nº 3721, de 08 de novembro de 2013.

"CONCEDE PENSÃO A Sra. GERTRUDES WHRMEISTER"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 260 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 20 e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "a" inciso II do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e inciso II do § 7º do artigo 40 da CF de 1988.

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Considerando a sentença proferida nos autos nº 054.12.012385-5 pelo MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Rio do Sul/SC RESOLVE:

Art. 2º- Fica concedido a partir de 21/04/2012, pensão por morte à Sra. Gertrudes Whrmeister, brasileira, domiciliada e residente na Rua Mafalda Linder Porto, s/n, Bairro Progresso, em Rio do Sul/SC, em virtude do falecimento de seu companheiro Sr. Luiz Carlos Back, servidor público municipal, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, nível A-1, Lotado na Secretaria Municipal de Obras, com proventos integrais.

Art. 3º- Em conformidade com o Art. 40, § 7º, inciso II da CF/88 com a redação dada pela EC. nº 41/2003 corresponderá a totalidade da remuneração do servidor falecido em 21/04/2012.

Art. 4º- Os proventos da pensão serão revistos pelo índice e na data do reajuste dos benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social.

Art. 5º- A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

#### **Decreto 3708**

DECRETO Nº 3708, de 04 de novembro de 2013.

"AUTORIZA A RAINHA E PRINCESAS DA FESTA NACIONAL DO BOLA - KEGELFEST DE 2013/2014; REPRESENTAREM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, EM EVENTOS OFICIAIS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 2º da Lei nº 2.788/93,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Poderá a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

Empreendedorismo do Município de Rio do Sul, autorizar a Srta. Priscila Gabriela Moretto na qualidade de Rainha; Tailine Eliane Diel na qualidade de 1ª Princesa; Andreia Hoeltgebaum na qualidade de 2ª Princesa, da Festa Nacional do Bolão - KEGELFEST-2013/2014, representarem o Município de Rio do Sul, em eventos oficiais de cunho cultural, artísticos e esportivos, com o objetivo de divulgar o Município e as suas potencialidades.

Art. 2º - Caberá ao Secretário de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo do Município, a indicação dos eventos oficiais em que o Município se fará representar pela RAINHA e/ou PRINCESAS, com custeamento das despesas decorrentes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto 3709**

DECRETO Nº 3709, de 04 de novembro de 2013.

"SUBSTITUI MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei orgânica do Município e na Lei Municipal nº 3.609/2001.

DECRETA

Art. 1º - Fica substituído membro para presidir o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto - Substitui: Rodrigo Neves - Presidente.

Art. 2º - Fica substituído para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, o membro abaixo relacionado, como representante da respectiva entidade:

I - Secretária Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente:

- Cristiano Contreira Dias Lopes Segatto - Substitui: Rodrigo Neves (Titular)

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

04 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto 3710**

DECRETO Nº 3710, de 04 de novembro de 2013.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.020 de 19/02/2004;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, indicados por sua entidade:

a) O Secretário Municipal da Saúde - Membro Nato:

- Luiz Carlos Zanis - Substitui: Tânia Regina Cipriani - Titular

- Ivania Travaglia - Substitui: Cristiane Aparecida Leandro de Souza - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **Decreto 3711**

DECRETO Nº 3711, de 05 de novembro de 2013.

"DECRETA O FECHAMENTO DO ATENDIMENTO INTERNO E EXTERNO DOS DEPARTAMENTOS DE RECURSOS HUMANOS, COMPRAS, LICITAÇÕES E PATRIMÔNIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ENTRE OS DIAS 11 E 14 DE NOVEMBRO DE 2013 EM VIRTUDE DE CAPACITAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a homologação do Pregão Presencial nº 074/2013 sobre a empresa fornecedora do software de gestão.

Considerando o perfeito funcionamento das rotinas após a implantação do software de gestão.

Considerando a necessidade de treinamento e capacitação nos módulos de Recursos Humanos, Compras, Licitações e Patrimônio.

DECRETA:

Art.1º- Fica decretado fechamento do atendimento interno e externo dos Departamentos de Recursos Humanos, Compras, Licitações e Patrimônio da Secretaria Municipal de Administração entre os dias 11 e 14 de novembro de 2013.

Art.2º - Ficam convocados todos os servidores dos Departamentos retrocitados, bem como, os servidores das demais Secretarias, Fundação Municipal de Desportos e Fundação Cultural que executam atribuições de Recursos Humanos, Compras, Licitações e Patrimônio com o uso dos respectivos sistemas de gestão, para participarem da capacitação nos dias 11 a 14 de novembro de 2013, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, em local a ser designado pelo Secretário Municipal de Administração.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

05 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

**Decreto 3712**

DECRETO Nº 3712, de 06 de novembro de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto Rio do Sul o veículo, conforme segue:

O Veículo Ônibus VW NEOBUS MEGA - Placa MCH 6798 - Frota 231 - Chassi nº 9BWRF82W82R214051 - Ano 2002 - Renavan nº 790653737 - Cor Branco - da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo determinado entre os dias: 20 a 30 de novembro de 2013.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desporto de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

06 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto 3713**

DECRETO Nº 3713 de 06 de novembro de 2013.

"HOMOLOGA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 048/2013FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica homologado o processo de Dispensa de Licitação Nº 048/2013 FMS de 04 de novembro de 2013.

Parágrafo único - Contratação de ministrante para capacitação das estratégias de Saúde da Família e Agentes Comunitários e de Saúde da secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

05 de agosto de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**Decreto 3720**

DECRETO Nº 3720, de 08 de novembro de 2013.

"CONCEDE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL AO ESTADO DE SANTA CATARINA."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições e de conformidade com o que preceitua o art. 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

**DECRETA****Art. 1º-**

Fica concedida Cessão de Uso, de caráter gratuito e a título precário ao Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, um terreno de propriedade do Município de Rio do Sul, com área de 1.377,40m2 (um mil, trezentos e setenta e sete metros quadrados e quarenta decímetros quadrados), registrado no Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul - SC., sob o nº 29231, situado na Estrada Boa Esperança, bairro Fundo Canoas, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único: A área referida no caput do presente artigo destina-se a construção pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de uma Unidade de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar, com recursos oriundos de financiamento realizado junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

**Art. 2º-**

A presente Cessão de Uso será formalizada através de hábil e competente Termo Administrativo entre Cedente e Cessionário.

**Art. 3º-**

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º-**

Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

08 de novembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**Portaria N. 1345/RH**

PORTARIA N. 1345/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 022/2013, referente ao servidor Joel Antônio, matrícula n. 2623/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Atendente de Educação Infantil, para apurar os fatos relatados no Memorando SME/GAB n. 548/2013, emitido pela Secretaria Municipal de Educação e documentos em anexo e também, o Afastamento Preventivo do respectivo servidor pelo prazo de 60 (sessenta dias) contados a partir de 13 de novembro de 2013, com fundamento não Art. 189 da Lei Complementar n. 207/2010.

Parágrafo único - O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 157, incisos I, II, III e VII e Art. 158, inciso X, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010. Por decorrência, poderá lhe ser imputado a penalidade prevista no Art. 173 da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:



- a) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;  
b) Vanessa Fey, matrícula n. 31194/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;  
c) Liliana Regina May Ayroso, matrícula n. 29793/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 102, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de publicação deste ato.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de novembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**Publicação de Editais por Infração de Trânsito: do Nº1787/2013 ao Nº1794/2013.**

PUBLICAÇÃO DE EDITAIS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO: Nº1787/2013, Nº1788/2013, Nº1789/2013, Nº1790/2013, Nº1791/2013, Nº1792/2013, Nº1793/2013, Nº1794/2013.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1787/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACO3506	54273555E	6920/0	03/10/2013	233
ARL0770	55287460D	6610/2	17/10/2013	230 * VII
BNO5140	54692928E	5169/1	19/10/2013	165
BNO5140	55287410D	5045/0	19/10/2013	162 * V
BNO5140	55287411D	6912/0	19/10/2013	232
LXL8734	55329241D	6599/2	20/10/2013	230 * V
LXL8734	55329242D	5010/0	20/10/2013	162 * I
LXZ3216	55286975D	6599/2	14/10/2013	230 * V
LXZ5228	55281442D	5118/0	17/10/2013	164 c/c 162 * I
MCA2113	55331070D	5169/1	19/10/2013	165
MHT9789	55287057D	6769/1	17/10/2013	230 * XXII
MKC5104	55287110D	5118/0	17/10/2013	164 c/c 162 * I
MKC5104	55287111D	5010/0	17/10/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1788/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ASL9220	55286976D	7366/2	15/10/2013	252 * VI
AVE7662	55286962D	5452/3	29/09/2013	181 * VIII
CLE9428	54695221E	7366/2	30/09/2013	252 * VI
IZO1234	55286977D	5460/0	15/10/2013	181 * IX
LXB7334	55288332D	5185/1	17/09/2013	167
LZH8742	54692495E	5460/0	13/10/2013	181 * IX
MBX3770	55281091D	7366/2	14/10/2013	252 * VI
MBZ9796	55287206D	5541/4	09/10/2013	181 * XVII
MDX2117	55281148D	5541/4	19/10/2013	181 * XVII
MES7832	54695122E	7366/2	19/09/2013	252 * VI
MEW2583	54692482E	5185/2	28/09/2013	167
MGW4261	55287212D	7366/2	14/10/2013	252 * VI
MIS6546	55286898D	5541/1	03/10/2013	181 * XVII
MKR6566	55286927D	5568/0	11/09/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1789/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADJ1609	55329631D	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
ADJ1609	55329632D	5118/0	04/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AFQ9984	55330756D	6599/2	19/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJK7057	54692559E	6556/1	12/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
CFR8812	54273781E	6920/0	07/08/2013	R\$ 127,69	233
CRC9445	55280878D	6912/0	17/08/2013	R\$ 53,20	232
HVY3965	54692334E	6610/2	29/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
HVY3965	54692335E	6637/1	29/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
IIW6562	55286765D	6599/2	17/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LKK6895	54692561E	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWZ7696	54273764E	6920/0	01/08/2013	R\$ 127,69	233
LWZ7724	54692606E	6610/2	06/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LWZ7724	54692607E	5010/0	06/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWZ7724	54692608E	5118/0	06/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXA2509	55281248D	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXM2736	54273775E	6920/0	08/08/2013	R\$ 127,69	233
LYC2787	54273721E	6920/0	09/07/2013	R\$ 127,69	233
LYT5923	55288456D	5045/0	08/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
LYT5923	55288457D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYX3442	54273788E	6920/0	09/08/2013	R\$ 127,69	233
MAD3048	54273776E	6920/0	08/08/2013	R\$ 127,69	233
MAG0260	54692176E	5169/1	08/09/2013	R\$ 1.915,38	165
MBB5542	55280738D	6599/2	26/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBG2045	55329936D	5010/0	30/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBG2045	55329937D	5118/0	30/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBI1686	55329938D	5045/0	30/07/2013	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBI1686	55329940D	6599/2	30/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBI1686	55329941D	6912/0	30/07/2013	R\$ 53,20	232
MBK4245	55280688D	6670/0	29/06/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MBX7781	54273684E	6920/0	05/07/2013	R\$ 127,69	233
MBX7781	55328390D	6599/2	29/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCF3233	55326644D	6599/2	29/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCG4753	55287601D	5045/0	13/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCG4753	55287602D	6912/0	13/08/2013	R\$ 53,20	232
MCN4168	55331284D	6599/2	13/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCT6444	54692402E	5169/1	19/07/2013	R\$ 1.915,38	165
MDS6175	54273772E	6920/0	05/08/2013	R\$ 127,69	233
MEH1237	54273841E	6920/0	22/08/2013	R\$ 127,69	233
MEW3204	54273787E	6920/0	09/08/2013	R\$ 127,69	233
MFC0615	55281417D	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFC0615	55281418D	6912/0	14/08/2013	R\$ 53,20	232
MFH8586	55280700D	5010/0	08/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFL9632	54273619E	6920/0	30/08/2013	R\$ 127,69	233
MGH2920	54273279E	6920/0	21/06/2013	R\$ 127,69	233
MGO4750	54692464E	5010/0	06/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGO4750	54692465E	5118/0	06/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGO4750	54692466E	6599/2	06/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGS3670	55280873D	6599/2	17/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHI8117	55280988D	6700/0	16/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MJC2625	55886728B	6599/2	06/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJP2759	55287611D	6599/2	16/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJP2759	55287612D	5045/0	16/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJP2759	55287613D	6912/0	16/08/2013	R\$ 53,20	232
MKA9521	55326384D	5045/0	03/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MKA9521	55326385D	6599/2	03/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKC0504	55281250D	6599/2	14/08/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1790/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGZ0965	55288047D	5541/2	10/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AXA1707	55280437D	5541/4	23/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CDQ8952	54692273E	5185/1	11/07/2013	R\$ 127,69	167
CGR6660	55281303D	5541/4	25/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IHI0213	55281226D	6050/1	09/07/2013	R\$ 191,53	208
IKI3468	55280742D	5541/4	17/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JGF9177	55281043D	5541/6	11/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JNC2790	55281125D	5541/6	06/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KZJ1420	55288169D	5541/6	20/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LNT7436	55281246D	6050/1	10/08/2013	R\$ 191,53	208
LVO4227	55288188D	5541/1	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA0954	55280440D	5568/0	07/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBG9352	55281124D	5541/1	22/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP4107	55286671D	6050/1	09/07/2013	R\$ 191,53	208
MBU1174	54692550E	5800/0	05/08/2013	R\$ 127,69	192
MCF3233	55326645D	7056/2	29/06/2013	R\$ 85,12	244 * III c/c §1º
MCN2208	55286761D	7366/2	09/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCN8510	55286713D	5568/0	03/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MDI8186	55288412D	5738/0	08/08/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDL4777	54692601E	6190/0	05/08/2013	R\$ 85,12	216
MDM6295	55288030D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM6295	55288040D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEV1313	55286719D	5541/1	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX0256	55286751D	5541/5	02/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF3512	54692623E	5959/1	08/08/2013	R\$ 191,53	203 * IV
MGG1449	55281127D	5541/6	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGJ1146	55286697D	5541/6	09/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK8130	55286700D	5550/0	09/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHV0551	55331426D	6050/1	12/06/2013	R\$ 191,53	208
MHV0551	55331427D	5185/1	12/06/2013	R\$ 127,69	167
MIN9828	55281298D	5460/0	01/08/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MIO4030	55886724B	5452/1	02/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MIP3020	55281074D	5541/4	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK2321	55288182D	7366/2	01/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKL5636	55286693D	5541/1	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW8492	55281227D	5479/0	09/07/2013	R\$ 85,12	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1791/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMP8613	55287007D	6599/2	19/10/2013	230 * V
AXO0018	54273554E	6920/0	02/10/2013	233
BYF2570	54692927E	5169/1	15/10/2013	165
DDL7437	55287117D	6599/2	20/10/2013	230 * V
DHR3698	54695088E	5045/0	17/09/2013	162 * V
IDA7742	55287357D	5045/0	20/10/2013	162 * V
IMH3475	55287116D	6599/2	20/10/2013	230 * V
LXJ7300	54692959E	6599/2	29/10/2013	230 * V
LXJ7300	54692960E	6602/0	29/10/2013	230 * VI
LZF2315	55329230D	6599/2	29/09/2013	230 * V
LZF2315	55329231D	5169/1	29/09/2013	165
LZF2315	55329232D	5010/0	29/09/2013	162 * I
LZI9952	54692492E	6548/0	10/10/2013	229
MAP0778	54273563E	6920/0	04/10/2013	233
MBL0930	55288289D	6769/1	20/10/2013	230 * XXII
MBL1223	54695103E	6599/2	19/09/2013	230 * V
MBL1223	54695104E	5010/0	19/09/2013	162 * I
MCZ3913	54273551E	6920/0	30/09/2013	233
MFA8194	54695127E	6599/2	30/09/2013	230 * V
MFA8194	54695128E	5010/0	30/09/2013	162 * I
MFA8194	54695129E	5118/0	30/09/2013	164 c/c 162 * I
MFH9402	55288294D	6912/0	20/10/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 043 1792/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CAI9693	55329221D	5185/1	20/10/2013	167
DRG6612	54692496E	5207/0	13/10/2013	169
KYA3625	55329243D	6050/1	21/10/2013	208
LYL0499	54695126E	5967/0	19/09/2013	203 * V
LZF2315	55329233D	7030/1	29/09/2013	244 * I
LZS3849	55287271D	7366/2	18/10/2013	252 * VI
MAO3598	54695217E	7366/2	04/10/2013	252 * VI
MBL0930	55288290D	7030/2	20/10/2013	244 * I
MCH8367	54695212E	6041/2	30/09/2013	207
MDP8699	55281000D	5525/0	18/09/2013	181 * XV
MEA4258	55287451D	5568/0	15/10/2013	181 * XIX
MGV1529	54692484E	6050/1	30/09/2013	208
MHO8480	55287253D	5541/4	08/10/2013	181 * XVII
MHP1349	55287266D	5541/6	18/10/2013	181 * XVII
MJN6007	54695213E	6050/1	30/09/2013	208
MJR2515	55287401D	5460/0	17/10/2013	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1793/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJS0218	54692004E	5169/1	29/06/2013	R\$ 1.915,38	165
BFE6048	54273846E	6920/0	23/08/2013	R\$ 127,69	233
BGJ5023	54273238E	6920/0	10/06/2013	R\$ 127,69	233
DKX3500	54692153E	6599/2	08/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
GZW1514	55280594D	6599/2	03/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
GZW1514	55280595D	5045/0	03/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
IAZ4092	55331508D	5169/1	22/06/2013	R\$ 1.915,38	165
IJO5354	54273668E	6920/0	28/06/2013	R\$ 127,69	233
LXQ8986	55281120D	6750/0	04/07/2013	R\$ 85,12	230 * XXI
LYG5650	55329921D	6610/2	29/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYG5650	55329922D	6408/0	29/06/2013	R\$ 85,12	221
LYU9945	54273661E	6920/0	26/06/2013	R\$ 127,69	233
LZN4147	55286812D	5010/0	21/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZN4147	55286814D	5118/0	21/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZW7151	54692012E	5010/0	06/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZW7151	54692013E	5118/0	06/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAH1669	54692501E	6610/2	31/07/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAH1669	54692502E	6556/1	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * I
MAN0314	55331055D	6912/0	07/06/2013	R\$ 53,20	232
MBI1224	54273809E	6920/0	15/08/2013	R\$ 127,69	233
MCG0479	54273823E	6920/0	20/08/2013	R\$ 127,69	233
MDC5484	54273251E	6920/0	13/06/2013	R\$ 127,69	233
MFF5861	55281119D	6599/2	28/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHL6532	55331499D	5045/0	09/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHL6532	55331500D	5142/0	09/07/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MHU0040	54273850E	6920/0	23/08/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKK1373	54273261E	6920/0	13/06/2013	R\$ 127,69	233
MKS1830	54273264E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1794/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFN2297	55280933D	5541/4	09/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AJS0218	55331545D	5185/1	29/06/2013	R\$ 127,69	167
CBD2309	55280921D	5568/0	17/06/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
DKB0400	55288192D	5541/4	08/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DUB0821	54692591E	5444/0	24/08/2013	R\$ 53,20	181 * VII
EFX1414	55288056D	5541/4	03/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
GZW1514	55280593D	5541/4	03/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZS8026	54692312E	5525/0	22/07/2013	R\$ 85,12	181 * XV
LZT1123	54692086E	7366/2	05/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZX8079	55280923D	5541/1	24/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAW0740	55281220D	5541/1	18/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF7740	55281343D	5568/0	31/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MBO9742	55288261D	5460/0	13/08/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MBR5642	55288204D	5541/5	31/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB4550	55281039D	5541/4	05/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ6263	55286804D	5185/1	21/08/2013	R\$ 127,69	167
MEP7474	55288167D	5541/5	20/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ2128	54692634E	6041/2	07/08/2013	R\$ 127,69	207
MFD0617	55288042D	5541/2	17/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGP8082	55281218D	5541/1	15/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY6722	55331518D	7366/2	25/06/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGY6722	55331519D	5703/0	25/06/2013	R\$ 85,12	185 * I
MIC5087	55286688D	5568/0	05/08/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MIV2430	54695041E	7366/2	09/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIW4447	55330898D	6050/1	28/06/2013	R\$ 191,53	208
MKY5050	55286661D	6050/1	26/06/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 12 DE NOVEMBRO DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nr 716/2013**

RESOLUÇÃO Nº 716, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013

CONSIDERANDO a competência descrita no artigo 65, inciso I, c/c artigo 66, inciso II, ambos da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

CONSIDERANDO que foi aprovado em Sessão Plenária de 22 de agosto de 2013, Requerimento nº 018/13, cujo conteúdo visa a solicitação de constituição de Comissão Temporária Especial para apreciação e estudo de problemas municipais consoantes à municipalização dos serviços da CASAN;

CONSIDERANDO que e em conformidade com o que preceitua o artigo 65, § 1º, alíneas "a", "b" e "c", da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, o requerimento apresenta a finalidade devidamente fundamentada bem como faz menção a três membros para composição e ao prazo de funcionamento da referida Comissão;

CONSIDERANDO que na constituição das Comissões deve ser assegurada a representação dos partidos que compõem a Câmara Municipal, bem como que nenhum líder partidário indicou representante;

CONSIDERANDO que deve fazer parte da Comissão o primeiro signatário do Requerimento, de conformidade com o que preceitua o artigo 65, §2º e §3º; da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o parágrafo 5º, do artigo 67, da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica criada no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul, Comissão Temporária Especial com o objetivo de apreciar e estudar os problemas municipais consoantes à municipalização dos serviços da CASAN.

Art. 2º Ficam nomeados para fazer parte da Comissão, por indicação do Presidente desta Casa, respeitando a proporcionalidade partidária, bem como o que preceitua o parágrafo segundo do art. 65 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, os seguintes Vereadores:

I - Maria Helena Zimmermann - PR;

II - Jaime Sborz - PSD; e

III - Zeli da Silva - PT;

§ 1º Caso um dos componentes da Comissão venha a licenciar-se, por qualquer motivo legal, que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas à titular, conforme artigo 236, § 1º da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

§ 2º A Comissão deverá eleger dentre seus pares um Presidente e um Relator.

Art. 3º A Comissão Legislativa Temporária funcionará pelo prazo improrrogável de cento e vinte (120) dias para a conclusão de seus trabalhos a contar da publicação desta resolução e apresentará um relatório escrito sobre os objetivos atingidos ao Plenário da Câmara, 30 dias após findado o prazo de seu funcionamento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de novembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

**Portaria Nº 731/2013**

PORTARIA Nº 731, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Concede Dispensa do Ponto no Período Natalino.

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º No período de 21 de dezembro 2013 a 05 de janeiro de 2014, não haverá expediente na Câmara Municipal, voltando a mesma as suas atividades, a partir do dia 06 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de novembro de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara

**Salto Veloso****PREFEITURA****Edital de Cientificação dos Resultados - PP 00044/2013**

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM

PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade: Pregão Presencial

Número : 44/2013

Data Início Processo: 23/10/2013

Abertura Propostas...: 12/11/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS PÁRA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- RÜDIGER CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, com um valor total de R\$ 352.500,00 (Trezentos e cinquenta e dois mil e quinhentos reais);

SALTO VELOSO, 12 de novembro de 2013.

**Decreto Municipal Nº. 62-a/2013**

DECRETO Nº. 62-A/2013, DE 09 DE SETEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 400,00 (Quatrocentos reais),



conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MAN. DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS DE CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 400,00

Fonte: 01.19.00000

RED. 39

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, anulada parcialmente dotação orçamentária da seguinte programação de despesa, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MAN. DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Grupo de Natureza de Despesa: 3.1- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 400,00

Fonte: 01.19.00000

RED. 35

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, em 09 de Setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

### **Decreto Municipal Nº. 64/2013**

DECRETO Nº 064, DE 09 SETEMBRO DE 2013.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 64.968,85 (Sessenta e Quatro Mil Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Oitenta e Cinco Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.007 - MANUT. DO FUNDO M. ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 38.502,98

Fonte: 03.63.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 19.825,87

Fonte: 03.63.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.006 - CONV. COM A SEC. DE SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 6.640,00

Fonte: 03.63.00000

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 09 de Setembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Municipal Nº. 65/2013**

DECRETO Nº 065, DE 11 SETEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS FESTIVIDADES E ATIVIDADES CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 130.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.051 - MANUT. DO PROGR. DA MERENDA ESCOLAR

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 01.01.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.007 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.009 - MANUT. DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 01.00.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.005 - MNT. DA ATIV. ADM. E FINANÇAS  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 100.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.030 - EDUCAÇÃO DE JPENS A ADULTOS  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 26.000,00  
Fonte: 01.01.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 3.040 - AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 20.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 3.036 - APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 10.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SECRET. DE OBRAS E URBANISMO  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 34.000,00  
Fonte: 01.00.00000

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de setembro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Municipal Nº. 72/2013**

DECRETO Nº. 72/2013, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTÇÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;  
Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.025 - MAN. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS DE CORRENTES  
Grupo de Natureza de Despesa: 3.1 PESSOAL E ENCARGOS  
Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 25.000,00  
Fonte: 01.18.00000

RED. 37

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, anulada parcialmente dotação orçamentária da seguinte programação de despesa, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 4.025 - MAN. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTE  
Grupo de Natureza de Despesa: 3.1 PESSOAL E ENCARGOS  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 25.000,00  
Fonte: 01.18.00000  
RED. 34

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, em 17 de Outubro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

#### **Decreto Municipal Nº. 73/2013**

DECRETO Nº. 73/2013, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;  
Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 45.300,00 (Quarenta e Cinco Mil e Trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Projeto/Atividade: 4.016 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL  
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES  
Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
Elemento de Despesa: 64 APLICAÇÕES DIRETAS  
Sub-Elemento de Despesa: 17 APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 45.300,00  
Fonte: 02.64.00000

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação da Atenção Básica, apurado na média aritmética entre o valor orçado com o arrecadado até a presente data.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, em 17 de Outubro de 2013.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 019 /2013**

PORTARIA Nº. 019 /2013, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia Comissão Central Organizadora da VIII Festa do Hambúrguer.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Central Organizadora da VIII Festa do Hambúrguer os seguintes membros:

1. Presidente: Paulo Hoffelder
2. Vice-presidente: Pedro Sezi Silva
3. Secretário: Cintia Périco Farenzena
4. Tesoureiro: Gilmar Paulo Conte

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 12 de novembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada em Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**Ato de Anulação de Licitação - TP 10/2013**

ATO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade: Tomada de Preços  
Número: 010/2013  
Data Início Processo: 11/10/2013  
Abertura Propostas.: 01/11/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO PÚBLICO

Decidimos pela ANULAÇÃO do processo licitatório em comento, ante o Desacordo com a Constituição Federal em seu artigo 37, e também artigo 21 inc. III da lei 8.666/93 ao deixar de fazer a publicação necessária para a lisura do processo licitatório

SALTO VELOSO, 07 de novembro de 2013.

**Edital de Cientificação dos Resultados - PP 0041/2013**

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade: Pregão Presencial  
Número : 41/2013  
Data Início Processo: 11/10/2013  
Abertura Propostas.: 22/10/2013

Objeto: Registro de preços para aquisição de Diesel tipo S-10

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- Auto Posto Farenzena, com um valor total de R\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos reais);

SALTO VELOSO, 31 de outubro de 2013.

**Edital de Pregão Presencial Nº 043/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 045/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Aquisição de torre de som e palco para festividades.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 25/11/2013 até as 09h00min.

Abertura: 25/11/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 12 de outubro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal**Santa Rosa do Sul****PREFEITURA****Edital**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 64/2013- PR 64/2013

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de Produtos Alimentícios e Materiais de Limpeza e Higiene para os Centros de Educação Infantil Municipal (creches), durante o primeiro semestre de 2014. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 18:00horas do dia 25 de novembro de 2013, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 26 de novembro de 2013. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, e-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 310/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 310/2013  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 26 de novembro de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE CARGOS ACTs DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2014.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2013.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Editais de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1758/2013 e 1759/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1758/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHQ0582	54591694E	6599/2	21/10/2013	230 * V
BZM9481	55723236D	5010/0	13/10/2013	162 * I
CFB5490	54592197E	6920/0	18/10/2013	233
DKF1231	54592168E	6920/0	08/10/2013	233
LAP1815	54592236E	6912/0	25/10/2013	232
LWX1434	54591861E	5274/1	11/10/2013	175
LWX1434	54591862E	6726/1	11/10/2013	230 * XVIII
LWX1434	54591865E	5169/1	11/10/2013	165
LXF1307	55724138D	6580/0	19/10/2013	230 * IV
LXF1307	55724139D	6637/1	19/10/2013	230 * IX
LXF1307	55724140D	6726/1	19/10/2013	230 * XVIII
LXF1307	55724284D	6599/2	19/10/2013	230 * V
LXF1307	55724285D	5010/0	19/10/2013	162 * I
MDL8157	54592331E	6599/2	24/10/2013	230 * V
MDL8157	54592332E	6610/2	24/10/2013	230 * VII
MDL8157	54592333E	6602/0	24/10/2013	230 * VI
MDL8157	54592334E	6556/1	24/10/2013	230 * I
MDL8157	54592335E	6912/0	24/10/2013	232
MDL8157	54592336E	6700/0	24/10/2013	230 * XVI
MDL8157	55726195D	5169/1	25/10/2013	165
MFO7947	54592164E	6920/0	04/10/2013	233
MGG5737	54592454E	5045/0	25/10/2013	162 * V
MGG5737	54592455E	5142/0	25/10/2013	164 c/c 162 * V
MHY5661	54592452E	5010/0	23/10/2013	162 * I
MHY5661	54592453E	5118/0	23/10/2013	164 c/c 162 * I
MKT8267	54592228E	6700/0	22/10/2013	230 * XVI



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1759/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AOZ1416	55512930D	5541/2	26/09/2013	181 * XVII
APJ3468	55724283D	5509/0	19/10/2013	181 * XIII
ARM3143	55513052D	5452/1	02/09/2013	181 * VIII
AZS0025	55513259D	5541/7	18/09/2013	181 * XVII
CSP9313	55513326D	7366/2	16/10/2013	252 * VI
CSP9313	55513327D	5835/0	16/10/2013	195
DEV0432	55513307D	5541/2	18/09/2013	181 * XVII
ICH1385	55513215D	6564/0	27/09/2013	230 * II
LWX1434	54591866E	5185/1	11/10/2013	167
MCG2955	55513130D	5568/0	28/09/2013	181 * XIX
MDE7872	55513277D	5819/6	25/09/2013	193
MDL8157	54592327E	6270/0	24/10/2013	220 * II
MDL8157	54592328E	5835/0	24/10/2013	195
MDL8157	54592329E	5720/0	24/10/2013	186 * I
MDL8157	54592330E	5819/5	24/10/2013	193
MDU8707	55513337D	5380/0	21/10/2013	181 * I
MGO5009	54592231E	7307/0	22/10/2013	251 * II
MHK8489	55724661D	7048/1	11/10/2013	244 * II
MHL7065	55513187D	5541/2	07/10/2013	181 * XVII
MIB7654	55512730D	7366/2	11/10/2013	252 * VI
MLD5543	55513338D	5568/0	23/10/2013	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1760/2013 e 1761/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1760/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHQ2094	54076045D	5037/1	29/07/2013	R\$ 574,61	162 * III
AHQ2094	54076046D	5134/1	29/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
AHQ2094	55724540D	6599/2	29/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
AOP5848	55728103D	5118/0	25/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AOP5848	55728106D	6963/0	25/07/2013	R\$ 127,69	237
LYA9903	54592934E	6599/2	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYA9903	54592935E	5037/1	02/08/2013	R\$ 574,61	162 * III
LYA9903	54592936E	5134/1	02/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
LYA9903	54592937E	5045/0	02/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
LYA9903	54592938E	5142/0	02/08/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LYA9903	54592939E	6556/1	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCZ0466	55724132D	5010/0	09/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCZ0466	55724133D	5118/0	09/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS

DELEGADO REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1761/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABI9272	55512870D	5541/1	20/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AGX8967	55512823D	5541/2	07/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
EKQ3173	55512894D	5185/1	22/08/2013	R\$ 127,69	167
LYF5016	55512392D	5479/0	12/07/2013	R\$ 85,12	181 * X
MBL9999	55724897D	5452/2	26/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY6386	55512117D	5568/0	20/07/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MEB9376	55512442D	5380/0	11/07/2013	R\$ 85,12	181 * I
MGJ3009	55512244D	5541/6	28/06/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT8626	55512441D	5541/1	11/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 841/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 841/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABM2510	8492054160	7455/0	27/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ABR4365	8492054619	5673/2	13/08/2013	R\$ 85,12	183
AHM0045	8492054604	7463/0	05/08/2013	R\$ 127,69	218 * II
AKA1955	8492053732	7455/0	12/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ALF0334	8492054346	7455/0	30/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
ANZ9294	8492055386	7455/0	28/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AOB2292	8492054969	7455/0	19/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AQX6527	8492054672	5673/2	09/08/2013	R\$ 85,12	183
ARK6550	8492054752	7455/0	13/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
ARS8510	8492054761	7455/0	08/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
AUV7106	8492053605	6050/3	07/07/2013	R\$ 191,53	208
AWT4421	8492054131	7455/0	19/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
AWW9409	8492052483	7455/0	25/05/2013	R\$ 85,12	218 * I
AZE1946	8492054279	7455/0	26/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
CXA9128	8492054748	7455/0	11/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
DAW6331	8492053388	7455/0	02/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
DRA4274	8492054090	7463/0	20/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
DRA4274	8492054091	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
EKL9646	8492054829	5673/2	16/08/2013	R\$ 85,12	183
EKL9646	8492054923	7471/0	17/08/2013	R\$ 574,61	218 * III
IHU8642	8492053682	7455/0	06/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
KGC8921	8492053687	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
KTZ0615	8492054005	5673/2	21/07/2013	R\$ 85,12	183
LCK7426	8492054759	7455/0	12/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYS5440	8492053931	7455/0	20/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZV6372	8492054316	7455/0	31/07/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAR0852	8492054745	7455/0	10/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBE5266	8492054620	7455/0	13/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBX3743	8492054679	5673/2	14/08/2013	R\$ 85,12	183
MCH8838	8492053849	7455/0	13/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCL0034	8492053308	7455/0	22/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDB8899	8492054973	7455/0	15/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDO1562	8492054453	7455/0	01/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDW5587	8492054711	7455/0	10/08/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGP6587	8492053549	7455/0	04/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIY7622	8492053895	7455/0	15/07/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKT2806	8492053678	7463/0	10/07/2013	R\$ 127,69	218 * II
NGG0080	8492055326	7455/0	30/08/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 840/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 840/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAZ9983	8492056125	7455/0	28/09/2013	218 * I
ADM7462	8492056234	7455/0	25/09/2013	218 * I
AEM3048	8492056844	5673/2	18/10/2013	183
AGF6687	8492056189	7455/0	01/10/2013	218 * I
AJZ9826	8492056791	6050/3	18/10/2013	208
ALQ6840	8492055967	5673/2	24/09/2013	183
ALQ6840	8492056094	5673/2	26/09/2013	183
AQP4716	8492056548	7455/0	12/10/2013	218 * I
AQU8033	8492055565	7463/0	07/09/2013	218 * II
ART4578	8492056543	6050/3	11/10/2013	208
ASM1583	8492056137	7455/0	28/09/2013	218 * I
DEV0432	8492056014	7463/0	22/09/2013	218 * II
DSL4520	8492056770	7455/0	17/10/2013	218 * I
EVX9230	8492055835	7455/0	12/09/2013	218 * I
HBA6923	8492056908	7455/0	21/10/2013	218 * I
JYU9170	8492055895	6050/3	21/09/2013	208
KRD0149	8492056639	7463/0	10/10/2013	218 * II
LBK0309	8492056145	6050/3	26/09/2013	208
LNI7538	8492056650	7463/0	11/10/2013	218 * II
LWS8339	8492056837	5673/2	20/10/2013	183
LYI0718	8492056857	7455/0	19/10/2013	218 * I
LYU1170	8492055963	5673/2	23/09/2013	183
LZQ3923	8492056111	5673/2	30/09/2013	183
MAA1795	8492056819	7455/0	20/10/2013	218 * I
MAM9582	8492056063	7455/0	22/09/2013	218 * I
MAY1776	8492056072	7455/0	19/09/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCI9075	8492056790	7455/0	17/10/2013	218 * I
MCR4440	8492056159	6050/3	27/09/2013	208
MDH0057	8492056946	7455/0	18/10/2013	218 * I
MEH7493	8492056884	7455/0	17/10/2013	218 * I
MEO9058	8492056838	6050/3	20/10/2013	208
MEP7779	8492056851	5673/2	20/10/2013	183
MET6111	8492056041	7463/0	20/09/2013	218 * II
MET7605	8492056206	7455/0	27/09/2013	218 * I
MFA0111	8492056658	7455/0	14/10/2013	218 * I
MFH4421	8492055955	7455/0	18/09/2013	218 * I
MFP1950	8492055937	7455/0	24/09/2013	218 * I
MFW9438	8492056197	7455/0	29/09/2013	218 * I
MGF5511	8492056811	7455/0	22/10/2013	218 * I
MGN8139	8492055949	7455/0	22/09/2013	218 * I
MGX3294	8492056914	7471/0	22/10/2013	218 * III
MHE8304	8492056540	5673/2	09/10/2013	183
MHH5105	8492055778	7455/0	11/09/2013	218 * I
MHL7046	8492055982	5673/2	18/09/2013	183
MIH7288	8492056920	7455/0	17/10/2013	218 * I
MJP7824	8492056942	7455/0	19/10/2013	218 * I
MJR7319	8492056810	7455/0	22/10/2013	218 * I
MJT0011	8492055977	5673/2	22/09/2013	183
MJT0011	8492056079	7455/0	20/09/2013	218 * I
MJT5362	8492056913	7455/0	18/10/2013	218 * I
MKC4938	8492056789	7455/0	21/10/2013	218 * I
MKH0576	8492056822	7455/0	21/10/2013	218 * I
MKK1884	8492055979	5673/2	23/09/2013	183
MKL5024	8492056905	7455/0	19/10/2013	218 * I
MKP2748	8492056064	7455/0	23/09/2013	218 * I
MKP9273	8492056906	7463/0	19/10/2013	218 * II
MKT8041	8492056808	7455/0	21/10/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 11 DE NOVEMBRO DE 2013

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

AUTORIDADE DE TRANSITO



**CÂMARA MUNICIPAL****Errata de Publicação****ERRATA DE PUBLICAÇÃO**

ONDE SE LIA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2013, LEIA-SE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2013, PERMANECENDO INALTERADO TODO O DEMAIS, CONFORME SEGUE ABAIXO:

A Câmara Municipal de São Bento do Sul, através de seu Presidente torna pública a dispensa de licitação para contratação da empresa Caixa Econômica Federal, com base no Artigo 24, Inciso V da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO: Prestação de serviço, com exclusividade, da folha de pagamento dos servidores e vereadores dessa Câmara Municipal. DO VALOR: R\$ 15.000,00 - a ser pago pela Instituição ao Município.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2013.

CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

**Extrato de Contrato Nº 020/2013****EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2013**

DA ESPÉCIE: Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Caixa Econômica Federal.

DO OBJETO: Prestação de serviço, com exclusividade, da folha de pagamento dos servidores e vereadores dessa Câmara Municipal. DO VALOR: R\$ 15.000,00 - a ser pago pela Instituição ao Município.

DA VIGÊNCIA: 39 (trinta e nove) meses a contar de novembro de 2013.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2013.

CESAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

WILSON ZARPELON

pela Empresa Contratada

**São Domingos****PREFEITURA****Portaria Nº 1518, de 11 de Novembro de 2013**

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 04/04/12 e pela Lei Complementar 042 de 04/04/12, atualizada;

Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal;

Considerando Art. 80 letra b, da Lei Complementar nº 045 de 06/11/12;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 09/11/13 a 13/11/13, por motivo de

falecimento de sua mãe, a Servidora Publica Municipal Mari Lucia Cenci Ribeiro, ocupante do Cargo Publico de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 09 de novembro de 2013.

São Domingos/SC, 11 de novembro de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

**Ata de Reunião da Comissão de Licitações**

No dia 11 de novembro de 2013, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 063/2013, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 015/2013 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO INDICATIVA E TURÍSTICA RODOVIÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, EM CONFORMIDADE COM O GUIA DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO IPHAN/DENATRAN, TOTALIZANDO 459 KM DE VIAS, INCLUINDO 150 PLACAS, SEMI-PÓRTICOS CÔNICOS COMPOSTOS DE ACORDO COM A NBR N. 14429:2013, PLACAS DE FIXAÇÃO NO SOLO EM ESTRUTURA DE COLUNA SIMPLES E COLUNA DUPLA, BEM COMO ESPECIFICAÇÃO DE PELÍCULAS TOTALMENTE REFLETIVAS DE ACORDO COM A NBR 14644:2007. O processo foi amplamente divulgado, porém realizaram visita técnica para participar do certame as empresas: SINASC - Sinalização e Construção de rodovias Ltda, CNPJ n. 07.150.434/0001-17; Sinco Sinalização e Comunicação indústria e Comércio Ltda, CNPJ n. 77.046.464/0001-63 e Max Comércio e Serviços de Sinalização Ltda ME, CNPJ n. 07.972.598/0001-20, conforme atestados de visita constantes no processo. Participaram do certame, entregando envelopes n. 01 e n. 02 as empresas Sinco Sinalização e Comunicação indústria e Comércio Ltda, CNPJ n. 77.046.464/0001-63 e SINASC - Sinalização e Construção de rodovias Ltda, CNPJ n. 07.150.434/0001-17, com envelopes protocolados sob os números 205 e 206/2013, respectivamente. Somente a participante SINASC - Sinalização e Construção de rodovias Ltda, CNPJ n. 07.150.434/0001-17 credenciou representante o Sr. Luiz Henrique Moreira, CPF n. 534.610.619-72. Nenhuma das empresas comprovou sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente, membros da Comissão de Licitações e credenciado. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente, membros da Comissão e pelo representante da empresa SINASC. Ato contínuo, foi constatado pela Presidente da Comissão de Licitação, que ambas as participantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios. Ainda, em consulta ao CNAE (CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS) das participantes, verificou-se que ambas possuem como atividade principal a "instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes", restando, portanto, aptas a executarem o objeto ora licitado. Desta feita, as licitantes Sinco Sinalização e Comunicação indústria e Comércio Ltda, CNPJ n. 77.046.464/0001-63 e SINASC - Sinalização e Construção de rodovias Ltda, CNPJ n. 07.150.434/0001-17, foram declaradas HABILITADAS para apresentação de suas propostas de preços. Fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 19 de novembro de 2013, às 09:00, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já

designada. Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. A presente Ata será enviada via e-mail para os participantes e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), para ciência de todos os interessados. Nada mais.

São Domingos, SC, 11 de novembro de 2013.  
ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ  
Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO  
Membro da Comissão

ADRIANA LÚCIA PRETTO  
Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE  
Membro da Comissão

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 149 de 07 de Novembro de 2013

DECRETO Nº. 149 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2013  
Transfere Feriado Municipal de que trata a Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996 e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o Feriado Municipal de Emancipação Política-Administrativa do Município de São João do Sul, instituído pela Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996, da data de 20 de dezembro para a data de 26 de dezembro de 2013.

§1º - Permanecerão atendendo a população, em regime de Plantão, os serviços essenciais de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 07 de novembro de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

## São José

### PREFEITURA

#### Lei N.º 5.346, de 08 de Novembro de 2013

ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI Nº. 4.818 DE 27 DE AGOSTO DE 2009, QUE DENOMINA VÁRIAS RUAS NO LOTEAMENTO BENJAMIN GERLACH FILHO, BAIRRO FORQUILHINHA - SÃO JOSÉ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 3º da Lei nº. 4.818, de 27 de agosto de 2009, que denomina várias ruas no Loteamento Benjamin Gerlach Filho, Bairro Forquilha, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"[            ]  
Art. 3º- Fica denominada de Rua JOSÉ DA COSTA BARBOSA, a Rua "A1".  
[            ]"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de novembro de 2013.  
JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 1.661 /2013

DECRETO Nº 1.661 /2013  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2013, datado de 02/05/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

#### DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Lourena Aparecida Ribeiro Machado	Auxiliar de Sala	04/11/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 04/11/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de novembro de 2013.  
JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

**Decreto Nº 1.664 /2013**

DECRETO Nº 1.664 /2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADAS EM FORQUILHAS, NESTE MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, artigo 2º e no Decreto-Lei 3.365/1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública para fins de Desapropriação, amigável ou judicial, área de terra de 279,10m² (duzentos e setenta e nove metros e dez centímetros quadrados), localizada no Bairro Forquilhas, mais precisamente na esquina da Rua do Quilombo com a Travessa Osny Ubaldo Correia, neste Município, com as seguintes dimensões e confrontações: frente, ao norte, medindo 11,00 metros, extrema com a Rua do Quilombo; fundos, ao sul, medindo 11,02 metros, extrema com terras de CTG Os Praianos; lado direito, ao leste, medindo 25,56 metros, extrema com casa geminada 03, bloco I, do residencial Jardim das Flores, pertencente à matrícula 87.771, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca; lado esquerdo, a oeste, medindo 25,18 metros, extrema com casa geminada 02, bloco J, do residencial Jardim das Flores, pertencente à matrícula 87.773, igualmente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José.

Art. 2º - A presente Declaração de Utilidade Pública tem como finalidade a construção de acesso rodoviário ao Centro de Tradições Gaúchas Os Praianos.

Art. 3º - A presente indenização dar-se-á pelo preço certo e ajustado, conforme laudo de avaliação constante do Processo Administrativo nº. 20.741/2013.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão à conta do Orçamento da Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de novembro de 2013.  
JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1.665/2013**

DECRETO Nº 1665/2013

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo TCE PPA 07/00062025 e com base no artigo 40, §7º, I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a MARIA ANA DO NASCIMENTO, viúva do servidor inativo Antônio Laudelino do Nascimento, matrícula 488, falecido em 26/04/2001, no valor correspondente a totalidade dos proventos do ex-servidor inativo, sendo 100% (cem por cento) de pensão vitalícia, retroativo a 27/04/2001, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 27 de abril de 2001.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de novembro de 2013.  
JOSÉ NATAL PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1667/2013**

DECRETO Nº 1667/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, SUÉLYN OLIVEIRA DE SOUZA, ocupante do cargo de Assessor II Administrativo - CCM2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de novembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1668/2013**

DECRETO Nº 1668/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, JOSÉ MAURO SCHROEDER D'AVILA, ocupante do cargo de Direção I de CEM - CCM-4, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de novembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1669/2013**

DECRETO Nº 1669/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, EDVALDA ERONDINA DAMÁZIO, ocupante do cargo de Assessor II ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de novembro de 2013.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1670/2013**

DECRETO Nº 1670/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor, MAURÍCIO KIMMEL, ocupante do cargo de Diretor de Geração de Trabalho e Renda - CCM 7, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Decreto Nº 1671/2013**

DECRETO Nº 1671/2013

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora, DENISE PAZ DE BRUM, ocupante do cargo de Diretor I de Centro de Saúde - CCM 4, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**Portaria Nº 1.616 de 11 de Novembro de 2013**

PORTARIA Nº 1.616 de 11 de novembro de 2013

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ - SC.

RESOLVE:

I - DESIGNAR a Comissão responsável pela organização, coordenação e acompanhamento dos Processos de Tomada de Contas Especial, em conformidade com estabelecido no Decreto nº 368/2013 de 20 de fevereiro de 2013, e demais disposições pertinentes, integrada pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

Mª ROSICLÉA DA SILVA GUAREZZI  
DANIELA DA SILVA FRAGA  
ELISANGELA PERES TEIXEIRA  
ISABELA ANGELONI LOPES DA SILVA  
PATRICIA SERRATINE DA PAIXÃO

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José/SC, 11 de novembro de 2013.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**Pregão Presencial 104/2013**

PREGÃO PRESENCIAL 104/2013 - Processo nº 261/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças, em bombas de incêndio, tanques de água nos veículos de combate a incêndios e reboques que compõe a frota da 1ª CIA de Bombeiros Militares de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/11/2013 às 15h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/11/2013 às 16h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Pregão Presencial 105/2013**

PREGÃO PRESENCIAL 105/2013 - Processo nº 259/2013: Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças, nas sinalizações de emergência e equipamentos de radiocomunicação dos veículos que compõe a frota da 1ª CIA de Bombeiros Militares de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/11/2013 às 14h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/11/2013 às 15h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Pregão Presencial 108/2013**

PREGÃO PRESENCIAL 108/2013 - Processo nº 273/2013: Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de software de gestão de atendimento para atender a Secretaria da Receita da Prefeitura de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 27/11/2013 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 27/11/2013 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810276.

**Resultado da Tomada de Preços Nº 017/2013**

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2013 - PROCESSO Nº 271/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para construção da cobertura do engenho e revitalização do jardim do Museu Histórico Municipal de São José. CONTRATADO: Asteca Construções Ind. e Com. Ltda. VALOR: R\$ 24.999,97 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente/CPL.

**Resultado de Inexigibilidade Nº 004/2013**

RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2013 - Processo nº 128/2013. Objeto: Inexigibilidade para contratação da empresa BENTLEY SYSTEMS BRASIL, para o fornecimento do software Microstation V8I para atender a Secretaria de Serviços Públicos. Contratado: BENTLEY SYSTEMS BRASIL LTDA. Valor: R\$ 11.899,72 (onze mil, oitocentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente da CPL



**Resultado do Chamamento Público 004/2013**

RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2013 - Processo nº 282/2013. Objeto: Chamamento público para cadastramento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor rural, destinados à alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de ensino de São José/SC. Contratado: Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado - COOPER-CONTESTADO. Valor Total: R\$ 90.926,40 (noventa mil, novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Eletrônico 033/2013**

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO 033/2013 - Processo nº 239/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar manutenção técnica preventiva e corretiva com fornecimento de peças, nos elevadores da marca Otis, instalados no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São José/SC. Contratado: CONSESC & Nacional Elevadores Ltda. Valor Total: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 079/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 079/2013 - Processo nº 160/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais de consumo e equipamentos, incluindo assistência técnica e garantia, para o Laboratório Municipal de Análises Clínicas da Secretária de Saúde de São José/SC. Contratados: PRONTOLAB Equip. e Produtos Científicos Ltda. (R\$ 31.278,00 - trinta e um mil, duzentos e setenta e oito reais); LABORCLIN Produtos para Laboratórios Ltda. (R\$ 50.458,75 - cinquenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e cinco centavos); J R EHLKE & CIA Ltda. (R\$ 1.200,00 - um mil e duzentos reais); CRIVITTA Diagnostica Ltda. (R\$ 79.900,00 - setenta e nove mil e novecentos reais); Portal Diagnóstico Com. De Prod. E Equip. p/ Lab. Ltda. (R\$ 31.924,20 - trinta e um mil, novecentos e vinte e quatro reais e vinte centavos); Produvale Produtos Hospitalares Ltda. (R\$ 56.749,30 - cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos); e AJMN Comércio de Produtos Científicos Ltda. EPP (R\$ 17.354,00 - dezessete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais). Valor Total: R\$ 268.864,25 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 086/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 086/2013 - Processo nº 180/2013. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo de odontologia para serem utilizados nos centros de saúde no Município de São José/SC. Contratados: Dentaria e Distribuidora Hospitalar Porto Alegre Ltda. (R\$ 94.526,50 - noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos); Olimed Material Hospitalar Ltda. (R\$ 105.185,00 - cento e cinco mil, cento e oitenta e cinco reais); PRHODENT Com. E Repr. De Prod. Hosp. E Dentários Ltda. (R\$ 115.351,65 - cento e quinze mil, trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos); Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda. (R\$ 208.627,30 - duzentos e oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta centavos); Produvale Produtos Hospitalares

Ltda. (R\$ 36.179,00 - trinta e seis mil, cento e setenta e nove reais); e Cirurgica Bela Vista Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. (R\$ 41.316,54 - quarenta e um mil, trezentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos). Valor Total: R\$ 601.185,99 (seiscentos e um mil, cento e oitenta e cinco reais e noventa e nove centavos).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Resultado do Pregão Presencial 098/2013**

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 098/2013 - Processo nº 235/2013. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de refeições (café da manhã, almoço, café da tarde e janta), destinados aos atletas que representam o Município de São José durante as competições esportivas do âmbito estadual. Contratado: Dutra Comércio Atacadista Ltda. ME. Valor Total: R\$ 83.750,00 (oitenta e três mil, setecentos e cinquenta reais).

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

**Termo Aditivo/TA Nº 464/2012-01**

Termo Aditivo/TA nº 464/2012-01 - PE 047/2012 - Processo 130/2012 - Contratado: ORBENK Administração e Serviços Ltda. Objeto: Prestação de serviços de cozinha e auxiliar de serviços gerais, para atender a 1ª CIA de Bombeiros Militar do Município de São José/SC. Readequação Quantitativa: O Contrato original passará de R\$ 4.391,66 (quatro mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos) para R\$ 4.640,05 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais e cinco centavos) mensais, com efeitos retroativos a partir de 01/01/2013. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 464/2012 por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 18/07/2013.

Data da assinatura: 11 de julho de 2013.

**Contrato/Ct: Nº 254/2013**

Contrato/CT: nº 254/2013 - DL 064/2013 - Processo 242/2013 - Contratado: Associação Catarinense das Funções Educacionais - ACAFE. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de operacionalização do Concurso Vestibular 2013 - Ingresso 2014 - para o Centro Universitário Municipal de São José/SC. Valor Global (estimado): R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais) - até 1.000 (mil) participantes, acima desta estimativa será pago um valor unitário de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por candidato. Prazo: O prazo contratual será até 31 de dezembro de 2013, contados a partir da data de sua assinatura.

Data da Assinatura do Contrato: 23 de setembro de 2013.

**Termo Aditivo/TA Nº 079/2010-03**

Termo Aditivo/TA nº 079/2010-03 - CC 007/2009 - Processo 4740/2009 - Contratado: GEOMAIIS Geotecnologia Ltda. Objeto: Execução de serviços técnicos de levantamento aerofotogramétrico, levantamento cadastral multifinalitário, elaboração de planta de valores genéricos, cartografia, desenho técnico e implantação de Sistema de Informações Geográficas e Geoprocessamento (SIG), dentre outros serviços correlatos, visando a modernização da Administração Tributária e a otimização aos setores sociais básicos. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 079/2010 até o dia 31/12/2014. Data da assinatura: 01 de novembro de 2013.



**Termo Aditivo/TA Nº 079/2013-01**

Termo Aditivo/TA nº 079/2013-01 - PR 007/2013 - Processo 015/2013 - Contratado: TRANSPEREIRA Construção e Terraplenagem Ltda. Objeto: Contratação de empresa para locação de 02 (duas) escavadeiras hidráulicas com motorista, 01 (uma) retro escavadeira com motorista, 1 (um) caminhão basculante de no mínimo 6 (seis) m³ com motorista e 1 (um) caminhão basculante de no mínimo 10 (dez) m³ com motorista para serem utilizados no desassoreamento de rios, valas, córregos e canais do Município de São José/SC. Prazo: Ficam prorrogados os prazos do Contrato nº 079/2013 por mais 05 (cinco) meses, a contar do dia 24/09/2013. Data da assinatura: 24 de setembro de 2013.

**Termo Aditivo/TA Nº 080/2013-01**

Termo Aditivo/TA nº 080/2013-01 - PR 007/2013 - Processo 015/2013 - Locador: GMC - Gerson Matos Construções Ltda. Objeto: Contratação de empresa para locação de 02 (duas) escavadeiras hidráulicas com motorista, 01 (uma) retro escavadeira com motorista, 1 (um) caminhão basculante de no mínimo 6 (seis) m³ com motorista e 1 (um) caminhão basculante de no mínimo 10 (dez) m³ com motorista para serem utilizados no desassoreamento de rios, valas, córregos e canais do Município de São José/SC. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 080/2013 por mais 05 (cinco) meses, com efeitos a partir do dia 24/09/2013. Data da assinatura: 23 de setembro de 2013.

**Candidaturas Deferidas e Indeferidas Para Diretores de Sala****CANDIDATURAS DEFERIDAS:**

-Colégio Municipal Maria Luíza de Melo

CHAPA 1 - Simone Fabro Hasckel/Lucineide Jeski de Sousa/Sandra Scarabelot Campos

CHAPA 2 - Zulmar José Curcio/Laurileida Matos Galvão Knoll/Leandra Vieira Vidal Pereira

-C. E. M. Antônio Francisco Machado

CHAPA 1 - Sônia Madalena Ferronato da Silva/Sabrina Almerinda Osório da Silva/Solange Crisitina Veiga

CHAPA 2 - Elisangela Schwinden Rachadel/Ylmara Cruz Elbert/Juliana Cristina dos Santos Prudêncio

-C. E. M. Maria Iracema Martins de Andrade

CHAPA 1 - Adriana Bernadete Pires/Débora Klaes/Simone Eria Bento Medeiros

-E. B. M.Prof. Altino Corsino da Silva Flores

CHAPA 1 - Sonali Thiesen Lehmkuhl/Silvia Regina Bastos Silva

-E. B. Vereadora Albertina Krummel Maciel

CHAPA 1 - João Gualberto Neiva de Mesquita/Eduardo Teixeira Coelho

CHAPA 2 - Cristina Aparecida da Silva/Marilene da Rosa

-C. E. M. Gov. Vilson Kleinubing

CHAPA 1 - Roseli Deolinda Bombassaro/Irene Schmidt Bittencourt

-Centro Educacional Municipal Araucária

CHAPA 1 - Sandra Moraes da Silva/Renato Campos

CHAPA 2 - Viviane Scarabelot Campos/Nanci de Rocco

-Centro Educacional Municipal Interativo Floresta

CHAPA 1 - Fernanda dos Santos Fuchs/Clarisse da Luz Nascimento

-Centro Educacional Municipal Luar

CHAPA 1 - Suziane Maria Gesser/Janaine Pottes Trebien Tonon

CHAPA 2 - Deiko Lima e Silva/ Clarí Nair Droppa Pereira

-Centro Educacional Municipal Morar Bem

CHAPA 1 - Carmem Lúcia Hoshsprung/Cláudia Alexandra dos Santos Raimundo

-Centro Educacional Municipal São Luiz

CHAPA 1 - Luiza Furtado

CHAPA 2 - Karla Patrícia Chequetto

-Centro Educacional Municipal José Nitro

CHAPA 1 - Carina Gorges de Oliveira

-Centro Educacional Municipal Escola do Mar

CHAPA 1 - Giselly Mafra

-Centro Educacional Municipal Vila Formosa

CHAPA 1 - Cleusa Wagner Hoffmann

-Centro Educacional Municipal Jardim Solemar

CHAPA 1 - Maria Terezinha Dalla Porta

CHAPA 2 - Clarilene Benner

-Centro Educacional Municipal Ceniro Martins

CHAPA 1 - Luciene Zulma De Amorim Ferreira

CHAPA 2 - Janaina Priscilla Ricci

-Centro Educacional M. Mª Hortência P. Furtado

CHAPA 1 - Andreza Venilda Adriano

CHAPA 2 - Margareth de Oliveira

-Centro Educacional Municipal Renascer

CHAPA 1 - Alessandra Terezinha Borges Crozeta

CHAPA 2 - Edson Luiz Fontes

-Centro Educacional Municipal Santa Terezinha

CHAPA 1 - Lucia Maria Ocker

-Centro Educacional Municipal Santa Ana

CHAPA 1 - Evaldete Hames Gelsleuster

-Centro Educacional Ambiental Escola do Mar

CHAPA 1 - Marcelo Cipriani

-Escola Municipal do Meio Ambiente

CHAPA 1 - Cinthya Regina Persike

-E. E. F. Palmira Lima Mambrini

CHAPA 1 - Cleusa de Macedo

CHAPA 2 - Regina de Fátima Marinho da Cunha

-Escola de Ensino Fundamental Califórnia

CHAPA 1 - Meri Aparecida Bosquetti de Souza

-Centro de Educação Infantil APAM

CHAPA 1 - Ursula Raquel Fonseca Pereira

-C. E.I. Antônio de Quadros

CHAPA 1 - Erika Mara Caetano Soares

-C.E.I. Bom Jesus de Iguape

CHAPA 1 - Cinthia Cristhiane Fanin Alves

-Centro de Educação Infantil José Nitro

CHAPA 1 - Grazielle Machado Ribeiro da Silva

-Centro de Educação Infantil Los Angeles

CHAPA 1 - Janete Laureci Marques Hames

-Centro de Educação Infantil Manoel Cunha

CHAPA 1 - Anny Mary Neuwiem

-C.E.I. Maria de Lourdes Bott Philippi  
CHAPA 1 - Waléria Schmidt Iahn

-Centro de Educação Infantil Maria Ferreira  
CHAPA 1 - Juciane Santos

-C.E.I. Maria Minervina Soares da Cunha  
CHAPA 1 - Sidnéia Silva Zeferino

-Centro de Educação Infantil Morar Bem  
CHAPA 1 - Verence Mendes Valério  
CHAPA 2 - Eloi Nietzsche

-Centro de Educação Infantil N. Sra. Aparecida  
CHAPA 1 - Isabel Cristina Elias Dalcomuni

-Centro de Educação Infantil N. Sra. das Graças  
CHAPA 1 - Solange Rosa

-Centro de Educação Infantil N. Sra. de Fátima  
CHAPA 1 - Nédia Aparecida Fernandes

-C.E.I. Ondina Schmidt Gerlach  
CHAPA 1 - Josiani Francisco

-C.E.I. Prof. Antônio Joaquim de Souza  
CHAPA 1 - Rafaela Braciani Seuglin

-C.E.I. Prof. Lício Mauro Ferreira da Silveira  
CHAPA 1 - Alexandra Elisabeth de Oliveira  
CHAPA 2 - Lucimar Corrêa

-C.E.I. Professora Ana Sperandio Battisti  
CHAPA 1 - Miriane Fernandes Machado da Silva  
CHAPA 2 - Maria Aparecida Ramos Erkmann

-C.E.I. Professora Araci Olívia da Silva  
CHAPA 1 - Marinalva Schutz  
CHAPA 2 - Vanderléia Kamers

-C.E.I. Professora Regina Bastos  
CHAPA 1 - Alcina da Silva Souza  
CHAPA 2 - Lúcia de Oliveira Camargo

-Centro de Educação Infantil Santa Inês  
CHAPA 1 - Eliane Marcelino de Oliveira

-Centro de Educação Infantil Santo Antônio  
CHAPA 1 - Cibele Ribeiro Lobo Domingues  
-C.E.I. São Francisco de Assis  
CHAPA 1 - Ana Paula Ezequiel Vicente

-Centro de Educação Infantil São José II  
CHAPA 1 - Cláudia Martins Losso

-Centro de Educação Infantil São Judas Tadeu  
CHAPA 1 - Lúcia Gerber

-Centro de Educação Infantil São Luiz  
CHAPA 1 - Josiana Cléia Nascimento

-Centro de Educação Infantil Vida Nova  
CHAPA 1 - Neusa Teresinha Bastos

-Centro de Educação Infantil Vila Formosa  
CHAPA 1 - Carolina Luiz

-C.E.I. Professora Zenir Kretzer Borges  
CHAPA 1 - Antônia Leonice Alves

-Escola Profissional de Barreiros  
CHAPA 1 - Ernestina Siqueira Bonatelli de Melo

-Escola Profissional de Bela Vista  
CHAPA 1 - Márcia Albino

-Escola Profissional de Campinas  
CHAPA 1 - Luis Antônio de Aguiar

-Escola Profissional Deolinda dos Santos Farias  
Sem candidato

-Escola Profissional Ireneu Ernesto Koerich  
Sem candidato

-E.P. Prefeito Candido Amaro Damásio  
CHAPA 1 - Edna Hilda Eger

-Escola Profissional Santo Antônio  
CHAPA 1 - Nilda Aparecida Derner Capistrano

#### CANDIDATURAS INDEFERIDAS:

-Escola de Ensino Fundamental Potecas  
CHAPA - Marli Geraci da Silva (candidatura indeferida)  
CHAPA - Nereida de Fátima Sant'ana (candidatura indeferida)

-Centro de Educação Infantil Flor de Nápolis  
CHAPA - Maristela Muller (candidatura indeferida)

-Centro de Educação Infantil Jardim Pinheiros  
CHAPA - Cláudia Regina Assunção (candidatura indeferida)  
CHAPA - Laureci Olivia Leite (candidatura indeferida)

-Escola Profissional de Barreiros  
CHAPA - Maria Regina Leandro (candidatura indeferida)

-Escola Profissional Noeli Heinzen Ozol  
CHAPA - Giselle Eugênia Silva de Lima (candidatura indeferida)

#### Ata de Registro de Preços Nº 073/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2013 - PE 021/2013 - Processo 202/2013 - Fornecedor: HBJ Sobrinhos Gastronomia e Eventos Ltda. - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de coffee break a serem consumidos nos eventos da fundação educacional do Município de São José/SC. Valor Global: R\$ 22.575,00 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir de sua assinatura. Data da assinatura da Ata: 02 de outubro de 2013.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Diretora de Compras.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.763, de 11 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 4.763, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013.

Fixa o valor de locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, para o XIX Baile do Chopp, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o valor de R\$ 8.522,00 (oito mil, quinhentos e vinte e dois reais), correspondente a 100 (cem) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização do evento denominado de "XIX Baile do Chopp", a ser promovido no dia 07 de dezembro de 2013, pela Associação Atlética Veteranos de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.485/0001-29.

Parágrafo único. Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a associação que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de novembro de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 158/2013**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2013

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 158/2013 - Tomada de Preços Nº 005/2013.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS ABEL ROTA, RUA PEDRO SPRÍCIGO, RUA LAURO MÜLLER E TRAVESSA ATÍLIO GALEAZZI, COM ÁREA TOTAL DE 5.398,29M². FORNECEDOR: BENEFATTO CONSTRUTORA LTDA - ME - CNPJ: 14.730.976/0001-24.

VALOR: R\$ 285.231,20 (duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e vinte centavos).

TOTAL: R\$ 285.231,20 (duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e vinte centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/11/2013.

VIGÊNCIA: 05/11/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 160/2013**

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2013

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 160/2013 - Pregão Presencial Nº 107/2013.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA SER UTILIZADO NA REALIZAÇÃO DAS VISITAS DOMICILIARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E TRANSPORTE DE MATERIAIS E PROFISSIONAIS, PARA AÇÕES DO CADASTRO ÚNICO ITINERANTE, A SEREM REALIZADAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 77.396.810/0012-96.

VALOR: R\$ 58.632,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos e trinta e dois reais).

TOTAL: R\$ 58.632,00 (cinquenta e oito mil e seiscentos e trinta e dois reais).

DATA DE ASSINATURA: 07/11/2013.

VIGÊNCIA: 07/11/2013 à 31/12/2013.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

**Decreto Nº 133 /2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 133 /2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 788/2013:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais ) na dotação abaixo identificada:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.15.452.22.1070 - Aquisição de Terreno R\$ 130.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicação Direta

R\$ 130.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no total de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais ) a dotação abaixo identificada:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.15.452.22.1.015 - Construção de Passeios e Calçadas

R\$ 130.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0000 - Aplicação Direta

R\$ 130.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 12 de novembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação 93.2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº93/2013 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de lajotas sextavadas para pavimentação e manutenção de diversas ruas do Município, conforme especificações e quantitativos do anexo I do presente Edital.

TIPO: Menor Preço DATA E HORA DE ABERTURA: 27 de Novembro de 2013 às 09:00h (nove horas) RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) ou nos emails [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br) e

compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 12/11/2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

### **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 040/2013**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 040/2013, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E O SENHOR JAISON SOARES DA SILVA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JAISON SOARES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 107.201.989-25, residente a Rua José Matias Junckes, s/nº, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 040/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 040/2013 até o dia 20/12/2013.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 11 de novembro de 2013.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**Schroeder**

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 1.969/2013**

LEI Nº 1.969/2013

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A REALIZAR O PROJETO "GRANDIOSO CONCERTO DE NATAL DE SCHROEDER" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Público Municipal a realizar o Projeto "Grandioso Concerto de Natal de Schroeder" no ano de 2013, ficando a direção, organização e execução a cargo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Schroeder.

Art. 2º Visando à promoção e o estímulo à participação na área cultural, o Município de Schroeder investirá o valor total de até R\$9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) que será pago aos músicos que serão contratados conforme regulamento próprio do evento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 12 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 96/2013-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 96/2013-PMS

PROCESSO Nº. 212/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde e Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de dezembro de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 06 de dezembro de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 13 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Dispensa Nº 86/2013-PMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 86/2013 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 217/2013</b> <b>Data: 12/11/2013</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA <b>Endereço:</b> RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 5588 <b>Cidade:</b> Schroeder - SC <b>CNPJ:</b> 03.734.219/0001-02	<b>Código:</b> 9073  <b>Inscrição Estadual:</b> 254.021.964
<b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de tela galvanizada para a Escola Municipal Castro Alves, localizada na Estrada Duas manas, da Secretaria de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	70,00	Tela alambrado galvanizada 7 x 16 - 1,5 metros de altura	M	10,00	700,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Ressaltamos que a tela existente defronte a unidade escolar foi retirada em virtude da total decomposição em sua estrutura de material. Desde forma, a colocação de outra é de suma importância para a segurança dos alunos e do bem público.

Schroeder, 12 de Novembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

11/11/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Novembro de 2013

**Valor da Despesa:** 700,00 (setecentos reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 86/2013 - DL**

**Processo Nr.:** 217/2013  
**Data:** 12/11/2013

Folha: 2/2

**Dispensa Nº 87/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 87/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 218/2013  
Data: 12/11/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A

Código: 9876

Endereço: RUA VERGUEIRO, 7213

Cidade: São Paulo - SP

CNPJ: 85.031.334/0001-85

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada em seguro Deter, do Microonibus Volare A5, placa MBX 0626, ano 2002 lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Microonibus Volare A5, placa MBX 0626, ano 2002 lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC. Coberturas: Transporte somente e exclusivo municipal e intermunicipal Passageiros: 22 Motorista: 01 Morte acidental: R\$ 30.000,00 Invalidez por acidente: R\$ 30.000,00 DMH: R\$ 7.000,00 Valores para cada passageiro e motorista	UN	657,34	657,34

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Veículo necessita do referido seguro para dar continuidade ao transporte dos alunos da APAE. justifica-se a solicitação da dispensa junto a empresa Nobre Seguradora do Brasil S. A., em virtude da mesma estar com todas documentações exigidas, regularizadas, bem como, possuir menor valor.

Schroeder, 12 de Novembro de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 87/2013 - DL**

**Processo Nr.: 218/2013**  
**Data: 12/11/2013**

Folha: 2/2

4/11/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 4 de Novembro de 2013

**Valor da Despesa:**

657,34 (seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**I Errata da Chamada Pública Nº. 01/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>**I ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2013-FMS  
PROCESSO Nº. 45/2013-FMS**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Chamada Pública Nº. 04/2013-FMS, visando a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área de Psiquiatria, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado:

Leia-se:

**I - DO PREÂMBULO:**

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para entidades Privadas, Filantrópicas ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Município de Schroeder/SC.

1.2. Para recebimento dos envelopes de HABILITAÇÃO, fica determinado a partir do dia 1º. de fevereiro de 2014, às 08h, até dia 30 de novembro de 2014, às 17h o qual deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, Setor de Licitações, devidamente protocolado no Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

**V - DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA**

5.1. O prazo de vigência é 31 de dezembro de 2014, tendo por termo inicial a data de sua publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado para o período de até 60 meses, mediante termo aditivo, conforme a Lei 8.666/93.

**IV - ENVELOPE 1º - DOS DOCUMENTOS**

( )

4.1.22- O envelope documentos deverá conter para Pessoa Física:

4.1.22.1 - Carteira de registro no Conselho da Categoria;

4.1.22.2 - Comprovante de Inscrição e de situação cadastral no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

4.1.22.3 - Cópia da Carteira de Identidade e CPF;

4.1.22.4 - Comprovante de residência.

4.1.22.5 - Comprovante de Conclusão do curso de Graduação;

4.1.22.6 - Comprovante de especialização em psiquiatria.

4.1.22.7 - Fotocópia do Cartão Cidadão/PIS ou fotocópia da Carteira de Trabalho em que conste o número do PIS;

4.1.22.8 - Declaração de Idoneidade em Anexo.

4.1.22.9- Solicitação formal de credenciamento (Requerimento) em Anexo;

4.1.22.10 - Declaração do solicitante afirmando estar de acordo com as normas estabelecidas no referido edital frente aos preços definidos em Anexo.

4.1.22.11 - Curriculum Vitae;

**VI - DAS CONDIÇÕES E CRITÉRIOS**

(.)

6.2. As pessoas jurídicas/Físicas candidatas ao Credenciamento, deverão efetuar os atendimentos e prestar os serviços relativos aos Procedimentos Especializados em seus estabelecimentos ou

junto a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Schroeder, 11 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**I Errata da Chamada Pública Nº. 04/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>**I ERRATA DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 04/2013-FMS  
PROCESSO Nº. 71/2013-FMS**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Chamada Pública Nº. 04/2013-FMS, visando a contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, em procedimentos com finalidade diagnóstica em Laboratório Clínico (exames laboratoriais) do referido grupo da Tabela Unificada de Procedimentos/SUS do Ministério da Saúde e exames não constantes na referida tabela, afim de disponibilizar o serviço/exames aos usuários do Sistema Único de Saúde, possibilitando para o profissional médico a confirmação (ou não) de uma patologia diagnosticada numa avaliação clínica/física. Sem a obrigatoriedade de coleta no Município de Schroeder, ficando assim determinado:

Leia-se:

**I - DO PREÂMBULO:**

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para entidades Privadas, Filantrópicas ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Município de Schroeder/SC.

1.2. Para recebimento dos envelopes de HABILITAÇÃO, fica determinado a partir do dia 1º. de fevereiro de 2014, às 08h, até dia 30 de novembro de 2014, às 17h o qual deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, Setor de Licitações, devidamente protocolado no Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

**V - DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA**

5.1. O prazo de vigência é 31 de dezembro de 2014, tendo por termo inicial a data de sua publicação no DOM/SC, podendo ser prorrogado para o período de até 60 meses, mediante termo aditivo, conforme a Lei 8.666/93.

Schroeder, 11 de novembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº. 231/2013 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 231/2013 - PMS  
Inexigibilidade de Licitação nº. 12/2012-PMS - Processo nº. 211/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: TRANSPANTANAL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, na Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, para o período de janeiro a dezembro de 2014, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de Vale Transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC	4000	2,75	11.000,00
TOTAL R\$	11.000,00			

Valor do contrato: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Data da Assinatura: 11/11/2013 - Vigência: 01/01/2014 até 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº. 232/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 232/2013 - PMS  
Dispensa de Licitação nº. 86/2013-PMS- Processo nº. 217/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de tela galvanizada para a Escola Municipal Castro Alves, localizada na Estrada Duas manas, da Secretaria de Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Tela alambreado galvanizada 7 x 16 - 1,5 metros de altura	70	metros	10,00	700,00
TOTAL R\$	700,00				

Valor do contrato: R\$ 700,00 (setecentos reais).

Data da Assinatura: 12/11/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Registro de Preço Nº. 233/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço nº. 233/2013 - PMS  
Processo Licitatório nº. 185/2013-PMS  
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 80/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: MARCO TUBOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.326.716/0001-95, estabelecida na BR 277, KM 108, Caratua, na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, CEP 83608-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referencia, que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"). Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Aterro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o (conjunto). Tráfego CLASSE 30. Entrega local da obra, Município de Schroeder.	25	conj.	6.800,00	170.000,00
02	Galerias de concreto armado, tamanho 3,00 m X 1 m X 1 m de comprimento, com 20 cm de espessura, em forma de "U" (unidade). Estas galerias deverão resistir ao tráfego pesado, acima de 30 toneladas. Entrega local da obra no município	100	unidade	870,00	87.000,00
TOTAL R\$ 257.000,00					

Valor do contrato: R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais).

Data da Assinatura: 12/11/2013 - Vigência: 12/11/2014  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**I Errata do Termo Aditivo Nº. A111/2012 - PMS**

I ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº. A111/2012 - PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 220/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Alcides Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 207.478.700-63, portador da carteira de identidade nº. 11R/383.364-SSP/SC.

Considerando Parecer de retificação do setor de engenharia, Engenharia Civil Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública, de 07 de novembro de 2013, ocorreu erro material de soma dos valores aditivados e suprimidos, ficando o aditivo A111/2012-PMS, conforme segue abaixo:

Considerando o Contrato Administrativo nº. 220/2011-PMS, celebrado em 19 de dezembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 145/2011 - PMS, Modalidade Concorrência nº. 03/2011-PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de Pavimentação Asfáltica nas Ruas Joinville e Estrada Duas Mamas, extensão de 3.557,60m, no Município de Schroeder/SC, de acordo com projetos, memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 57,§ 1º, II da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, em atenção ao pedido de aditivo da CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, empresa executora do contrato acima citado, conforme justificativa apresentada pelo fiscal da obra, Engº Alberto João Marcatto, juntamente com a fiscalização da Engenharia Civil Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública, conforme anexo a este processo.

Considerando as planilhas em anexo, houve uma supressão no valor original do contrato de R\$ 220.502,84 (duzentos e vinte mil, quinhentos e dois reais e oitenta e quatro centavos), referente a execução de meio-fio, caixas coletoras e serviços de drenagem, passando a vigor o contrato no valor de R\$ 2.441.457,22 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Considerando ainda da mesma planilha, foram acrescidos os mesmos serviços com especificação e valor diferenciados, chegando ao valor de aditivo de R\$ 301.278,02 (trezentos e um mil, duzentos e setenta e oito reais e dois centavos), passando este a vigor no valor de R\$ 2.742.735,24 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, suprimido o valor R\$ 220.502,84 (duzentos e vinte mil, quinhentos e dois reais e oitenta e quatro centavos) e aditivado o valor de R\$ 301.278,02 (trezentos e um mil, duzentos e setenta e oito reais e dois centavos), passando este a vigor no valor total de R\$ 2.742.735,24 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Segunda (do prazo de entrega e do local) no item 2.1 e Cláusula Décima (das obrigações da empresa vencedora) no item 10.1.3 do contrato nº 220/2011-PMS, prorrogando-se o prazo para realização da obra até 29 de junho de 2013.

Cláusula 3ª - Fica alterada a Cláusula Décima Sexta "da vigência" no item 16.1, prorrogando-se para o período de 1º de janeiro de 2013 até 29 de junho de 2013, a vigência do contrato.

Cláusula 4ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 220/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

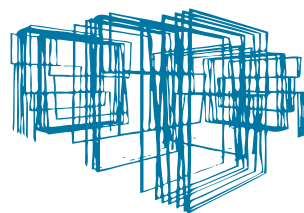
Schroeder/SC, 11 de novembro de 2013.  
CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA  
ALCIDIR BOARETTO  
CPF nº. 207.478.700-63

CONTRATANTE:  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:  
1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Orlando Tecilla  
CPF nº. 311.753.079-34

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00



Programa de  
Gestão de Obras

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Ata de Registro de Preços Pregão Presencial Nº 80/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/3

**MUNICIPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2013****Número do Registro de Preços: 65/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"). Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Aterro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o (conjunto). Tráfego CLASSE 30. Entrega local da obra, Município de Schroeder.	CJ	MARCO TUBOS LTDA (11192)		0	6.800,0000	1
			EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA (6266)		0	7.000,0000	2
			NOSTRADOMUS PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP (11623)		0	11.000,0000	3
2	Galerias de concreto armado, tamanho 3,00 m X 1 m X 1 m de comprimento, com 20 cm de espessura, em forma de "U" (unidade). Estas galerias deverão resistir ao tráfego pesado, acima de 30 toneladas. Entrega local da obra no município	UN	MARCO TUBOS LTDA (11192)		0	870,0000	1
			EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA (6266)		0	880,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2013****Número do Registro de Preços: 65/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOSTRADOMUS PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP (11623)		0	1.500,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2013****Número do Registro de Preços: 65/2013****Data do Registro: 12/11/2013****Válido até: 12/11/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2013****PROCESSO Nº 185/2013**

(6266) - EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA

(11192) - MARCO TUBOS LTDA

(11623) - NOSTRADOMUS PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO LTDA EPP

Schroeder, 12 de Novembro de 2013.



# Serra Alta

## PREFEITURA

### Decreto Nº 156/2013

DECRETO Nº156/2013, 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

"Dispõe sobre Escala de Férias dos Servidores Públicos Municipais referente ao Exercício de 2013."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991 e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos Municipais, conforme escala de período dos efetivos e comissionados, referente ao exercício de 2013, proporcionalmente ao período trabalhado:

#### SERVIDORES

#### PERÍODO DE FÉRIAS

ADEMIR SPEROTTO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ALINE GHIDINI	20/01/2014 A 19/02/2014	30 DIAS
AMAURI NEMERSKI	09/01/2014 A 08/02/2014	30 DIAS
ANDREIA DONIDA DOS SANTOS	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ARLETE MARISTELA BERTOLDI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ÁUREA PERUZZO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
CARLOS ALBERTO BENVENUTTI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
CESAR SPEROTO	09/01/2013 A 08/02/2014	30 DIAS
CLAIR F. ANDREIS	18/02/2014 A 19/03/2014	30 DIAS
CLAUDINEI SENHOR	Em licença	
CLAUDOMIRO DONIDA	21/01/2014 A 20/02/2014	30 DIAS
CLEDER ANTONIO JOHANN	01/07/2014 A 30/07/2014	30 DIAS
CLEITON ALGAYER	03/01/2014 A 02/02/2014	30 DIAS
CLEITON MAGRI	17/12/2014 A 11/01/2014	25 DIAS
CRISTIANE FRANCIO	02/01/2014 A 31/01/2014	30 DIAS
DAMARIS VENTURA	02/01/2014 A 09/01/2014	7 DIAS
DORIANA FLORES	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
DANIELA SENHOR	17/12/2014 A 16/01/2014	30 DIAS
DANIELA ZANELA DONIDA	17/12/2013 A 16/01/2014	30 DIAS
DEISE PFEIFER	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
DIEGO PAULO CEREZOLLI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
DILENE MARTELLO	Em licença	
DILMAR ANTUNES	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
EDILIO PAULETTO	15/04/2014 A 14/05/2014	30 DIAS
EDIMAR OLDIGES	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ELENICE CRESTANI DE CARLI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ELEUSA NEMERSKI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ELIDES M. M. VIVAN	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ENO JOSÉ SGARBI	02/01/2014 A 26/01/2014	25 DIAS
FABIANO M. M. DA COSTA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
FRANCIELI DOS SANTOS GIARETTA	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
FRANCISCO DA SILVA BARRETO	Em licença	
GELIARDI SIQUEIRA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
GERSON JOSÉ LAZZARETTI	12/12/2013 A 11/01/2014	30 DIAS
GILSON RONNING	19/12/2013 A 10/01/2014	23 DIAS
INÊS ROSEGHINI GAMBA	Em licença saúde	

INÊS DOMINGA PEZZINI ARGENTA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
ITAMAR OLDIGES	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
IVANOR ROQUE DALLA VECCHIA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
JAQUELINE NOAL DONIDA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
JOSIMAR SENHOR	17/12/2013 A 16/01/2014	30 DIAS
KARIMA COLVERO KIN	03/02/2014 A 04/03/2014	15 DIAS
LAUDIR BOTTEGA	14/01/2014 A 05/02/2014	23 DIAS
LENOIR BENEDET	21/01/2014 A 20/02/2014	30 DIAS
LIANE TERESINHA DE ALMEIDA	16/01/2014 A 15/02/2014	30 DIAS
LOIVO BERTOLDI	Em licença	
LUCIANO DOS SANTOS	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA	24/12/2013 A 22/01/2014	30 DIAS
LUIZ CERIZOLLI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
LUIZ NICOLLI	18/12/2013 A 17/01/2014	30 DIAS
MARCELO JACOBY	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
MARCOS PAULO CRESTANI	18/12/2013 A 17/01/2014	30 DIAS
MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
MARINA SPIER MARTINI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
MARISTELA BIASI MORGENSEN	24/12/2013 A 17/01/2014	30 DIAS
MARTA FUZINATO	04/02/2013 A 05/03/2014	30 DIAS
MICHELI SANTORO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
MOACIR JOSÉ VIVAN	31/12/2013 A 30/01/2014	30 DIAS
NAIANE ROHR	Em licença saúde	
NEI ZANCHETT	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
NELI SEGALIN ONGHERO	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
NILCE TEREZINHA SENHOR	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
NOELI NILVA SANTORO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
NOELI WAILAND	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
PABLO LUIS ZORZI	02/01/2014 A 31/01/2014	30 DIAS
PAULO CEZAR BITTARELLO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
PAULO CEZAR SPIER	18/12/2013 A 17/01/2014	30 DIAS
PEDRO ANTÔNIO MENEGAT	18/02/2014 A 19/03/2014	30 DIAS
ROMEU ROQUE WAILAND	18/12/2013 A 17/01/2014	30 DIAS
RONNY KUFNER	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
ROQUE CERESOLI	01/01/2013 A 31/01/2014	30 DIAS
ROSANE GIARETTA	01/04/2014 A 30/04/2014	30 DIAS
ROSANGELA SENHOR	02/01/2014 A 31/01/2014	30 DIAS
ROSELEI DAMO PERERA	14/01/2014 A 13/02/2014	30 DIAS
ROSELI A. D. CERIZOLLI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
SALETE CERIZOLLI PRIOR	Em licença	
SILVANE SENHOR	04/02/2014 A 05/03/2014	30 DIAS
SILVANES CERISOLI BAESSO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
SIMONE VIVAN	10/12/2013 A 09/01/2014	30 DIAS
SIMONE ZIMMERMANN	02/12/2013 A 02/01/2014	30 DIAS
SIMPLICIA DA CUNHA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
SUELI T. R. SENHOR	Licença saúde	
TATIANA SPEROTTO BRESOLIN	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
THAÍS SANTORO DA COSTA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
VALDEMIRA STRAPAZZON SILVA	Em licença	
VERÔNICA C. VALMORBIDA	19/12/2013 A 12/01/2014	25 dias
WALDIR JOSÉ DA CUNHA	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
WILLIAN J.S. ROSSATO	11/12/2013 A 01/01/2014	22 DIAS



**CARGOS EM COMISSÃO**

FRANCISCO ARTUR BOTH		30 DIAS
ALEX CERIZOLLI	04/12/2013 A 01/01/2014	27 DIAS
CLAUDIA MARIN SPIORIN	24/12/2013 A 23/01/2014	30 DIAS
DELMAR FRANTZ	15/01/2014 A 14/02/2014	30 DIAS
JANETE PETRY CERISOLI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
VANDERLI RUI DE GASPARI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
VANDERLEA PRIOR MARTI-NELI	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
EDIONE DETONI PANDOLFO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
SILMARA FREITAS	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
IDINEIA CECATTO	19/12/2013 A 18/01/2014	30 DIAS
BIANCA CEREJO	19/12/2013 A 14/01/2014	27 DIAS
EDSON MARTINS	03/12/2013 A 02/01/2014	30 DIAS
VOLNEI FICAGNA	19/12/2013 A 09/01/2014	22 DIAS
RAFAEL MARIN	19/12/2013 A 30/12/2013	12 DIAS
MIRTES PESCADOR SGAN-ZERLA	19/12/2013 A 30/12/2013	12 DIAS

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 07 de Novembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**Extrato Pregão Presencial Nº 053/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO:  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2013  
Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Troféus e Medalhas para premiação dos diversos campeonatos esportivos promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, bem como a contratação de serviços de sonorização para a realização dos referidos eventos.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 26 de novembro de 2013.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 26 de novembro de 2013.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 13 de novembro de 2013.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

**Timbó****PREFEITURA****Ata Pregão Presencial N.º 28 2013 FMS - Etapa de Lances Adiada**

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2013

Às 08 horas do dia 11/11/2013, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Timbó, situado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Bairro Centro, em Timbó - SC, realizou-se sessão pública referente à etapa de lances em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com o objetivo de FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS ESPECIFICADOS/DETALHADOS NO ANEXO I, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ESPECIALMENTE PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES E USO INTERNO. Presentes o pregoeiro JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, bem como a equipe de apoio:

Equipe de Apoio  
CHRISTIANE MARTINA PELLIN  
MICHELE LAYS BENDOTTI

Que esta subscrevem designados pela Portaria nº. 1786/2011 e suas alterações publicadas no Diário Oficial dos Municípios, para, em atendimento as disposições contidas no Decreto nº. 445 de 16/03/2006. Presentes também, os representantes das sociedades empresárias licitantes, conforme relação abaixo:

Empresas Participantes (Credenciadas)  
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.  
MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.  
AGLON COM. REPR. LTDA.  
CIRURGICA STA. CRUZ COM.PROD.HOSP.LTDA.  
CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITAIS  
LICIMED DISTR. MEDIC. MAT MED HOSP LTDA.  
CIAMED - DISTR. MEDICAMENTOS LTDA.  
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
PROMEFARMA REPR. COMERCIAIS LTDA.  
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.  
COML. CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.  
SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.  
WINCORP FARMACEUTICO COMERCIAL LTDA.  
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.  
DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA.  
ANGEOMED COM. DE PROD. MED. HOSP. LTDA.  
TRIADE FARMACEUTICA LTDA EPP

Representadas respectivamente por seus representantes:

Representantes (Credenciados)  
CLEITON ANDRE WAGNER  
FLAVIO ROGERIO RIBAS VIEIRA  
ELEN CARLA DA SILVA ROCATELLI  
ANDREI JEAN TEIXEIRA  
ADOLFO ERICO NEGERBON  
EVERALDO FALLERO FALK  
WILSON RODRIGO DA SILVA  
JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR  
FERNANDO DE LACERDA  
ALMIR DOS REIS  
JOSE DE OLIVEIRA SAMPAIO  
ANDRE CARLOS BEHNKE  
CARLOS ANTONIO COLOMBO  
MARCO AURELIO DA SILVA  
IVAN CARLOS FACIOLI

ARLEI DONIZETE PRANDI  
ALEXANDRE DUARTE

Dando início à sessão, o pregoeiro iniciou a etapa de lances, porém, como os presentes declararam e comprovaram documentalmente que algumas empresas fornecedoras dos medicamentos ora licitados estavam com seus certificados perante a ANVISA vencidos, o pregoeiro achou por bem suspender a sessão para que possam ser analisadas todas as propostas recebidas, verificando se as marcas de medicamentos cotadas possuem os certificados necessários. Dessa forma, a etapa de lances foi remarcada para o dia 20/11/2013, às 8h.

Assinantes

Comissão do Pregão

CHRISTIANE MARTINA PELLIN

MICHELE LAYS BENDOTTI

JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS

Assinatura

## Três Barras

### PREFEITURA

#### Edital de Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, as legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o item 14.02 do Edital do CP 01 nº 001/2009, TORNA PÚBLICO a CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, relacionados no Anexo I deste Edital, para o provimento de cargos públicos do quadro de pessoal do Município, conforme resultado final devidamente publicado. Os convocados deverão comparecer durante o período de 14 a 24 de novembro de 2013, das 07:00h às 13:00h, na Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, situada na Avenida Santa Catarina nº 616, Centro de Três Barras - SC, para apresentação e entrega dos documentos necessários, na forma determinada no Edital nº 01/2009.

O não comparecimento do candidato no local e datas acima designadas acarretará na renúncia ao direito de ingresso no serviço público.

Três Barras - SC, 12 de novembro de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CONVOCADOS CONFORME ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2009.

Técnico em Enfermagem		
Classificação	Número de Inscrição	Nome do Candidato
21	02.06.059	Adriana Bege de Miranda Lima
22	02.06.072	Josiane Martins de Camargo
23	02.06.079	Simone Stuber da Silva
24	02.06.066	Elizabeth Aparecida Veiga Leffel

## Turvo

### PREFEITURA

#### Decreto 53/2013

DECRETO Nº 053/13, de 12 de Novembro de 2013.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.142/12 (Lei Orçamentária Anual), de 11/12/2012.

#### DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) assim classificados:

06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

12.306.0038.2.014 - AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0060.0 (028) - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0060 no valor de R\$ 10.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### Portaria 293/2013

PORTARIA Nº 293/13, de 08 de Novembro de 2013.

DEMITE A PEDIDO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, NOMEADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeado temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - ESFs, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Maria Izabel B. da Silva	625.066.769-53	2953

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 294/2013

PORTARIA Nº 294/13, de 08 de Novembro de 2013.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 11.11.2013 a 10.12.2013, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0183	Edson Daminelli	01.04.2010 a 31.03.2011
0127	Vilmar Pinheiro	02.05.2011 a 01.05.2012
1207	Graziela Gabriel Pezente	01.03.2011 a 29.02.2012

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 295/2013

PORTARIA Nº 295/13, de 11 de Novembro de 2013.  
ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Sra. TATIANE SANTOS RITA, CPF nº 007.349.889-07, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Mafalda Rodrigues que se encontra em auxílio doença.

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 12 de Novembro de 2013 e encerrará em 20 de Dezembro de 2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de novembro de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

#### Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



### Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

**Contratos FMS Julho de 2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURVO**

Folha: 1/1

CNPJ: 80.991.094/0001-47  
RUA NEREU RAMOS,789  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** SILME'S COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA -

**CNPJ:** 04.989.294/0001-87

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 16/2013

**Número do Processo:** 16/2013

**Número do Contrato ou Aditivo:** 23/2013

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRSTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

**Data da Assinatura:** 04/07/2013

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 04/07/2013 a 31/12/2013

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:** 456, 457

**Valor:** 10.792,26

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

**CNPJ:** 72.126.485/0001-75

**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL

**Número da Licitação:** 16/2013

**Número do Processo:** 16/2013

**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2013

**Fundamento Legal:**

**Objeto:** A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRSTAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013.

**Data da Assinatura:** 04/07/2013

**Data da Publicação no Diário Oficial:**

**Vigência:** 04/07/2013 a 31/12/2013

**Programa de Trabalho:**

**Unidade Gestora / Número:**

**Gestão / Número:**

**Número do Empenho:** 454, 455

**Valor:** 47.152,75

**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratos PMT Agosto de 2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS, 588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Agosto/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 50/2013**Número do Processo:** 50/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 63/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DE FERRO SOBRE O RIO TURVO NA RUA LIBERATO SIMON NA CIDADE DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 09/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/08/2013 a 11/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2207**Valor:** 146.800,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ABI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 10.610.148/0001-00**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 51/2013**Número do Processo:** 51/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 64/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE PASSARELA METÁLICA COM COMPRIMENTO DE 21,00m E LARGURA DE 1,80m RAMPAS - COMPRIMENTOS DE 27,80 E LARGURA DE 1,41m. PARA SER INSTALADA NA RODOVIA SC 448 PROXIMO AO TREVO DO CTG DO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 09/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 09/08/2013 a 11/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2209**Valor:** 87.500,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MDJ SEGURANÇA PRIVADA E VIGILANCIA LTDA**CNPJ:** 10.392.048/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 65/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ALAMBRADOS, ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS, BANHEIROS QUÍMICOS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, ESTANDES, GRUPO GERADOR, ILUMINAÇÃO, PALCO, SEGURANÇA DIURNO, SEGURANÇA NOTURNO E SONORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª FESTA DO COLONO E 13ª ARRANCADA CAT. DE TRATORES QUE SE REALIZARÃO MUN.DE TURVO/SC, ENTRE OS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE AGOSTO.

**Data da Assinatura:** 13/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/08/2013 a 30/08/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2214**Valor:** 7.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ATRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**CNPJ:** 09.574.258/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 66/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ALAMBRADOS, ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS, BANHEIROS QUÍMICOS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, ESTANDES, GRUPO GERADOR, ILUMINAÇÃO, PALCO, SEGURANÇA DIURNO, SEGURANÇA NOTURNO E SONORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª FESTA DO COLONO E 13ª ARRANCADA CAT. DE TRATORES QUE SE REALIZARÃO MUN.DE TURVO/SC, ENTRE OS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE AGOSTO.

**Data da Assinatura:** 13/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/08/2013 a 30/08/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2213**Valor:** 63.720,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 3/3

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Agosto/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS LTDA**CNPJ:** 08.158.865/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 49/2013**Número do Processo:** 49/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 67/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTA LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ALAMBRADOS, ARQUIBANCADAS, BANHEIROS QUÍMICOS, BANHEIROS QUÍMICOS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS, ESTANDES, GRUPO GERADOR, ILUMINAÇÃO, PALCO, SEGURANÇA DIURNO, SEGURANÇA NOTURNO E SONORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA 21ª FESTA DO COLONO E 13ª ARRANCADA CAT. DE TRATORES QUE SE REALIZARÃO MUN.DE TURVO/SC, ENTRE OS DIAS 15, 16, 17 E 18 DE AGOSTO.

**Data da Assinatura:** 13/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 13/08/2013 a 30/08/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 9320**Valor:** 6.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** LIGA ATLETICA DOS MUN. DO EXTREMO SUL CATARINENSE**CNPJ:** 10.174.942/0001-40**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 52/2013**Número do Processo:** 52/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 68/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, ARBITRAGEM E MESÁRIOS, PARA A REALIZAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL EMPRESARIAL DE FUTSAL TAÇA CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DA CIDADE DE TURVO - SC, NAS CATEGORIAS: CATEGORIA MASCULINO LIVRE, FEMININO, SUB 14 E SUB 17, QUE SE REALIZARÁ NO GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL PREFEITO ABELLE BEZ BATTI COM PREVISÃO PARA INICIAR NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2013 E TERMINO PREVISTO PARA O DIA 01 DE NOV. 2013.

**Data da Assinatura:** 29/08/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/08/2013 a 01/11/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2472**Valor:** 26.020,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratos PMT de Julho de 2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/2

**CNPJ:** 82.548.983/0001-60**RUA NEREU RAMOS,588****C.E.P.:** 88930-000 - Turvo - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Julho/2013.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TECNICON CONTRUÇÃO CIVIL LTDA**CNPJ:** 08.001.411/0001-03**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 46/2013**Número do Processo:** 46/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 59/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESPAÇO ESCOLAR URBANO COM 6 (SEIS) SALAS DE AULAS NA ESTRADA GERAL TVO 362 NO MUNICIPIO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 01/07/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/07/2013 a 26/03/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1924**Valor:** 944.670,97**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP**CNPJ:** 12.392.547/0001-69**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 47/2013**Número do Processo:** 47/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 60/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO TEM POR OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA RUA ADOLFO CASTELLER PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 02/07/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/07/2013 a 31/12/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 1736**Valor:** 147.750,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 2/2

CNPJ: 82.548.983/0001-60  
RUA NEREU RAMOS,588  
C.E.P.: 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Julho/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** A. J. E. TERRAPLANAGEM LTDA**CNPJ:** 07.841.041/0001-50**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 48/2013**Número do Processo:** 48/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 62/2013**Fundamento Legal:****Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ABERTURA DA RUA LUIZ MIRO FASCIN TRECHO COMPREENDIDO ENTRE A ESTACA 100 E A ESTACA 120 (RUA UZÍLIO TONETTO) NO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.**Data da Assinatura:** 29/07/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 29/07/2013 a 30/09/2013**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2058, 2059**Valor:** 147.300,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratos PMT Outubro de 2013****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO**

Folha: 1/1

**CNPJ:** 82.548.983/0001-60  
**RUA NEREU RAMOS,588**  
**C.E.P.:** 88930-000 - Turvo - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Outubro/2013.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NELSON ALVES DA SILVA**CNPJ:** 18.126.767/0001-27**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 55/2013**Número do Processo:** 55/2013**Número do Contrato ou Aditivo:** 69/2013**Fundamento Legal:**

**Objeto:** ESTE PROCESSO VISA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA DAS SARJETAS E PINTURA DE MEIOFIOS, FAIXAS DE PEDESTRES E LOMBADAS DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO E NO DISTRITO DE MORRO CHATO PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE TURVO/SC.

**Data da Assinatura:** 24/10/2013**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 24/10/2013 a 22/01/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:** 2906**Valor:** 77.803,40**Forma de Pagamento:** À Vista



**RREO do 5º Bimestre de 2013**

RREO ANEXO 1 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 2 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 3 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 5 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 6 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 7 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 8 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 9 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 11 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 12 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 13 DO 5º BIM DE 2013

RREO ANEXO 14 DO 5º BIM DE 2013



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>5.021.808,44</b>	<b>13,84</b>	<b>24.554.944,01</b>	<b>67,68</b>	<b>11.727.327,74</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>31.061.643,77</b>	<b>31.061.643,77</b>	<b>4.304.554,65</b>	<b>13,86</b>	<b>22.087.616,94</b>	<b>71,11</b>	<b>8.974.026,83</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.514.374,47	3.514.374,47	355.818,33	10,12	3.007.709,01	85,58	506.665,46
IMPOSTOS	2.238.673,63	2.238.673,63	279.811,88	12,50	2.011.535,92	89,85	227.137,71
TAXAS	907.160,84	907.160,84	76.006,45	8,38	968.910,12	106,81	-61.749,28
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	368.540,00	368.540,00	0,00	0,00	27.262,97	7,40	341.277,03
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	292.136,00	292.136,00	43.401,66	14,86	215.767,57	73,86	76.368,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	157.304,00	157.304,00	25.538,02	16,23	115.063,89	73,15	42.240,11
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	134.832,00	134.832,00	17.863,64	13,25	100.703,68	74,69	34.128,32
RECEITA PATRIMONIAL	73.794,52	73.794,52	224.092,22	303,67	349.205,20	473,21	-275.410,68
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	73.794,52	73.794,52	224.092,22	303,67	349.205,20	473,21	-275.410,68
RECEITA INDUSTRIAL	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	660,00	1,47	44.284,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	44.944,00	44.944,00	0,00	0,00	660,00	1,47	44.284,00
RECEITA DE SERVIÇOS	29.775,89	29.775,89	0,00	0,00	0,00	0,00	29.775,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.409.233,55	26.409.233,55	3.379.950,47	12,80	17.157.283,14	64,97	9.251.950,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.409.233,55	26.409.233,55	3.379.950,47	12,80	17.157.283,14	64,97	9.251.950,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	697.385,34	697.385,34	301.291,97	43,20	1.356.992,02	194,58	-659.606,68
Multas e Juros de Mora	69.165,24	69.165,24	29.682,38	42,92	114.751,23	165,91	-45.585,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	82.396,95	82.396,95	4.649,87	5,64	12.599,15	15,29	69.797,80
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	189.128,85	189.128,85	51.342,76	27,15	174.480,71	92,25	14.648,14
RECEITAS DIVERSAS	356.694,30	356.694,30	215.616,96	60,45	1.055.160,93	295,82	-698.466,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>5.220.627,98</b>	<b>5.220.627,98</b>	<b>717.253,79</b>	<b>13,74</b>	<b>2.467.327,07</b>	<b>47,26</b>	<b>2.753.300,91</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	197.247,98	197.247,98	0,00	0,00	0,00	0,00	197.247,98
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	163.539,98	163.539,98	0,00	0,00	0,00	0,00	163.539,98
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.708,00	33.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.708,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.023.380,00	5.023.380,00	717.253,79	14,28	2.467.327,07	49,12	2.556.052,93
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.023.380,00	5.023.380,00	717.253,79	14,28	2.467.327,07	49,12	2.556.052,93
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>5.021.808,44</b>	<b>13,84</b>	<b>24.554.944,01</b>	<b>67,68</b>	<b>11.727.327,74</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>5.021.808,44</b>	<b>13,84</b>	<b>24.554.944,01</b>	<b>67,68</b>	<b>11.727.327,74</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	36.282.271,75	36.282.271,75	5.021.808,44	13,84	24.554.944,01	67,68	11.727.327,74
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	42.192,08	—	—	42.192,08	—	—
Superávit Financeiro	—	42.192,08	—	—	42.192,08	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>11.577.604,78</b>	<b>47.859.876,53</b>	<b>2.972.410,26</b>	<b>31.775.586,32</b>	<b>5.077.092,88</b>	<b>23.983.236,85</b>	<b>50,11</b>	<b>23.876.639,68</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>27.367.695,75</b>	<b>829.112,08</b>	<b>28.196.807,83</b>	<b>2.724.719,87</b>	<b>19.632.176,71</b>	<b>3.910.847,59</b>	<b>17.357.712,07</b>	<b>61,56</b>	<b>10.839.095,76</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.392.736,00	-117.807,92	12.274.928,08	1.835.134,29	8.952.786,55	1.837.594,79	8.935.346,98	72,79	3.339.581,10
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.924.959,75	946.920,00	15.871.879,75	889.585,58	10.679.390,16	2.073.252,80	8.422.365,09	53,06	7.449.514,66
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.892.104,00</b>	<b>10.748.492,70</b>	<b>19.640.596,70</b>	<b>247.690,39</b>	<b>12.143.409,61</b>	<b>1.166.245,29</b>	<b>6.625.524,78</b>	<b>33,73</b>	<b>13.015.071,92</b>
INVESTIMENTOS	7.992.104,00	10.748.492,70	18.740.596,70	148.180,52	11.599.182,74	1.066.735,42	6.081.297,91	32,45	12.659.298,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	900.000,00	0,00	900.000,00	99.509,87	544.226,87	99.509,87	544.226,87	60,47	355.773,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.472,00	0,00	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.472,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>11.577.604,78</b>	<b>47.859.876,53</b>	<b>2.972.410,26</b>	<b>31.775.586,32</b>	<b>5.077.092,88</b>	<b>23.983.236,85</b>	<b>50,11</b>	<b>23.876.639,68</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>11.577.604,78</b>	<b>47.859.876,53</b>	<b>2.972.410,26</b>	<b>31.775.586,32</b>	<b>5.077.092,88</b>	<b>23.983.236,85</b>	<b>50,11</b>	<b>23.876.639,68</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	571.707,16	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>11.577.604,78</b>	<b>47.859.876,53</b>	<b>2.972.410,26</b>	<b>31.775.586,32</b>	<b>5.077.092,88</b>	<b>24.554.944,01</b>	<b>50,11</b>	<b>23.876.639,68</b>

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS

Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO

Controle Interno



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	197.247,98	0,00	197.247,98
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	33.708,00	0,00	33.708,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	163.539,98	0,00	163.539,98
<b>TOTAL</b>	197.247,98	0,00	197.247,98

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	197.247,98	0,00	0,00	197.247,98
Investimentos	197.247,98	0,00	0,00	197.247,98
<b>TOTAL</b>	197.247,98	0,00	0,00	197.247,98

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS  
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO  
Controle Interno



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.382.858,48	2.382.858,48	2.070.562,56	86,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	850.000,00	850.000,00	772.969,78	90,94
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	170.882,30	85,44
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.012.359,60	1.012.359,60	917.880,37	90,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.314,03	176.314,03	149.803,47	84,96
Dívida Ativa dos Impostos	144.184,85	144.184,85	59.026,64	40,94
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	23.882.283,41	23.882.283,41	14.474.003,53	60,61
Cota-Parte FPM	9.500.000,00	9.500.000,00	5.704.348,63	60,05
Cota-Parte ITR	17.906,81	17.906,81	21.522,67	120,19
Cota-Parte IPVA	1.023.695,46	1.023.695,46	1.216.119,24	118,80
Cota-Parte ICMS	13.000.000,00	13.000.000,00	7.369.326,74	56,69
Cota-Parte IPI-Exportação	217.679,52	217.679,52	127.245,73	58,46
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	123.001,62	123.001,62	35.440,52	28,81
Desoneração ICMS (LC 87/96)	123.001,62	123.001,62	35.440,52	28,81
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>26.265.141,89</b>	<b>26.265.141,89</b>	<b>16.544.566,09</b>	<b>62,99</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.425.000,00	4.425.000,00	3.575.472,86	80,80	3.044.192,54	68,80
Pessoal e Encargos Sociais	2.025.000,00	2.025.000,00	1.599.202,54	78,97	1.596.115,39	78,82
Outras Despesas Correntes	2.400.000,00	2.400.000,00	1.976.270,32	82,34	1.448.077,15	60,34
DESPESAS DE CAPITAL	212.360,00	212.360,00	37.275,35	17,55	30.000,00	14,13
Investimentos	212.360,00	212.360,00	37.275,35	17,55	30.000,00	14,13

Continua 1/4





Município de TURVO - SC

Continuação 2/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	212.360,00	212.360,00	37.275,35	17,55	30.000,00	14,13
Investimentos	212.360,00	212.360,00	37.275,35	17,55	30.000,00	14,13
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>4.637.360,00</b>	<b>4.637.360,00</b>	<b>3.612.748,21</b>	<b>77,91</b>	<b>3.074.192,54</b>	<b>66,29</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>4.637.360,00</b>	<b>4.637.360,00</b>	<b>3.612.748,21</b>	<b>77,91</b>	<b>3.074.192,54</b>	<b>66,29</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,58
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						592.507,63

Continua 2/4



Município de TURVO - SC

Continuação 3/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.637.360,00	4.637.360,00	3.612.748,21	100,00	3.074.192,54	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.637.360,00</b>	<b>4.637.360,00</b>	<b>3.612.748,21</b>	<b>100,00</b>	<b>3.074.192,54</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4



Município de TURVO - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

TURVO, 11/11/2013

---

TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

---

JUIR ANTONIO ROVARIS  
Contador CRC-SC 16.738/0-4

---

NESTOR RECO  
Controle Interno



Município de TURVO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
 TIAGO ZILLI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 JUIR ANTONIO ROVARIS  
 Contador CRC-SC 16.738/0-4

\_\_\_\_\_  
 NESTOR RECO  
 Controle Interno



Município de TURVO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	36.282.271,75	
Previsão Atualizada		—	36.282.271,75	
Receitas Realizadas		5.021.808,44	24.554.944,01	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	42.192,08	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	36.282.271,75	
Créditos Adicionais		—	11.577.604,78	
Dotação Atualizada		—	47.859.876,53	
Despesas Empenhadas		2.972.410,26	31.775.586,32	
Despesas Liquidadas		5.077.092,88	23.983.236,85	
Superavit Orçamentário		—	571.707,16	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.972.410,26	31.775.586,32	
Despesas Liquidadas		5.077.092,88	23.983.236,85	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			26.404.430,95	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		49.000,00	-1.220.633,41	-2.491,09
Resultado Primário		678.957,50	766.728,83	112,93
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	179,52	0,00	179,52	0,00
EXECUTIVO	179,52	0,00	179,52	0,00
TOTAL:	179,52	0,00	179,52	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.839.108,74	25%	23,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.630.877,33	60%	76,38
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		6.625.524,78	13.015.071,92	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2





Município de TURVO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	197.247,98
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	197.247,98
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.074.192,54	15,00	18,58
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

\_\_\_\_\_  
 TIAGO ZILLI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 JUIR ANTONIO ROVARIS  
 Contador CRC-SC 16.738/0-4

\_\_\_\_\_  
 NESTOR RECO  
 Controle Interno



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	36.282.271,75	47.859.876,53	2.972.410,26	31.775.586,32	5.077.092,88	23.983.236,85	100,00	50,11	23.876.639,68
Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	164.630,27	855.125,71	177.697,24	809.205,13	3,37	53,95	690.794,87
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	164.630,27	855.125,71	177.697,24	809.205,13	3,37	53,95	690.794,87
Administração	2.114.042,40	2.219.042,40	152.615,02	1.729.491,32	242.388,21	1.556.095,14	6,49	70,12	662.947,26
Administração Geral	2.114.042,40	2.219.042,40	152.615,02	1.729.491,32	242.388,21	1.556.095,14	6,49	70,12	662.947,26
Segurança Pública	187.472,00	187.472,00	28.170,33	135.739,48	29.125,06	130.077,05	0,54	69,38	57.394,95
Policiamento	72.472,00	72.472,00	9.247,92	51.237,20	9.137,92	50.841,67	0,21	70,15	21.630,33
Defesa Civil	115.000,00	115.000,00	18.922,41	84.502,28	19.987,14	79.235,38	0,33	68,90	35.764,62
Assistência Social	926.910,80	926.910,80	18.724,21	408.445,18	91.772,82	349.397,16	1,46	37,69	577.513,64
Assistência à Criança e ao Adolescente	22.472,00	22.472,00	446,00	2.686,00	446,00	2.686,00	0,01	11,95	19.786,00
Assistência Comunitária	904.438,80	904.438,80	18.278,21	405.759,18	91.326,82	346.711,16	1,45	38,33	557.727,64
Saúde	6.623.654,00	6.623.654,00	640.858,13	5.097.224,60	985.124,62	4.363.096,42	18,19	65,87	2.260.557,58
Atenção Básica	6.418.654,00	6.418.654,00	616.308,89	4.908.308,89	960.071,49	4.175.983,53	17,41	65,06	2.242.670,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	205.000,00	205.000,00	24.549,24	188.915,71	25.053,13	187.112,89	0,78	91,27	17.887,11
Educação	10.100.924,20	12.513.528,98	1.117.248,33	8.278.043,59	1.584.150,50	6.724.020,80	28,04	53,73	5.789.508,18
Alimentação e Nutrição	832.494,40	862.494,40	4.491,70	489.108,72	112.833,90	424.131,69	1,77	49,18	438.362,71
Ensino Fundamental	6.843.540,00	8.891.332,08	894.258,57	6.068.114,62	1.246.572,45	4.669.944,72	19,47	52,52	4.221.387,36
Ensino Superior	325.000,00	325.000,00	3.578,04	232.044,76	43.022,88	193.046,31	0,80	59,40	131.953,69
Educação Infantil	1.923.597,20	2.208.409,90	164.888,52	1.422.980,99	129.699,97	1.375.698,48	5,74	62,29	832.711,42
Educação de Jovens e Adultos	110.562,00	110.562,00	31,50	15.794,50	2.021,30	11.199,60	0,05	10,13	99.362,40
Educação Especial	65.730,60	115.730,60	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	0,21	43,20	65.730,60
Cultura	216.000,00	266.000,00	19.002,96	168.348,83	33.076,08	166.491,80	0,69	62,59	99.508,20
Difusão Cultural	216.000,00	266.000,00	19.002,96	168.348,83	33.076,08	166.491,80	0,69	62,59	99.508,20
Urbanismo	2.482.028,00	7.842.028,00	0,00	6.585.146,71	222.072,75	3.066.706,80	12,79	39,11	4.775.321,20
Serviços Urbanos	2.482.028,00	7.842.028,00	0,00	6.585.146,71	222.072,75	3.066.706,80	12,79	39,11	4.775.321,20
Habitação	222.472,00	222.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222.472,00
Habitação Urbana	222.472,00	222.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222.472,00
Saneamento	2.080.000,00	2.080.000,00	0,00	1.989.981,47	667.671,14	1.451.361,63	6,05	69,78	628.638,37
Saneamento Básico Urbano	2.080.000,00	2.080.000,00	0,00	1.989.981,47	667.671,14	1.451.361,63	6,05	69,78	628.638,37
Agricultura	1.725.612,00	4.725.612,00	52.269,56	1.046.279,61	66.906,47	415.472,38	1,73	8,79	4.310.139,62
Promoção da Produção Vegetal	1.725.612,00	4.725.612,00	52.269,56	1.046.279,61	66.906,47	415.472,38	1,73	8,79	4.310.139,62

Continua 1/2



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	36.282.271,75	47.859.876,53	2.972.410,26	31.775.586,32	5.077.092,88	23.983.236,85	100,00	50,11	23.876.639,68
Indústria	330.436,00	330.436,00	4.481,06	20.719,08	4.481,06	20.719,08	0,09	6,27	309.716,92
Promoção Industrial	330.436,00	330.436,00	4.481,06	20.719,08	4.481,06	20.719,08	0,09	6,27	309.716,92
Transporte	5.261.596,35	5.261.596,35	546.008,07	3.683.756,37	750.792,31	3.167.490,77	13,21	60,20	2.094.105,58
Transporte Rodoviário	5.261.596,35	5.261.596,35	546.008,07	3.683.756,37	750.792,31	3.167.490,77	13,21	60,20	2.094.105,58
Desporto e Lazer	900.000,00	1.550.000,00	54.342,49	803.565,01	47.774,79	789.383,33	3,29	50,93	760.616,67
Desporto Comunitário	900.000,00	1.550.000,00	54.342,49	803.565,01	47.774,79	789.383,33	3,29	50,93	760.616,67
Encargos Especiais	1.588.652,00	1.588.652,00	174.059,83	973.719,36	174.059,83	973.719,36	4,06	61,29	614.932,64
Serviço da Dívida Interna	950.000,00	950.000,00	99.509,87	544.226,87	99.509,87	544.226,87	2,27	57,29	405.773,13
Outros Encargos Especiais	638.652,00	638.652,00	74.549,96	429.492,49	74.549,96	429.492,49	1,79	67,25	209.159,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	22.472,00	22.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.472,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>36.282.271,75</b>	<b>47.859.876,53</b>	<b>2.972.410,26</b>	<b>31.775.586,32</b>	<b>5.077.092,88</b>	<b>23.983.236,85</b>	<b>100,00</b>	<b>50,11</b>	<b>23.876.639,68</b>

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS

Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO

Controle Interno

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2012 A OUTUBRO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Set/2013	Out/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.359.682,91</b>	<b>2.723.661,83</b>	<b>2.113.337,75</b>	<b>2.482.962,34</b>	<b>3.421.748,56</b>	<b>2.406.665,06</b>	<b>2.869.793,24</b>	<b>2.332.400,26</b>	<b>2.189.588,24</b>	<b>2.301.477,03</b>	<b>2.483.311,37</b>	<b>2.380.388,84</b>	<b>30.065.017,43</b>	<b>35.838.100,44</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	181.555,02	178.421,01	135.108,07	310.756,94	1.112.605,54	284.077,08	297.418,93	122.195,34	224.177,38	165.551,40	176.847,73	178.970,60	3.367.685,04	3.514.374,47
I.P.T.U.	3.557,39	3.935,94	121,07	55.404,22	588.625,06	56.055,42	57.421,45	-53.128,74	48.818,22	4.640,48	9.719,69	5.292,91	780.463,11	850.000,00
I.R.R.F	12.339,58	24.759,67	12.698,21	11.500,39	15.550,53	14.686,36	14.553,52	15.618,36	17.060,74	15.525,28	16.317,91	16.292,17	186.902,72	176.314,03
I.S.S.	67.862,35	93.994,94	85.244,74	73.511,18	65.409,87	92.599,18	129.034,67	110.885,88	85.604,31	98.046,42	86.994,18	90.549,94	1.079.737,66	1.012.359,60
I.T.B.I.	27.162,00	14.234,00	15.145,60	9.809,28	7.466,70	28.006,60	24.379,21	8.036,46	7.448,19	15.945,18	26.365,78	28.279,30	212.278,30	200.000,00
Outras Receitas Tributárias	70.633,70	41.496,46	21.898,45	160.531,87	435.553,38	92.729,52	72.030,08	40.783,38	65.245,92	31.394,04	37.450,17	38.556,28	1.108.303,25	1.275.700,84
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	32.191,54	32.068,14	10.105,76	26.526,84	24.285,97	22.211,92	22.695,70	22.174,73	22.028,94	22.336,05	21.056,81	22.344,85	280.027,25	292.136,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.672,00	66.604,07	36,45	0,00	18.103,91	12.053,99	37.540,82	18.450,51	14.886,52	24.040,78	102.455,15	121.637,07	417.481,27	73.794,52
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	9.020,00	0,00	0,00	0,00	660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.680,00	44.944,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.775,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.098.184,24	2.352.494,19	1.956.325,46	2.087.557,01	1.794.651,02	1.998.973,02	2.279.880,23	2.100.456,88	1.858.675,68	2.035.723,56	1.950.797,37	1.988.298,66	24.502.017,32	31.185.690,22
Cota-Parte do F.P.M.	587.502,49	922.448,35	612.274,35	823.749,65	474.418,61	509.040,49	731.421,98	610.219,91	434.554,46	568.173,01	470.238,12	470.258,05	7.214.299,47	9.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	808.804,82	803.006,63	768.693,03	684.319,72	641.549,89	772.409,68	777.119,15	713.695,54	708.251,78	744.058,79	790.417,90	768.811,26	8.981.138,19	13.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	83.591,34	43.882,95	55.900,19	75.621,12	132.369,67	132.743,74	161.930,47	131.433,60	141.875,23	142.356,14	118.014,23	123.874,85	1.343.593,53	1.023.695,46
Cota-Parte do ITR.	465,24	472,80	67,91	202,56	43,72	2.110,99	512,05	89,64	293,42	241,56	6.347,90	11.612,92	22.460,71	17.906,81
Outras Transferências Correntes	264.089,46	222.575,63	164.769,68	170.991,91	241.282,32	208.500,31	242.237,44	210.715,88	230.690,07	213.430,07	196.445,69	253.657,84	2.619.386,30	3.153.406,81
Transferências da LC 61/1989	12.303,87	6.926,43	13.479,29	10.349,78	7.385,68	6.958,89	14.632,94	27.239,96	11.557,70	12.366,80	11.249,20	12.025,49	146.476,03	217.679,52
Transferências da LC 87/1996	3.786,70	3.786,70	0,00	0,00	0,00	28.352,44	-10.632,17	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	3.544,05	43.013,92	123.001,62
Transferências do FUNDEB	337.640,32	349.394,70	341.141,01	322.322,27	297.601,13	338.856,48	362.658,37	403.518,30	327.908,97	351.553,14	354.540,28	344.514,20	4.131.649,17	4.150.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.080,11	85.054,42	11.762,01	58.121,55	472.102,12	88.689,05	232.257,56	69.122,80	69.819,72	53.825,24	232.154,31	69.137,66	1.488.126,55	697.385,34
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>321.641,06</b>	<b>329.825,78</b>	<b>289.711,52</b>	<b>334.603,53</b>	<b>264.646,43</b>	<b>302.805,74</b>	<b>346.660,91</b>	<b>309.204,36</b>	<b>271.975,09</b>	<b>304.828,48</b>	<b>292.603,27</b>	<b>292.080,31</b>	<b>3.660.586,48</b>	<b>4.933.760,67</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	299.290,70	307.315,37	289.582,17	318.868,38	251.147,73	290.323,07	334.740,91	297.244,36	260.015,09	292.988,48	281.123,27	278.022,29	3.500.661,82	4.776.456,67
Outras Contribuições Sociais	22.350,36	22.510,41	129,35	15.735,15	13.498,70	12.482,67	11.920,00	11.960,00	11.960,00	11.840,00	11.480,00	14.058,02	159.924,66	157.304,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>2.038.041,85</b>	<b>2.393.836,05</b>	<b>1.823.626,23</b>	<b>2.148.358,81</b>	<b>3.157.102,13</b>	<b>2.103.859,32</b>	<b>2.523.132,33</b>	<b>2.023.195,90</b>	<b>1.917.613,15</b>	<b>1.996.648,55</b>	<b>2.190.708,10</b>	<b>2.088.308,53</b>	<b>26.404.430,95</b>	<b>30.904.339,77</b>

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS

Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO

Controle Interno



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.068.665,73	1.623.948,73	1.524.438,86
DEDUÇÕES (II)	4.396.778,36	5.117.510,50	5.073.184,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.396.957,88	5.831.763,74	5.650.115,49
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	179,52	714.253,24	576.930,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.328.112,63	-3.493.561,77	-3.548.746,04
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.328.112,63</b>	<b>-3.493.561,77</b>	<b>-3.548.746,04</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2013 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-55.184,27</b>	<b>-1.220.633,41</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>49.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Ago 2013 (B)	Em 31 Out 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS  
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO  
Controle Interno





Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>30.987.849,25</b>	<b>4.080.462,43</b>	<b>21.738.411,74</b>	<b>20.522.987,43</b>
Receita Tributária	3.514.374,47	355.818,33	3.007.709,01	3.427.998,41
I.P.T.U.	850.000,00	15.012,60	772.969,78	760.656,04
I.S.S.	1.012.359,60	177.544,12	917.880,37	843.591,81
I.T.B.I.	200.000,00	54.645,08	170.882,30	147.712,84
I.R.R.F.	176.314,03	32.610,08	149.803,47	127.843,85
Outras Receitas Tributárias	1.275.700,84	76.006,45	996.173,09	1.548.193,87
Receita de Contribuição	292.136,00	43.401,66	215.767,57	167.085,89
Outras Contribuições	292.136,00	43.401,66	215.767,57	167.085,89
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	73.794,52	224.092,22	349.205,20	60.858,23
(-) Aplicações Financeiras	73.794,52	224.092,22	349.205,20	60.858,23
Transferências Correntes	26.409.233,55	3.379.950,47	17.157.283,14	16.344.897,28
F.P.M.	7.600.000,00	752.399,68	4.563.481,83	4.244.774,65
I.C.M.S.	10.400.000,00	1.247.383,71	5.896.014,94	5.775.679,75
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	8.409.233,55	1.380.167,08	6.697.786,37	6.324.442,88
Demais Receitas Correntes	772.105,23	301.291,97	1.357.652,02	583.005,85
Dívida Ativa	189.128,85	51.342,76	174.480,71	90.643,52
Diversas Receitas Correntes	582.976,38	249.949,21	1.183.171,31	492.362,33
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>5.220.627,98</b>	<b>717.253,79</b>	<b>2.467.327,07</b>	<b>6.443.466,01</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	197.247,98	0,00	0,00	147.100,00
Transferências de Capital	5.023.380,00	717.253,79	2.467.327,07	6.296.366,01
Convênios	5.023.380,00	717.253,79	2.467.327,07	6.296.366,01
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>5.023.380,00</b>	<b>717.253,79</b>	<b>2.467.327,07</b>	<b>6.296.366,01</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>36.011.229,25</b>	<b>4.797.716,22</b>	<b>24.205.738,81</b>	<b>26.819.353,44</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>28.196.807,83</b>	<b>3.910.847,59</b>	<b>17.357.712,07</b>	<b>17.407.164,48</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.274.928,08	1.837.594,79	8.935.346,98	8.665.007,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	15.871.879,75	2.073.252,80	8.422.365,09	8.742.156,99
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>28.146.807,83</b>	<b>3.910.847,59</b>	<b>17.357.712,07</b>	<b>17.407.164,48</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>19.640.596,70</b>	<b>1.166.245,29</b>	<b>6.625.524,78</b>	<b>8.436.197,11</b>
Investimentos	18.740.596,70	1.066.735,42	6.081.297,91	7.743.433,41
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	900.000,00	99.509,87	544.226,87	692.763,70
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>18.740.596,70</b>	<b>1.066.735,42</b>	<b>6.081.297,91</b>	<b>7.743.433,41</b>



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>22.472,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>46.909.876,53</b>	<b>4.977.583,01</b>	<b>23.439.009,98</b>	<b>25.150.597,89</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-10.898.647,28</b>	<b>-179.866,79</b>	<b>766.728,83</b>	<b>1.668.755,55</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	42.192,08	0,00
Superávit Financeiro	-	-	42.192,08	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>678.957,50</b>

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS  
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO  
Controle Interno



Município de TURVO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	179,52	179,52	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	179,52	179,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA-PLAMAS	0,00	179,52	179,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>179,52</b>	<b>179,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI	JUIR ANTONIO ROVARIS	NESTOR RECO
Prefeito Municipal	Contador CRC-SC 16.738/0-4	Controle Interno



MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	2.382.858,48	2.382.858,48	290.318,87	2.070.562,56	86,89
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	994.184,85	994.184,85	25.519,59	831.996,42	83,69
1.1.1- IPTU	850.000,00	850.000,00	15.012,60	772.969,78	90,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	144.184,85	144.184,85	10.506,99	59.026,64	40,94
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	200.000,00	200.000,00	54.645,08	170.882,30	85,44
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	54.645,08	170.882,30	85,44
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.012.359,60	1.012.359,60	177.544,12	917.880,37	90,67
1.3.1- ISS	1.012.359,60	1.012.359,60	177.544,12	917.880,37	90,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	176.314,03	176.314,03	32.610,08	149.803,47	84,96
1.4.1- IRRF	176.314,03	176.314,03	32.610,08	149.803,47	84,96
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	23.882.283,41	23.882.283,41	2.789.938,02	14.474.003,53	60,61
2.1- Cota-Parte FPM	9.500.000,00	9.500.000,00	940.496,17	5.704.348,63	60,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.500.000,00	9.500.000,00	940.496,17	5.704.348,63	60,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.000.000,00	13.000.000,00	1.559.229,16	7.369.326,74	56,69
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	123.001,62	123.001,62	7.088,10	35.440,52	28,81
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	217.679,52	217.679,52	23.274,69	127.245,73	58,46
2.5- Cota-Parte ITR	17.906,81	17.906,81	17.960,82	21.522,67	120,19
2.6- Cota-Parte IPVA	1.023.695,46	1.023.695,46	241.889,08	1.216.119,24	118,80
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>26.265.141,89</b>	<b>26.265.141,89</b>	<b>3.080.256,89</b>	<b>16.544.566,09</b>	<b>62,99</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.776.456,67	4.776.456,67	559.145,56	2.894.055,75	60,59
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.900.000,00	1.900.000,00	188.096,49	1.140.866,80	60,05
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.600.000,00	2.600.000,00	311.845,45	1.473.311,80	56,67
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	24.600,32	24.600,32	1.417,62	7.088,10	28,81
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	43.535,90	43.535,90	4.654,92	25.449,05	58,46
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.581,36	3.581,36	3.592,12	4.293,80	119,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	204.739,09	204.739,09	49.538,96	243.046,20	118,71
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	4.150.000,00	4.150.000,00	699.054,48	3.444.614,15	83,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.150.000,00	4.150.000,00	699.054,48	3.444.614,15	83,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-626.456,67</b>	<b>-626.456,67</b>	<b>139.908,92</b>	<b>550.558,40</b>	<b>-87,88</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					



MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.500.000,00	3.340.000,00	691.763,90	2.630.877,33	78,77
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.000.000,00	103.001,52	928.844,76	92,88
13.2- Com Ensino Fundamental	2.500.000,00	2.340.000,00	588.762,38	1.702.032,57	72,74
14- OUTRAS DESPESAS	650.000,00	810.000,00	59.475,24	764.651,68	94,40
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	650.000,00	810.000,00	59.475,24	764.651,68	94,40
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.150.000,00	4.150.000,00	751.239,14	3.395.529,01	81,82
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					76,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				42.192,08	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				42.192,08	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	6.566.285,47	6.566.285,47	770.064,22	4.136.141,52	62,99
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000.000,00	1.000.000,00	103.001,52	928.844,76	92,88
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.000.000,00	1.000.000,00	103.001,52	928.844,76	92,88
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.470.787,80	6.908.787,80	935.704,08	3.503.014,46	50,70
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.150.000,00	3.150.000,00	648.237,62	2.466.684,25	78,31
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.320.787,80	3.758.787,80	287.466,46	1.036.330,21	27,57
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	7.470.787,80	7.908.787,80	1.038.705,60	4.431.859,22	56,04
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					550.558,40
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					42.192,08
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					592.750,48
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.839.108,74
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,2

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	42.192,08	0,00	42.192,08	100,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	0,00	42.192,08	0,00	42.192,08	100,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	7.470.787,80	7.950.979,88	1.038.705,60	4.474.051,30	56,27
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		





MUNICÍPIO DE TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.444.614,15	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.444.614,15	0,00

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS  
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO  
Controle Interno

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 42.192,08, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.



Município de TURVO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2013/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.640.596,70	6.625.524,78	0,00	13.015.071,92
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	19.640.596,70	6.625.524,78	0,00	13.015.071,92
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-19.640.596,70	-6.625.524,78		-13.015.071,92

FONTE:

TURVO, 11/11/2013

TIAGO ZILLI  
Prefeito Municipal

JUIR ANTONIO ROVARIS  
Contador CRC-SC 16.738/0-4

NESTOR RECO  
Controle Interno

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### Contrato Administrativo Nº 123/2013 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2013

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Andrade Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.377.072/0001-40 e Inscrição Estadual sob o nº. 253.938.023, com sede à Av. Beira Rio, nº. 333, na cidade de Herval D'Oeste - SC, neste ato representado pelo seu Sócio Administrador Sr. Simar José Rosa, inscrito no CPF sob nº. 437.061.009-59 e CI nº. 1.079.721, residente e domiciliado à Rua Tiradentes 1014, na cidade de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório Nº 041/2013, na modalidade de Convite nº. 010/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a Construção de uma Churrasqueira, com área construída de 58,65 m2, homologada no Processo Licitatório vigente.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 46.768,84 (Quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	01	Obra	Construção de uma Churrasqueira, com área construída de 58,65 m2, em regime de Empreitada por Preço Global (fornecimento de material e mão de obra), a ser construída anexa ao Centro de Eventos Jacson Rafael Casara, na cidade de Vargem Bonita, em conformidade com planta arquitetônica, memorial descritivo e planilhas quantitativas, parte integrante do Projeto.	46.768,84

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados à vista, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo

com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.  
3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO 01 deste Edital.  
3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados na Oficina do CONTRATADO, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.3. Os serviços contratados serão iniciados após e autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

#### CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013.

Modalidade: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Projeto/Atividades:

1.008 - Construção, Ampliação e Reforma de Espaços de Cultura

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 05 de Novembro de 2013 .

MELÂNIA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

SIMAR JOSÉ ROSA

CONTRATADO



## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

**Contrato Administrativo Nº 124/2013****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2013**

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa ELETROPNEUS OURO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.627.484/0001-66 e Inscrição Estadual sob o nº. 253.344.565 com sede à Rua Felipe Schmidt, nº. 2070, na cidade de Ouro - SC, neste ato representada pela sua Sócia Administradora Sra. Rosana Maria Galio Poggere, inscrito no CPF sob n.º 018.631.599-67 e CI nº. 2.636.288-0, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório Nº 040/13, na modalidade de Convite nº. 009/2013 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO da EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO E ILUMINAÇÃO NATALINA, EM PONTOS DEFINIDOS EM PROJETO, NA CIDADE DE VARGEM BONITA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (Fornecimento de Material e Mão de Obra), EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA APROVADO E FORNECIDO PELO MUNICÍPIO, MEMORIAL DESCRITIVO, E DEMAIS PLANTAS QUE COMPÕEM O PROJETO TÉCNICO, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE**

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 29.391,30, (Vinte e nove mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório e Planilha de Materiais e Serviços, independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SVS	SERVIÇOS	10.628,30	
02	01	Mat.	MATERIAIS	18.763,00	
TOTAL GERAL	29.391,30				

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados à vista, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Convite e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada.

3.4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO**

4.1. Os serviços serão executados na cidade de Vargem Bonita, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.3. Os serviços contratados serão iniciados após e autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

**CLÁUSULA QUINTA - PRAZO**

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2013.

Modalidade: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Projeto/Atividade:

2.010 - Manutenção das Atividades de Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

**CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA**

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 06 de Novembro de 2013.

MELÂNIA ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

ROSANA MARIA GALIO POGGERE

CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

# Videira

## PREFEITURA

### Pregão Presencial Nº 63/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013-FMS

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 63/2013-FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES E CONsertos NOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E MÉDICO HOSPITALAR INSTALADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 26/11/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 07 de novembro de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

### Resultado do Julgamento do Edital de Tomada de Preços Nº 09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2013

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA JOSÉ DAL PIZZOL, BAIRRO FARROUPILHA, COM ÁREA TOTAL DE 1.064,21 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADA e VENCEDORA a empresa Rodrigues e da Silva Ltda - ME com o valor de R\$ 78.388,17 (setenta e oito mil trezentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos) por apresentar preço compatível.

Videira, 11 de novembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### Edital de Notificação 023/13

SECRETARIA DE FINANÇAS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2013

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Alair Moreira dos Santos	183.220.009-44	5055/2013	06/11/2013
Alair Moreira dos Santos ME	79.014.031/0001-51	5056/2013	06/11/2013
Alcenides Gonçalves	346.627.749-34	4424/2013	06/11/2013
Alcenides Gonçalves	346.627.749-34	4082/2012	06/11/2013
Bruno Dutra Rocha	765.783.649-00	3873/2013	06/11/2013
Claudir Luiz Valer	828.935.789-34	758/2013	06/11/2013
Confecções Bulcão Viana Ltda ME	01.110.898/0001-13	5868/2009	06/11/2013
Dani Pereira da Silva ME	13.784.121/0001-13	1240/2013	06/11/2013
Delcio Luis Ortigara	346.640.179-87	8870/2013	06/11/2013
Elizabete Sonia Pellin	529.811.509-87	4914/2013	06/11/2013
Enori Ribeiro dos Santos	527.934.789-20	5054/2012	06/11/2013
Flavio Straus	560.583.909-82	15357/2012	06/11/2013
Franciane Santos	005.742.579-50	4423/2013	06/11/2013
Francisco Antunes de Lima	296.432.529-49	1359/2011	06/11/2013
Itacir do Prado Ferreira	575.490.109-78	7005/2013	06/11/2013
Ivete Aparecida Moreira	022.344.079-58	8802/2013	06/11/2013
Joaquim Cruz da Silva	506.177.619-49	3450/2013	06/11/2013
Joceli da Silva	005.828.269-69	15425/2012	06/11/2013
Luiz Dejour Mendes	489.938.169-72	4261/2012	06/11/2013
Marcio Batista	749.874.299-34	3968/2012	06/11/2013
Marcos Arthur Representações Comerciais Ltda	07.272.759/0001-72	1766/2012	06/11/2013
Marli Justina Anciutti	656.748.719-49	5560/2009	06/11/2013
Milton Ernesto Coldebella	250.869.799-00	1033/2013	06/11/2013
Nelson Teske	814.456.609-20	8405/2013	06/11/2013
Nelson Thibes	094.217.939-00	3117/2013	06/11/2013
Padaria e Lanchonete Strauss Ltda	08.681.745/0001-75	56/2013	06/11/2013
Paulo da Silva	386.372.279-53	3621/2013	06/11/2013
Paulo Henrique Lopes	384.830.769-34	6672/2013	06/11/2013
Pedro Alves Rodrigues (João Alair Alves Rodrigues)	004.221.659-13	10740/2012	06/11/2013
Randolfo Roldão do Amaral	564.410.459-15	15077/2012	06/11/2013
Raquel Bruschi	021.413.429-61	5932/2013	06/11/2013
Refriger Ltda ME	78.647.088/0001-25	1367/2013	15/10/2013
Ricieri de Barros	183.286.289-53	9241/2012	06/11/2013
Rita Maristela Besen ME	12.298.152/0001-00	1177/2013	06/11/2013
Roberto Carlos Lopes Thibes ME	95.880.985/0001-01	352/2010	06/11/2013
Roberto Carlos Lopes Thibes ME	95.880.985/0001-01	974/2013	06/11/2013
Ronaldo Douglas Ricci	693.125.249-68	8248/2013	06/11/2013
Rosane Marines da Rosa ME	08.971.412/0001-80	1523/2013	06/11/2013
Saturnino Manoel Batista	347.885.149-15	3969/2012	06/11/2013
Tadeu e Inelce M Berezanskyj	325.758.400-82	3639/2013	06/11/2013



Vandelino Cardoso	186.187.400-63	4661/2013	06/11/2013
Vera Lucia Alves Cordeiro Ribeiro	601.271.719-91	13139/2012	06/11/2013
Veroni Jorge da Silva ME	85.377.638/0001-07	3872/2010	06/11/2013
Vilmar Gaio	296.599.069-00	3147/2013	06/11/2013
Weusley Willian de Paula ME	05.265.812/0001-82	14820/2012	06/11/2013

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 07 de novembro de 2013.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Finanças

## Xavantina

### PREFEITURA

#### PP 62/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2013 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de Material Genético e Materiais Diversos para Inseminação Artificial em Bovinos, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 27/11/2013.

Abertura: dia 27/11/2013, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 13 de Novembro de 2013.

MAURO JUNES POLETTO,  
Prefeito Municipal.

## Associações

### AMFRI

#### Extrato de Contrato Amm/AMFRI N. 02/2013

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJÁ - AMFRI.

EXTRATO DE CONTRATO AMM/AMFRI N. 02/2013

Objeto: O objeto do presente contrato consiste no fechamento de área com confecção e instalação de estrutura metálica com lona front starflex 280gr em sistema de impressão digital com acabamento em ilhós, perfazendo: I - 2.090 m² de confecção de estrutura em barra 5/16 para lona com acabamento em ilhós; II - 2.090 m² de confecção e instalação de lona front STARFLEX 280gr em sistema de impressão digital com acabamento em ilhós; III - confecção de estrutura em barra 5/16 para requadro de aberturas (portas e janelas/balcões); para o evento Aventura Pelos Mares do Mundo, a ser realizado em Itajaí/SC no período compreendido de

16/11/2013 a 01/12/2013.

Valor Global: R\$ 156.750,00 (cento e cinquenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais)

Contratado: BM3 MÍDIA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - CNPJ - 09.494.181/0001-24.

Vigência: 12/09/2013 e término em 24/12/2013.

Itajaí/SC, 12 de Setembro de 2013

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Secretário Executivo - AMFRI

### EGEM

#### Edital N° 83/2013 - Creas \_amvali

EDITAL N° 83/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS

#### 1. OBJETIVO DO CURSO

Aprofundar a operacionalização dos serviços de média complexidade, executados no CREAS e sua interface com o CRAS e demais conselhos de direitos e tutelar.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social, em especial trabalhadores da proteção social especial e conselheiros tutelares.

#### 3. CALENDÁRIO

##### QUADRO I

Cidade/Local	Jaraguá do Sul / SC Associação dos Municípios do Vale do Itapocu – AMVALI Rua Arthur Gumz, nº 88 - Vila Nova - Caixa Postal: 1350
Período das inscrições	13/11/2013 à 22/11/2013
Vencimento do boleto de cobrança	22/11/2013
Homologação das inscrições	26/11/2013
Período de realização	04 e 05/12/2013
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	50

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição	PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM		R\$ 200,00
Demais participantes		R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal."

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

	1. A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS) E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
	2. A TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS: PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
8h30 às 12h	2.1. Serviço Especializado em Abordagem Social e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
	2.2. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
	Plano de Atendimento Individual – PIA
	Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo
	2.3. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
13h30 às 17h30	Violência Contra a Pessoa Idosa
	2.4. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI)
	Violência Contra Criança e Adolescente
	Violência Conjugal
	3. ARTICULAÇÃO ENTRE A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL
8h30 às 12h	4. INTERFACE COM OS CONSELHOS DE DIREITOS E DE POLÍTICAS

#### 7. PALESTRANTES

Profissional com experiência no CREAS – acompanhar no hot site.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

#### REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

#### 7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

**Consórcios**

**CIDEMA**

**Resolução Nº 05/2013**

RESOLUÇÃO Nº 05/2013

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 17 inciso VIII do Estatuto Social:

**RESOLVE**

Art. 1º Designar Comissão para classificar os municípios pertencentes ao Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, a serem contemplados com veículos adquiridos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Contrato de Repasse nº 778611/2012 MDA/PRONAT/CAIXA, para a estruturação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA, conforme segue:

- I. Paulo Utzig - Diretor Executivo
- II. Morciel de Araujo Faraum - Médico Veterinário
- III. Alana Ciprandi - Médico Veterinário
- IV. Luiz Carlos Jornada do Amaral - Engenheiro Agrônomo
- V. Anderson Vedana - Instituto SAGA

Art. 2º A Comissão deverá ter como base os critérios definidos pela Diretoria Executiva na reunião realizada dia 07/11/2013, conforme segue:

- I. Contrato de Repasse de 2012 (repasso de recursos ao CIDEMA para elaboração do Projeto de implantação do SUASA);
- II. Contrato de Rateio de 2013 (repasso de recursos ao CIDEMA para contratação de 2 (dois) médicos veterinários e 1 (um) engenheiro agrônomo);
- III. Lei Municipal aprovada de adesão ao SUASA;
- IV. Decreto de Regulamentação do SUASA;
- V. Sistema Municipal de Inspeção - SIM implantado;
- VI. Médico veterinário contratado;
- VII. Agroindústrias incluídas no SIM.

Parágrafo Único. Para fins de classificação a Comissão levará em conta 1 (um) ponto para cada critério definido neste artigo, sendo a seleção conforme ordem de maior pontuação.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 12 de novembro de 2013.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente do CIDEMA

---

**CIGA**


---

**Resolução Nº 56/2013, de 12 de Novembro de 2013**

Resolução nº 56, de 12 de novembro de 2013

Altera o art. 2º da Resolução nº 55, de 01 de novembro de 2013.

O Conselho de Administração do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), aprovou, ad referendum da Assembleia Geral, conforme ata da Reunião Ordinária de 12 de setembro de 2013, e eu, Presidente do CIGA, no uso das atribuições que me confere o art. 20 do Contrato do Consórcio, publico o Orçamento Anual do CIGA para o exercício de 2014, em atendimento ao disposto no art. 16, VI, a, e no art. 20 do Contrato do Consórcio.

Art. 1º Ficam alterados os valores totais de Receitas Correntes e de Receitas de Capital do art. 2º da Resolução nº 55, de 01 de novembro de 2013, passando a vigorar com os seguintes valores:

“Art. 2º RECEITAS CORRENTES R\$ 996.000,00

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 78.000,00

.....” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Resolução deve ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 12 de novembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

---

**CINCO**


---

**Extrato de Edital 0004 \_2013 \_Analista Executivo e Assistente Administrativo.**

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº. 0004 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013.

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, para atender as necessidades do Consórcio Público, previstos no seu Protocolo de Intenções, Contrato de Consórcio Público e Estatuto, para a função pública de ANALISTA EXECUTIVO E ASSISTENTE ADMINISTRATIVO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013 e 2014, podendo ser prorrogado, respeitadas as cláusulas, condições e prazos estabelecidos no Edital. As inscrições serão realizadas no período de 13 de novembro de 2013 à 20 de novembro de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos e feriados), na Diretoria Executiva do Consórcio Público, localizada na sede do CINCO, sito à Rua. Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio “www.cinco.sc.gov.br”. Outras informações junto a Diretoria Executiva do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, pelo fone (49) 3246-1206.

Fraiburgo, 11 de novembro de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Consórcio Integrado do Contestado - CINCO

---

**CIS/AMFRI**


---

**Extrato de Primeiro Termo Aditivo ao Credenciamento Nº. 08/2013**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ - CIS-AMFRI.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CREDENCIAMENTO Nº. 08/2013

Do Objeto do Termo Aditivo: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Além dos procedimentos credenciados para prestação de serviços pelo CREDENCIADO fica acrescido ao objeto do contrato social os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	Código SIA/SUS	Valor CIS-AMFRI
CISTOSCOPIA	02.09.02.001-6	126,00
ESTUDO URODINAMICO	---	190,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Credenciado: UROCLINICA ITAJAÍ LTDA - CNPJ 04.822.792/0001-11.

Data de Assinatura: 10.10.2013.

CÉLIO JOSÉ BERNARDINO

Diretor Administrativo CIS-AMFRI

## CIS/AMMVI

### Assembleia Geral Ordinária

CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

HARTWIG PERSUHN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 18 de novembro de 2013, às 16h30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 17h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Local: Rua: Eng. Udo Deeke, nº 1.330, Sala Blumenau - SESC,  
Bairro: Salto Norte, CEP: 89.065-100 - Blumenau/Santa Catarina.

### ORDEM DO DIA

- 1 - Eleições para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal: Exercício 2014;
- 2 - Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 06 de novembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CISAMVI

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

## CIS/AMUNESC

### Resolução CIS/AMUNESC N.175/2013, de 08 de Novembro de 2013

RESOLUÇÃO CIS/AMUNESC N.175/2013, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2013.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar

Eu, Mário Fernando Reinke, dentro das prerrogativas a mim conferidas, na condição de Presidente do Conselho Deliberativo-fiscal do CIS/AMUNESC-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, e em consonância com o artigo 4º da Resolução CIS/AMUNESC Nº 159/2012 de 06/12/2012, no uso de suas atribuições e na forma do Estatuto Social,

### RESOLVE

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.791,53 (Setenta e dois mil, setecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos), no orçamento vigente do CIS/AMUNESC nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Funcionais Programáticas	Nome Projeto/ Atividade	Fonte de Recursos	Modalidade de Aplicação	Valor R\$
01.01.10.302.0002.2.000004	Manutenção do Município de Barra Velha	102	3.3.3.9.0	41.243,40
01.01.10.302.0002.2.000006	Manutenção do Município de Corupá	102	3.3.3.9.0	3.725,26
01.01.10.302.0002.2.000007	Manutenção do Município de Garuva	102	3.3.3.9.0	20.669,60
01.01.04.122.0001.2.000001	Manutenção das Atividades do Consórcio	102	3.3.1.9.0	3.832,30
			3.3.3.9.0	3.320,97
TOTAL				72.791,53

Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme inciso 2º, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville/SC, 08 de novembro de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CIS/AMUNESC

## CONSÓRCIO CATARINA

### Edital de Convocação de Assembléia Geral Ordinária

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE CATARINA CONSÓRCIO CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO DE SANEAMENTO BÁSICO DO SUL DE SANTA CATARINA - CONSÓRCIO CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que dispõe a Cláusulas Décima - Nona e Vigésima - Primeira do Protocolo de Intenções, convoca os Prefeitos dos Municípios consorciados para Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 20 de novembro de 2013, às quinze horas (15 horas), com a presença mínima de 50 % mais um dos representantes dos entes consorciados (Chefes de Poder Executivo), em única convocação, tendo como local a Sala dos Prefeitos da sede da AMUREL, localizada à Rua Rio Branco, nº 67, Bairro Vila Moema, Município de Tubarão/SC. Na pauta, deverão ser tratados os seguintes assuntos:

I - Necessidade de os municípios fazerem previsão de dotação orçamentária no orçamento municipal de 2014, de modo que possam efetuar aportes de recursos no Consórcio, indispensáveis à sua operacionalização;

II - Designação de pessoas junto às Prefeituras, com as quais a equipe técnica do Consórcio possa tratar dos assuntos que digam respeito a cada um dos municípios consorciados;

III - Identificação dos problemas de saneamento básico de cada município e definição da escala de prioridades atribuída a cada um deles, com vistas a servir de subsídio ao estabelecimento de um Plano de Trabalho na busca de soluções;

IV - Assuntos gerais.

Tubarão, 11 de novembro de 2013.

JOÃO OLÁVIO FALCHETTI

Presidente do Consórcio Catarina



**CVC****Ata da 10ª Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - (CVC).**

ATA DA 10ª ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC).

As 09h00min (nove horas) do dia 07 de novembro de 2013 reuniram-se no Centro de Eventos do Município de União do Oeste, os membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como os demais prefeitos e vice-prefeitos dos municípios assoados ao consórcio, cuja lista de presença segue em anexo, para realização da assembléia geral extraordinária com a seguinte pauta: 1º) Apresentação e aprovação do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; 2º) Apresentação da proposta para articulação do Programa Cidade Digital; 3º) Assuntos Gerais. O Presidente do CVC e Prefeito Municipal de Coronel Freitas Sr. Mauri José Zucco, abriu a Assembléia, cumprimentando e agradecendo a presença de todos os presentes, onde fez um relato sobre a necessidade da aprovação do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para o cadastramento de proposta junto ao sistema SICONV referente à portaria nº 1.203, de 16 de outubro de 2013 do MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, dando início ao

primeiro item da pauta o presidente passou a palavra para o Engenheiro Químico da empresa Cerne Ambiental Sr. Jackson Casali, para que ele apresentasse o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos desenvolvido para o Consórcio Intermunicipal Velho coronel - CVC, onde, após ampla discussão e esclarecimentos por parte do Engenheiro representante da empresa que o desenvolveu Sr. Jackson Casali, o mesmo restou aprovado por unanimidade dos prefeitos e vice prefeitos presentes, ficando assim homologado o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Consórcio Intermunicipal Velho coronel - CVC, com relação ao segundo item da pauta ficou combinado que os prefeitos vão a Brasília na semana do dia 25 de novembro de 2013, onde ficou a cargo do Consórcio o agendamento das passagens e hotel, bem como o agendamento com os Ministros, Deputados e Senadores, no item três da pauta, assuntos gerais, o presidente do consórcio Sr. Mauri José Zucco, informou a todos que o prazo para o cadastramento da proposta da FUNASA junto ao SICONV é até o dia 20 de novembro de 2013, e que a equipe técnica estará efetuando os serviços necessários para o cadastramento, Não havendo mais nada a relatar, O Presidente do CVC Sr. Mauri José Zucco, agradecendo a presença de todos, e declarou encerrada a 10ª Assembléia Geral do Consórcio CVC. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella (OAB/SC 30881), declaro como autênticos os fatos acima narrados.

**O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.



**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)